

FALE
FACULDADE
DE LETRAS

UF *m* G

Shirlene Ferreira Coelho
Sueli Maria Coelho
Vivian Canella Seixas



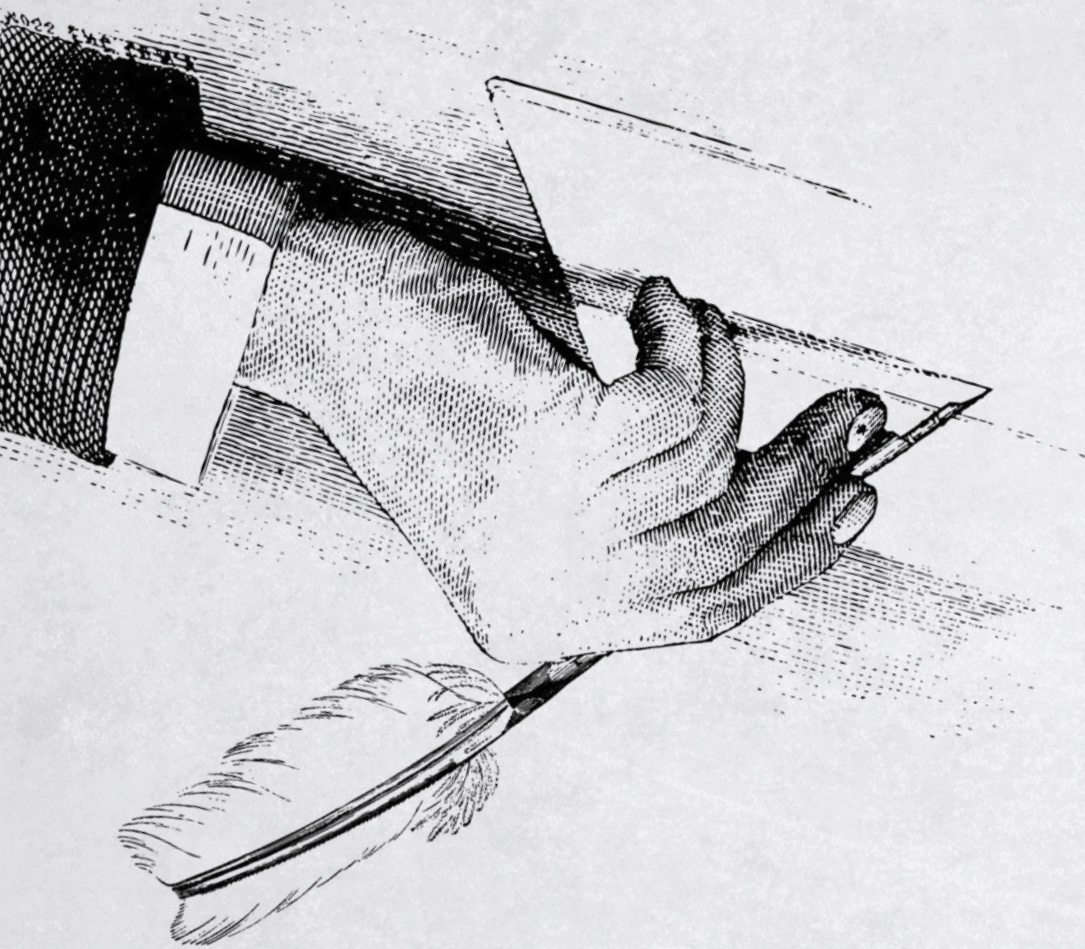
A MÃO E A PENA

pistas gráficas e sociais


POSLIN-UFMG

Nupevar
NÚCLEO DE PESQUISA EM
VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA


CAPES



FALE
FACULDADE
DE LETRAS

UF *m* G

Shirlene Ferreira Coelho
Sueli Maria Coelho
Vivian Canella Seixas



A MÃO E A PENA

pistas gráficas e sociais



Nupevar
NÚCLEO DE PESQUISA
EM VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA



© 2021, SHIRLENE FERREIRA COELHO, SUELI MARIA COELHO E VIVIAN CANELLA SEIXAS

Faculdade de Letras da UFMG
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos - Poslin
Av. Antônio Carlos, 6627. Pampulha. CEP 31270-901
Belo Horizonte – MG
Tel.: (31) 3409-5492
Núcleo de Pesquisa em Variação Linguística
<http://www.letras.ufmg.br/nucleos/nupevar/>

Revisão SHIRLENE FERREIRA COELHO, SUELI MARIA COELHO E VIVIAN CANELLA SEIXAS
Normalização SHIRLENE FERREIRA COELHO E VIVIAN CANELLA SEIXAS
Projeto gráfico FERNANDA BRAGA
Produção editorial DÉLIO CAMPOS
Ilustração de capa MIGUEL ANGEL/VECTEEZY

Comissão Editorial
ALÉXIA TELES DUCHOWNY (UFMG)
FÁBIO CÉSAR MONTANHEIRO (UFOP)
JÂNIA MARTINS RAMOS (UFMG)
SOÉLIS TEIXEIRA DO PRADO MENDES (UFOP)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Priscila Oliveira da Mata - CRB6/2706

C672m

Coelho, Shirlene Ferreira.

A mão e a pena [recurso eletrônico] : pistas gráficas e sociais /
Shirlene Ferreira Coelho, Sueli Maria Coelho, Vivian Canella Seixas.
– Belo Horizonte : Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos, FALE/UFMG, 2021.

1 recurso online: ePUB

Bibliografia.

ISBN: 978-65-87237-33-6 (digital)

1. Mudanças linguísticas. 2. Sociolinguística. 3. Língua portuguesa – Variação.
4. Língua portuguesa – Pontuação. I. Coelho, Sueli Maria. II. Seixas, Vivian Canella.
- III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD : 469.798

A MÃO E A PENA

pistas gráficas e sociais

SUMÁRIO

Prefácio	8
CAPÍTULO 1	11
A pesquisa variacionista diacrônica e o óbice da caracterização sociolinguística do escriba	
CAPÍTULO 2	27
Letramento no século XVIII	
CAPÍTULO 3	53
Normas gramaticais para o uso de abreviaturas no século XVIII	
CAPÍTULO 4	85
Breve histórico e normas de emprego dos sinais de pontuação no século XVIII	
CAPÍTULO 5	111
Análise do uso das abreviaturas no século XVIII	
CAPÍTULO 6	143
Análise do uso dos sinais de pontuação em documentos do século XVIII	
CAPÍTULO 7	179
O papel da norma-padrão na caracterização sociolinguística indireta de escribas de sincronias pretéritas	
Referências	200

PREFÁCIO

Precisamos ler um livro sobre escreventes do século XVIII que escreviam em língua portuguesa sem o domínio suficiente das normas vigentes na época?

Esta não é a primeira e nem será a última investigação sobre as mãos (inábeis) dos escreventes dos manuscritos do passado, na tentativa, entre tantos outros objetivos, de se entender melhor a história da língua portuguesa. Não, não é. Mas é a primeira que se debruça com tanto cuidado e detalhamento sobre dois aspectos frequentemente deixados de lado pela linguística diacrônica: as abreviaturas e a pontuação.

Trata-se de um esforço nada evidente e de suma importância não só para o linguista histórico, mas também para o historiador, o sociólogo, o antropólogo. E ninguém mais que Sueli, Shirlene e Vivian para darem conta, com tanta clareza e segurança, de escrever o livro A mão e a pena: pistas gráficas e sociais a seis mãos. Afinal, as três vêm trabalhando com a língua portuguesa do século XVIII desde o início de suas carreiras acadêmicas nas universidades federais de Minas Gerais e de Ouro Preto. Sueli e nossas tardes infundáveis, fisicamente dolorosas, durante meses, de edição dos textos que compõem o corpus. Shirlene, graduanda voluntária e dedicada que transcreveu as centenas de fólios necessários para dar início à pesquisa linguística propriamente dita. Vivian, pesquisadora sensível e corajosa, estudiosa, comprometida. Shirlene e Vivian trabalham com temas relacionados à pontuação e às abreviaturas setecentistas em seus mestrado e doutorado, respectivamente. Assim, ninguém mais poderia ser autor deste livro.

No capítulo 1, Sueli correlaciona a sociolinguística quantitativa com a caracterização sociolinguística do informante, com o ensejo de se evitar o descarte de documentos de cujos autores não temos dados sociológicos.

Em seguida, Shirlene e Vivian definem os termos letramento, alfabetização e escolarização, correlacionando-os com as políticas educacionais no Brasil que, na realidade, eram uma mera tentativa de emulação das portuguesas. Classe socioeconômica, nível de escolaridade, etnia e sexo, então, estão intrinsecamente relacionados às questões abordadas.

O capítulo 3 sobre as normas das abreviaturas é de um detalhamento precioso, e também preciso. As abreviaturas são definidas, organizadas, qualificadas e é desenvolvida uma medida para seu nível de complexidade. Assim, Vivian prepara o leitor para o capítulo 5 sobre os usos das abreviaturas no século XVIII. No capítulo 5, aplica-se o programa GoldVarb às abreviaturas para se verificar se, efetivamente, elas são auxílio para tracejo do perfil sociolinguístico dos escreventes.

A pontuação setecentista e suas normas e usos é o tema dos capítulos 4 e 6, capítulos em que Shirlene deixa evidente a grande fluidez de normatização da época, com a mistura de critérios dos variados níveis gramaticais das regras específicas sobre a pontuação. Havia, porém, uma normatização, mesmo que pouco abrangente. Em outras palavras: nem sempre o uso preconizado pelas gramáticas e afins da época era obedecido nos documentos do corpus. Linguagem didática, límpida, ao longo de todo o texto.

Quanto ao último capítulo, o 7, fica explícita a relevância das obras normativas como recurso metodológico para a pesquisa sociolinguística, deixando o leitor bastante satisfeito com o que leu e aprendeu até então.

As autoras são conscientes do tênue limite entre o possível e o ideal, fazendo das palavras de Sueli as minhas, mas não se deixam abater e nem avançam sem os cuidados necessários ao trabalho científico. Mãos hábeis, confiáveis, seguras analisando as inábeis e suas tantas gradações. É assim que os detalhes das lãs que compõem a história da língua portuguesa vão se desfazendo, se revelando.

Sim: Precisamos ler um livro sobre escreventes do século XVIII que escreviam em língua portuguesa sem o domínio suficiente das normas vigentes da época.

Aléxia Teles Duchowny

A PESQUISA VARIACIONISTA DIACRÔNICA E O ÓBICE DA CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DO ESCRIBA

Sueli Maria Coelho

“Se existem efeitos relativamente constantes, cotidianos da interação social sobre a gramática e a fonologia, o princípio da uniformidade assevera que tais influências continuam a operar hoje do mesmo modo como operaram no passado”.
(LABOV, 2008 [1972], p. 318)

Considerações iniciais

O trabalho pioneiro de Labov (1963) sobre o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard (Massachusetts, Estados Unidos) não apenas revolucionou o modo de se fazer Linguística, como também contribuiu para a popularização de duas premissas fundamentais desse campo do saber, quais sejam: (i) língua e sociedade são indissociáveis – o que implica assumir a imanência da natureza social da língua(gem) –; e (ii) a variação – inerente às línguas – não é caótica, mas regular e, portanto, passível de sistematização. Desde então, pródigos são os trabalhos que, seguindo a trilha aberta pelo pai da Sociolinguística Quantitativa, se dedica(ram) a estudar a variação e a mudança linguísticas, adotando, para isso, uma metodologia que permita mensurar estatisticamente o peso que variáveis internas e externas assumem nesse processo. A grande ruptura dessa nova metodologia com a formalista, que imperava no período, consiste, pois, no olhar para além da abstração do sistema, incluindo no escopo da análise fatores extralinguísticos e especulando acerca do

protagonismo que variáveis como classe social, idade, sexo/gênero, etnia, grau de escolaridade/letramento e local de residência do falante, além, é claro, do contexto de produção da fala, possam estar assumindo nos processos decorrentes da dinamicidade linguística. Esse tipo de metodologia, até então inédito frente à hegemonia estruturalista que conferiu à Linguística, no início do séc. XX, o estatuto de ciência impôs ao pesquisador de fenômenos variacionistas da língua(gem) a adoção de padrões metodológicos bastante protocolares, a saber: (i) representatividade da amostra definida em função do tipo de variável (fonológica, morfológica, sintática) estudada; (ii) participação ativa do pesquisador (observador) na coleta dos dados por meio de entrevistas semiestruturadas cuja temática verse sobre fatos envolvendo experiências pessoais do informante; (iii) estabelecimento de células sociais e do número mínimo necessário de informantes por célula. Agregue-se a isso a imperiosa necessidade de se caracterizar, do modo mais preciso e pormenorizado possível, o falante/informante, o que culminou na elaboração de fichas sociolinguísticas cujo objetivo não é outro senão constituir um instrumento para registrar sua identificação, de modo a subsidiar a definição de possíveis células sociais em correlação com os fenômenos linguísticos estudados.

Além da proposição de uma metodologia quantitativa para descrever cientificamente as variantes linguísticas, ou seja, as formas alternativas de se dizer a “mesma coisa”, preservando-se, no contexto, o mesmo valor de verdade, o estabelecimento de uma correlação entre os processos de variação e mudança é outro legado laboviano para os estudos sociolinguísticos. Segundo postulou, nem toda variação implica mudança, ao passo que esta pressupõe, sim, variação. Disso decorrem abordagens distintas de estudo da língua, já que, enquanto a variação pode ser adequadamente descrita do ponto de vista sincrônico, os processos de mudança raramente permitem semelhante descrição. “Há sempre, no processo histórico, períodos de coexistência e concorrência das formas em variação até a vitória de uma sobre a outra” (FARACO, 1998, p. 28), o que torna mais apropriado, portanto, estudar a mudança numa perspectiva diacrônica, idealmente ao longo de três séculos, que é o intervalo de tempo considerado adequado para se acompanhar a eventual sagração e implementação de um processo de variação. Essa conveniência impõe, contudo, alguns limites à metodologia laboviana, uma vez que ela se concentra em dados de oralidade e estes não estão disponíveis para sincronias pretéritas, dado que aparelhos para gravação de fala não existiam antes dos anos iniciais do século XX. Uma solução metodológica encontrada para o referido impasse foi, nas palavras de Tarallo (2007 [1984]), “tentar um recorte transversal da amostra sincrônica em função da faixa etária dos informantes” (p. 65), o denominado *estudo em tempo aparente*, que opera numa perspectiva de projeção, tomando

as diferenças linguísticas geracionais como estágios distintos da história da língua. Essa possibilidade, apesar de legítima, esbarra na restrição de não facultar ao pesquisador retroceder no tempo e incluir em seu *corpus* amostras linguísticas de sincronias pretéritas, o que configuraria o chamado *estudo em tempo real*. Ademais, segundo reconhecem Chambers e Trudgill (1980), existe a possibilidade de a relação entre tempo real e tempo aparente ser mais complexa do que sugere a comparação entre os conceitos e, conseqüentemente, a projeção obtida com a análise do tempo aparente não ser capaz de traduzir fielmente o curso da mudança. Assim, o ideal seria munir o pesquisador de instrumentos metodológicos que lhe permitissem estudar os fenômenos de variação e mudança linguística em tempo real, de modo a retroceder diacronicamente para além dos limites impostos pela disponibilidade de dados de fala. Esse tipo de estudo, de grande interesse para a Linguística Histórica, esbarra, contudo, numa questão metodológica bastante sensível, sobretudo se se pretende uma comparação com estágios mais atuais da língua, qual seja, a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de se caracterizar sociolinguisticamente o falante/escritor por meio de vias diretas, o que se acentua consideravelmente à medida que se retrocede no tempo. Em decorrência disso, documentos antigos, que poderiam constituir amostras linguísticas inéditas e relevantes para a descrição e para a interpretação de fenômenos contemporâneos da língua, muitas vezes precisam ser preteridos, por prescindirmos de informações que nos permitam reconstruir a ficha sociolinguística desses informantes.

Em face dessa problemática, delineia-se o objetivo principal deste capítulo: refletir acerca do óbice que o inconveniente e, na maioria das vezes, a inviabilidade de caracterização sociolinguística do falante/informante de sincronias pretéritas da língua representam para as pesquisas diacrônicas que adotam a metodologia da Sociolinguística Quantitativa. No entorno desse propósito, discutir-se-á também a necessidade de se proporem alternativas metodológicas para contornar tais obstáculos, duas das quais serão objeto de análise mais detalhada nos capítulos subsequentes desta obra. Assim, na próxima seção, procederemos à nossa tarefa, caracterizando o contexto que envolve a pesquisa com textos diacrônicos; na sequência, discutiremos não apenas o que já se sistematizou contemporaneamente acerca da influência de variáveis externas no processo de variação e mudança linguística num contraponto com o princípio da uniformidade, bem como algumas iniciativas já propostas para tentar minimizar o problema da inexistência de uma ficha sociolinguística do informante/escritor; por fim, esboçaremos uma proposta metodológica, que visa a auxiliar o pesquisador a caracterizar por vias indiretas o informante pretérito e, por meio desse recurso, evitar o descarte de documentos cujas informações acerca da ficha sociolinguística do informante/escritor sejam mínimas ou inexistentes.

1 | Das idiossincrasias do trabalho com *corpora* diacrônicos

Qualquer pesquisador que já tenha se aventurado a organizar um *corpus* para pesquisa diacrônica conhece, sem dúvida, as particularidades que tornam tal preparação mais laboriosa e, em alguma medida, mais morosa do que aquela exigida para a constituição de um *corpus* para um estudo sincrônico. Se já não é tarefa simples selecionar e contatar informantes, entrevistá-los e transcrever várias horas de gravação para organizar um *corpus* que seja minimamente representativo e adequado para se estudar o fenômeno pretendido, essa tarefa pode se tornar um pouco mais complexa quando se trata de amostras linguísticas de sincronias pretéritas. Isso porque, além dos mesmos cuidados metodológicos necessários para assegurar a adequada representatividade da amostra, ainda há que se atentar para similaridades relativas ao gênero textual, ao período histórico em que cada amostra/texto foi produzida(o), à história social do informante/escritor – normalmente uma das poucas fontes para traçar sua ficha sociolinguística –, além, é claro, do meticuloso trabalho de edição do texto. Este requer do pesquisador não apenas uma série de decisões – entre as quais a escolha do tipo de edição mais apropriado para assegurar a fidedignidade do texto e a fixação das normas adotadas para empreendê-la –, como também o domínio de uma série de habilidades técnicas, tais como manusear e fotografar documentos antigos; decodificar o manuscrito; decifrar sua caligrafia, nem sempre regular, ainda que produzida por um mesmo punho; ser capaz de desenvolver abreviaturas e conhecer as especificidades ortográficas, fonológicas, morfosintáticas e de pontuação do período. As dificuldades de leitura desses textos tendem a se acentuar à medida que se retrocede no tempo, já que o entendimento de um texto medieval, por exemplo, demanda, conforme Marcotulio et al (2018), ao menos dois níveis de compreensão: (i) uma *compreensão literal*, que envolve os aspectos filológicos, paleográficos e linguístico-lexical já mencionados, e (ii) uma *compreensão literária*, que demanda conhecimentos ligados à forma do texto e a seus recursos estilístico-literários. Não foi por presunção, portanto, que Mattos e Silva (2001 [1991]) assim se posicionou acerca do trabalho com *corpus* histórico:

Sem dúvida, trabalhar sobre períodos recuados na história de qualquer língua exige, pelo menos, certa “erudição”, no sentido de que, diferentemente do trabalho sobre qualquer língua na sincronia contemporânea ao pesquisador, faz-se necessário que, para além do conhecimento de teorias e métodos da Linguística, esteja ele informado sobre vários aspectos da contextualização histórica em que funcionava a língua no momento estudado.

Não pode deixar ele de conhecer, por exemplo, aspectos da sociedade em que a língua era utilizada como instrumento cotidiano de comunicação. Não pode ignorar também o passado desse período pretérito, já que o que era antes e o que veio depois são balizamentos para apreender-se aquele momento que se quer estudar. (MATTOS E SILVA, 2001 [1991], p. 11)

Acrescente-se a tais exigências a tarefa não menos penosa de localizar os documentos¹, bem como de conseguir acesso a eles, o que envolve normalmente autorização de familiares e/ou de curadores de acervos e de arquivos, além da observância às questões éticas que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos e que, no caso desse tipo de documento, não se resolve com a assinatura de um “termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)” por parte do informante. Em se tratando especificamente de uma pesquisa sociolinguística, transpostas todas essas barreiras, o pesquisador se defronta ainda com o paradoxo do informante, que se estabelece pela necessidade de conhecer seus aspectos sociais e culturais contraposta à dificuldade que isso representa, sobretudo em se tratando de escribas menos notáveis.

Os diversos acervos, como arquivos e bibliotecas, em que os textos históricos podem ser encontrados, costumam reservar um maior espaço a personagens mais ilustres da sociedade. Para o estudo da produção desses informantes, dispomos de uma vasta bibliografia, como enciclopédias, livros de genealogia e diversas fontes secundárias. No caso de personagens populares e, muitas vezes, desconhecidos, a recuperação de dados que nos ajudem a reconstruir seu perfil social é, quase sempre, prejudicada pela escassez ou ausência de informação sistematizada. (MARCOTULIO *et al.*, 2018, p. 50)

Nesse caso, restam ao pesquisador basicamente duas opções: (i) abdicar-se do documento, sob pena de privar-se de uma amostra linguística de grande importância para se descrever o vernáculo de falantes anônimos e, como tais, representativos de grande parcela

1 Conforme observa Mattos e Silva (2001 [1991], p. 29), “[...] o conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua [...] é sempre fragmentado, porque fragmentário é o espólio de que dispõe o pesquisador. O investigador dessa fase da história da língua não constituirá seu *corpus*, de acordo com os objetivos de sua pesquisa, mas terá de condicionar a seleção de seus dados à documentação remanescente. [...] Daí Labov (1982, p. 20) ter definido muito adequadamente os estudos diacrônicos ao longo dos séculos – em oposição aos estudos de mudanças linguísticas em curso – como “a arte de fazer o melhor uso de maus dados”. Maus dados porque os fragmentos da documentação escrita que permanecem são o resultado de acidentes históricos para além do controle do investigador”.

da população da época, ou (ii) empreender um exercício de exploração que o leve, indiretamente, às informações socioculturais desse falante, quer por meio de recursos da história externa (aspecto sócio-históricos desses falantes), quer por meio de recursos internos (aspectos linguísticos do documento), quer pela combinação de ambos.

2 | As variáveis externas e o princípio da uniformidade

Se é provável e admissível que os efeitos das variáveis linguísticas atuam de modo semelhante na língua em qualquer sincronia, tal como sugere a epígrafe que abre este capítulo, o mesmo não se pode dizer das variáveis extralinguísticas, dado que estas se correlacionam estritamente à história social dos informantes, que é diferente em cada época, sobretudo porque o tempo não se repete². Assim, se os estudos contemporâneos mostram, por exemplo, “que as mulheres demonstram maior preferência pelas variantes linguísticas mais prestigiadas socialmente” (PAIVA, 2004, p. 34) ou ainda que, “não raro, as mulheres tendem a liderar processos de mudança linguística, estando, muitas vezes, uma geração à frente dos homens” (PAIVA, 2004, p. 36), isso muito provavelmente não encontra correspondente em sincronias pretéritas, quando o público feminino não tinha acesso à escolarização, nem ao mercado de trabalho e sua interação se restringia basicamente ao ambiente doméstico.

Além disso, se considerarmos que as pesquisas contemporâneas apontam “a influência da variável nível de escolarização, ou escolaridade, como correlata aos mecanismos de promoção ou de resistência à mudança” (VOTRE, 2004, p. 51) e que, em sincronias pretéritas, os níveis de escolarização eram não apenas bastante distintos de hoje, como também o acesso à educação se fazia de modo bem menos democrático, há que se cogitar se também no passado o processo de mudança linguística esteve a reboque do grau de escolarização do falante. Não se pode desconsiderar, ainda, que, conforme será discutido no capítulo segundo dessa obra, os níveis de letramento variam de uma sociedade historicamente contextualizada para outra, o que também pode refletir diacronicamente no percurso da variação e da mudança linguísticas.

Outro fator externo que, incontestavelmente, atua de forma ativa sobre esses dois proces-

2 Essa hierarquia entre as variáveis linguísticas e extralinguísticas e o princípio da uniformidade parece não ter passado despercebida a Labov (2008 [1972], p. 317), o qual ponderou que “as forças que operam para produzir a mudança linguística hoje são do mesmo tipo e ordem de grandeza das que operaram no passado, há cinco ou dez mil anos. Certamente existem novos fatores emergindo: a ampliação do letramento, a convergência linguística, o desenvolvimento do vocabulário científico. Todavia eles representam intervenções menores na estrutura das línguas”.

sos é a classe social do falante, já que “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de um ponto remoto do passado mas sim [sic] como uma força social imanente que atua no presente vivido” (MONTEIRO, 2000, p. 123). A despeito disso, a variável social é, sem dúvida, outro fator que também não se comporta de modo semelhante, nem geográfica nem historicamente, e cujo limite de influência sempre impôs desafios ao pesquisador, principalmente porque, segundo observa o autor ora referenciado,

no Brasil, o modelo de estratificação não conta talvez com o grau de precisão desejado pelo investigador sociolinguista [sic]. A concentração de renda no poder de uma minoria, entre outros fatores, faz que os limites entre a classe média e a classe baixa sejam vagos e nada confiáveis. (MONTEIRO, 2000, p. 77)

Em direção semelhante parece caminhar a influência de fatores étnicos que, na avaliação de Monteiro (2000), nem deveriam ser considerados em nossos estudos de variação, já que a miscigenação está na base da sociedade brasileira. Se, contudo, em decorrência de tantas lutas, as questões étnicas estão hoje menos salientes, não se pode dizer o mesmo em relação à memória pretérita de nossa sociedade. Há marcos bem pontuais em nossa história social como, por exemplo, durante as lutas abolicionistas, em que certamente as questões étnicas se imbricaram aos processos linguísticos, sobretudo em virtude de acirrado preconceito racial e social. Logo, se é provável que tais questões não interfiram nos processos de variação e mudança linguísticas contemporâneos, a expectativa de que em sincronias pretéritas isso tenha ocorrido precisa ao menos ser considerada e verificada empiricamente.

Em se tratando da variável localidade, não paira “nenhuma dúvida de que a linguagem reflete não apenas o local de origem do indivíduo, como também o local onde ele mora e trabalha” (MONTEIRO, 2000, p. 78). Além disso, conforme observou Labov (2008 [1972]),

quando o falante rural chega na [sic] cidade, descobre em geral que sua fala caipira é ridicularizada. Mesmo sendo um marcador de identidade local, e uma fonte de prestígio em casa, ele já pode ter consciência do caráter provinciano de sua fala antes de chegar na [sic] cidade. Em consequência disso, vemos frequentemente uma rápida transformação dos traços mais salientes dos dialetos rurais à medida que os falantes se incorporam à vida urbana. (p. 343)

Em face disso, espera-se que a influência desse fator tenha ocorrido de forma diferenciada não apenas em regiões que receberam maior número de migrantes, como também em períodos da história em que o êxodo rural se deu de forma mais acentuada. Assim, é provável que, nos séculos XVII, XVIII e XIX, bem como na primeira metade do século XX, a ação dos movimentos migratórios liderados pelo extrativismo e pela monocultura em diversas regiões do Brasil se reflita de forma bem mais efetiva nos fenômenos linguísticos em curso naqueles períodos que nos de hoje ou mesmo nos do início da colonização. Logo, parece-nos evidente a pertinência e a necessidade de se considerarem as singularidades das variantes extralinguísticas nas diversas sincronias da história da língua, já que o princípio da uniformidade é mais seguramente aplicável às variantes linguísticas. Nesse sentido, a caracterização sociolinguística do informante torna-se imperiosa e, no caso de textos de sincronias pretéritas, muitas vezes precisa inevitavelmente ser reconstituída a partir de recursos linguísticos do próprio documento, conforme passamos a discutir na próxima seção.

3 | Caracterização sociolinguística do falante/escriva por via indireta: garimpando evidências em pistas linguísticas do documento

Como já mencionado, inúmeras são as restrições que envolvem a caracterização sociolinguística do falante/escriva de sincronias pretéritas, não só porque nem todos os documentos estão sob a custódia de um arquivo/acervo especializado, como também, e principalmente, porque a metodologia sociolinguística é relativamente recente e, desse modo, as preocupações com a coleta e com a preservação de dados sociais e culturais dos informantes/escrivas inexistiam antes de meados do século passado. Assim, na ausência de informações sistematizadas, “o historiador da língua deve explorar o texto e tentar, ao máximo, extrair informações de natureza extralinguística a partir das pistas linguísticas disponíveis” (MARCOTULIO *et al.*, 2018, p. 50), sob pena de ter que prescindir de amostras linguísticas relevantes por falta de dados que lhe permitam saber se o informante/escriva é homem ou mulher, mais ou menos escolarizado(a), integrante da classe alta ou não.

Uma das propostas seminais nesse sentido surgiu com a tese de doutoramento de Marquilha (1996), orientada pelo Prof. Dr. Ivo Castro e que buscou, a partir da análise de recursos ortográficos e caligráficos de escrivas europeus do séc. XVII, estabelecer critérios capazes de auxiliar o pesquisador a inferir o nível de escolarização do escrevente. Sua proposta

distingue, assim, aquilo que denominou *mãos inábeis*³ – aquelas com menor habilidade de escrita, denotando um estágio ainda incipiente de seu processo de aquisição – de *mãos hábeis*, consequentemente aquelas com maior domínio dos recursos físico-caligráficos em virtude de o escriba se encontrar em um estágio mais avançado de aquisição. Nas palavras de Seixas (2020), baseadas em Marquilhas (1996),

atribui às mãos inábeis, além da dificuldade em representar, na escrita alfabética, a segmentação fonológica tanto em termos silábicos, quanto em nível de unidades infrassilábicas de consoantes e vogais, estas nove características físico-caligráficas: (i) traçado muito inseguro; (ii) incapacidade de alinhar perfeitamente as letras em um regramento ideal; (iii) tendência para conferir às mesmas letras uma aparência desenquadrada (fora do regramento); (iv) uso de módulo grande; (v) recurso a letras do alfabeto maiúsculo, mesmo em interior de palavra; (vi) ausência quase total de abreviaturas e elementos de ligações; (vii) rigidez e falta de leveza ao conjunto; (viii) irregularidade da empaginação e (ix) letras monolíticas. (p. 22)

Na esteira da proposta de Marquilhas (1996; 2000), Barbosa (1999; 2005; 2017) avançou na questão, ao propor uma gradiência nos níveis de inabilidade. Segundo avalia, isso é importante, porque “os usuários de *corpora* podem, quando não estão diante de um grau máximo em nível de caligrafia, não distinguir a tênue separação entre uma *mão inábil* e uma *mão hábil em nível elementar de letramento*” (BARBOSA, 2017, p. 23, itálicos do autor). Valendo-se, assim, de sua experiência de organização dos *corpora* do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB) e sistematizando trabalhos que o precederam (OLIVEIRA, 2003; SANTIAGO, 2012), o autor propôs um arranjo mais operacional para o reconhecimento de mãos inábeis a partir da observação de recursos físico-caligráficos e de representação fonológica, separando-os por tipo de edição do documento. Segundo propõe, no caso de edições não *fac-similares*, que tendem a ser as mais comuns, são estes os principais indícios de mãos inábeis:

(i) *grafismos*: insegurança em assumir sistematicamente grafismos e em grafar sílaba

3 Segundo avaliação de Barbosa (2017, p. 19-20), a “expressão *mão inábil* é uma ótima versão, em língua portuguesa, do francês *scripteurs maladroits*, que usa a metonímia da *mão do redator* pela *escrita* por ele produzida para assinalar as marcas reveladoras de que ele parou em fase inicial de aquisição de escrita alfabética. Embora usada por Blanche-Benveniste (1993), foi talvez Marquilhas (2000), desde seu formato de tese acadêmica em 1996, quem melhor tenha feito repercutir essa noção dentre investigadores debruçados sobre a documentação histórica em língua portuguesa”.

complexa com /r/ ou /l/;

(ii) *índices grafo-fonéticos*: escrita fonética;

(iii) *pontuação*: dificuldade em variar os sinais gráficos, restringindo-os ao ponto e à vírgula;

(iv) *inversão de orações circunstanciais*: praticamente inexistente e, quando ocorre, não é demarcada visualmente pela vírgula;

(v) *repetição*: dificuldade em variar itens lexicais e tendência a reproduzir estruturas sintáticas não vernaculares e modelos discursivos formulaicos.

Em se tratando de edições *fac-similares* ou mesmo de consulta ao manuscrito original, a identificação dos níveis de inabilidade do escriba pode contar com dois subsídios adicionais: (i) indícios que permitem julgar a habilidade motora do escriba, os quais se conformam à proposta de Marquilhas (1996), e (ii) vestígios que atestam maior ou menor domínio da segmentação gráfica.

Coelho (2018), estudando manuscritos mineiros setecentistas, avançou na exploração de expedientes linguísticos do documento, explorando o uso de sinais de pontuação como recurso para indiciar o grau de escolaridade do falante/escriba. Segundo propôs, há uma correlação entre o maior grau de escolaridade do escriba e a obediência ao padrão de emprego dos sinais de pontuação⁴. À semelhança dos resultados de Barbosa (2017), ela também identificou maior diversidade de sinais gráficos entre os escribas mais escolarizados. Para além da contribuição desse autor, contudo, e considerando a correlação entre o grau de complexidade de emprego dos diversos sinais de pontuação identificados e o percentual de (des)obediência à norma, Coelho (2018) propôs um *continuum* de complexidade de emprego dos sinais gráficos de pontuação, assim estabelecido: vírgula > ponto final > hífen > duplo travessão > ponto e vírgula > dois pontos > parágrafo/travessão/barra. Segundo a pesquisadora, quanto mais à direita do *continuum*, maior o nível de complexidade exigido para atender à prescrição e, portanto, indício de menor familiaridade com o processo de escrita. Assim, não apenas a diversidade dos sinais de pontuação empregados, mas também a complexidade de emprego por tipo e a (des)obediência à norma de emprego são evidências de maior ou de menor habilidade de escrita, denotando, portanto, maior ou menor escolaridade do punho que os empregou.

Avançando um pouco mais no tempo e analisando manuscritos redigidos no estado do Rio

4 Para conhecer as normas que ditavam os padrões de uso dos sinais de pontuação no período setecentista, consultar o capítulo quarto desta obra.

Grande do Sul, no final do século XIX e no início do século XX, Keller (2019) identificou os seguintes indícios de mãos inábeis: ausência de cursus e presença de rasuras (aspectos físico-gráficos observáveis em edições *fac-similares*), elevação de vogal, substituições consonantais, uso de formas etimologizadas, segmentação não-convencional, uso de abreviaturas por síncope e por sobreposição (aspectos grafo-fonéticos).

Buscando ampliar um pouco mais o escopo das evidências socioculturais do escriba reveladas à luz dos recursos linguísticos, Seixas (2020) centrou-se nas abreviaturas para testar a hipótese de que tais recursos podem evidenciar não apenas o nível de habilidade do escrevente com o processo de escrita, mas também outras de suas características sociolinguísticas, como sexo/gênero e estrato socioeconômico⁵. Assim, analisando vinte e quatro missivas escritas por remetentes portugueses e brasileiros no século XVIII e aplicando recursos estatísticos que lhe permitiram calcular o peso relativo das variáveis, a autora chegou à conclusão de que “as variáveis extralinguísticas nível de escolarização, estrato socioeconômico e sexo interferiam no emprego das abreviaturas. Dentre elas, [...] é o nível de escolarização/estrato socioeconômico do escrevente que exerce maior influência no emprego da norma” (p. 191). Outra revelação advinda do trabalho de Seixas (2020) foi a de que, tal como observado por Coelho (2018) para os sinais de pontuação, existem tipologias distintas de abreviaturas, assim definidas em função da especificidade do conhecimento exigido para empregá-las adequadamente. Nesse sentido, o tipo de abreviatura que o escriba emprega com mais regularidade denota seu estágio de aquisição da escrita e, por conseguinte, permite também inferir dados relativos à sua classe social e a seu sexo, apoiando-se, para tanto, conforme observou Mattos e Silva (2001 [1991]), na contextualização histórica em que a amostra linguística se insere.

Por fim, não podemos nos esquecer das pistas gramaticais advindas “basicamente dos vocábulos que deixam transparecer, no plano da morfologia, uma informação de gênero gramatical que se associa à distinção de sexo observada no mundo biossocial” (MARCO-TULIO *et al.*, 2018, p. 50). Estas se revelam, muitas vezes, importantes para identificar o sexo de quem escreveu, sobretudo se o documento não é assinado ou se o nome pode ser atribuído a ambos os sexos. Ainda na linha das marcas gramaticais de concordância, é importante registrar que elas indiciam também pela ausência, dado que a inobservância de concordância verbal, por exemplo, denota menor familiaridade do escrevente com a cultura escrita e, portanto, menor nível de escolaridade.

5 Para informações mais detalhadas sobre esse estudo, consultar o capítulo quinto desta obra.

Vê-se, pois, que, desde o trabalho pioneiro de Marquilhas (1996), muito já se avançou em metodologias subsidiárias para a caracterização do falante/escriva de sincronias pretéritas, o que é de extrema relevância para os estudos de linguística histórica. A despeito de as evidências para inferir o grau de escolaridade do escriva estarem mais amadurecidas, dúvidas não restam de que também é possível garimpar nos documentos pistas que auxiliem na identificação do sexo, da profissão e da faixa etária do falante/escriva. Para que a reconstrução dessas e de outras informações sociolinguísticas seja possível, é muito importante que o pesquisador conheça a fundo o documento que lhe serve de *corpus*, bem como o momento histórico-social em que ele foi produzido. Só assim será capaz de extrair dele o maior número possível de informações, muitas vezes escondidas num mero traço. Todos esses são, portanto, instrumentos valiosos para se compor um arsenal metodológico capaz de auxiliar na caracterização do falante/escriva de textos pretéritos, conforme passamos a sistematizar na próxima seção.

4 | Recursos subsidiários para caracterização indireta do falante/escriva: o tênu limite entre o possível e o ideal

Em face de tudo que até então se expôs acerca da limitação que a tarefa de caracterizar sociolinguisticamente o falante/escriva impõe ao pesquisador que toma como amostra linguística *corpora* de sincronias pretéritas, bem como a relevância de tais dados para os estudos de variação e mudança linguísticas, parece-nos claro não restar outra alternativa senão o investimento em estratégias que, de algum modo, respondam dialogicamente ao trabalho de Marquilhas (1996) e ao de todos os outros pesquisadores que lhe sucederam e cujas preciosas contribuições foram aqui registradas. Só assim o pesquisador de fenômenos diacrônicos da linguagem poderá se valer da metodologia sociolinguística sem a necessidade de se impor mais uma restrição, considerando-se o já seleto espólio de que dispõe e que, segundo observa Mattos e Silva (2001 [1991]), condiciona a seleção do *corpus* não ao objetivo do estudo, mas à disponibilidade de documentos. O pulo do gato nessa seara é, portanto, conseguir estabelecer o tênu limite entre o possível e o ideal, de modo a garantir o rigor científico do método sem prescindir de informações relevantes sobre o autor dos textos.

Para se alcançar tal feito, parece-nos que o caminho mais seguro não é outro senão combinar o máximo possível de informações, tanto acerca do documento, quanto do contexto sócio-histórico em que se insere o falante/escriva que o produziu ou que o transcreveu.

Além disso, é relevante considerar, quando for o caso, o tipo de edição do manuscrito selecionado (se *fac-similar* ou não) – para definir que espécie de informação linguística pode ser dele extraída no intuito de se chegar indiretamente a dados do falante/escriva, conforme proposição de Barbosa (2017) –, bem como a gradiência dos recursos linguísticos adotados pelo dono da pena (COELHO, 2018; SEIXAS, 2020), sobretudo se tivermos em conta que a língua não é um sistema polarizado de formas/funções, mas um *continuum* que se organiza em nuances. Desse modo, à erudição já aludida por Mattos e Silva (2001 [1991]), cabe acrescentar outro pré-requisito ao nosso pesquisador: habilidade para investigar tanto a história externa do falante/escriva quanto para decifrar as pistas deixadas despropositadamente por ele ao longo do documento. No que toca à primeira habilidade, em se tratando de personalidades ilustres, é possível reconstruir sua história social por meio de consulta a genealogias, a Livros do Tombo ou a registros de acervos e/ou arquivos. Quando não é esse o caso, um expediente providencial é recorrer a registros em cartórios ou em paróquias, tais como livros de batismo, de crisma, de matrimônios, de óbitos, de sepultamentos dos fiéis. Outras fontes paroquiais que costumam fornecer informações relevantes sobre a história social dos fiéis são os livros de atas, de contabilidade e de doações, além daqueles ligados às agremiações assistencialistas, como o foram as Irmandades no período colonial. Considerando-se que a grande maioria da população brasileira é de tradição católica e que as autoridades civis só passaram a registrar informações vitais da população a partir do século XIX, os documentos paróquias constituem, assim, um dos mais importantes registros para a pesquisa genealógica no país e, nesse caso, são uma fonte a cuja consulta o linguista não pode se furtar no intuito de recuperar informações da história externa de informantes pretéritos. Os dados coletados nessas fontes permitem, muitas vezes, reconstruir até mesmo a rede social do falante/escriva, o que também pode ser recuperado em outro manancial, caso este esteja disponível: as correspondências pessoais.

Ocorre, contudo, que nem sempre é possível reconstituir a ficha sociolinguística do falante/escriva com base nos recursos extralinguísticos ora mencionados e, nesse caso, é necessário apoiar-se em evidências internas, ou seja, em pistas do próprio documento que permitam ao pesquisador traçar, com alguma segurança, o perfil sociocultural de seu informante. Nesse contexto, é necessário apoiar-se em uma gama de recursos linguísticos, que constituirão, assim, um conjunto de ferramentas a serem selecionadas e adotadas pelo linguista segundo o tipo de variável extralinguística que precisa conhecer, já que estas, como se sabe, são selecionadas de acordo com a hipótese, que determina qual(is) variável(is) social(is) pode(m) estar correlacionada(s) ao fenômeno linguístico estudado. Entre tais ferramentas, encontram-se os itens lexicais, que podem fornecer informações

importantes relacionadas, por exemplo, à atividade socioeconômica e cultural do falante/escriva, à sua ocupação profissional, bem como à sua identidade regional. A seleção lexical do falante/escriva pode ainda evidenciar sua maior ou menor familiaridade com a língua escrita, denotando, assim, seu grau de letramento/escolaridade, revelado quer pelo emprego de vocábulos eruditos quer por aqueles de origem mais populares. Além disso, a adoção de um léxico composto por termos arcaicos pode evocar ainda traços geracionais, sugerindo tratar-se de falante/escriva mais velho ou, no mínimo, mais conservador. Obviamente todos esses recursos precisam ser confrontados entre si, de modo a se buscar a assertividade pretendida na caracterização. Daí a importância de se correlacionarem mecanismos internos com fatos da história social, pois, a partir de dados relacionados à atividade socioeconômica e à profissão do falante/escriva, é possível, por exemplo, inferir sua classe social ou, mesmo, seu grau de escolaridade. Este pode ainda ser identificado no modo como as lexias são grafadas, ou seja, recorrendo-se a pistas ortográficas, que podem revelar maior ou menor apropriação do processo de aquisição da escrita por meio do emprego de recursos que denotem apoio na oralidade, conhecimento de juntura vocabular, determinadas espécies de metaplasmos ou mesmo domínio das normas de emprego de abreviaturas.

Outro parâmetro linguístico que auxilia a caracterizar sociolinguisticamente o falante/escriva são os recursos morfossintáticos e textuais. Os morfemas flexionais tendem a evidenciar não só marcas de sexo/gênero, como também maior ou menor domínio da norma, quer se (des)obedeça à sintaxe de concordância, por exemplo. Nessa mesma linha pode ser analisada a sintaxe de regência ou de colocação e, também, os recursos textuais adotados. Um falante/escriva capaz não apenas de empregar com propriedade, como também de diversificar o uso de recursos textuais – como sinais de pontuação, conectivos, elementos de retomada e de progressão textual –, sem dúvida, é alguém que mantém uma relação de maior intimidade com a escrita, o que normalmente implica um padrão socioeconômico mais elevado, principalmente em sincronias pretéritas, quando o acesso à educação não era democrático e, normalmente, restrito ao público masculino. Evidencia-se, assim, mais uma vez, a importância de se conhecerem os “vários aspectos da contextualização histórica em que funcionava a língua no momento estudado” (MATTOS E SILVA, 2001 [1991], p. 11), para que se possa tirar o maior proveito dos dados disponíveis. Tão importante, contudo, quanto correlacionar o maior número possível de fatores é ter em mente que, em se tratando especificamente de recursos linguísticos, existem aqueles cujo emprego demanda conhecimento mais especializado, além do que algumas categorias linguísticas tendem a ser adquiridas mais tardiamente no processo de aquisição da língua e que, portanto, é

imprescindível que se leve em consideração esse *continuum* para que as variáveis externas inferidas se aproximem ao máximo da realidade, sendo, portanto, fidedignas, ainda que as vias para se alcançá-las tenham sido tortuosas e desafiadoras.

Considerações finais

Pretendeu-se, ao longo deste capítulo, sensibilizar o leitor para as idiossincrasias que envolvem a pesquisa com dados diacrônicos, sobretudo no que toca especificamente à dificuldade de se caracterizar sociolinguisticamente o falante/escriva, condição *sine qua non* para se averiguar a influência que variáveis externas possam ter tido em processos de variação e de mudança linguísticas no passado. Tal dificuldade, contudo, não pode constituir um óbice para esse tipo de investigação, sob pena de se abdicar de compreender a dinâmica linguística pregressa à luz de amostras de língua importantes e representativas do vernáculo. A solução encontrada é, portanto, investir cada vez para aprimorar estratégias metodológicas que permitam ao pesquisador reconstruir a ficha sociolinguística de seu informante, já que ela não foi idealmente resguardada. Para tanto, há que se combinar tanto informações de sua história externa, aí representada pelo contexto histórico-social em que o falante/escriva viveu e interagiu com seus pares, quanto pistas linguísticas do próprio documento, as quais devem ser criteriosamente interpretadas, considerando-se, inclusive, a maior ou menor adequação de tais recursos em face da espécie de variável externa que se almeja recuperar.

Dependendo do tipo de documento ou de edição disponível, torna-se exequível valer-se de recursos físico-caligráficos que indiciam estágios mais ou menos avançados do processo de aquisição da escrita. Em se tratando de edições não *fac-similares*, o apelo a recursos grafo-fonéticos, lexicais, morfossintáticos e textuais, bem como a ponderação acerca da necessidade de se estabelecer um *continuum* pautado nos níveis de conhecimento implicados nos respectivos usos, são estratégias providenciais para aclarar informações ligadas ao falante/escriva, tais como, sexo/gênero, profissão, local de origem, estrato social, econômico e cultural, bem como grau de escolaridade.

LETRAMENTO NO SÉCULO XVIII

Shirlene Ferreira Coelho
Vivian Canella Seixas

Considerações iniciais

Um dos grandes precursores da pesquisa sociolinguística, Labov (2008 [1972]), já alertava para a necessidade de se considerarem aspectos externos à língua para avaliação de mudanças no sistema linguístico. Para ele, o contexto social dos indivíduos poderia influenciar nos processos evolutivos pelos quais passam as línguas. Dessa forma, e sob esse prisma, torna-se necessário, para o entendimento de um determinado fenômeno linguístico, que se avaliem características específicas de indivíduos (ou grupos linguísticos), tais como nível de escolaridade, sexo, idade, regiões geográficas onde residem, etc.

Contudo, ao lidarmos com períodos históricos muito anteriores, dificulta-se a busca por informações dos indivíduos, que possam nos ajudar na tarefa de caracterização desses personagens; isso porque, nem sempre, o pesquisador dispõe de informações pessoais suficientes. Nesse sentido, é que buscamos, no presente capítulo, dissertar sobre a relação entre educação e o cidadão letrado do século XVIII.

1 | Definindo conceitos: alfabetização, escolarização e letramento

Antes de prosseguirmos com a tarefa de compreender a relação da sociedade setecentista com a educação, mais especificamente com a escrita, é necessário compreendermos os termos que estão intrinsecamente ligados a isso: *alfabetização*, *escolarização* e *letramento*.

Soares (1985) já advertia para a polissemia do termo *alfabetização*, devido ao fato de este ser atribuído aos mais diferentes contextos. À essa época, esse termo referia-se tanto aos

processos de aquisição da linguagem, quanto às habilidades requeridas para a produção e para a leitura dos mais diversos textos da língua. Vê-se, dessa maneira, o quão abrangente seria (e até com aplicação dificultada) o conceito de *alfabetização*. Já em estudo posterior, Soares (2009 [1998]) passa a adotar nomenclaturas específicas para os diferentes processos relativos às habilidades de leitura e de escrita: *alfabetização*, *letramento* e *escolarização*. O termo *alfabetização* refere-se a um “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” (SOARES, 2007 [2003], p.15). *Letramento* designa “o estado ou condição de domínio e usos plenos da escrita, numa sociedade letrada” (SOARES, 2007 [2003], p.54). Mais que isso, *letramento* é o “conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social” (SOARES, 2009 [1998], p.72). A autora afirma, também, que o uso desse termo é recente, uma vez que passou a ser utilizado por estudiosos apenas na década de 80, sendo que Mary Kato (1986) foi a primeira a empregá-lo em sua obra “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”. E, por último, a partir do que define Soares (2009 [1998]) quanto ao papel da escola nos processos de letramento, depreende-se que *escolarização* pode ser entendido como um processo no qual o indivíduo frequenta uma instituição de ensino e, nesse local, passa pelos processos de alfabetização e de letramento.

Apesar da aparente conceituação simplificada dos termos, entendê-los envolve diferentes nuances e complexidades. *A priori*, trata-se de termos com conceitos heterogêneos, pois se referem a duas habilidades distintas: *ler* e *escrever*. Sobre o conceito de *alfabetização*, Soares (2003) considera-o como sendo

o processo de aquisição da língua escrita, isto é, de aprendizagem das habilidades básicas de leitura e de escrita; excluiu-se, pois, a produção a respeito do desenvolvimento do domínio da língua escrita, aperfeiçoamento e ampliação dessas habilidades. É que, embora o processo de aprendizagem da língua escrita seja um processo permanente, nunca interrompido, não parece apropriado, nem etimológica ou pedagogicamente, que o termo alfabetização designe, como querem alguns, tanto o processo de aquisição das habilidades de leitura e escrita quanto o processo de desenvolvimento dessas habilidades. (SOARES, 2003, p. 15)

Vê-se, dessa maneira, que, no processo de alfabetização, o indivíduo pode ou não ter a posse da tecnologia da escrita, enquanto que o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das habilidades de leitura e de escrita refletem o que se entende por *letramento*. Nesse sentido, o conceito de *letramento* versa não só sobre as práticas escolares, como também sobre os usos sociais

da linguagem. Soares (2009 [1998]) alerta, ainda, para o fato de que um indivíduo pode desenvolver suas habilidades de leitura, sem aprimorar a sua escrita, e vice-versa. Por isso, “o letramento é uma variável contínua, e não discreta ou dicotômica. Portanto, é difícil especificar, de uma maneira não arbitrária, uma linha divisória que separaria o indivíduo *letrado* do indivíduo *iletrado*” (SOARES, 2009 [1998], p.71, itálicos da autora).

Conforme explicita Soares (2009 [1998]), são estabelecidos, no contexto atual, critérios para se verificar os graus de letramento, a partir do estabelecimento de equivalência entre nível de escolarização e capacidade de utilizar-se, efetivamente, das habilidades de leitura e de escrita. *Letramento* refletiria, pois, o grau de instrução dos indivíduos, tendo em vista que, além de tornar-se alfabetizado, ele também faz uso adequado das competências de leitura e de escrita nos mais diversos contextos sociais; é considerado, assim, objetivo e produto da escolarização. Contudo, ao restringir-se a aplicabilidade de *letramento*, outros aspectos seriam descartados. Isso porque, segundo argumenta Soares (2009 [1998]),

quase sempre, nos países em desenvolvimento, em geral sociedades com divisões sociais marcantes, os padrões de letramento definidos pelas escolas variam de acordo com o status social e/ou econômico do aluno: os padrões são, quase sempre, consideravelmente mais altos para os alunos das classes altas. Assim, tornar-se letrado ou mesmo apenas alfabetizado numa escola de classe alta tem um significado bastante diferente de tornar-se letrado ou alfabetizado numa escola de classe trabalhadora; de fato, os alunos das classes trabalhadoras são sub-escolarizados e sub-letrados em comparação com os alunos de classes altas. (p. 87-88)

Da mesma maneira que Soares (2009 [1998]) observa a estrita relação entre “divisões sociais” e “padrões de letramento”, é possível que também no século XVIII isso ocorresse. Assim, embora o termo *letramento* seja algo recente, as implicações que esse processo possui podem encontrar correspondência em períodos anteriores, ou seja, a estratificação socioeconômica observada na época pode estar diretamente ligada aos processos de aquisição e de aplicabilidade das tecnologias da escrita. Reconhecemos que as práticas sociais se modificam de geração para geração, porém, essa característica não descarta a possibilidade de se aferirem os diferentes níveis de letramento passíveis de ser verificados a partir da escrita de períodos históricos pretéritos.

Marcuschi (2001), por sua vez, alerta para uma mudança no tratamento dado às noções de *letramento* e de *oralidade*. Segundo este autor, antes da década de 1980, existia a errônea

ideia de que a escrita era supervalorizada, em comparação à oralidade. Sendo a variação linguística resultado dos diferentes “usos da língua”, tanto o *letramento* quanto a *oralidade* são reflexos das práticas sociais. O que se observa, por outro lado, com a associação do termo *letramento* às noções de escrita é que esta “se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um *status* mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder” (MARCUSCHI, 2001, p.17, itálicos do autor). É nesse sentido que tal percepção é tida como errônea, assim como adverte Marcuschi (2001): não existe uma hierarquia entre escrita e oralidade, ao contrário disso, cronologicamente, a oralidade é anterior à escrita.

Além das características mencionadas quanto à escrita e à oralidade, Marcuschi (2001) também adverte que as práticas de *letramento* existem nas mais diversas sociedades, independentemente de questões históricas ou de escolarização. Desse modo, essas práticas revelam o perfil das sociedades, sendo que

até mesmo os analfabetos, em sociedades com escrita, estão sob influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de *práticas de letramento*, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional. (MARCUSCHI, 2001, p.19, itálicos do autor)

Dada essa caracterização, conforme salienta Marcuschi (2001), em sociedades com escrita, pessoas tidas como *analfabetas* (ou *iletradas*) estariam sob esta influência, o que torna o uso do termo *analfabeta* inadequado.

Tendo em vista o panorama apresentado, Marcuschi (2001) distingue as definições de *alfabetização*, de *letramento* e de escolarização. Assim, *alfabetização* refere-se a “um aprendizado mediante ensino, e compreende o domínio ativo e sistemático das habilidades de ler e escrever” (p.22); *letramento* é designado como sendo “um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, *letramentos*” (p.21, itálico do autor); por último, *escolarização* “é uma prática formal e institucional de ensino que visa à formação integral do indivíduo, sendo que a alfabetização é apenas uma das atribuições/atividades da escola” (p.22).

Acerca das noções de *letramento*, Marcuschi (2001) complementa-as, argumentando que

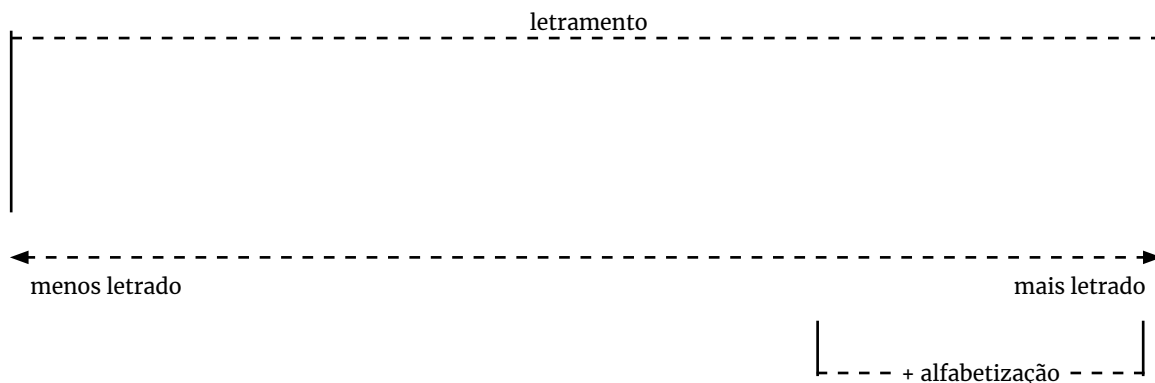
o **letramento** [...] envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo

que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir mercadorias pelas marcas etc., mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances. (MARCUSCHI, 2001, p.25, **negrito do autor**)

Com esses dizeres, Marcuschi (2001) enfatiza a não restrição ao ambiente escolar do termo *letramento*, o que pode conferir a esse termo diferentes graus. O autor ainda complementa essas noções, ao argumentar que o indivíduo *letrado* é aquele “que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita” (MARCUSCHI, 2001, p.25) Fica evidente, portanto, a abrangência das definições de *letramento*, focalizado nas práticas sociais que vão além dos ambientes escolares, da institucionalização do ensino.

Embora esteja claro que o conceito de *letramento* reflete as mais diversas práticas das sociedades, em diferentes contextos históricos, Soares (2003) atenta para o fato de se considerar o uso do termo “segundo as necessidades e condições sociais específicas de determinado momento histórico e de determinado estágio de desenvolvimento” (p. 80). Sob tal viés, parece ser a obra de Mendes (2008) a que melhor se enquadra aos propósitos enunciados neste capítulo, no que se refere à aplicabilidade da definição de *letramento* para se referir às práticas da sociedade portuguesa e brasileira setecentistas. Para isso, a autora recorre ao estudo de Tfouni (2001), que estabelece um *continuum* de letramento, com fins de se atender às especificidades das práticas de letramento em contextos históricos:

Figura 1 - *Continuum* do letramento



Fonte: Adaptado de Tfouni (2001, p. 56, citado por MENDES, 2008, p. 95).

O *continuum* presente na figura 1 acima permite-nos inferir a existência de uma distribuição entre as pessoas, indo da(s) menos letrada à(s) mais letrada, conferindo, assim, diferentes níveis de letramento. Nesse sentido, aquelas que se encontram mais à esquerda do *continuum* são consideradas não alfabetizadas, embora sejam capazes de reconhecer elementos da escrita. No outro extremo, encontram-se as pessoas alfabetizadas e que possuem habilidades bem sedimentadas quanto às suas práticas de leitura e de escrita. A partir desse *continuum*, Mendes (2008) estabelece diferentes níveis de letramento para os escreventes de seu *corpus*, avaliando-os quanto à sua ocupação profissional e ao estrato socioeconômico ao qual pertencem.

Fato importante a se considerar, para a compreensão das práticas educacionais no século XVIII, é a Reforma Pombalina, implantada em 1759, tanto no Reino quanto na Colônia Portuguesa. Por influência das ideias iluministas, proibiu-se o ensino jesuíta e estabeleceram-se as Aulas Régias como forma de escolarização da sociedade daquele período. Conforme Silva (2004), era dividida, pois, em dois níveis: (i) em um nível mais elementar, as Cadeiras de Primeiras Letras, que tinham por objetivo central instituir aulas para se aprender a ler, a escrever e a contar; (ii) em nível de escolarização mais avançado, as Cadeiras de Humanidades, que compreendiam o ensino de Latim, de Grego, de Retórica e de Filosofia, além do nível dos Estudos Maiores, que correspondia ao ensino universitário.

Ainda que as definições apresentadas nesta seção para os termos *alfabetização*, *escolarização* e *letramento* (SOARES, 2009 [1998]; MARCUSCHI, 2001) refiram-se às práticas atuais de apropriação e de uso da língua, entendê-los é de suma importância, para que possamos relacioná-los ao perfil do escrevente em períodos de tempos anteriores. Tais definições podem nos auxiliar na caracterização desse escrevente quanto ao seu domínio das habilidades de leitura e de escrita, principalmente em relação a esta última. Ademais, o resgate de informações quanto às práticas educacionais adotadas no século XVIII, como o fato histórico citado, em Portugal e no Brasil, mais especificamente na Capitania de Minas, nos guiarão na apreensão de informações sobre a prática letrada da sociedade setecentista. Dada essa necessidade, passemos ao levantamento mais detalhado de tais informações, na seção a seguir.

2 | Sociedade e educação no século XVIII: suas diferentes faces

A busca por informações que nos deem indícios de quem estava por trás da pena no período setecentista é uma questão crucial, para que se possa caracterizar, da melhor forma, o escrevente desse período histórico. Para que isso seja possível, a História Social da Lingua-

gem é um caminho, como citado no capítulo 1 desta obra, por meio de uma abordagem interdisciplinar (BURKE e PORTER, 1997), pois ela nos permite a interpretação de fenômenos sócio-histórico-culturais, ao considerar os escreventes como agentes sociais e linguísticos. Esse olhar se deve ao caráter social, político e histórico da linguagem e, também, por considerarmos que os usos da língua e suas mudanças não são fruto do acaso ou da ignorância, mas resultado de fortes níveis de tensão (RIBEIRO, 1997).

Assim, a relação da escrita com as práticas sociais é o principal aspecto da história social dos escreventes que aqui consideramos, uma vez que julgamos que fatores endógenos estão conectados a tais práticas e podem, por consequência, ser identificados, bem como nos servem de embasamento para a caracterização dos escreventes.

Sob essa perspectiva, é importante mencionarmos que há, ainda hoje, uma heterogeneidade no que diz respeito à definição dos conceitos que envolvem as práticas de aquisição da escrita, de desenvolvimento do domínio da língua escrita, de leitura e de aperfeiçoamento e de ampliação dessas habilidades. Além disso, temos que considerar que essas práticas e o modo de aferi-las variam de uma época para outra, o que significa que as habilidades exigidas de um letrado e de um alfabetizado hoje não são, obviamente, as mesmas esperadas para indivíduos do século XVIII. Isso faz com que seja complexa a definição do que seria um cidadão letrado no período setecentista e que vamos propô-la, então, não só por analogia com obras de pesquisadores contemporâneos, como também a partir da história social dos escreventes.

2.1 | A história social de Portugal e do Brasil no século XVIII

Conforme já mencionamos, ao tratarmos da história social, não podemos deixar de considerar o fato de que, de modo geral, fatores externos à língua podiam revelar muito sobre a educação e o grau de letramento da população no século XVIII. Por esse ângulo, é necessário caracterizarmos os aspectos sócio-históricos d'além e d'aquém mar, com ênfase nas práticas sociais e educacionais, para, assim, compreendermos o ambiente da redação de manuscritos em Portugal e no Brasil, sobretudo se levarmos em conta que, neste período, os cidadãos mais abastados estudavam em Portugal, além do que a educação do período colonial era fortemente influenciada pela metrópole.

2.1.1 | Práticas sociais e educacionais em Portugal

Começamos tratando das práticas sociais e educacionais em Portugal, já que essa nação serviu de modelo e dela foram herdados muitos parâmetros para a organização da Colô-

nia, apesar de algumas divergências também terem moldado a sociedade do lado de cá do Atlântico. No cenário setecentista, embora existisse uma exclusividade que cerceava a instrução formal, a aquisição de conhecimento se dava de variadas formas. E isso é mais complexo do que podemos imaginar, já que, hoje, somos bombardeados por informação. Naquela época, a história era outra, como veremos a seguir.

Altamente hierarquizada e polarizada: assim era a sociedade lusitana no século XVIII. Esse olhar sistemático fazia parte da cultura, não somente do reino português, como também dos territórios que hoje conhecemos como a Europa, onde se determinava a posição social de um indivíduo, e a de seus familiares dependentes, pela sua linhagem. Tal posição estava intimamente conectada, também, à ocupação/função que ele exercia – ou seja, o tipo de ofício desempenhado era fator determinante para a classificação social naquele ambiente, que se pautava, majoritariamente, na linhagem e no poder (MAGALHÃES, 2001).

Com relação às práticas de leitura e de escrita no período setecentista, podemos dizer que elas eram relativamente escassas, uma vez que ler e escrever não eram atividades nem simultâneas e nem privadas para a globalidade da população portuguesa. O que se sabe é que a escolarização não era uma universalidade entre a população, visto que o acesso era restrito a uma minoria abastada, salvo exceções (MAGALHÃES, 2001).

Era fato, portanto, o grande contraste no acesso à educação, o qual era fundamentado pela posição social do indivíduo. Isso fica claro nas palavras de Mendes (2008, p. 443), quando afirma que “toda a dinâmica histórica do alfabetismo é elitizante e contextualizada”, o que evidencia o privilégio do acesso às práticas educativas aos grupos sociais abastados.

Essa rígida estratificação social presente na sociedade setecentista portuguesa fundamentava-se na perspectiva medieval definida pela presença de uma Ordem Cósmica, na qual cada grupo social tinha uma função específica e uma importância para a manutenção da totalidade existente, onde todos deveriam se colocar a serviço de Deus. E, nestas condições, exigia-se a obediência de uma hierarquia, a qual estava ordenada da seguinte maneira: nobreza, clero e povo (CRESSONI, 2012). A última categoria, que englobava a maior parte da população, era, ainda, subdividida em “três modos de vida: viver como senhor ou amo, ter ofício ou mester de que aufera o sustento para si e para os seus, ser negociante” (MAGALHÃES, 2001, p. 135).

Um importante critério de classificação social era a família, a linhagem do indivíduo, o que permitia, portanto, distinguir os nobres dos plebeus. Assim como esse critério, havia outro igualmente significativo: o ofício. Esses dois critérios formavam uma influente combinação, conforme vemos nas palavras de Magalhães (2001):

A marca mais directamente relacionada com o alfabetismo, quer no plano grupal, quer no plano individual é a função sócio-profissional do indivíduo. Uma referência histórica que não se esgota apenas na dimensão profissional, mas se articula com a representação social dessa mesma função. Essa combinatória pode estruturar-se numa escala de funções socioprofissionais. (MAGALHÃES, 2001, p. 135)

Fica evidente, pois, que a combinação das dimensões social, laboral e econômica era organizada em categorias que se relacionavam directamente aos níveis de letramento. Além disso, de acordo com o referido autor, são muitas as situações em que se destacavam os fatores de hegemonia, mais especificamente aquelas do âmbito da religião, da justiça e das regras sociais.

Ampliando a relação estrato social/ocupação, Fernandes (1994) reitera que o destino profissional do indivíduo naquele momento afetava, em grande parte das vezes, o seu destino escolar e a sua classe social. Nas palavras do autor,

no âmbito das actividades profissionais é diminuto o número de profissões técnicas em que a habilitação mínima de "Primeiras Letras" é requerida como condição da aprendizagem. Os ofícios manuais e a lavoura eram fundamentalmente trabalho braçal, exceptuadas profissões artísticas como as de pintor, escultor ou ensamblador em que a componente intelectual exigia um mínimo de preparação literária. Em contrapartida, era nos sectores de comércio, administração e serviços, bem como nas profissões inferiores e médias da área da saúde que a necessidade de tais habilitações se fazia sentir com maior premência. (FERNANDES, 1994, p. 55)

Outra questão que também interferia no acesso às práticas educativas era a geográfica, uma vez que no espaço rural elas eram ainda menos disponíveis, salvo por alguns indivíduos que ocupavam alguma função de poder na comunidade e que faziam uso dessas práticas com regularidade, tais como no caso de grandes negociantes ou de grandes proprietários de terras (MAGALHÃES, 2001).

Outra situação que merece ser mencionada é que, antes das instituições escolares formais, estabelecidas na 2ª metade do século XVIII, a prática regular de iniciação à leitura e à escrita geralmente ocorria em ambiente doméstico, com familiares ou preceptores contratados, em comunidades religiosas com eclesiásticos ou ordinandos, por meio do ensino religioso, ou em estabelecimentos fixos, com preceptores de diferentes profissões

(cirurgiões, boticários, barbeiros, advogados, etc.). Em linhas gerais, conforme Magalhães (2001), eram poucos os casos de indivíduos que prosseguiram com o processo de aprendizagem com estudos da gramática latina ou conhecimentos específicos; muitos interrompiam esse processo ao adquirirem uma escrita elementar, muitas vezes sabendo somente assinar o próprio nome, e outros nem mesmo chegavam a esse estágio e apenas atingiam conhecimentos rudimentares de leitura.

Tratemos agora sobre o método de ensino/aprendizagem no século XVIII. Apesar de não haver uma segmentação variada, assim como vemos na educação contemporânea, esse processo era composto por três competências básicas fundamentais: ler, escrever e contar. Em relação à estrutura de ensino, não havia uma rede escolar consolidada naquele período e, embora haja uma tradição de ensino das Primeiras Letras em alguns locais, de modo geral, eram relativamente escassas as edificações próprias para tal prática. Isso foi se modificando a partir da segunda metade do século, mas foi no século XIX que se tornou, para os parâmetros da época, significativamente mais popular e acessível (MAGALHÃES, 2001; MENDES, 2008).

Mais especificamente sobre as mudanças nas práticas educacionais, Mendes (2008) evidencia que, na transição da Idade Média para a Moderna, a escrita passou por um processo de secularização e de ampliação das suas funções para além da estruturação e da fixação de textos religiosos e legislativos. Isso teve duas consequências: inicialmente, ocorreu uma profissionalização dos escreventes, tabeliães e notários; e, em segundo lugar, deu-se a elitização das práticas da escrita, que se estendeu do domínio dos clérigos para o domínio das elites urbanas: grandes comerciantes, juristas e médicos. Durante o período do Antigo Regime português, com a profissionalização da escrita, a apropriação da cultura do registro gráfico passou a estar mais presente no cotidiano das pessoas (em comparação à Idade Média), especificamente no centro urbano em oposição ao espaço rural. A autora alerta, também, para uma “crescente preocupação com o ensino e a qualidade da escrita” (p. 95). Os motivos apontados por Mendes (2008) seriam a necessidade de que os escrevões possuísem habilidades para a lida com questões burocráticas e contábeis públicas e privadas, bem como para o atendimento de demandas eclesiásticas e dos setores letrados.

A autora esclarece, ainda, que a cultura do registro gráfico ficou mais intensa ao longo do século XVIII, principalmente a partir da segunda metade, uma consequência da política pombalina, implantada no ano de 1759 e fortemente influenciada pelas ideias iluministas, a qual institucionalizou e expandiu o ensino, bem como promoveu ações para, de certa forma, aperfeiçoar a sua qualidade. Tal reforma atingiu não somente a Coroa, como também impactou o ensino na Colônia.

Especialmente em relação às reformas do período pombalino, as práticas educacionais sofreram uma série de transformações, sendo a criação das Aulas Régias uma das mais notáveis. Essas aulas eram destinadas aos pequenos nobres do sexo masculino – temos, aqui, mais uma evidência da exclusividade da educação formal na época –, que deveriam iniciar seus estudos na infância e eram aplicadas até a entrada na universidade. Além disso, as Aulas Régias tinham como objetivo preparar esses jovens para o ingresso nas universidades prestigiadas do país e do exterior, além de dar a instrução formal necessária para, futuramente, terem conhecimentos científicos e humanísticos sólidos suficientes para ocuparem cargos políticos, diplomáticos ou administrarem o legado material de suas famílias (BOTO, 1996; FONSECA, 2004).

A expansão da educação foi uma consequência, também, do processo de laicização no período moderno, que colocou a educação cada vez mais no centro das preocupações quanto à organização da vida social. Isso foi, de fato, uma das heranças do pensamento iluminista, que construiu a ideia do papel redentor da educação, de sua capacidade de promover a regeneração e a emancipação dos indivíduos e das instituições educativas como lugares privilegiados para a formação dos sujeitos conformados à modernidade (FONSECA, 2004).

Seguindo os padrões segregacionais da época, a expansão da educação obviamente não foi semelhante entre os grupos sociais. Magalhães (2001) esclarece que a cultura escrita no século XVIII ocorreu de modo distinto e hierarquizado, nas esferas científica, cultural e sócio-administrativa. Essa estratificação fez com que se acentuasse a divisão entre as profissões liberais e aquelas que demandavam o ofício mecânico. Nesse contexto, grosso modo, seria alfabetizado o indivíduo que fosse membro da nobreza, do clero e da burguesia. Sobre este último grupo, apesar de a prática da educação ser menos habitual, a gama de indivíduos que nele se encaixavam era maior; então, seria alfabetizado nos seguintes contextos: se fosse proprietário de muitos imóveis ou de grande comércio; se fosse empregador e, com isso, responsável pela sobrevivência de outros; se desempenhasse funções tipicamente marcadas pelo uso regular da leitura e da escrita, tais como escrivão, procurador e secretário; e se desempenhasse funções com capacidade de decisão, nos domínios jurídico e econômico-financeiro.

Em relação à classe popular, a qual correspondia à parte da estrutura sócio-produtiva da sociedade, havia uma variedade mais complexa de ofícios, e, para uma parte das profissões que nesse grupo se enquadrava, significava possuir uma formação escolar específica ou, inclusive, formação universitária; outro grupo estava relacionado com uma aprendizagem no nível secundário; outro, no nível elementar; e, por fim, outro composto por indivíduos analfabetos.

Diante do que fora exposto, podemos entender, portanto, que havia uma estratificação, na qual há três grupos de ocupações/funções sociais que definem, salvo eventuais exceções, o estrato socioeconômico dos indivíduos, assim como orienta Magalhães (2001):

Quadro 1 - Estratificação social em função da ocupação/função social em Portugal

Estrato	Ocupação/função social	Situação de alfabetismo
Mais alto	Nobres; eclesiásticos; profissionais liberais; escrivães; notários; professores; grandes negociantes (proprietários de estabelecimento); grandes proprietários de bens fundiários e de imóveis; capitalistas; oficiais de alta patente; ourives	alfabetizados
Intermediário	Pequenos comerciantes; lavradores, alfaiates; mestres de ofício; oficiais de mester ou de ofício; oficiais de diligências; pequenos comerciantes; guardas; policiais de baixa patente; serviços	alfabetizados; situação de alfabetismo elementar ou secundária
Mais baixo	Servos; jornaleiros; escravos	analfabetos

Fonte: Seixas (2020).

Como sabemos que os níveis de alfabetização estavam diretamente relacionados às dimensões social, laboral e econômica, propomos que esse seja um parâmetro para categorizar os escreventes em classes sociais. E, perante a impossibilidade de identificarmos especificamente quais ocupações/funções sociais do segundo grupo se enquadram no nível de alfabetismo elementar ou secundário, consideramos os dois últimos grupos (estratos intermediário e baixo) como o de representantes da classe socioeconômica mais baixa.

Algo que merece ser destacado é que, dentre todos os indivíduos que faziam parte dessa conjuntura sociohistórica, os membros do clero, pelo fato de a formação do seminário exigir a prática rotineira e sistemática da leitura e da escrita e pelo ambiente em que viviam oferecer maior acesso a livros, eram julgados como aqueles que sabiam ler e escrever com habilidade mais elevada do que os indivíduos das demais camadas sociais. Os fidalgos, apesar de também estarem, em sua generalidade, entre os indivíduos alfabetizados, tinham como característica certo desprezo pelo ato da escrita e pelo esforço que

isso gerava; então recorrer aos serviços de escrivão era prática recorrente (MAGALHÃES, 2001). Isso, provavelmente, conferia-lhes um nível de conhecimento menor do que o possuído pelos clérigos.

Diferentemente do cenário que vimos em relação aos grupos mais abastados, quando tratamos da população em geral, vemos que a exclusão, em todos os sentidos, era regra. No contexto do acesso às práticas educacionais, Magalhães (2001) menciona que a escrita e a leitura não eram habilidades que poderiam ser encontradas, simultaneamente, em todos aqueles que foram alfabetizados, tanto na escola quanto em ambiente doméstico. Além disso, a leitura não era atividade individual e comum, especialmente nos locais mais afastados dos centros urbanos e meio rural. Por sua vez, era um pouco mais difundida em Lisboa, mas também de forma coletiva.

Se a exclusão era regra na classe popular, ela era ainda mais presente em outro grupo social: o sexo feminino. Salvo raras exceções, ser mulher no século XVIII era estar automaticamente em uma posição intelectual inferior, qualquer que fosse a sua classe social. Ou seja, a mulher, fosse ela abastada ou não, seria o indivíduo que teria menos acesso em relação ao sexo oposto. Como estamos falando da educação nesse capítulo, se voltarmos o olhar para o acesso, mesmo com a formalização do ensino e a criação de instituições educacionais, as mulheres não podiam frequentar esses espaços. De acordo com Adão (1997), até o fim do século XVIII, não havia escolas para as meninas em Portugal, cabendo aos conventos, aos recolhimentos ou às iniciativas particulares, quando em famílias abastadas, a tarefa de ensinar a mulher.

2.1.2 | Práticas sociais e educacionais no Brasil

Conforme já comentamos, a organização social no Brasil Colônia acontecia com base nos padrões europeus. Porém, se por um lado a vida social tinha o modelo português, por outro, revelava especificidades, elementos que constituíam e que sedimentavam raízes do viver na Colônia. Novas práticas eram delineadas, as quais, certamente, demandaram novos conhecimentos e informações (JULIO e VARTULI, 2016).

Um dos fatos que distinguia e que caracterizava o Brasil Colônia, diferentemente de Portugal, é que aquele era marcado pela diversidade étnico-cultural, com uma sociedade praticamente formada por europeus e seus descendentes brasileiros, por africanos e por indígenas. Outra diferença refere-se às condições socioeconômicas, as quais eram fortemente marcadas pela cultura de extração e pela escravidão.

Voltemos no tempo um pouco antes do recorte temporal que selecionamos. Nos séculos XVI e XVII, a sociedade brasileira era basicamente rural, patriarcal e escravista, tendo como atividade econômica predominante a agricultura de cana-de-açúcar e de tabaco e marcada por uma estratificação extremamente rígida: no vértice da pirâmide estavam os grandes proprietários rurais; abaixo, havia um contingente numeroso de não abastados e, na base, os escravos. No contexto colonial, portanto, estavam à margem do sistema aqueles que não se enquadravam nos grupos abastados (FARIA, 1998).

Ainda, como evidencia a referida autora, nesse universo, um importante parâmetro para a categorização social do indivíduo era a família a qual pertencia, uma herança das práticas sociais portuguesas. Essa estreita conexão entre família e poder é bem delineada a seguir:

É pela e para a família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública e privada, originam-se ou convergem. É a família que confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social. Pouco, na Colônia, refere-se ao indivíduo enquanto pessoa isolada – sua identificação é sempre com um grupo mais amplo. O termo “família” parece ligado a elementos que extrapolam os limites da consanguinidade – entremeia-se à parentela e à coabitação, incluindo relações rituais. (FARIA, 1998, p. 21)

Porém, apesar de esse modelo social ser a referência, houve uma reconfiguração na sua organização, por variados motivos relacionados à formação da sociedade na Colônia, que resultou numa hierarquização social que também se pautava pela riqueza do indivíduo - o que explica, de certa forma, o fato de não haver na Colônia uma nobreza com a mesma configuração da do reino (FARIA, 1998). Em outras palavras, o alçamento à camada social mais abastada era algo possível de se alcançar, caso o indivíduo enriquecesse, diferentemente do que era aceito na sociedade portuguesa, que, naquele período, ainda se baseava mais fortemente na ordenação cósmica. Uma das justificativas para esse comportamento colonial, um pouco mais democratizado, é que, com a exploração do ouro nas áreas mineradoras, que passaram por intenso afluxo de homens, de todas as raças e de diferentes condições sociais, a posição social do indivíduo passou a depender, também, da quantidade de dinheiro que possuía e não somente dos títulos nobiliárquicos herdados. Essa atmosfera possibilitou uma maior mobilidade e, conseqüentemente, novos parâmetros para classificação social dos indivíduos (JULIO E VARTULI, 2016).

Assim como no Império, outro critério para qualificar a significação social do indivíduo na Colônia era o ofício que exercia, uma vez que o nível de formação/conhecimento que a atividade exigia era um indicador do seu poder econômico. Ou seja, a prática de determinados ofícios requeria conhecimento formal ou de área específica, o qual era restrito àqueles que dispusessem de condições financeiras para ter acesso a esse tipo de instrução, bem como exigiam a mudança para as cidades onde estavam as instituições de ensino, muitas vezes distantes ou, até mesmo, em outros países (JULIO E VARTULI, 2016).

Dominar a escrita era, também, mais um parâmetro de classificação social naquele período. Conforme Fonseca (2008), o domínio da linguagem escrita servia como instrumento de poder numa sociedade preconceituosa em relação aos trabalhos manuais, bem como de letramento. Um exemplo disso é que, no grupo dos comerciantes, possuir o conhecimento da escrita e da leitura era ainda mais importante para o exercício de suas atividades, pois os alçava a um nível mais elevado no estrato social em que esse grupo figurava. Assim, o indicativo desse maior nível era, além da capacidade de assinar o nome, possuir livros, realizar serviço de contabilidade, frequente entre os comerciantes, e importar-se e prover educação para os filhos, especialmente quanto à aprendizagem da leitura e da escrita.

Diante do que fora exposto sobre o cenário sócio-histórico-cultural, e a partir do que defendem Fonseca (2008) e Vartuli (2012), é possível dizer que, em linhas gerais, a estratificação da sociedade setecentista no Brasil Colônia era assim ordenada:

Quadro 2 - Estratificação social em função da ocupação/função social no Brasil Colônia

Estrato	Ocupação/função social
Mais alto	Nobres vindos de Portugal e seus descendentes; clérigos; oficiais de alta patente; grandes comerciantes; profissionais liberais; indivíduos que tinham alcançado poderes econômicos, independentemente da sua ocupação
Intermediário	Trabalhadores livres e não abastados; oficiais de baixa patente; criados
Mais baixo	Escravos

Fonte: Seixas (2020).

A partir de agora, trataremos das práticas educativas em terras brasileiras. A título elucidativo, retomamos a ideia de que “[...] é controverso afirmar que o período colonial se ca-

racterizou por uma educação brasileira. O modelo era lusitano e expressava valores e conteúdos vigentes em Portugal, ainda que aplicados ao Brasil” (VEIGA, 2007, p. 51). E, além da replicação do modelo educacional, Vartuli (2012) reitera que a apropriação dos valores culturais portugueses era habitual e constante e envolvia as variadas esferas que compunham aquela coletividade. É fato, também, que apesar de o modelo europeu fundamentar o estilo de vida do lado de cá do Pacífico, as singularidades da Colônia certamente assinalaram e imputaram diferentes aspectos aos processos de apropriação dos princípios e dos ensinamentos portugueses.

Dito isso, abordaremos, agora, a situação sócio-histórica do sistema educacional setecentista no Brasil. Antes, porém, é necessário destacar que falar de um sistema educacional originalmente brasileiro é uma ingenuidade, haja vista o processo pelo qual passou a Língua Portuguesa, que somente em meados do século XIX constituiu-se de traços específicos, delineando alguma identidade em relação à variedade europeia.

Considerando, então, todos os aspectos mencionados, em linhas gerais, a educação formal setecentista no Brasil pode ser dividida em duas fases (cf. VEIGA, 2000), que espelham as linhas pedagógicas que predominaram no período em questão:

Quadro 3 - Fases da educação formal no período setecentista

Divisão	Momento histórico
1ª fase (1549-1759)	A implementação do ensino religioso jesuíta até a expulsão dos jesuítas
2ª fase (1759-1808)	O período pombalino e a vinda da Família Real para o Brasil

Fonte: Autoria própria.

Como pode ser visto acima, focando no recorte temporal que nos interessa, a 1ª metade do século XVIII situa-se no final da 1ª fase da educação brasileira, a qual foi empreendida pelos padres jesuítas. Num primeiro momento, o método de ensino jesuíta concentrava-se numa política de propagação da fé e da obediência, com o ensino religioso e as representações de autos, com o intuito de catequizar e de aculturar os indígenas. Posteriormente, foram implementados dois segmentos de ensino: a instrução simples primária (as escolas de primeiras letras para os filhos de portugueses) e a educação média (colégios destina-

dos aos meninos brancos, que se formavam mestres em artes/bacharéis em Letras). Nesse primeiro período, a exclusividade do acesso ainda era característica peculiar do ensino oficial da Língua Portuguesa, uma vez que somente à elite era reservada a admissão. Deste restrito grupo, somente participavam os filhos de portugueses e de senhores de engenho; a presença de crianças negras, até mesmo as livres, era vetada. (OLINDA, 2003).

Em 1759, tem início a 2ª fase da educação no Brasil Colônia, que se deu pela expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, com a justificativa de que esses religiosos possuíam forte autonomia e exerciam grande influência política e econômica. Esse período foi marcado pela implantação de uma política pública que proibia o uso da língua geral e que exigia o uso exclusivo da Língua Portuguesa. Outro ato de Pombal, mais especificamente no que diz respeito à educação, foi oficializar o ensino e criar instituições, as chamadas Escolas Régias, nas quais foram instituídas as disciplinas de retórica, de língua grega, de língua hebraica e de língua latina. Assim, o Estado passou a ser responsável pela administração da educação, o que, por sua vez, não foi de fato eficaz e teve como consequência a fragmentação do sistema educacional, já que “permitiu uma pluralidade de aulas isoladas e dispersas e consentiu que pessoas semianalfabetas ministrassem matérias sem qualificação, inclusive pedagógica” (OLINDA, 2003, p. 158).

Conforme Fonseca (2009), é em meados de 1780, especialmente após as reformas pombalinas, que o cenário educacional parece efetivamente progredir. Isso pode ser exemplificado com algumas transformações importantes que ocorreram na capitania de Minas Gerais, como o aumento significativo das aulas régias. Nas palavras do referido autor, “embora já expressivos na década de 1770, foi a partir da década de 1780 que vemos aumentar os registros relativos às aulas régias, em diversas capitanias da América portuguesa.” (FONSECA, 2009, p. 65). Apesar das adversidades no processo de implantação da educação régia, essa conjuntura, de certo modo, promoveu mudanças significativas na sociedade colonial e contribuiu para a circulação e para o aumento de conhecimentos variados.

É fato, também, que uma pequena parcela da população figurava no contexto evidenciado anteriormente, já que, conforme vimos, esse tipo de educação era um privilégio da elite masculina. Como se dava, então, a educação dos grupos marginalizados em relação ao acesso à educação formal? De acordo com Vartuli (2012), a realidade era que, até pelo menos a vinda da corte portuguesa no início do século XIX, na maioria dos casos, a educação esteve a cargo de familiares que sabiam ler e escrever, de preceptores e de mestres particulares, além de alguns poucos conventos e recolhimentos para atender especialmente aos grupos mais abastados da sociedade. Também era comum, nesse modelo educacio-

nal, o fato de que “professores ou padres mestres costumavam ensinar em suas próprias casas, em aulas muitas vezes abertas ao público” (VEIGA, 2007, p. 66).

A distinção entre os papéis masculino e feminino é mais uma prática herdada da sociedade lusitana. Nas palavras de Veiga (2007, p. 68), “[...] na produção das distinções de comportamentos entre adultos, pobres e crianças, associado ao desenvolvimento das pulsões, esteve também presente, evidentemente, a distinção de comportamento entre os sexos”. Ainda, segundo Vartuli (2012), às mulheres restava a subserviência ao marido ou ao pai e as suas obrigações limitavam-se, na maioria dos casos, às funções relacionadas ao lar e à família (VARTULI, 2012). Obviamente, a função social feminina refletia diretamente no acesso que esse grupo tinha à educação desse grupo social, não sendo o letramento, portanto, algo tangível para o sexo feminino na sociedade setecentista.

Como se dava, então, o acesso das mulheres à educação, já que não era por meio formal? Segundo Julio e Vartuli (2016), dada a restrição da escolarização formal, o ensino domiciliar, com preceptores ou familiares alfabetizados/letrados, era uma forma comum de acesso ao conhecimento, mas, apesar da marginalização a qual o sexo feminino era imposto e de a presença feminina nas instituições formais ter sido tardia, em meados do século XIX, a circulação de saberes em espaços diversificados viabilizou diferentes formas de aprendizagem, como é explicitado a seguir:

No século XVIII, a educação feminina estava longe de ser uma idéia generalizada ou uma prática corriqueira mesmo entre a elite da Colônia, que lançava mão dos recolhimentos para fins educativos. Nem totalmente conventos, nem escolas, as instituições femininas de reclusão situavam-se a meio caminho dos dois modelos de estabelecimento e serviam a vários propósitos do que toca à vida das mulheres. (ALGRANTI, 1993, p. 260-261)

Além desses recursos para educar a mulher, outras formas mais informais de educação, tais como as utilizadas pela Igreja e pelo Estado, se davam por meio dos sermões proferidos nas missas, dos conselhos dados nas confissões e, também, das condições e das exigências presentes na legislação que se esperava poder formar a boa mãe, esposa e dona de casa.

E, ainda que esse seja o modelo genérico de educação feminina, muitas vezes, as condições singulares presentes na Colônia delineavam suas próprias regras. Assim, outras formas de organização familiar e de relações entre homens e mulheres foram moldadas em dissonância com a tradição. Uma situação que exemplifica bem a transcendência feminina a outros

papéis é quando, por ocasião de falecimento dos maridos, as mulheres brancas passavam a ocupar lugares similares aos dos homens na gerência de negócios, na administração de fazendas e, também, respondiam pelas dívidas por eles assumidas em vida (CHEQUER, 2008). De certo modo, esse tipo de situação ampliou o contato com práticas de leitura e de escrita e, por consequência, teve um resultado positivo no letramento das mulheres.

Em face do que aqui expusemos, é possível vislumbrar como as práticas sociais e educativas foram elementos essenciais na caracterização e na fundamentação da sociedade do Brasil colonial. E, haja vista as variadas nuances que essas práticas adquiriram nessas terras aquém-mar, apesar de serem herança da sociedade portuguesa, as suas singularidades permitiram o surgimento de novos cenários e relações.

2.1.2.1 | Práticas sociais e educacionais na sociedade mineira

Em atendimento à análise que será apresentada no capítulo 6 desta obra, é importante avaliarmos, também, os processos sócio-educacionais do escrevente da Capitania de Minas, no século XVIII, com a finalidade de se compreender em que medida tais processos se assemelham ao que foi constatado na seção anterior.

Como já citado, a Igreja Católica exercia forte influência, não só no Reino, como também no Brasil Colônia, característica que se verifica, inclusive, na sociedade mineira setecentista: assim como nas demais capitanias, em que se observava como atividade econômica a extração de ouro (SALLES, 2007), havia uma organização social estratificada, percebida na composição das irmandades religiosas àquela época. Conforme Salles (2007), a divisão dessas agremiações se dava da seguinte forma:

Santíssimo Sacramento, N. S. da Conceição, São Miguel e Almas, Bom Jesus dos Passos, Almas Santas e poucas outra, [sic] eram de brancos das camadas dirigentes ou reinóis; Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, de negros escravos; N. S. das Mercês, N. S. Amparo, Arquiconfraria do Cordão, de mulatos e crioulos, ou mesmo pretos forros; São Francisco de Assis e Ordem Terceira de N. S. do Carmo pertenciam aos comerciantes ricos e altos dignatários; estas últimas apareceram a partir de 1745 ou 1750, o que é expressivo. (SALLES, 2007, p. 87)

A partir de tal sistematização, é possível verificar a maneira como se organizava a sociedade setecentista, com uma formação seleta dos indivíduos que compunham essas

irmandades. Para além disso, tais irmandades exerciam um papel fundamental, não só pelo estabelecimento de socorro mútuo entre os agremiados, como também pela inserção do negro no meio social. Salles (2007) salienta que esta característica “proporcionou [ao escravo e ao mulato] uma forma de luta, um veículo próprio e adequado, além de legal, para a apresentação das suas reivindicações” (p. 105). Embora sejam claros os benefícios do agrupamento de indivíduos que compartilham dos mesmos interesses e que pertencem ao mesmo estrato social, o autor argumenta que a tradição cultural africana se perdeu nesse processo, uma vez que

houve, então, intensa absorção do catolicismo, religião das classes dirigentes e do Estado, que rapidamente traga as seitas africanas, destruindo-as e, dessa maneira, impedindo que muitos dos valores estéticos da cultura africana se incorporassem às tradições e à cultura local que nascia. Parece fora de dúvida que essas corpusções sufocaram, no processo da aculturação, a contribuição dos negros que tanto enriqueceu, por exemplo, as tradições baianas. Restou-nos apenas o reisado que as irmandades do Rosário permitiram, fixaram e divulgaram. A Igreja e o governo permitiam certa continuidade do rito africano quando este não se conflitava com o código religioso. Em alguns casos houve uma “adaptação” dos códigos. (SALLES, 2007, p. 168, grifo do autor)

Também Boschi (2007) discute o importante papel das irmandades mineiras, ao dizer que “nas Minas Gerais do século XVIII, religiosidade, sociabilidades e irmandades se (con)fundem e se interpenetram” (p. 59). O autor relata, ainda, que, em decorrência do descobrimento de ouro na Capitania de Minas, muitos dos cidadãos encontraram refúgio na religião, sendo fortemente observada a presença de agremiações formadas por leigos, diferentemente do que se percebe nas demais capitanias da Colônia Brasileira. Boschi (2007), assim como defende Salles (2007), relata serem as irmandades uma forma de inserção do negro no meio social, porém, diverge da percepção de Salles (2007), ao argumentar que as culturas e as crenças africanas eram mantidas:

ao fundar suas irmandades, os negros africanos não estavam a incorporar inequivocamente padrões culturais dos brancos. Ao abrigo das suas confrarias e nos eventos públicos que estas realizavam ou de que participavam, os negros externalizavam suas tradições e costumes de origem. Por conseguinte, nem sempre foi possível a integração deles no catolicismo dominante, como hipotética também era uma efetiva redefinição da religião anteriormente praticada pelos negros, no interior das confrarias por eles instituídas. (BOSCHI, 2007, p. 69-70)

Outra característica da sociedade mineira, também muito latente, é a extração de ouro e pedras preciosas. Segundo Furtado (1996), em Diamantina, por exemplo, devido, em grande parte, ao seu desenvolvimento econômico, reflexo da extração de pedras preciosas, percebia-se que a parcela da população que compunha a elite era considerada letrada: “encontrei nesta localidade mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo vivo de se instruir” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 33, citado por FURTADO, 1996, p. 54) Em sua análise, Furtado (1996) constata que 21,2% dos inventários indicavam a posse de livros. Além disso, um fato interessante que a autora observa é que todos esses inventariantes eram portugueses brancos, sendo três deles, padres. Isso nos faz inferir ser essa a parcela da população que possuía maior nível de letramento.

Ainda em relação às práticas de leitura da sociedade setecentista, Villalta (2007) argumenta que, embora a circulação de livros no Brasil seja vista sob uma perspectiva negativa, devido ao controle do Estado na sua produção, isso não impediu a utilização pelos seus leitores. De acordo com esse autor,

os leitores desenvolveram múltiplas resistências, seja desrespeitando as proibições que pesavam sobre os livros, seja lendo estes últimos de uma maneira não prevista nem por autores, nem por editores, nem pelas autoridades. As pesquisas sobre a história da educação seguiram a mesma direção, deslocando o foco dos tratados pedagógicos e das diretrizes reformistas emanadas da Coroa e, com isso, centrando-se nos atores do processo-aprendizagem, em suas relações com as estruturas sociais, com as formas de estratificação então vigentes (tanto aquelas que metiam aos gêneros, às relações de produção e à riqueza como as relacionadas aos estatutos da “pureza do sangue”) e ainda com as condições materiais em que se desenvolviam as práticas pedagógicas (os ambientes, os mobiliários, os livros, os recursos didáticos, etc. da sala de aula). Focalizaram, com especial atenção, além disso, o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. (VILLALTA, 2007, p. 250)

Fica implícita, nas falas do autor, a atestação de que muitos dos cidadãos que compunham a sociedade setecentista possuíam algum nível de letramento, dada a sua consideração sobre o “desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita”. Outro aspecto apontado por Villalta (2007) é que, em consequência das altas taxas de analfabetismo no período colonial, as práticas de leitura se pautavam pela oralidade. Dessa forma,

muitas pessoas tinham acesso ao saber livresco na medida em que ouviam a leitura feita por outrem, que acompanhavam e participavam de debates travados em torno dos textos,

até nos ambientes escolares. Letrados e populares compartilhavam o uso dos mesmos objetos, inclusive livros, apropriando-se e construindo uma cultura coletiva. As discussões travadas em sala de aula alcançavam ruas, praças, boticas, igrejas; eram objeto de delação e se inscreviam numa teia de intrigas que remetia às tensões existentes na sociedade luso-brasileira. (VILLALTA, 2007, p. 251)

O autor ressalta, ainda, que o interesse da população setecentista não se restringia a temas voltados à religião ou a questões profissionais, mas abrangia também obras que trouxessem divertimento e ampliassem seus conhecimentos sobre aspectos do “mundo social, natural e religioso”. Nesse sentido, não eram somente os homens brancos que tinham acesso ao mundo letrado, uma vez que “mulheres, escravos, ex-escravos, negros e mulattos, driblando as barreiras econômicas, sociais e culturais, também se fizeram presentes, ainda que de modo secundário” (VILLALTA, 2007, p.251). Tal panorama reforça que, mesmo de maneira incipiente, uma maior parte da população possuía algum nível de letramento, considerando as noções definidas por Soares (2009 [1998]) e por Marcuschi (2001). Essa característica se relaciona, também, com o papel das irmandades no período colonial, visto que, por meio de suas ações e nesses espaços, os seus membros poderiam se desenvolver intelectualmente, adquirindo práticas de leitura e de escrita, ainda que em nível de *alfabetização* (SOARES, 2009 [1998]; MARCUSCHI, 2001). Esta observação encontra respaldo em Coelho (2018), pois, conforme a autora menciona, com base na leitura de seu *corpus*, o *escrivão* de uma das irmandades deveria ser, obrigatoriamente, negro:

Primeiramente se deve advertir que para obom governo de qual quer Irmandade deve haver huma total obediencia aos mayores, e para esta haver deve tambem eleger-se nesta Irmandade Juiz, Tizoureiro, Procuradores, e todos os mais officios, que sejam perczos para aumento dadita Irmandade, e mayor zelo e honra de Deos, e melhor governo edisposição da mesma Irmandade, elegendo-se todos os annos hum Juiz, e hum Escrivão amboz Crioulos, eo Tezoureiro homem branco, e abonado, havendo mais dois Procuradores, e hum Zelador, e tambem duas Juizas, eduas Procuradoras, Como doze Mordomos, e outras tantas Mordomas. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fól. 10v, citado por COELHO, 2018, p. 92-93, sublinhados da autora)

Em se tratando mais especificamente das práticas educacionais setecentista, em outro estudo de Villalta (2007) são apontadas duas facetas daquele período: de uma lado, havia “escravismo e preeminência do homem” e de outro “as possibilidades de ascensão dos

trabalhadores manuais, comerciantes de porta aberta, penitenciados pelo Santo Ofício, negros, mouros e cristão-novos” (p. 255), enfatizando a forte estratificação encontrada na sociedade setecentista. Naquele período, pouco se investia em educação, restringindo-se às séries iniciais que, muitas vezes, era custeada pelas câmaras municipais. Villalta (2007) afirma ser a criação do Seminário da Boa Morte, em 1759, na cidade de Mariana, um dos marcos na educação do século XVIII. A finalidade do seminário não era apenas a formação religiosa dos clérigos, mas também a de fornecer educação com custos mais baixos aos filhos da elite mineira. Villalta (2007) atenta que, de modo paralelo, havia um acesso periférico ao ensino, pelos escravos. Nas palavras do autor,

a ordem social colonial e escravista, assim, reproduzia-se, com suas contradições, no interior do Seminário de Mariana: enquanto os homens livres submetiam-se a um processo escolar formal, os escravos, cuja força de trabalho permitia aos primeiros prosseguir nos estudos, resumiam-se, em grande parte, a ter acesso à doutrina. Homens livres e escravos, professores e alunos, porém, podiam apropriar-se inventivamente das instruções distintas que recebiam e/ou davam, tomando como ponto de partida para a negação da ordem, fosse ela política, fosse ela religiosa, fosse ela socioeconômica. (VILLALTA, 2007, p. 266)

Embora a fala de Villalta (2007) nos anuncie uma característica importante do seminário, não fica claro em que medida se dava o acesso à educação pelos representantes de classes sociais mais inferiores. O que fica evidente, pois, é a estratificação observada na sociedade setecentista, com a elite usufruindo de maiores benesses em comparação às demais classes sociais, bem como o papel da Igreja na formação educacional do indivíduo, porém, reforçando as divergências sociais do período setecentista.

Em consonância às afirmações de Villalta (2007), Morais (2007) apresenta uma investigação, que correlaciona as práticas educacionais e de escravidão em fins do século XVIII e início do XIX. A autora aponta que, no ano de 1827, foi promulgada a lei que instituía a obrigatoriedade do ensino primário, com a inauguração de escolas por todas as vilas e locais mais povoadas, priorizando-se o ensino à parcela masculina da elite:

em Minas Gerais, no ano de 1835, os escravos são legalmente proibidos de freqüentar as escolas públicas. Essa medida pode ser considerada fruto do temor das elites quanto ao acesso à instrução por parte da população cativa, uma vez que o aprendizado das tecnologias de leitura/escrita por parte dos escravos poderia gerar uma perda de

controle das “massas perigosas”. Isso não quer dizer que os escravos não frequentassem as aulas públicas, uma vez que a fiscalização provincial era significativamente ineficaz. No Oitocentos, os próprios professores produziam seus “mapas de frequência de alunos” e relatórios exigidos pela Presidência da Província. Além disso, o costume da época admitia a possibilidade de a educação de um filho, livre ou forro, ou de um escravo ainda pequeno ser confiada a um mestre artesão ou professor particular. Os professores particulares lecionavam nas residências dos pupilos ou em locais organizados pelos próprios mestres. (MORAIS, 2007, p. 498)

Assim como se observa na fala de Villalta (2007), poder-se-ia dizer que os negros e os pardos possuíam algum acesso às práticas educacionais, como argumentado por Moraes (2007). A necessidade de se proibir, legalmente, o acesso dessas camadas sociais ao ensino nos demonstra um indicativo de que pessoas pertencentes às classes mais baixas tinham algum acesso, apesar de não se ter confirmação comprobatória dessa prática. Outro fato relevante é a fiscalização ineficaz da província, o que poderia permitir, como declarado por Moraes (2007), que os negros frequentassem as aulas públicas.

Corroborando as ideias de Villalta (2007) e de Moraes (2007), Venâncio (2012) relata um dado interessante acerca da promulgação da “lei do ventre livre”, em 1773. Segundo o autor, àquele período, houve “indícios de conspirações visando ampliar seu alcance e sentido” (VENÂNCIO, 2012, p. 154-155). Tais conspirações chamaram a atenção das autoridades, que instituíram a abertura de um processo para a averiguação de denúncias de reuniões entre “escravos libertos e escravos da capital paraibana”, cujos “documentos resultantes da repressão revelam a leitura que os conspiradores faziam da legislação portuguesa” (VENÂNCIO, 2012, p. 155). Ainda de acordo com Venâncio (2012), “em 1773, durante a repressão à conspiração ocorrida na Paraíba, foram confiscados pasquins, que reproduziam os textos do alvará referente à liberdade dos filhos de escravas de Portugal” (p. 169, *itálico do autor*). Sobre a capitania de Minas, Venâncio (2012) cita uma carta, enviada ao Conselho Ultramarino, em 1802, em que é relatada “a circulação de textos escritos por ‘homens e pessoas de nação branca, pardos e muitos inferiores nas cores e graus’, através dos quais se mencionava rumores a propósito da libertação dos cativos” (p. 169). Apesar disso, o autor alerta para o fato de essa característica não ser homogênea entre as pessoas que compunham as populações negra e parda:

estudos relativos a outras áreas e períodos mostram a existência de cativos com algum domínio de leitura e escrita. No entanto, essas ocorrências foram excepcionais.

Na verdade, antes mesmo de migrar para o Novo Mundo, os portugueses sabiam que letramento e escravidão eram incompatíveis. A experiência com cativos mouros - e depois com africanos das regiões subsaarianas - lhes havia mostrado que tal habilidade aumentava a eficácia das revoltas e dava origem, como seria de esperar, a [sic] falsificação de alforrias. (VENÂNCIO, 2012, p. 179)

Fica clara, portanto, a dificuldade em se precisar o nível de letramento das camadas sociais menos abastadas. Entretanto, os poucos estudos que apontam para “a existência de cativos com algum domínio de leitura e escrita” refletem uma necessidade em se averiguar, mais detalhadamente e de maneira mais abrangente, como esse processo se perfazia na sociedade setecentista. O que se pode inferir, a princípio, é que boa parte da população era alfabetizada, embora não se possa afirmar que isso tenha ocorrido nos espaços formais de aprendizagem.

Considerações finais

Findas as nossas colocações, o que buscamos, neste capítulo, foi realizar um levantamento sobre conceitos caros ao entendimento dos processos de ensino e de aprendizagem, quais sejam *alfabetização*, *escolarização* e *letramento*. A finalidade dessa decisão é a de se avaliar em que medida esses conhecimentos nos servem para a compreensão das práticas letradas no século XVIII, em Portugal e no Brasil, mais especificamente no território que hoje chamamos de Minas Gerais.

Além disso, dedicamo-nos a fazer um apanhado de informações, a partir de outros estudos, que nos revelassem como a sociedade setecentista se organizava e em que medida se dava o seu acesso ao mundo letrado. Verificamos, pois, a forte estratificação das classes sociais no período (BOSCHI, 2007; VILLALTA, 2007; MENDES, 2008; VENÂNCIO, 2012) e que, incluídos nesse perfil, o acesso aos espaços escolares se restringia a homens brancos, pertencentes à elite. Contudo, isso não impedia que mulheres e pessoas das demais classes sociais não desenvolvessem habilidades de leitura e de escrita, ainda que isso se desse de maneira periférica à institucionalização do ensino. Inferimos, dessa forma, que aqueles que não frequentavam o ensino formal possuíam algum nível de letramento, sendo este gradual. Ademais, constatamos haver, no período, uma estrita relação entre o ofício profissional e o grau de intimidade com a leitura e a escrita. As informações apresentadas neste capítulo nos servirão de base nas análises empreendidas nos capítulos 5 e 6 deste livro.

NORMAS GRAMATICAIS PARA O USO DE ABREVIATURAS NO SÉCULO XVIII

Vivian Canella Seixas

Considerações iniciais

Simples ou sofisticadas, corriqueiras ou singulares, tão triviais, porém da mesma forma extraordinárias – todos esses adjetivos servem para qualificarmos um único objeto: as abreviaturas. Mais especificamente, nosso olhar se volta aos recursos braquigráficos utilizados em cartas pretéritas, produzidas no Brasil e em Portugal no século XVIII. Naquele período, os recursos abreviativos, tão empregados hoje nas comunicações via internet, a exemplo do que ocorre nas mídias sociais, eram também muito produtivos, mas de forma um tanto diferente. Neste capítulo vocês verão, portanto, que as abreviaturas se mostram, mais do que um recurso para uma escrita mais ágil e rápida ou um estilo, uma ferramenta que pode dizer muito sobre quem a grafou.

Conforme evidenciado no primeiro capítulo, o nosso interesse recai, em sentido amplo, no olhar de que elementos gráficos podem se comportar como uma solução metodológica quando se busca desvendar características sócio-histórico-culturais daquele que segurou a pena. Para tanto, embasamo-nos em trabalhos pioneiros que compartilham dessa perspectiva (MARQUILHAS, 1996; BARBOSA, 1999; 2005; 2017) e vamos além, ao evidenciarmos, ineditamente, os recursos braquigráficos como mais uma ferramenta linguística que pode ser usada como pista gráfica na identificação, mais especificamente, do grau de letramento, do estrato socioeconômico e do sexo do escriba.

Nosso interesse incide, ainda, em legitimar o sistema de regras normativas quanto ao uso das abreviaturas no referido período, compilá-lo e utilizar tais regras para estabelecer critérios metodológicos para a caracterização sociolinguística daquele que segura a pena.

Mas antes de desbravarmos as normas e as possibilidades que as abreviaturas oferecem para tal caracterização e a forma como chegamos a isso, vamos entender do que exatamente elas se tratam.

1 | As abreviaturas: um breve reconhecimento

1.1 | Definições

É muito comum ver, atualmente, abreviatura sendo tratada como sinônimo de abreviação, e vice e versa; porém, apesar da aparente semelhança, a maior distinção entre os termos abreviação e abreviatura é que, em linhas gerais, o primeiro diz respeito ao ato de abreviar, o qual utiliza, para tanto, dos recursos braquigráficos. Ou seja, a abreviatura é o elemento gráfico utilizado no ato de abreviar.

Além disso, já que estamos falando do significado do nosso objeto, bem como nosso recorte temporal é pretérito, vejamos como o verbete abreviatura é definido na fonte mais antiga a qual tivemos acesso:

ABREVIATURAS, Abreviatùras. Palavras abreviadas, ou caracteres, que tem lugar de palavras inteiras. Forão inventadas para escrever com mais brevidade, & hã tres modos de abreviar a palavra, que se quer pintar na escritura. O primeiro modo, he por uma só letra, que signifique huma dicção inteira. O segundo, he pôr algumas letras, & deixar as outras. O terceiro he formar huns caracteres, ou figuras, que ainda não sejam as letras, não deixão de significar a palavra, que se quer dizer. [...] Escrevesse por abreviaturas, o que se vay dictando com muita pressa, & corre a mão, de quem escreve tão veloz, como a lingua, de quem falla. (BLUTEAU, 1728, p. 42)

O autor, além de apresentar um breve conceito, também apresenta a função, o contexto de uso e as características estruturais das abreviaturas.

Mas, e de onde veio a palavra *abreviatura*? A etimologia pode nos ajudar nessa tarefa e, aprofundando mais a nossa investigação, verificamos que a sua entrada no léxico do português deu-se no século XVI e tem como origem o termo *breve*, oriundo do lat. *brevis*, o qual significava “de pouca duração, ou de pouca extensão ou tamanho” (CUNHA, 2010, p. 101).

Ao voltarmos mais ainda no tempo e buscarmos o caminho percorrido até a forma atual, verificamos que *brevis* tem como raiz o termo do protoindo-europeu (PIE) **mregh-u-*, o qual

significa ‘curto, baixo, pequeno, raso’. Posteriormente, no latim tardio, tem-se a formação do termo *abbreviationem*, advindo da junção do lat. *ad* ‘para’ + *breviare* ‘encurtar’, sendo este originado de *brevis* (HARPER, 2001). Dessa formação, teve-se como resultado em português o termo hoje empregado: *abreviatura*.

Considerando que a abreviatura é um recurso braquigráfico, discorreremos também sobre a etimologia do termo da área dos estudos paleográficos que o engloba: a *braquigrafia*. A entrada desse vocábulo no léxico do português ocorreu no século XIX, devido à introdução de várias palavras na linguagem científica nacional, as quais eram formadas pela união de elementos gregos, e tem como origem a junção do gr. *brachýs* ‘curto, breve’ + gr. *gráphein* ‘escrever, descrever, desenhar’ (CUNHA, 2010, p. 100).

1.2 | Tipologia

As abreviaturas, apesar de parecerem semelhantes, possuem certas características singulares, que permitem a sua distinção em tipos. Tal caracterização é importante para a investigação aqui proposta, uma vez que são essas características que permitem determinar o grau de complexidade de conhecimento demandado para empregá-las⁶.

Vejamos, então, a tipologia das abreviaturas, a qual se fundamenta na natureza do sinal abreviativo⁷:

1. Por sinal geral: possui signo abreviativo (ponto (.), apóstrofo ('), apóstrofo duplo ("), linha sobreposta à letra (¯) ou traço envolvente (@)) e ocorre a supressão de uma ou mais letras. Pode ser subcategorizada em:

1.1. Suspensão ou apócope: supressão de elementos finais da palavra: *an.* (*anno*); *pag.* (*página*).

1.2. Sigla: consiste na representação da palavra pela letra inicial e pode ser subdividida em três tipos:

1.2.1. Siglas simples: apresenta apenas a letra inicial. Exemplos: *D.* (*Dom* ou *Dona*); *F.* (*Fiel*).

1.2.2. Siglas reduplicadas: a letra inicial é repetida para significar o plural das

⁶ Isso será tratado posteriormente na seção 2 – A norma das abreviaturas.

⁷ Tipologia proposta por Costa (2007, p. 76-81), a qual foi adotada pelo fato de a autora também ter utilizado *corpus* composto por documentos setecentistas.

palavras representadas ou o seu grau superlativo. Exemplos: *P.P.* (*Padres*); *D.D.* (*Desembargadores*).

1.2.3. Siglas compostas ou acrônimos: formadas por duas ou três primeiras letras da palavra ou pelas letras predominantes do vocábulo. Exemplos: *MOBRAL* (*Movimento Brasileiro de Alfabetização*); *OTAN* (*Organização do Tratado do Atlântico Norte*).

1.3. Contração ou síncope: representa a supressão de letras do meio do vocábulo. Exemplos: *Roiz* (*Rodriguez*); *Snr* (*Senhor*).

1.4. Letras sobrescritas: sobreposição da última ou das últimas letras da palavra. Exemplos: *Ill.^{mo}* (*Illustrissimo*); *p.^a* (*para*).

1.5. Mista: quando em uma mesma palavra se encontram abreviaturas por suspensão (apócope) e por contração (síncope), ou quando, numa sequência de palavras, nenhuma delas apresenta-se isoladamente abreviada. Exemplos: *V.Ex.^a* (*VossaExcellencia*); *S. Paulo* (*São Paulo*).

2. Sinal especial: presença de um sinal colocado no início, meio ou fim da palavra abreviada, indicando os elementos ausentes. Exemplos: *Lx.^a* (*Lisboa*); **§** (*mil*).

3. Notas tironianas ou taquigráficas: sinais baseados nas letras do alfabeto maiúsculo romano e são utilizados em várias posições, tendo significados diferentes em cada uma delas. Exemplos: *.S.* (*scilicet = a saber*); *&* (*et = e*).

4. Abreviatura numérica: abreviatura de numerações, designativas de ordem, divisão e meses do ano; utiliza-se a sobreposição das letras *o* e *a* minúsculas aos numerais ou à terminação *-bro*. Exemplos: *1^o* (*primeiro*); *7bro* (*setembro*).

2 | A norma das abreviaturas

Como dissemos, um dos nossos interesses neste capítulo é atestar a existência do que chamamos de norma das abreviaturas; outro, sistematizar esse conjunto das regras que regiam o uso das abreviaturas nos séculos XVIII e XIX; e, por fim, estabelecermos critérios metodológicos para a caracterização sociolinguística do escrevente por meio desses recursos.

Obviamente, quando se trata de pesquisa diacrônica, já é natural a dificuldade em lidar com fontes pretéritas; porém, além disso, nós pesquisadores deparamo-nos com uma relativa escassez de informações sobre as abreviaturas, as quais, muitas vezes, estão diluídas nas obras normativas e não se encontram em uma seção a elas dedicada, apesar do uso cor-

riqueiro naquele período. Assim, enfrentados tais desafios, para alcançarmos o objetivo de sistematizar a norma, foi necessário fazermos uma compilação das prescrições encontradas em 41 gramáticas e manuais de estilo⁸ do referido período aos quais tivemos acesso⁹.

2.1 | O que prevê a norma setecentista?

A mais antiga obra setecentista que trata das abreviaturas é o dicionário de Bluteau (1728). Nela, o autor apresenta a definição¹⁰ do verbete *abreviatura*, além de atribuir funções e regras para o uso desse recurso. Quanto às funções, Bluteau (1728) menciona duas: a de representar vocábulos inteiros e a de obter mais rapidez na escrita, as quais também são úteis para se escrever na velocidade daquilo que é ditado. Sobre as regras, o autor não deixa claro quantos caracteres devem ser suprimidos, mas identificamos que uma das formas é por meio de sigla simples, na qual se mantém somente uma letra, a inicial; a segunda é por suspensão e/ou por contração, visto que ambos os tipos permitem manter algumas letras e omitir outras; e outra é abreviar por meio de nota tironiana, já que são as formas que utilizam símbolos e não letras.

Bluteau (1728) também dedica uma seção ao til, sinal abreviativo que se mostrava muito produtivo na escrita setecentista. O autor menciona outras possíveis nomenclaturas, quais sejam, “risquinha”, “risco” e “meia letra”, justificando este último nome ao fato de não poder ser considerado letra inteira devido à impossibilidade de se pronunciar este caractere. Além disso, é interessante o posicionamento do autor em relação à funcionalidade deste caractere naquele período, pois destaca a grande utilidade que tem na ortografia das línguas, principalmente no Português.

No que diz respeito às regras de uso do til, para Bluteau (1728), via de regra, a função é a de indicar a omissão de letras. Mas o autor se aprofunda e expõe variadas possibilidades. Uma delas é para indicar a supressão das letras *M* ou *N*, quando representam som nasal, devendo ser colocado na vogal que as antecede, como em *Têpo* (*Tempo*) e *Têto* (*Tento*). Outra é quando se quer representar a omissão de duas letras, como na abreviatura *q´* (*que*).

8 Dessas 41 obras investigadas, somente 15 continham informações a respeito das abreviaturas. São elas: Bluteau (1728), Feyjo (1734), Oeyras (1759), Meldola (1785), Souza (1804), Academia Real de Sciencias de Lisboa (1842), Albuquerque (1854), J. Ribeiro (1860), Macedo (1862), Oliveira (1862), d'Oliveira (1871 [1536]), Aulete (1864), Braga (1876), Ribeiro (1890) e Dias (1894).

9 Os detalhes dos procedimentos teórico-metodológicos encontram-se no capítulo 5 – Análise do uso das abreviaturas no século XVIII.

10 Previamente exposto na subseção 1.1 Definições.

Neste exemplo, nos chama a atenção que o autor não utilizou o til, mas um sinal que se assemelha a um apóstrofo. O que podemos inferir sobre essa distinção de sinais é que ela é uma evidência da variação de formas para abreviar o *que*, além de também poder ser uma forma de marcar funções diferentes: o til que marca a nasalidade e o que se assemelha ao apóstrofo marca a omissão de duas letras.

O til também pode ser empregado na omissão de muitas letras, mais especificamente nos casos em que há repetição de palavras muito extensas, o que, conforme o autor, economizaria espaço no suporte: *Snçã* (*Sentença*), *Phiã* (*Philosophia*) e *Miã* (*Misericordia*).

Além disso, Bluteau (1728) evidencia que o sinal também ocorre nas abreviaturas de sobrenomes terminados em -es, devendo o til ser alocado acima do último caractere. O autor utiliza *Frz* (*Fernandes*) e *Glz* (*Gonçalves*) como exemplos¹¹ e, como se pode notar, o último caractere das duas abreviaturas é o -z. Nesse caso, a troca para diferenciar o -s final de sobrenome do -s como desinência de número é um uso que certamente requeria mais conhecimento para ser aplicado, caso contrário o sobrenome seria grafado com -z.

O autor também aborda o uso desse caractere no contexto da pronúncia de palavras que terminam com som nasal, mais especificamente nas sílabas finais *am*, *em*, *im*, *om* e *um*. Nesse caso, a regra é retirar o *m* e colocar o til acima da vogal, como ocorre nas abreviaturas *Razã*, *vintẽ*, *jasmĩ*, *Bõ* e *Atũ*.

Outro autor que trata das abreviaturas é Feyjo (1734). Em uma abordagem mais exaustiva, na qual dedica uma seção e uma subseção inteiramente aos recursos braquigráficos, o autor tece considerações sobre a função e a forma em função do contexto de uso e o emprego adequado.

O primeiro item abordado por Feyjo (1734) é o til, tratado por ele como um caractere e não uma letra, e que fora criado para indicar que alguma letra foi suprimida devido à necessidade de ser breve.

Sobre o posicionamento desse sinal, menciona que “sempre se põe como apice sobre a palavra no lugar correspondente á letra que suppre.” (FEYJO, 1734, p. 108). Além disso, consultando alguns exemplos dados, como *Cõmungar*, *Bẽ*, *Aña*, foi possível inferir que o til deve se alocar acima da letra anterior àquela que fora suprimida quando se trata da supressão das letras *m* ou *n*. Por sua vez, quando se trata da indicação de som nasal na terminação -ão (como em *Irmaõ*), o til se aloca acima do *o*, já que não ocorre supressão de nenhuma letra.

11 Apesar de estar tratando do uso do til, esses exemplos de Bluteau (1728) inconsistentemente não possuem o sinal.

Outra função atribuída ao til é a de que, quando alocado sobre uma vogal anterior à letra *m* em meio de palavra, é indicativo de que esta consoante é dobrada. E quando ocorre em vogal ao final da palavra, supre o *m* nas palavras que com essa letra terminam.

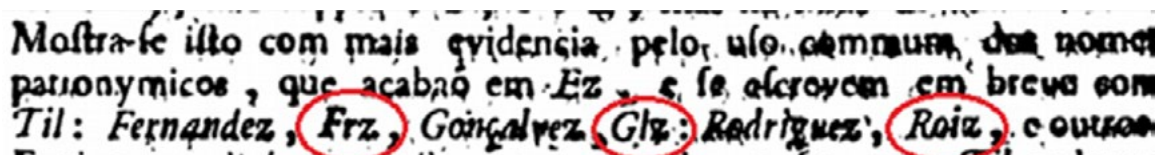
Por sua vez, nas terminações em -ão, como em *Irmaão*, *Christão*, *Joaão*, o til não indica supressão, mas é um recurso para evidenciar a nasalidade na pronúncia. O autor, inclusive, dá o exemplo *Cômunicação*, no qual, diferentemente do que ocorre hoje, o til aparece duas vezes, tanto para indicar a supressão da consoante *m* dobrada quanto para a nasalidade da vogal final *o*.

Feyjo (1734) evidencia que o til também indicava o *n* dobrado no interior das palavras tal como exemplificado em *Anna* (*Aña*), *Joanna* (*Joãna*) e *Marianna* (*Mariãna*). Notamos, porém, que a posição deste caractere é distinta no vocábulo *Aña*, já que, diferentemente da regra para suprir a letra *m*, em que o til fica acima da vogal anterior, neste exemplo o til está acima do *n*. Inferimos, então, que o til não ocorre no caractere inicial, mesmo que seja uma vogal; pode posicionar-se, assim, acima do *n* para representar a sua duplicidade quando a vogal que o antecede está no início da palavra. Portanto, embora pareça que a regra seja a mesma para o emprego das consoantes nasais *m* e *n* em redobro, o uso do *n* tem especificidade. É possível dizer, ainda, que tal especificidade demandava do escrevente maior domínio da norma.

O autor menciona, também, o uso universal do til acima do vocábulo *que*, assim breviado *q̃*, para indicar a supressão das letras *u* e *e*. Observe que, nessa abreviatura, o sinal abreviativo difere do exemplo dado por Bluteau (1728), o qual possui um apóstrofo em vez do til (*q'*).

Assim como feito por Bluteau (1728), o emprego do til para demonstrar o final da abreviatura de sobrenome que acaba em -ez é mencionado por Feyjo (1728). A prescrição é, inclusive, tão semelhante que parece ser uma cópia, principalmente porque apresenta os mesmos exemplos – *Frz* (*Fernandez*), *Glz* (*Gonçalvez*) – com a exceção de que, nos exemplos de Feyjo (1734), tanto os sobrenomes quanto as suas abreviaturas são grafadas com -z, do acréscimo do exemplo *Roiz* (*Rodriguez*), e a mesma inconsistência gráfica (a ausência do til nos exemplos *Frz* e em *Glz*):

Figura 1 - Exemplos de Feyjo (1734) sobre o uso do til em sobrenomes terminados em -ez



Fonte: Feyjo (1734, p. 110).

Posteriormente, em seção dedicada somente ao emprego das abreviaturas, Feyjo (1734) menciona novamente que é antigo o uso de tais recursos na escrita, os quais são empregados devido à pressa ou à falta de tempo do escrevente, bem como para se ter menos trabalho ou para economizar papel.

O autor menciona os caracteres que necessariamente devem estar nas abreviaturas, e a prescrição dada é a de que, com o intuito de se evitar a dúvida por parte do leitor e, consequentemente, poupá-lo do entendimento errôneo, a abreviatura de todo nome deve possuir suas letras, de modo que estas não possam ser aplicadas a outros nomes. Expõe, ainda, que essas letras não sejam difíceis de emendar, visto que, em muitas assinaturas, usa-se uma só letra, ou se une duas ou três consoantes para transformá-las em um único sinal¹².

Feyjo (1734) também apresenta, em sua obra, o emprego de nota tironiana como recurso braquigráfico, como feito para representar a abreviatura de *etcetera* (&c.). É possível inferir, portanto, que havia uma regra para abreviar a palavra *etcetera*, qual seja, os caracteres constituintes eram o símbolo & seguido pela letra c e pelo ponto abreviativo.

O teórico aborda, ainda, abreviaturas do tipo *nomina sacra*: *Jesus* e *Christo*. Segundo sua observação, o emprego da abreviatura *IHS* (*Jesus*) no período era frequente, porém causadora de dúvida e não tão óbvia, visto a existência de caracteres que não compunham o nome santo.

He frequente o uso, com que se escreve nos titulos, nas portas, e nos Templos o Santissimo nome JESUS com esta abbreviatura *IHS*, letras, que tendo a figura do I, do H, e do S latino, e nosso, fazem a duvida, de que a letra H não tem lugar neste sagrado nome JESUS. Mas esta duvida, que he bem fundada na figura das letras, não tem lugar na intelligencia dellas; porque as taes letras foram tiradas dos caracteres, com que os Gregos escreviam JESUS em breve, que eram um J, hum E, e hum S, deste modo *JES*. E como o Eta, ou E longo vogal dos Gregos tem quasi a mesma figura do H, ficou nosso H servindo de E Grego nesta abbreviatura *IHS*, que he o mesmo que *JES*. (FEYJO, 1734, p. 125)

Em alguns casos, é necessário conhecimento de língua grega para entender a origem da constituição dos caracteres e para explicar as distinções identificadas entre o vocábulo e a abreviatura. Porém, tal conhecimento é dispensável se considerarmos que, para as abreviaturas formadas por siglas, o usuário da língua podia decorar a forma e não precisar saber a

¹² O autor não fornece exemplos.

sua origem e constituição, não sendo essencial o conhecimento da constituição da forma e, sim, do contexto de uso para empregá-la. Além disso, como a expressão é da esfera religiosa, funcionava como um dogma e, dada a força da religião na época, provavelmente era empregada até mesmo por pessoas pouco escolarizadas, mas religiosas, que a decoraram. Isso espelha, conseqüentemente, que o seu emprego estava relacionado à familiarização com o contexto religioso, não sendo necessário, portanto, conhecimento de norma.

Quanto à abreviatura de *Christo*, o autor faz uma extensa exposição:

305 Também alguns usam desta abreviatura *Xpō* em lugar do nome *Christo*; **o que na censura de Bluteau he erro dos vulgares, e indoutos**. Letr. X pag. 607. Mas não sei como este Author nota por erro do vulgo indouto huma abreviatura, que **só podia ser usada por homens peritos**¹³ na lingua Grega; porque os Gregos escrevem o seu *C* aspirado, com huma figura quasi como a do *X*, e corresponde ao nosso *CH*: escrevem o seu *R*, a que chamaõ *Ro*, com outra figura, que parece *P*: e por isso escreviaõ *Christus* com este breve *XPS*, como se fosse *Chris*.

306 E quem duvida, que se o nome latino *Christus* na abreviatura dos caracteres Gregos se escreve bem *XPS*, tambem o nome *Christo* em portuguez se pôde escrever sem erro com abreviatura Grega *Xp.º* que he o mesmo que *Chr.º* na nossa abreviatura? Aqui o erro dos vulgares, e indoutos não he por escreverem o nome *Christo* com *X*, *P*, *O*, he por entenderem que aqui o *X* vale por *X*, sendo o *C* aspirado, ou *Ch* dos Gregos; e por entenderem que o *P* vale por *P*, sendo *R*, ou *Ro* também Grego. Por isso não he erro usarmos abreviaturas *IHS XPS*, pondo estas letras com a figura das nossas, porque ordinariamente se não achão nas impressas os caracteres Gregos. (FEYJO, 1734, p. 125)

O autor contrapõe o julgamento de Bluteau (*op. cit.*), segundo o qual o uso das abreviaturas *Xpō*, *XPS* (ambas *Christo*) e *IHS* (*Jesus*) é um erro cometido pelos menos esclarecidos ao explicitar detalhadamente a sua origem, apresentando, inclusive, explicações de cunho fonético para o uso de certos caracteres. Utilizando-se da mesma estratégia, também evidencia o que considera como o erro dos indivíduos menos instruídos.

Outra questão é que o desconhecimento das regras do grego para a composição da abreviatura leva o escriba a incorrer em variação, já que, conforme ilustrado pelo referido autor, havia formas distintas para a sua representação.

13 Grifo nosso.

Diante disso, apesar de a origem dos caracteres das abreviaturas dos nomes santos *Jesus* e *Christo* serem um apelo à língua grega, o fato de serem utilizadas em contexto religioso não exige que o emprego fique restrito ao conhecimento especializado, visto que poderiam ser copiadas e inferidas.

Quanto aos tipos de abreviatura, verificamos que o autor utiliza os seguintes: sigla simples (*q̃*), contração (*Aña*), letra sobrescrita (*R.do*), mista (*Frz* – contração e sinal especial), sinal especial (*IHS*, *Xpō*) e nota tironiana (&c.).

Oeyras (1759) é bem sucinto no tratamento dado aos recursos braquigráficos, já que reserva somente uma orientação sobre o ensino das abreviaturas:

Depois que o Professor tiver bem aperfeiçoado o Discipulo em ler clara, e distinctamente o Grego, assim como está escrito: Passará a fazello escrever correctamente, e a fazer-lhe distinguir as figuras diversas tanto das letras, como das syllabas, e das abreviaturas; porque com esse exercicio se facilita o estudo, e se aprende com gosto. (OEYRAS, 1759, p. 10)

Vemos que, diferentemente dos outros autores, a sua fala não recai sobre aspectos normativos das abreviaturas, mas destaca o contexto de sua aprendizagem, que demanda conhecimento mais sofisticado, já que seu ensino só ocorrerá depois de o aluno ter uma boa iniciação na língua em questão, além de deixar subentendido que as abreviaturas são um dificultador para a leitura, assim como assinalado por outros teóricos.

Outra relevante obra é a de Meldola (1785). Esta distingue-se das demais por ser a primeira a apresentar uma lista de abreviaturas, a qual nos permitiu inferir uma série de regras sobre o emprego desse recurso. De acordo com o autor, essa lista “& huma Collecção de todas as Abreviaturas usaveis no idioma Portuguez. [...] e ensinará a todos a fallar sem erro, e a escrever com acerto.” (*op. cit.*, p. 365). Tal fala reforça, conforme já supúnhamos, a existência de uma norma, evidente na dicotomia “erro” e “acerto” por ele utilizada – ou seja, é possível inferir que só se erra algo se a forma correta estiver prescrita, estando o “acerto” associado, portanto, ao aprendizado da lista de abreviaturas.

Intitulada *Collecção das Abbreviaturas usadas na Lingoa Portugueza*, a lista encontra-se na seção *Suplemento da Arte Portugueza*, a qual, conforme o autor, trata das regras de ortografia que até aquele momento haviam sido evidenciadas pelos teóricos. Na figura 8, a seguir, é possível visualizá-la:

Figura 2 - Lista de abreviaturas de Meldola (1785)

<i>Collecção das Abreviaturas usadas na Língua Portuguesa.</i> <i>Sammlung der gebräuchlichsten Abkürzungen in der Portugiesischen Sprache.</i>			
Anto.	Antonio	V. Magde.	Vossa Magestade
Sebam.	Sebastiam	S.	Santo
Bmo Pe.	Beatissimo Padre	Franco.	Francisco
Capm.	Capitam	Gde.	Guarde
Compa.	Companhia	Ms. As.	Muitos Annos
Corro.	Correo	Me.	Mestre
D.	Dom	Snr, Sra.	Senhor, Senhora
Dr. Dor.	Doutor	Rmo.	Reverendissimo
Ds.	Deos	Pa.	Para
Do. Da.	Ditto, Ditta	Q-	Que
Exmo. Exma.	Excellentissimo, ma	Qdo.	Quando
V. E.	Vossa Excel- lencia	Qm.	Quem
V. S.	Vossa senhoria	Qto.	Quanto
V. A.	Vossa alteza	Suppte.	Supplicante
UM. ou Umce.	Vossa. Merce	Genral.	General
V. P.	Vossa Paterni- dade	Tente.	Tenente
		V. G.	Verbi Gratia
		P. E.	Por Exemplo
<i>Fim do Supplemento da Arte Portuguesa.</i>		<i>Ende des Anhangs zur portugiesischen Sprachkunst.</i>	

Fonte: Meldola (1785, p. 396).

É impossível não reparar que há, nessa listagem, a tradução para a Língua Alemã. Isso se dá porque um dos objetivos da obra é, além de versar sobre as prescrições da Língua Portuguesa, promover o ensino da língua estrangeira.

Do ponto de vista morfológico, é possível observar que as abreviaturas listadas pertencem às seguintes classes: pronome de tratamento (*V.E.* = *Vossa Excellencia*); pronome relativo (*Q-* = *que*); substantivo (*Me.* = *Mestre*), pronome indefinido (*Ms.* = *Muitos*); preposição (*Pa.* = *Para*); adjetivo no grau superlativo (*Rmo.* = *Reverendissimo*) e verbo (*Gde.* = *Guarda*).

Sobre a tipologia dos recursos abreviativos, observa-se que o autor apresenta sigla simples (*D.* = *Dom*), contração (*Franco* = *Francisco*) e mista (*Umce.* = *Vossa Merce* – suspensão e contração). Diferentemente dos outros autores que apresentam listas de abreviaturas, (cf. posteriormente SOUZA (1804) e RIBEIRO (1890)), não há nesta nenhum vocábulo abreviado com letra sobrescrita.

Outro padrão inferido é o emprego do ponto como sinal abreviativo, ocorrendo necessariamente ao final das abreviaturas, independentemente da quantidade de letras que possuem. Porém, vemos exceções na abreviatura do vocábulo *que* (*Q-*), que apresenta um hífen, e nas abreviaturas *Bmo* (*Beatissimo*) e *Snr* (*Senhor*), que não possuem nenhum sinal abreviativo.

Ressaltamos que, quanto ao uso do hífen como sinal abreviativo em *Q-*, este pode ser um caso de variação, visto que nas abreviaturas do *q*, no recorte investigado, também se utilizava o *til* (*q̃*) (FEYJO, 1734) e o apóstrofo (*q'*) (BLUTEAU, 1728) e, como são sinais semelhantes, a caligrafia cursiva e o traçado irregular podem ter contribuído para o espraçamento desse uso (cf. exemplos em SOUZA (1804) e d'OLIVEIRA (1871 [1536])).

No que tange a ausência do ponto abreviativo em *Bmo* (*Beatissimo*) e em *Snr* (*Senhor*), há duas possibilidades que podem explicá-la: variação ou problema tipográfico. Assim como *Beatissimo*, há outros dois vocábulos abreviados que são adjetivos no grau superlativo, quais sejam, *Excellentissimo* (*Exmo.*) e *Reverendissimo* (*Rmo.*), os quais possuem sinal abreviativo. Após *Beatissimo*, no entanto, há o substantivo *Padre*, vocábulos que são apresentados sem fronteira pelo autor, o que pode ter influenciado sua opção por não utilizar o ponto abreviativo. Por sua vez, a abreviatura de *BeatissimoPadre* apresenta o adjetivo superlativo e o substantivo juntos, o que pode ter sido, da mesma forma, um problema tipográfico, uma vez que existem duas outras abreviaturas que representam dois termos, um sem fronteira (*V. Magde.* = *Vossa Magestade*) e outro com fronteira (*Ms. As.* = *Muitos Annos*) e, ainda sim, a primeira abreviatura de ambos possui ponto abreviativo. Sobre a abreviatura *Snr*, é provável que ela seja um indício da variação que existia naquele período, assim como evidenciado por Seixas (2018), quando tratou das abreviaturas de *Senhor* no século XVIII.

Mais uma regra que pudemos identificar diz respeito ao emprego do caractere inicial. Como todas as abreviaturas possuem iniciais maiúsculas, infere-se que esta seja a norma para Meldola (1785).

A nossa última consideração sobre a obra de Meldola (1785) diz respeito à marcação do plural. Apesar de o autor não ser explícito quanto a isso, foi possível inferir pela abreviatura *Ms. As. (Muitos Annos)*, o único exemplo fornecido, que o plural é marcado mantendo-se o caractere -s após o caractere inicial.

Outra obra na qual identificamos uma abordagem dos recursos braquigráficos é *Memorias de Litteratura Portugueza*, publicada em 1793 pela Academia Real das Sciencias¹⁴. Nela, tem-se uma descrição ímpar a respeito das abreviaturas, uma vez que os exemplos dizem respeito somente às formas com que os verbos eram empregados, conforme pode ser verificado na figura 3 a seguir:

Figura 3 - Abreviaturas na obra da Academia Real das Sciencias (1793)

propriedades. Assim também o futuro da voz activa na Lingoa Latina he simples, *amabo*; já na Lingoa Portugueza são compostos *amarei*, e *hei de amar*: e temos outro erro dos nossos Grammaticos, que tomavaõ o primeiro como futuro simples, não advertindo, que na realidade he o mesmo que o segundo por abreviatura, feita mudança por anastrofe, como se vê neste Paradigma:

<i>Abreviatura</i>	<i>Extensõ</i>
Amar - hei	Hei - de - amar
Amar - has	Has - de - amar
Amar - ha	Ha - de - amar
Amar - hemos	Havemos - de - amar
Amar - heis	Haveis - de - amar
Amar - haõ	Haõ - de - amar

Fonte: Academia Real das Sciencias (1793, p. 341).

Outro registro na obra diz respeito à desaprovação do emprego da abreviatura por parte de alguns gramáticos, sendo tal uso visto por eles como um barbarismo. É notável, portanto,

¹⁴ Não foi identificada a autoria.

que apesar de as outras obras apresentarem prescrições para o uso isentas de estigma, esse manual apresenta uma crítica em relação ao posicionamento dos gramáticos que as adotavam, justamente pela forma enxuta se constituir por “palavras truncadas, ou meias palavras” (*op. cit.*, p. 341). Ainda assim, é interessante que a obra não deixa de relatar que era uso corriqueiro, inclusive entre os famosos escritores da época.

Uma observação que fazemos é que, apesar de se adotar o termo abreviatura, o sentido por ele apresentado não é o mesmo visto nas demais obras, já que aqui se refere à forma com que determinados verbos eram empregados. Naquele período, a forma de futuro estava ainda em processo de gramaticalização e o *hei* estava no *continuum* de clítico a afixo e pode ser esse processo de mudança que provocou a reação negativa em relação ao uso.

2.2 | O que prevê a norma oitocentista?

A primeira obra oitocentista que se destaca pela extensa abordagem do tema é a gramática de Souza (1804), na qual encontramos duas seções dedicadas ao emprego dos recursos braquigráficos. Na primeira, uma subseção de um capítulo que aborda a ortografia, o autor expõe que o uso deste recurso é antigo, além de registrar a sua função, atribuindo-a à pressa ou à falta de tempo. Quanto ao uso, também menciona que alguns tipos são mais corriqueiros do que outros para que os principiantes as compreendessem, porém, não deixa claro quais são eles. Um comentário também é feito em relação ao emprego da forma, sobre o qual menciona que “elas se costumam escrever com parte das letras na regra, e parte no espaço superior” (SOUZA, 1804, p. 27). A partir dessa descrição, é possível inferir uma regra voltada à forma da abreviatura, pois ela indica que se deve abreviar por meio da omissão de algumas letras e por letra sobrescrita.

Souza (1804), assim como Meldola (1795), também apresenta uma lista de abreviaturas:

Figura 4 - Lista de abreviaturas de Souza (1804)

28 GRAMATICA PORTUGUEZA PART. I.

V.Mag. ^e - - - Vossa Magestade.	R. - - - - Res.
V.Emin. ^a - - - Vossa Eminencia.	RR. - - - - Reos.
V.Ex. ^a - - - - Vossa Excelencia.	Ir. - - - - Irmão.
V.Il. ^{ma} - - - - Vossa Ilustrissima.	Ord. - - - - Ordenação.
V.S. ^a - - - - Vossa Senhoria.	Tom. - - - - Tome.
V.R. ^{ma} - - - - Vossa Reverendissima.	N. ^o - - - - Numero.
S.Mag. ^e - - - Sua Magestade.	D. - - - - Dom, Dona.
S.Emin. ^a - - - Sua Eminencia.	DD. - - - - Doutores.
S.Ex. ^a - - - - Sua Excelencia.	Gov. ^{or} - - - Governador.
S.Il. ^{ma} - - - - Sua Ilustrissima.	Cap. ^{ão} - - - Capitão.
S.S. ^a - - - - Sua Senhoria.	S. - - - - Santo, Santa.
S.R. ^{ma} - - - - Sua Reverendissima.	S. ^{mo} - - - - Santissimo.
Seren. ^{mo} - - - Serenissimo.	SS.PP. - - - Santos Padres.
Ex. ^{mo} - - - - Excelentissimo.	Sap. ^{mo} - - - Sapientissimo.
Il. ^{mo} - - - - Ilustrissimo.	Liv. - - - - Livro.
R. ^{mo} - - - - Reverendissimo.	Tit. - - - - Titulo.
R. - - - - Reverencia.	M. ^{to} - - - - Muito.
P. ^e - - - - Padre.	Am. ^o - - - - Amigo.
M. ^e - - - - Mestre.	Qd. ^o - - - - Quando.
Ab. ^e - - - - Abade.	Q. ^{to} - - - - Quanto.
Snr. ^{or} - - - - Senhor.	Pr. ^o - - - - Primo.
Snr. ^a - - - - Senhora.	Pg. - - - - Pagina.
D. ^{or} - - - - Doutor.	Pag. - - - - Pagina.
A. - - - - Autor.	Fol. - - - - Folhas.
AA. - - - - Autores.	Prov. ^{or} - - - Provedor.

Fonte: Souza (1804, p. 28).

Foram identificados 65 vocábulos abreviados na lista e, embora as regras que direcionassem o emprego das abreviaturas não estivessem ali presentes, foi possível inferi-las.

De início, observamos que o autor apresenta os seguintes tipos de abreviaturas: por suspensão (*Ord.* = *Ordenação*), por sigla simples (*R.* = *Reverencia*), por sigla duplicada (*SS. PP.* = *Santos Padres*), por letra sobrescrita (*Am.^o* = *Amigo*) e por abreviatura mista (sigla simples e letra sobrescrita - *S. Emin.^a* = *Sua Eminencia*).

No que diz respeito ao emprego de sinal abreviativo, todos os recursos braquigráficos apresentam ponto abreviativo posterior à última letra no regramento. O único recurso que diverge em relação a esse uso é *Provedor* (*Prov.^{or}*), que apresenta dois pontos: após a contração e após as letras sobrescritas.

Sobre os caracteres iniciais, verificamos que todas as abreviaturas são grafadas com letra maiúscula.

Outra observação diz respeito à regra para a formação de abreviatura no plural. A partir dos exemplos dados em sua forma singular e plural, como *A.* (*Autor*) e *AA.* (*Autores*); *R.* (*Reo*) e *RR.* (*Reos*); *SS. PP.* (*Santos Padres*), foi possível depreender que o plural é feito com a inicial maiúscula duplicada e o ponto abreviativo posterior à segunda letra. Contudo, notamos que a forma *D.* é atribuída aos pronomes *Dom* ou *Dona* e a forma *DD.* é a representação de *Doutores* e não o plural de *Dom* ou *Dona*, se fosse aplicada a regra da duplicação. Como *Dom* é um título eclesiástico e *Dona* é um pronome de tratamento à época, ambos não tinham plural, então a inexistência da forma *DD.* para ambos se justifica. Por outro lado, *Dona* pode ter plural se for substantivo, então é provável que essa classe gramatical permita a duplicação, assim como ocorreu com *DD.*, plural do substantivo *Doutores*; consequentemente, a sua forma no singular *Doutor* também devia ser abreviada com *D.*. O que aqui descrevemos pode ser, então, um indício da variação das formas, a julgar pela possibilidade de o mesmo recurso braquigráfico ser utilizado para palavras distintas, ou seja: *D.* pode ser a representação de *Doutor* ou de *Dona* (substantivo) e *DD.* pode ser para *Doutores* e para *Donas* (substantivo).

Uma ocorrência singular acerca da representação de vocábulos no plural foi *Fol.*, abreviatura de *Folhas*. Neste caso, Souza (1804) não apresenta nenhum caractere que faça a distinção entre singular e plural. Se fôssemos aplicar a regra inferida, e considerando que *Folhas* é um substantivo, a sua forma abreviada deveria ser *FF.*, que marca número explicitamente em sua estrutura. Então, isso também pode se tratar de indício de caso de variação. Todavia, verificamos que a inexistência de marcação de número ocorre em

abreviatura de vocábulo que não se refere a pessoas, diferentemente dos exemplos dados no parágrafo acima. Em vista disso, é plausível que, para o autor, o redobro fosse somente aplicado nesses casos.

Quanto aos pronomes de tratamento, observamos que eles são abreviados por sigla simples em todos os vocábulos que os formam (V. E. = *Vossa Excellencia*) e por sigla simples e letra sobrescrita (V. Ex.^a = *Vossa Excellencia*); as exceções são *Snr.^{or}* e *Snr.^a*, abreviados por contração e por letra sobrescrita, os quais se prestam à marcação do gênero. É interessante destacar que esta é, então, uma regra que demanda conhecimento especializado, pois requer o conhecimento de flexão de gênero.

Souza (1804) registra, também, as abreviaturas **D.^s gd.^e a V. S.^a m.[~] a.[~]** da expressão *Deos guarde a Vossa Senhoria muitos anos*, comumente empregada para despedida nas cartas. É nessa expressão que ocorre o único emprego de iniciais minúsculas (em *gd.e*, *m.~* e *a.~*). Isso nos permitiu observar que a inicial minúscula ocorre somente em uma expressão feita. Verificamos, ainda, que nela o til é utilizado para evidenciar a supressão de caracteres, assim como apontado por Feyjo (1734).

Por conseguinte, o autor trata de duas abreviaturas feitas com o uso de sinal especial: *IHS* (*Jesus*) e *XPõ* (*Christo*), sobre as quais menciona terem origem grega, e *Lx.^a* (*Lisboa*). No entanto, diferentemente de Feyjo (1734), Souza (1804) não explicita como se deu a composição dos seus caracteres.

Outra questão tratada pelo autor é o uso do *til*, para a qual dá especial atenção em uma seção somente a isso dedicada. Ele assinala, inicialmente, que os antigos o usaram muito, porém, estava caindo em desuso para indicar a omissão de letras, tais como em *Mĩa* (*Mizericordia*), *Bpõ* (*Bispo*), *Apõlo* (*Apostolo*) e *Tpõ* (*Tempo*). É possível observar, pelos exemplos, que há usos distintos para o til: em *Tpõ* marca a supressão de som nasal composto por duas letras, mais especificamente, de vogal e da consoante *m* – uso o qual se difere do que fora prescrito por Feyjo (1734) devido à quantidade de caracteres suprimidos no interior de vocábulo, pois este autor o empregava somente para a omissão de um caractere; em *Mĩa* (*Mizericordia*), *Apõlo* (*Apostolo*) e *Bpõ* (*Bispo*), o emprego também é inovador, pois, além de representar a supressão de mais de uma letra no interior do vocábulo, não suprime som nasal. Outra hipótese a se cogitar é se esse til não seria originalmente um apóstrofo cuja função é, de fato, marcar a omissão de letras independentemente de tais letras representarem ou não sons nasais.

Souza (1804) assinala, ainda, que os usos mais frequentes, naquele momento, eram para

suprir a letra *m* nos ditongos de segunda espécie, isto é, dígrafos nasais em que o som nasal não é consoante, e sobre a letra *q* para indicar a abreviatura do vocábulo *que* (*q̃*), a qual possui o mesmo sinal abreviativo prescrito por Feyjo (1734) e distinto de Bluteau (1728) (*q'*) e de Meldola (1785) (*Q-*). Ressaltamos, aqui, o fato de essa observação sobre o desuso ser de cunho funcional e que não havia sido feita pelos gramáticos até então mencionados.

Percebemos que Souza (1804) dá um tratamento ainda mais específico para o til, uma vez que também menciona o seu emprego em ditongos:

nos diptongos da segunda espece he indispensavel o uso do til, para suprir a letra m, que se une na pronuncia á primeira vogal, pois escrevendo-se poderia pronunciar-se como consoante ferindo a vogal seguinte, sendo que ela nestes diptongos deve considerar-se como constituindo huma vós com a vogal que lhe precede, e de nenhuma sorte como consoante; e assim *ãi*, *ão*, *õe*, *~ua*, *~ui*, he o mesmo que *Am-i*, *Am-o*, *Om-e*, *Um-a* *Um-i* [...]. D'aqui se segue que o til deve sempre pôr-se sobre a primeira vogal de cada diptongo, e que he erro pô-lo sobre a segunda como vulgarmente se costuma. (SOUZA, 1804, p. 250)

Aqui, o autor prescreve o posicionamento correto do til quando tem a função de representar o som nasal do *m* juntamente com a pronúncia da primeira vogal do ditongo decrescente, para que, assim, não seja confundido com a supressão do *m* como consoante em posição anterior à segunda vogal. Essa prescrição, por sua vez, diverge da de Feyjo (1734), visto que este autor sugere alocar o til acima do o.

Por fim, Souza (1804) reforça, em nota, que se deve ter atenção quanto ao uso das abreviaturas, para que não causem dúvida ou dificuldade de leitura. Para tanto, adverte que não se deve utilizar na abreviatura letra que a palavra não possua e que se deve escrever a quantidade necessária de letras para manifestar a palavra de modo que não se confunda a sua forma abreviada com a de outra palavra. Além disso, considera inadequado, em cartas, abreviar o nome ou o sobrenome dos destinatários, sem explicar, porém, o motivo para tal julgamento.

A obra de Albuquerque (1854) também evidencia a existência de uma norma e registra o emprego da forma quando se trata de formas de tratamento, pronomes ou adjetivos no grau superlativo. Embora o autor mencione a inexistência de uma regularidade em relação ao uso, é possível observar recomendação acerca da clareza daquilo que se quer representar, conforme pode ser visto em suas palavras:

Usa-se de algumas abreviaturas para as quaes não há regras seguras, por isso deve-se nestes casos proceder de modo que as letras escriptas dêem a conhecer facilmente as palavras que queremos representar, como: SS^{mo} Santissimo, Ex.^{mo} Excellentissimo, Ill^{mo} Illustrissimo, R.^{mo} Reverendissimo, Sr. Senhor, Sr^a Senhora [...] (ALBUQUERQUE, 1854, p. 113)

Ainda que sejamos advertidos em relação à heterogeneidade das formas e à ausência de sistematização, é possível identificar semelhança no emprego do caractere inicial maiúsculo em formas de tratamento, o que está em consonância com os demais autores já consultados. Verificamos, ainda, o uso de ponto abreviativo em posição anterior às letras sobrescritas, com exceção de SS^{mo} (*Santissimo*) e de Sr^a (*Senhora*), bem como a ausência de letras sobrescritas somente em Sr. (*Senhor*). Ademais, a abreviatura SS^{mo} (*Santissimo*) apresenta outra singularidade: diferentemente dos outros exemplos, é a única que possui as duas iniciais maiúsculas, as quais, conforme Acioli (1994) e Costa (2007), podem representar, além de vocábulos que estão no plural (ex. *P.P.* = *Padres*), aqueles que estão no grau superlativo.

João Ribeiro (1860) é outro gramático que apresenta considerações sobre os recursos braquigráficos. Na obra *Grammatica Portuguesa*, o autor é breve em seu tratamento e restringe o seu comentário ao uso do til como recurso para indicar a nasalidade, já que pode ser substituído pelas letras m ou n, como nos exemplos *irmão* e *irman*. Menciona, ainda, que o til é empregado no português somente para indicar a nasalidade das letras a e o nas abreviaturas e nas terminações dos vocábulos. É digno de destaque o fato de que, embora essas prescrições sejam semelhantes às que foram feitas por alguns autores (FEYJO, 1734; SOUZA, 1804), elas divergem quando afirmam que a indicação de nasalidade é a única possibilidade do uso do til na abreviatura, tendo em vista as demais atribuições anteriormente dadas a este sinal.

Outro gramático que trata dos recursos braquigráficos é Joaquim Macedo (1862). Em sua obra, o autor apresenta uma lista de abreviaturas, inclusive distinta das demais vistas até então, já que, nela, quase todas possuem iniciais minúsculas e são feitas por suspensão. E como essa diferença de forma está em uma gramática, ela pode contribuir para a variação. Diferem os seguintes exemplos: dois com iniciais maiúsculas (*Orthoép.* = *Orthoépia* e *Orthograph.* = *Orthographia*), um com letra sobrescrita (n.^o = *numero*) e outro com sigla simples (*m. q.* = *por mais que*), conforme pode ser visto na figura 5 a seguir:

Figura 5 - Lista de abreviaturas de Macedo (1862)

m. q.	por mais que.
mascul.	» masculino.
n.º	» numero.
object.	» objectivo.
Orthoép.	» Orthoépia.
Orthograp.	» Orthographia.
part.	» participio.
pass.	» passivo, a.
penult.	» penultima.
perf.	» perfeito.
pess.	» pessoa.
plur.	» plural.
prep.	» preposição.
pres.	» presente.
pret.	» preterito.
pron.	» pronome.
restrict.	» restrictivo.
sing.	» singular.
subj.	» subjunctivo.
subst.	» substantivo.
termin.	» terminação.
terminat.	» terminativo

Fonte: Macedo (1862, p. 111).

A primeira observação é que o único sinal abreviativo utilizado é o ponto e que tal recurso faz parte de todas as abreviaturas.

É possível ver, também, que nas abreviaturas feitas por supressão mantêm-se, no mínimo, as quatro primeiras letras do vocábulo, seguido por ponto abreviativo.

Em alguns casos, notamos que a abreviatura é quase tão extensa quanto o item abreviado e que, neles, omitem-se as três últimas letras: *object.* (*objectivo*), *Orthograp.* (*Orthographia*), *restrict.* (*restrictivo*), *terminat.* (*terminativo*) e *penult.* (*penultima*). Isso nos leva a indagar, então, as funções apresentadas por Feyjo (1734) e por Souza (1804), quais sejam, a de economia de tempo e de espaço, e a considerar a tese de Stiennon (1973), para quem esse recurso poderia também ser menos econômico, visto que algumas abreviaturas ocupavam o mesmo ou mais espaço do que o vocábulo que representavam.

Ao tratar da pronúncia e do emprego do *u* em algumas palavras, o autor, apesar de não fazer menção à abreviatura, apresenta o *q*. como a abreviatura de *que*.

Por fim, uma particularidade digna de nota é que muitas abreviaturas que Macedo (1862) apresenta são metalinguísticas, visto que se prestam a marcar vocábulos que nomeiam categorias gramaticais, e não substantivos e pronomes de tratamentos, como visto nas demais obras.

Outra obra sucinta quanto ao tratamento das abreviaturas é a gramática de Fernão d'Oliveira (1871 [1536])¹⁵. Nela, o autor tece comentários específicos sobre o uso do til como sinal abreviativo.

De início, o autor relata que é abundante a quantidade de abreviaturas. Todavia, contradizendo o posicionamento neutro ou positivo de outros gramáticos da época em relação ao seu emprego, expõe um julgamento negativo, já que as considera escusadas e possuidoras, na maioria das ocorrências, do til.

O autor menciona, também, que esse é um sinal próprio da Língua Portuguesa e que possui outras atribuições, além de ser um recurso abreviativo. Embora o autor não apresente exemplos, isso é minimizado pelo fato de apresentar, ao longo do texto, as abreviaturas *q̃*, assim como prescrito por Feyjo (1734) e por Souza (1804), e *porq̃*, como pode ser visto na figura 6 a seguir:

Figura 6 - Uso do til na obra de d'Oliveira (1871 [1536])

Porque nos ja dissemos *q̃* antre nos e os latinos
tambẽ era sobeja esta letra .k. agora o queremos re-
 petir *porq̃* de feyto desta letra e do vso della *duvidaõ*
 a maior parte dos *grãmaticos* latinos, posto que Diome-
 des diga *q̃* serve sempre seguindo-se .a. breve. Ao qual

Fonte: d'Oliveira (1871 [1536], p. 33).

¹⁵ Apesar de a 1ª edição da obra ter sido publicada no século XVI, optamos por incluí-la, visto que a edição utilizada (2ª) insere-se no período investigado e que possui atualizações.

É possível verificar, ainda, a existência de outros vocábulos com o til: *tambê*, *duvidaõ* e *grãmaticos*. Isso nos possibilita depreender que, além de ser um sinal abreviativo utilizado para suprir o *u* e o *e* das palavras *que* e *porque*, outras funções são a de indicar a supressão do *m* ao final da palavra (*tambê*), a duplicação do *m* ou do *n* (*grãmaticos*) no interior da palavra e a *nasalidade das vogais a e o* (*duvidaõ*), regras as quais também foram prescritas por Feyjo (1734).

Por conseguinte, na obra de Braga (1876), vemos um tratamento mais pormenorizado, talvez mais frutífero, em relação ao emprego das abreviaturas (1876), mais especificamente sobre o til. Percebemos, inicialmente, que o autor dedica uma seção ao uso dos sinais ortográficos e apresenta o til como um desses sinais e também como recurso de abreviatura.

Ao til, ou *n* abreviado, conforme denominação dada pelo autor, atribui-se a característica de ser uma abreviatura puramente portuguesa, a qual, apesar de ter sido largamente utilizada na imprensa dos séculos XV e XVI, caiu em desuso para indicar supressão de letras, como o *p* (*p* riscado) por *pr*, *q̃* por *que* e o *ñ* por *nn* e *nh*. Esse posicionamento converge com o apresentado por Souza (1804), por sua vez, é contrário às reflexões de Feyjo (1734) e de d'Oliveira (1871 [1536]).

Mais um elemento observado é o de que o autor confere duas funções ao til:

[...] empregado para dar ás vogaes que antecedem o m e o n um som nasal, substituindo essas consoantes; ex.: *pam* = *pão*; *occasiam* = *ocasião*; *corações* por *coraçõens* (ant.). Também se emprega para evitar a amphibologia da terceira pessoa do plural do indicativo dos verbos; ex.: *louvaram*, *louvarão*; *entenderam*, *entenderão*; *ouviram*, *ouvirão*. (BRAGA, 1876, p. 16)

A aplicação do referido sinal para demonstrar a nasalidade da vogal anterior e substituir o *m* e o *n* em posição final de palavra é compatível com o que foi prescrito por Feyjo (1734), por Souza (1804) e por Ribeiro (1860). Por sua vez, Braga (1876) vai além desses autores pelo fato de mencionar a atribuição do som nasal à vogal anterior.

Outra singularidade que merece atenção na gramática de Braga (1876) é que é a única a mencionar o uso do til para evitar a ambiguidade dos tempos verbais *pretérito perfeito* e *futuro do presente*, do modo indicativo, conjugados na 3ª pessoa do plural. Se pensarmos que essa é uma reflexão linguística que demanda conhecimento mais especializado, essa é uma regra mais refinada, visto a necessidade de o escrevente ter que compreender as

marcas de tempo verbal. Isso caracteriza tal saber como uma relevante pista para distinguir a escolarização do escrevente.

A seguir, o autor expõe que “também se faz do *til* um terceiro accento, chamado nasal: *ã* = *am* ou *an* *õ* = *om* ou *on*” (BRAGA, 1876, p. 16), função a qual se mostra como mais uma peculiaridade desta gramática. Mediante tais afirmações, verificamos uma dualidade em relação à nomenclatura que o autor atribui ao til, já que o considera tanto uma abreviatura quanto um acento, o que pode ser entendido, portanto, como um preciosismo descritivo.

Por último, mais uma especificidade da gramática de Braga (1876) é que nela também consta uma explicação histórica analógica para a nasalização da vogal decorrente da sobreposição do til no português: “O castelhano conservava como suffixos latinos anos (*paganos*), anes (*gavilanes*) e ones (*perdones*) [...] sabendo-se que o til [...] é um n abreviado sobre a vogal que nasaliza, os tres suffixos latinos do plural anos, anes e ones, ficam naturalmente ãos, ães e ões.” (p. 29).

Diferentemente do autor prévio, a gramática de Caldas Aulete (1864) é demasiadamente sucinta no tratamento das abreviaturas, já que não dá exemplos e menciona somente o uso do ponto abreviativo, chamado pelo autor de ponto-final, após as letras de uma palavra em breve. A outra observação é a de que este sinal não impede que se acrescente posteriormente a pontuação na sentença.

Outra obra investigada foi a de Ribeiro (1890), que, por sinal, mostra-se um tanto detalhada, ao compararmos com as demais. Inicialmente, há uma apresentação dos contextos de uso das abreviaturas. Além disso, o autor as associa ao estilo epistolar, como um legado dos manuscritos de outrora.

Um comentário que diferencia Ribeiro (1890) dos demais autores é que ele menciona que o emprego dos recursos braquigráficos no período estava sendo abolido por força de regras de polidez e de cortesia, tornando-os restritos aos manuscritos familiares, com exceção de algumas expressões utilizadas na linguagem oficial e comercial, nos calendários, nas fórmulas médicas, matemáticas e químicas.

É possível perceber também que, para o autor, não havia uma regularidade no emprego das abreviaturas:

em algumas só se representam as iniciaes de que se compõem os vocabulos; noutras, dois ou mais elementos graphicos servem para as representar; noutras, em summa, elementos que não figuram em sua orthografia por extenso. Para que, entretanto, seja

razoavel uma abreviatura, forçoso é seja notada com todas as lettras rigorosamente indispensáveis para evitar toda a equivocação, e facilitar o conhecimento e interpretação de seu valor significativo. (RIBEIRO, 1890, p. 58)

No que diz respeito à aplicação de outros caracteres que não as letras para representar as abreviaturas, foi identificada a presença de numerais para abreviar os meses do ano. Conforme o autor, são os já aludidos “elementos que não figuram em sua orthografia por extenso” (RIBEIRO, 1890, p. 58), prescrição também vista em Feyjo (1734) e em Souza (1804), ou então são casos de sinais especiais, como JHS, por exemplo. No primeiro caso, existe uma representação icônica, já que o numeral integrante da abreviatura não corresponde efetivamente ao mês do ano que ele abrevia: *7br.º* (*Setembro*), *9br.º* (*Novembro*), *10br.º* (*Dezembro*). No caso específico do mês de dezembro, o autor registra a possibilidade de também representar o numeral por algarismo romano: *Xbr.o* (*Dezembro*).

É digno de nota que Ribeiro (1890) assinala a necessidade de se usar o número suficiente de letras. Porém, como tal número é subjetivo, visto que o autor não determina a quantidade suficiente de caracteres na abreviatura, isso pode levar à variação nas formas. O único autor que menciona exatamente quantas letras são necessárias para compor uma abreviatura é Feyjo (1734), quais sejam, duas: a primeira e a última letras. Isso, contudo, não assegura a recomendada legibilidade.

Assim como visto nas gramáticas de Meldola (1785) e de Souza (1804), Ribeiro (1890) também exhibe uma lista das abreviaturas – ou breves, conforme denominação por ele dada – mais usuais naquele período:

Figura 7 - Lista de abreviaturas de Ribeiro (1890)

Breves	Valor significativo	Breves	Valor significativo
Ag. ^{to}	Agosto	D. ^o	Deve
Alf. ^{es}	Alfêres	D. ^o D. ^a	Dito, Dita
Am. ^o A. ^o	Amigo	Dig. ^{mo}	Dignissimo
Albug. ^e	Albuquerque	D. ^s	Deus
Ant. ^o	Antonio	D. ^r D. ^{or}	Doutor
Att. ^o	Attento	E. R. M. ^{co}	Espera receber mercê
Aug. ^{to}	Augusto	Ex. ^{ma}	Excellentissima
a fl. 4	a folhas 4	Ex. ^{mo}	Excellentissimo
a fl. 3 v.	a folhas 3 verso	Fiz.	Fernandes
Bap. ^{ta}	Baptista	F. ^o	Filho
Bernd. ^o	Bernardo	Fr.	Frei
B. ^{to}	Bento	Fr. ^a	Ferreira
Cap.	Capitulo	Fr. ^{co}	Francisco
Cap. ^m	Capitão	Fon. ^{ca}	Fonseca
Comp. ^a	Companhia	H. ^{er}	Haver
Comp. ^e	Compadre	Gen. ^{el} Gen. ^{al}	General
Cons. ^o Cons. ^{ro}	Conselheiro	Glz.	Gonçalves
Cor. ^{el}	Coronel	G. ^e	Guarde
C/v	Conta de venda	Ig. ^{cio}	Ignacio
C/c	Conta corrente	Ill. ^{mo}	Ilustrissimo
Com. ^{são}	Comissão	Ill. ^{ma}	Ilustrissima
C. ^{ta}	Costa	J. ^e	José
D.	Dona	Joaq. ^m	Joaquim
D. D.	Donas		
Jan. ^{ro} Jan. ^o	Janeiro	S. E. O.	Salvo erro ou omissão
I. H. S.	Jesus hominum salvator	S. P.	Serviço Publico
L. ^b	Libra	Snr. Sr.	Senhor
Lx. ^a	Lisboa	S/c	Sua conta
M. D.	Muito digno	S. c. o	Sua conta e ordem
M. ^l M. ^{el}	Manoel	Snr. ^a Sr. ^a	Senhora
M. ^{co}	Março	S. S.	Sua Senhora
M. ^o	Maio	Sz. ^a	Souza
M. ^e	Mestre	S. ^{tos}	Santos
M. ^a	Minha	Supp. ^e	Supplicate
Mr. ^a	Maria	S. R.	Sua residencia
M. ^s	Mais	S. M.	Sua Magestade
M. ^{to}	Muito	S. M. F.	Sua Magestade
M. ^{tas}	Muitas		Fidelissima
Miz.	Martins	S. A. S.	Sua Alteza Serenissima
Muit. ^{mo}	Muitissimo	S. M. I.	Sua Magestade Imperial
Miz. ^a	Misericordia	T. ^e	Tenente
Min. ^s	Minutos	V. O. T.	Veneravel Ordem Terceira
N. S.	Nossa Senhora	V. ^{er} Va. ^{er}	Venerador
N. B.	Note bem	V. g.	Verbi gratia
O. D. C.	Offerece, dedica e consagra	V. A.	Vossa Alteza
P. ^e M. ^o	Padre mestre	V. A. R.	Vossa Alteza Real
P. E. F.	Por especial favor	V. Ex. ^a	Vossa Excellencia
Per. ^a	Pereira	V. M.	Vossa Magestade
P. S.	Post-scriptum		do
Q. ^{do}	Quando	V. S.	Vossa Senhora
Q. ^{to}	Quanto	Vm. ^{co}	Vossa Mercê ou Vosmecê
Q.	Que		
Qm.	Quem	7br. ^o 8br. ^o 9br. ^o	Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro.
R. ^e Re. ^{co}	Recebi	10br. ^o ou Xbr. ^o	
Rev. ^{mo}	Reverendissimo		
R. ^s	Reis		
%	Por cento		
Rv. ^{do}	Reverendo		
Roiz.	Rodrigues		
S. c	Sua casa		

Fonte: Ribeiro (1890, p. 84-85).

Essa é a lista mais completa, pois apresenta maior quantidade de vocábulos abreviados (161) e, também, a que possui maior variedade de classes morfológicas abreviadas: substantivos (comuns e próprios), adjetivos (comum e no grau superlativo), verbos, advérbios e pronomes (de tratamento, possessivo e relativo). É digno de destaque o fato de que, até então, nenhum outro gramático havia apresentado exemplos de pronome possessivo e de adjetivo que não fossem no grau superlativo.

Outra questão diz respeito aos tipos de abreviaturas, sendo Ribeiro (1890) o autor que apresenta a maior variedade: suspensão, contração, sigla simples, sigla reduplicada, letra sobrescrita, mista, sinal especial e numérica; somente a nota tironiana não foi listada.

Quanto aos caracteres iniciais, foi possível depreender que a regra adotada por Ribeiro (1890) é o emprego de letras maiúsculas, já que tal padrão verifica-se em todos os exemplos. Os caracteres iniciais minúsculos também são utilizados, porém unicamente em expressões de contexto monetário e nos quais as abreviaturas representam mais de um vocábulo, ocorrendo somente naqueles posteriores ao inicial.

Quando o autor trata de abreviatura de sobrenome terminado em s, para não haver confusão com a desinência de número -s, ele apresenta o som final sibilante representado pela letra z. Outra observação feita é que, assim como prescrito por Feyjo (1734), o autor utiliza o til como sinal abreviativo para esses nomes. Entretanto, uma divergência notada entre estes autores é que os sobrenomes abreviados por Feyjo (1734) terminam com z (*Glz* = *Gonçalves*; *Frz* = *Fernandez*¹⁶) e os que são abreviados por Ribeiro (1890) terminam com s (*Glž.* = *Gonçalves*; *Miž.* = *Martins*), assim como Bluteau (1728) exemplificou.

Sobre a marca de plural, o autor não explicita nenhuma regra. Como identificamos abreviatura de palavra no plural (*R.s* = *Réis*), vemos que o autor apenas mantém a desinência de número sobrescrita.

Verificamos que Ribeiro (1890) também comenta um tipo de abreviatura por sinal especial, qual seja, *I.H.S.* (*Jesus Hominum Salvator*), assim como feito por Feyjo (1734); há, contudo, uma divergência em relação ao significado, já que o último considera *Jesus* como o seu vocábulo original.

Outra recomendação do gramático é quanto ao uso do ponto abreviativo, que deve se dar após as iniciais ou após algumas letras do vocábulo no regramento ou sobrescritas,

16 Conforme mencionado anteriormente, Feyjo (1734) prescreve o uso do til para abreviar sobrenomes que terminam com -ez, porém seus exemplos não o possuem.

sem, no entanto, evidenciar a quantidade de letras que devem ser suprimidas, e ilustra com os seguintes exemplos: *V. g.* (*Verbi gratia*); *V. S.^a* (*Vossa Senhoria*); *Ill.^{mo}* (*Illustrissimo*) e *Ex.^{cia}* (*Excellencia*).

No que diz respeito à abreviatura da expressão latina *Verbi gratia*, exposta pelo referido autor como *V. g.*, é necessário destacar que ela também aparece na lista de Meldola (1785), porém com iniciais maiúsculas (*V. G.*). Tal fato pode ser indício de variação, já que ocorrem em ambas as gramáticas.

É necessário ressaltar que, diferentemente de todos os outros autores consultados, Ribeiro (1890) é o único que apresenta como sinal abreviativo, além do ponto, a barra (*C/v* = *conta de venda*; *C/c* = *conta corrente*; *S/c* = *sua conta*; *S/c.o* = *Sua conta e ordem*). Como pode ser observado, todas essas abreviaturas que possuem a barra como sinal abreviativo estão relacionados ao contexto monetário.

Por último, outra obra na qual encontramos um brevíssimo tratamento do tema é a de Dias (1894), uma vez que o gramático se detém a citar somente o ponto de abreviatura como um dos sinais ortográficos da Língua Portuguesa.

Essa conjunção de informações nos forneceu, portanto, a base para a sistematização da norma das abreviaturas – o que será apresentado nas seções a seguir.

3 | Sistematização e níveis de complexidade da regra

Por meio da investigação nas obras normativas, identificamos as seguintes funções¹⁷ para os recursos braquigráficos:

- (i) Economizar tempo/obter rapidez na escrita;
- (ii) Economizar espaço/suporte;
- (iii) Reduzir o trabalho na escrita;
- (iv) Facilitar a leitura.

Quanto às regras que regem o seu emprego, verificamos que elas possuem naturezas distintas e, por isso, foram categorizadas da seguinte forma:

- (i) Prescrições sobre a estrutura da abreviatura;

¹⁷ A questão da função de economia é controversa, pois, conforme já mencionado, há abreviaturas que não economizam espaço nem tempo, visto serem tão extensas quanto os vocábulos que retratam (STIENNON, 1973). Não vamos, contudo, deter-nos nessa questão, porque a função desses recursos transcende o escopo desta obra.

- (ii) Prescrições sobre a tipologia da abreviatura;
- (iii) Prescrições sobre as funções gramaticais das abreviaturas.

Além disso, é importante ressaltarmos que, nas sincronias pretéritas sob análise, essas prescrições nas obras normativas que regiam o uso dos recursos braquigráficos eram passíveis de variação, o que exige do pesquisador, ao selecionar os seus dados, atenção a essa questão, uma vez que aquelas que variam não nos permitem saber se a variação configura desconhecimento/infração da norma. Tal observação implica, portanto, outra classificação, isto é, quanto à variação ou não das regras:

- (i) regras categóricas: não variam
- (ii) regras não categóricas: variam

Tendo como foco as regras categóricas, é possível, por meio delas, identificar o nível de letramento do escrevente, o qual leva em consideração a complexidade da norma, isto é, o conhecimento específico das regras necessário para desvendar as abreviaturas.

Considerando, então, que dentre as regras categóricas existem aquelas que são mais gerais e aquelas que são mais específicas, retomamos os critérios que propusemos para a classificação das regras em níveis de domínio de norma e explicitamos a sua aplicação às regras que compilamos, conforme pode ser verificado no Quadro 1:

Quadro 1 - Critérios para a classificação da complexidade da abreviatura

Tipo de regra	Nível	Domínio
Geral	1	Ausência ou baixo nível de inferência; é possível empregar esse tipo pela possibilidade de cópia ou observação e sem desvendar nenhum caractere da abreviatura.
Específica	2	Exige conhecimento específico, seja fonético, semântico ou gramatical, para a inferência de elementos da abreviatura; é necessário ter conhecimento de regra gramatical específica ou conhecimento especializado sobre determinada área do conhecimento, não sendo possível ser inferido; é necessária alguma instrução formal ou conhecimento metalinguístico.

Fonte: Seixas (2020, p. 102).

As regras de nível 2 necessitam de conhecimento gramatical ou de área de conhecimento específico, que, inclusive, nos são mais caras, pois permitem identificar com mais assertividade o maior domínio de norma do escrevente, são apresentadas a seguir¹⁸:

1. Marcação de número - duplicação do caractere inicial para indicar que a abreviatura representa vocábulo que está no plural.

Exemplos: AA. (*Autores*); DD. (*Doutores*); S.S. P.P. (*Santissimos Padres*).

2. Marcação de grau superlativo - duplicação do caractere inicial para indicar que a abreviatura representa vocábulo que está no grau superlativo.

Exemplo: SSmo (*Santissimo*).

3. Distinção entre classe gramatical (nome próprio) e flexão de número - colocação da terminação -z em sobrenome que termina com -es para distinguir do -s que marca plural.

Exemplos: Glz (*Gonçalves*); Roiz (*Rodrigues*).

4. Marcação de gênero - colocação da terminação -o ou -a, que indica o gênero da palavra, em posição sobrescrita.

Exemplos: Snr.^{or} (*Senhor*) e Snr.^a (*Senhora*).

5. Uso de sinal especial - uso de símbolo ou letra que contenha significado específico.

Exemplos: % (*porcentagem*); Lx.^a (*Lisboa*) – nessa abreviatura, há um caractere que não está presente no vocábulo por extenso, o x; porém, ele representa a pronúncia do s nesse vocábulo naquele período, o que permite fazer tal inferência – necessita-se, nesse caso, de conhecimento fonético.

6. Uso de nota tironiana - esse tipo de caractere necessita de conhecimento sobre o significado na taquigrafia romana e o contexto de uso para ser empregado.

Exemplos: & (*et, e*); 9 (*con*).

7. Uso de algarismo arábico ou romano - o emprego do numeral necessita de conhecimento fonético e também semântico (no caso de algarismo arábico) em relação ao mês que representa e de inferência sobre o caractere -m presente no vocábulo original.

Exemplos: 9br^o (*novembro*); Xbr^o (*dezembro*).

8. Uso do til - o til apresentou variados usos, os quais foram categorizados da seguinte forma:

8.1. Marcador de dígrafo nasal - eliminação do -m ou -n final e colocação do til acima da vogal nasal.

Exemplos: Razã (*Razam*); Bõ (*Bom*).

18 Todos os exemplos são de Seixas (2020).

8.2. Marcador de letra m ou n duplicada - eliminação da letra reduplicada e colocação do til acima da vogal anterior à letra retirada.

Exemplo: *Mariãna* (*Marianna*).

8.3. Posição - Foram identificados dois usos:

8.3.1. Não ocorre acima de caractere inicial.

Exemplo: *Aña* (*Anna*).

8.3.2. Marcador de tempo verbal: usar o til para evitar a ambiguidade dos tempos verbais *pretérito perfeito* e *futuro do presente*, do modo indicativo, conjugados na 3ª pessoa do plural; o til é empregado na forma que representa o futuro do presente, acima da vogal final.

Exemplos: *louvaram*, *louvarão*; *entenderam*, *entenderão*.

Como pode ser observado, as regras do nível 2 mostram-se mais adequadas para ajudar a inferir o nível de letramento do escriba, visto que nessa categoria é necessário conhecimento formal não apenas dos recursos braquigráficos, como também de categorias gramaticais por eles expressas ou conhecimento de determinada área para a aplicação.

Uma vez apresentados os critérios para a categorização, é possível estabelecer uma classificação do nível da regra, com o intuito de auxiliar o pesquisador a determinar o grau de letramento do escrevente. Assim, propomos um quadro com as regras categóricas e o seu respectivo nível de complexidade:

Quadro 2 - Regras e nível de complexidade

Emprego	Regras	Nível
Quantidade	Não escrever letra que a palavra não possua.	1
Inicial	Usar caractere inicial maiúsculo.	1
	Usar inicial minúscula na abreviatura do <i>que</i> .	1
Sinal abreviativo	Usar ponto como sinal abreviativo.	1
	Usar o ponto posterior ao último caractere no regramento.	1
	Usar o ponto antes das letras sobrescritas.	1
	Usar o til como sinal abreviativo acima do <i>que</i> .	1
Sigla simples	Usar inicial maiúscula seguida por ponto.	1
	Usar inicial minúscula seguida por ponto.	1
Letra sobrescrita	Usar letra sobrescrita ao final da abreviatura.	1

Pronome de tratamento	Usar inicial maiúscula.	1
	Abreviar o pronome de tratamento por sigla simples.	1
Numérica	Não usar algarismos arábicos e romanos na mesma abreviatura.	1
	Não iniciar abreviatura com letra e terminar com algarismo arábico.	1
	Usar algarismo arábico e letra sobrescrita.	2
	Usar algarismo romano e letra sobrescrita.	2
Sinal especial	Usar símbolo(s) e/ou letra(s) com significado específico.	2
Nota tironiana	Usar símbolo taquigráfico.	2
Til	Usar o til para indicar nasalização.	2
	Usar o til para indicar <i>m</i> ou <i>n</i> dobrado no interior das palavras.	2
	Usar o til para evitar a ambiguidade dos tempos verbais pretérito perfeito e futuro de presente.	2
	Colocar o til na letra anterior à que foi suprimida.	2
	Não colocar o til em caractere inicial.	2
Plural/ Superlativo	Usar sigla reduplicada.	2
Gênero	Usar a terminação -o ou -a em posição sobrescrita.	2
Sobrenome	Usar a letra z para indicar que o vocábulo abreviado é um sobrenome terminado em -s.	2

Fonte: Seixas (2020, p. 105).

Ressaltamos que a categorização das regras em níveis de complexidade é um importante recurso, já que esse quadro passa a se configurar como uma ferramenta linguística concreta para auxiliar o pesquisador na identificação sociolinguística do escrevente. Por isso, ele constitui critério de análise dos nossos dados, conforme passamos a descrever no capítulo 5, destinado à apresentação dos procedimentos teórico-metodológicos adotados no que diz respeito à seleção, à coleta e à análise de dados, além do que já descrevemos anteriormente em relação à sistematização da norma.

Considerações finais

Neste capítulo, inicialmente, conhecemos um pouco do que se tratam as abreviaturas, num viés diacrônico, perpassando pela sua descrição tipológica e pelas funções que exercem.

Posteriormente, nosso foco recaiu em corroborar a existência, nos séculos XVIII e XIX, de um sistema de regras em relação ao uso das abreviaturas e, com isso, demonstrar que as escolhas do escriba não eram simplesmente aleatórias, mas sim influenciadas pelo seu nível de conhecimento formal. Verificamos, então, que havia, sim, uma norma que regia o emprego desses recursos, mas que era relativamente escasso o tratamento dado a esse objeto linguístico e que muitas informações não estavam explícitas, tinham que ser inferidas a partir dos exemplos dados pelos autores. Isso nos leva a dizer que, para esse tipo de investigação, a observação de todos os aspectos dos caracteres é um procedimento imprescindível.

Por fim, tivemos como objetivo identificar os níveis de complexidade das regras e, por meio deles, propor critérios que se configurassem como ferramenta de análise do domínio de norma do escriba. De fato, verificamos que existiam graus de complexidade demandados por cada tipo de abreviatura e, por conseguinte, apresentamos um quadro com a categorização das regras, o qual serve como um critério metodológico para auxiliar o pesquisador na caracterização sociolinguística do escrevente.

Será possível entender, no capítulo 5, como esses critérios podem ser aplicados, em conjunto com a história social e as práticas de aquisição da aprendizagem, no processo de identificação daquele que está por trás da pena.

BREVE HISTÓRICO E NORMAS DE EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO NO SÉCULO XVIII

Shirlene Ferreira Coelho



Considerações iniciais

No capítulo anterior, foram discutidas as normas sobre o uso das abreviaturas no período setecentista. No presente capítulo, apresentamos as normas de emprego para os sinais de pontuação, referentes ao mesmo período histórico. Desse modo, objetivamos sistematizar as normas encontradas em manuais, gramáticas e dicionários dos séculos XVIII e XIX¹⁹.

Em nosso levantamento, verificamos que alguns dos gramáticos e dicionaristas consultados, ao definirem os sinais de pontuação, tratavam-nos conjuntamente aos sinais de acentuação, a exemplo de Feyjo (1734), de Barbosa (1822), de Constancio (1831) e de Moura (1850). Esse seria um indicativo de que o sistema de pontuação ainda não estava suficientemente consolidado, como veremos mais detalhadamente na terceira seção deste capítulo. Tal característica entra em consonância com o que alerta Rocha (1997), que, logo na introdução de seu estudo, argumenta que muitos dos trabalhos que possuem por tema a pontuação tratavam-no de forma prescritiva ou descritiva, sendo esta em menor quantidade. Entretanto, para a autora, ao estudarmos a pontuação, “saltam à vista a flutuação e a ambiguidade que cercam o uso desses sinais gráficos” (s. p.), necessitando, pois, de uma avaliação sob a perspectiva histórica. Segundo observação dessa autora,

¹⁹ Optamos por incluir este século, porque era comum que, àquela época, devido ao processo de produção de obras impressas, estas demandassem maior tempo para a sua publicação. Isso nos sugere que uma obra impressa no oitocentos pode ter refletidas as normas do século anterior.

do ponto de vista histórico, a pontuação não apenas foi uma aquisição tardia, mas uma lenta conquista em muitos aspectos identificada com a evolução da própria escrita. Assim, buscar suas origens implica necessariamente refletir um pouco sobre a trajetória da escrita. (ROCHA, 1997, s. p.)

Ao final dessa discussão, Rocha (1997) pondera a complexidade relativa ao uso dos sinais de pontuação, argumentando que, “quanto mais funções os sinais acumulam, mais difícil se torna seu uso” (s. p.), uma vez que, “além de organizarem sintaticamente o texto escrito, podem sinalizar diferentes significados” (s. p.).

Em outro estudo, Rocha (1998), ao tratar mais especificamente da flutuação no emprego de alguns dos sinais de pontuação, alega que tal oscilação é devida não somente à falta de normatividade, mas também a fatores históricos. Isso porque, inicialmente, os sinais de pontuação serviam como mecanismo para facilitar a leitura em voz alta, tendo em vista que, tradicionalmente, a cultura escrita era marcada pela oralidade. Foi com o passar dos anos que os sinais de pontuação foram agregando novas funções.

Nesse sentido, entender a complexidade com que se deu o processo evolutivo não só da língua escrita, mas também, mais especificamente, do uso dos sinais de pontuação, é um ponto-chave para se compreender o que preconizava a norma, objetivo traçado para este capítulo. Por esse motivo, antes de iniciarmos a apresentação e a discussão das normas desses sinais, sistematizadas a partir de manuais, gramáticas e dicionários dos séculos XVIII e XIX, discorreremos sobre o percurso histórico dos sinais de pontuação.

1 | Os sinais de pontuação: um breve histórico

Para alguns estudiosos, tais como Acioli (1994), Rosa (1995), Rocha (1997) e Machado Filho (2002), os sinais de pontuação *ponto-final* (*kolon*, para os gregos, e *membrum*, para os romanos) e *vírgula* (*koma*, para os gregos, e *incisum*, para os romanos) são os mais antigos na escrita. Acioli (1994) argumenta que isso se deve ao fato de, na Antiguidade, os textos serem lidos em voz alta; assim, ambos os sinais marcariam o tempo da pausa: se longa (ponto-final) ou se breve (vírgula). A autora (1994) atribui a origem dos sinais de pontuação ao gramático Aristófanes (século III a. C.).

Em complementação a isso, Rocha (1997) afirma que, na Antiguidade Clássica, devido ao fato de se priorizar o caráter oral da língua, “a escrita era contínua e o leitor era quem segmentava e pontuava o texto” (ROCHA, 1997, s. p., *italico da autora*). Tal característica era

percebida, também, na escrita grega, sendo o leitor o responsável por atribuir a pontuação ao texto, com a finalidade de se evitarem ambiguidades. Dessa forma, no grego antigo, era possível encontrar dois sistemas distintos para a pontuação: um empregado na separação de enunciados completos e outro empregado na separação interna dos enunciados. Esse sistema, portanto, era composto por três pontos: um, no alto, para indicar que o enunciado estaria completo; outro, no meio, indicando pausa para a respiração; e um terceiro embaixo, indicando que o enunciado estaria incompleto. Este ponto nos deixa claro o indicativo de que, já nesse período, a pontuação estaria assumindo, além de aspectos prosódicos, funções gramaticais. É nesse período, ainda, que se verifica o desenvolvimento da leitura silenciosa. Segundo Rocha (1997), os romanos teriam desenvolvido esse tipo de leitura, o que teria influenciado no surgimento de novos sinais na escrita, até que se chegasse à Idade Média, com uma variabilidade maior de sinais: nesse período histórico, já se contava com a existência de hífen, parênteses, apóstrofo, vírgula, dois-pontos, ponto-e-vírgula, travessão, aspas simples e duplas, ponto de interrogação e ponto de exclamação, conforme menciona Halliday (1989, p. 33, citado por ROCHA, 1997).

Em relação à Idade Média, Acioli (1994) afirma que, no Período Visigótico (século VI d. C.), os sinais de pontuação eram estes: o *ponto-e-vírgula*, formado por uma espécie de vírgula acima de um ponto, cujo sinal se assemelhava ao atual ponto de interrogação; *dois-pontos*, usado em abreviaturas latinas; *interrogação*, formado por uma reta perpendicular acima de um ponto, sendo que este sinal se assemelhava ao atual ponto de exclamação, e *admiração*, formado por um círculo com um ponto no centro, sendo este um sinal mais raro. Já na escrita *Carolina* (compreendida entre os séculos VIII e XII d. C.), nome que se refere ao Império Carolíngio, o uso de pontuação era restrito ao ponto. Por sua vez, na escrita *Processada* (compreendida entre os séculos XV e XVII)²⁰, a indicação das pausas era feita por um travessão oblíquo (/), e a de término do parágrafo ou do texto era feita por travessões duplos (//). No século XIX, eram usados como símbolos a *gama* (γ) e o *capitulum* (C) para indicar a distinção entre os parágrafos. Outra característica apontada por Acioli (1994) é que, no Período Medieval, os *dois-pontos* indicavam letras ou palavras a serem suprimidas. A autora enfatiza que, entre os séculos XVII e XIX, poucas eram as distinções entre os sinais gráficos e a ortografia, situação que se modificou com o advento da imprensa.

A esse respeito, Catach (1980) admite que, tanto a ortografia quanto a pontuação atendiam demandas específicas, considerando “as necessidades técnicas e industriais de uma lingua-

20 Maiores informações sobre as escritas Carolina e Processada podem ser conferidas em Marcos (2017).

gem hermética que é o *objeto-livro*” (CATACH, 1980, p. 20, itálico da autora, tradução nossa)²¹. Em decorrência disso, tem-se o uso de aspas, recurso adotado em tipografias, para substituição dos caracteres em itálico, sendo que, ainda hoje, ambos são utilizados no mesmo contexto.

Por sua vez, segundo Rocha (1997), o sistema de pontuação na Idade Média, até o período Renascentista, pautava-se em uma orientação lógica-gramatical e no ritmo respiratório, havendo pouco consenso entre os gramáticos quanto à sistematização dos sinais de pontuação, algo que se modifica com o advento da imprensa, como é relatado por Catach (1980). Tal panorama começa a se modificar a partir do século XVI quando, conforme mencionado por Rocha (1997), começa-se a ter um certo consenso entre os autores quanto às normas de pontuação, atribuindo a esta uma função ora semântica ora prosódica. Assim como defendem Catach (1980) e Acioli (1994), Rocha (1997) alega ser o advento da imprensa, surgida entre fins do séculos XV e início do XVI, um disseminador dos sinais de pontuação. Para Rocha (1997),

a passagem do manuscrito para o [sic] imprensa constituiu uma revolução tecnológica sem precedentes na história da humanidade. A descoberta da composição e da impressão com caracteres móveis provocou a estandartização do texto escrito e a massificação da leitura visual. E com elas veio a imposição do uso de signos da pontuação de domínio público. O advento da imprensa trouxe consigo caracteres e marcas inequívocas da pontuação, fazendo aparecer, de forma explícita, uma série de funções até então ao arbítrio dos escribas e pedagogos. Agora não era mais possível ignorar a segmentação, pois que havia uma marca de espaço programada no aparato para imprimir o texto. Assim também os signos de pontuação empregados passaram a ser cunhados em metal, não deixando dúvidas quanto à sua necessidade. Outros recursos gráficos de apresentação e formato também vieram a compor o arsenal utilizado no ato de imprimir em prensa ou no prelo, dando maior legibilidade ao texto. (ROCHA, 1997, s. p.)

Uma característica importante apontada por Rocha (1997) é que, até o século XVIII, a pontuação ficava sob responsabilidade do escriba. Desse modo, o autor do texto não possuía o mesmo *status* que teria nos dias de hoje; ele apenas ditava o texto e o escriba “era encarregado de arrumar e organizar os instrumentos e o material de escrita” (ROCHA, 1997, s. p.).

21 “[...] nécessités techniques et industrielles de ce langage em coserve qu’est l’objet-livre” (CATACH, 1980, p. 20, grifo da autora).

Ainda, para Rocha (1998), pontuação, ortografia e tipografia eram variantes acidentais, sendo que a pontuação, mais especificamente, “era definida *depois* do texto pronto, nem sempre coincidindo com as reais intenções do autor, além do [sic] texto ser passível de alterações no longo trajeto que percorria até atingir sua edição final” (ROCHA, 1998, s. p., *itálico da autora*). Em consequência disso, “a maneira de pontuar muda não só de uma época para outra, mas entre autores de uma mesma época” (ROCHA, 1998, s. p.), o que, segundo a autora, caracteriza a flutuação observada pela autora quanto ao uso dos sinais de pontuação. Além disso, para Rocha (1998), a pontuação empregada nesse período pautava-se nas intenções prosódicas do autor do texto, nem sempre coincidindo com o que era preconizado pela norma.

Nas Idades Moderna e Contemporânea, mais especificamente nos séculos XVII e XVIII, ainda que a pontuação seguisse as orientações pausais e gramaticais, a última tinha maior importância, de acordo com Rocha (1997). Segundo a autora (1997), os usos dos sinais já se assemelham aos da contemporaneidade, com exceção dos *dois-pontos*, cujo uso era intermediário entre *ponto-e-vírgula* e *ponto-final*. A autora lista, pois, os sinais *vírgula*, *ponto-e-vírgula*, *dois-pontos* e *ponto* como sendo os mais usuais neste período. Conforme mencionado por Rocha (1997), é somente na Idade Contemporânea, no século XIX, que se tem o *Traité de ponctuation*, datado de 1873, cuja autoria é de Riquier. Esta seria, portanto, a primeira publicação voltada especificamente para a pontuação.

Já no século XX, Rocha (1997), retomando Tournier (1980), aponta dois momentos específicos referentes à pontuação: o primeiro até os anos 1930, com a ocorrência do *Congrès international de linguistique romane* (em Nice, no ano de 1937) e do *Ve Congrès international des linguistes* (em Bruxelas, no ano de 1939); e o segundo caracterizado pelas preocupações editoriais. A autora menciona, ainda, dois importantes estudos sobre a pontuação: o de Lydia Hirschberg (em 1964 e 1965) e o de Nina Catach (em 1973 e 1977).

O percurso histórico ora traçado para os sinais de pontuação nos serviu para percebermos a complexidade que envolve esse tema: inicialmente, com valores prosódicos e de número reduzido, esses sinais passaram a assumir funções sintáticas e semânticas, diversificando não só as funções, mas também o número de símbolos gráficos para representá-los. Assim, entender como se desenvolveu o sistema de pontuação nos auxiliará, inclusive, a compreender as escolhas defendidas pelos gramaticistas e dicionaristas estudados neste capítulo. Tomando como ponto de partida essa necessidade de se tentar resgatar o percurso histórico da pontuação, antes de passarmos à descrição das normas setecentista e oitocentista, recorreremos ao estudo de Véra (1631). Isso porque este autor foi um importante gramático seiscentista, tendo a sua gramática forte influência sobre autores de manuais e de gramáticas posteriores (como se verá mais detalhadamente nas próximas seções).

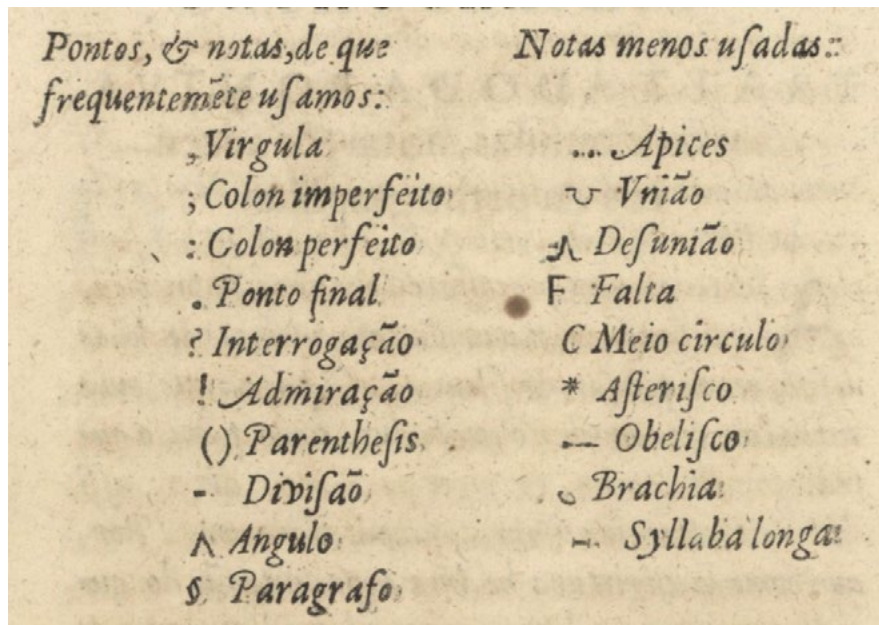
2 | A gramática de Véra (1631)

Logo no início do capítulo voltado para o “Trattado da pontuação”, Véra (1631) apresenta uma correlação entre fala e escrita. Segundo esse autor, a alternância entre pausas e silêncios serve para orientar o ouvinte na compreensão daquilo que se diz, conferindo ritmo à língua falada. Para ele, comportamento semelhante se verifica na escrita, já que

a scrittura he hũa representação do que fallamos, para nos darmos a entender nella, usamos de pontos, como de balisas, que dividão as sentenças e os membros de cada clausula. Porque com aquelles certo sinaes tiramos, e distinguimos a muita confusão, que costuma aver no que escrevemos sem aquelles sinaes. (VÉRA, 1631, p. 37)

Desse modo, Véra (1631) enumera sete sinais de pontuação: “Incisio , Colon imperfeito ; Colon perfeito : Ponto final . Interrogação ? Admiração ! Parenthesis ()”. (VÉRA, 1631, p. 37). O autor menciona, ainda, a existência de outros sinais de pontuação de uso menos frequente, como se pode conferir na figura 1 abaixo:

Figura 1 - Sinais de pontuação mais e menos frequentes, segundo Véra (1631)



Fonte: Véra (1631, p. 37, verso).

O que verificamos, a partir da leitura da figura 1, é a grande diversificação de sinais listados por Véra (1631). É possível notar, ainda, que os sinais considerados mais usuais pelo autor permanecem em constante uso na contemporaneidade, ao contrário dos menos usuais que, talvez por esse motivo, tenham caído em desuso no português. Outra característica relevante a se considerar é que o autor mistura sinais usados no nível da frase (por exemplo, *vírgula*, *ponto-e-vírgula*, *ponto-final*) e sinais usados no nível da palavra (como os sinais *divisão* e *syllaba longa*, por exemplo). As normas apresentadas por Véra para cada um desses sinais estão sumarizadas no quadro 1 a seguir. Incluímos as exemplificações junto às normas dos sinais a que se referem, quando elas são dadas por Véra (1631), a fim de se garantir melhor compreensão desses usos. Nesse quadro constam, ainda, outras denominações citadas pelo autor.

Quadro 1 - Sinais de pontuação e suas regras, de acordo com Véra (1631)

Sinais de pontuação	Outras denominações	Regras
Vírgula	<i>Coma, incisio ou meio ponto</i>	Utilizada para distinguir, no texto escrito, a pausa para a respiração. É usada antes de conjunções e de pronomes relativos, bem como para separar verbos de seus casos. É usada, ainda, para separar os adjetivos, na enumeração, e na separação de substantivos, como no exemplo abaixo: Exemplo: “As virtudes são quatro, Prudencia, lustiça, Temperança, & Fortaleza.” (VÉRA, 1631, p. 38)
Ponto-e-vírgula	<i>Colon ou membro imperfeito</i>	Usado no final de uma sentença imperfeita. Seria um sinal intermediário entre a vírgula e os dois-pontos. É usado, também, para separar palavras e sentenças contrárias: Exemplo: “carregar; descarregar: alegrar; intristescer” (VÉRA, 1631, p. 38)
Dois-pontos	<i>Colon perfeito</i>	Usados em sentenças completas, perfeitas. São utilizados, também, para indicar citações de outros autores. “Sendo sentença suspensa, e não acabada no periodo, [...] não se segue letra capital, senão ordinaria” (p. 38). Isso corresponde à função de enunciar uma explicação. Exemplo: “El Rey de Inglaterra tratta pazes com sua Magestade: per a isso está o Embaxador em Madrid: não ha duvida, que se hão de efeitoar.” (VÉRA, 1631, p. 38)
Ponto-final	-	Usado no final da “razão, ou sentença, quando está de todo concluída, e não deixa suspenso o sentido” (p. 39). Deve-se começar a próxima sentença com letra maiúscula.
Ponto de interrogação	-	Usado para se fazer uma pergunta. Deve-se começar a próxima sentença com letra maiúscula. Exemplo: “Se conheces a tantos, porque te não conheces?” (VÉRA, 1631, p. 39)
Ponto de admiração	-	Usado em sentenças que exprimem espanto ou indignação. Deve-se começar a próxima sentença com letra maiúscula. Exemplo: “Com quanto trabalho se sustenta a virtude!” (VÉRA, 1631, p. 39)

Parênteses	-	Usados para incluir uma informação dentro de uma sentença, porém se “tiradas do que dizemos, não fica imperfeita a razão” (p. 40). Exemplo: “Como vai arriscado (se se não emmenda) a se perder!” (VÉRA, 1631, p. 40)
Divisão	-	Usada para separação de palavras, no final da linha. É representada pelo sinal - ou =. Exemplo: “tem-po; apar-ta” (VÉRA, 1631, p. 39)
Angulo	-	É um sinal usado para indicar o local onde o copista esqueceu de escrever uma determinada palavra ou trecho da oração. Exemplo: “Luis Rei da França ^A Filho de Carlos Magno tendo necessidade de dinheiro levantou os tributos antigos, com que obrigou a todos ^A oferecerlhe o que não eram obrigados.” (VÉRA, 1631, p. 40)
Parágrafo	<i>Artigo apartado ou aforismo</i>	Usado para distinguir “hum trattato a outro, ou de hũa a outra diversa” (p. 95).
Apices	<i>Dieresis ou cimalha</i>	Sinal, representado por dois-pontos, que são colocados em cima de uma vogal, nos ditongos, para indicar que sua pronúncia é fechada. exemplo: “Argüem, Poëta, alaüde.” (VÉRA, 1631, p. 40)
Hyfen	-	Usado em palavras compostas ou, quando “per caso, ou per erro” (p. 41), as sílabas de uma palavra ficam distantes, utiliza-se esse sinal, para demonstrar que se trata de uma palavra só. Exemplo: Confia_ doestou.” (VÉRA, 1631, p. 40)
Desunião	-	Diferentemente do hífen, este sinal serve para separar vocábulos que deveriam ser escritos separadamente. É representado pelo símbolo Ꞑ.
Meio círculo	-	Usado para indicar uma explicação, no final de uma sentença, ou para demarcar as palavras de outro autor. Deve-se usar letra maiúscula após este sinal. É representado pelo símbolo).
Asterisco	-	Usado para mostrar ausência de palavras ou sentenças de outro autor “ou quando querem mostrar algũas palavras, que são dignas de se notar” (p. 41). É representado pelo símbolo *.
Obelisco	-	Ao contrário do asterisco, este sinal serve para assinalar “versos, ou palavras adulterinas de algum author” e “quer dizer pequena ponta de espeto, ou seeta” (VÉRA, 1631, p. 41).
Syllaba breve	-	Sinal para mostrar que a pronúncia de determinada vogal é breve. É um acento diferencial, usado em palavras homógrafas. Segundo o autor, diferencia as palavras latinas <i>occido</i> , que significa <i>cair</i> , e <i>occido</i> , que significa <i>matar</i> .

Fonte: Coelho (2018, p. 38-39).

Como referido anteriormente, alguns desses sinais (*angulo*, *ápices*, *hyfen*, *desunião*, *meio círculo*, *obelisco*, *syllaba breve*) já não fazem mais parte do sistema de pontuação e de acentu-

ação do português contemporâneo. Outra característica importante que deve ser ressaltada é que o sinal *divisão* é o que chamamos, atualmente, de hífen, e *hyfen*, citado por Véra (1631), refere-se a outro sinal (—), sendo este menos usual na língua portuguesa. É possível notar, como já mencionamos, que *apices*, *hyfen*, *desunião* e *syllaba breve* são sinais empregados no nível da palavra. Por outro lado, o sinal divisão, embora seja empregado para dividir as sílabas das palavras, quando usado na separação ao final de linhas, pode configurar como um suporte na organização da sentença, deixando claro que o seu conteúdo informacional não se encerra em determinado trecho.

Compreender o sistema de pontuação adotado por Véra (1631) é um recurso importante, haja vista que os normativistas do século posterior podem ter recorrido à sua obra no momento da elaboração de suas gramáticas e manuais, a exemplo de Feyjo (1734). Essa é uma característica que será melhor vista e tratada nas seções seguintes.

3 | O que prescreve a norma setecentista e oitocentista?

De todas as gramáticas consultadas, a de Argote (1725) é a que possui um caráter mais didático, talvez porque fosse voltada, especificamente, para a alfabetização/letramento de meninos. O autor reconhece, ainda, a forte influência latina na composição de sua gramática, pois, para ele, seria mais fácil ensinar as regras da língua portuguesa, utilizando-se as da língua latina. As regras definidas por Argote (1725), em toda a sua obra, são estruturadas em formato de perguntas e respostas, justamente para facilitar sua compreensão. Contudo, a superficialidade com que trata o assunto gera dificuldades para a boa compreensão e consequente aplicabilidade das normas. No que toca à pontuação, Argote (1725) a caracteriza como sendo “uns risquinhos, ou pontos, com que se apartaõ entre si as palavras, e mostraõ que casta de sentido fazem” (p. 351). *Virgula*, *ponto-e-virgula*, *dois-pontos*, *ponto*, *ponto de exclamação*, *ponto de interrogação* e *parênteses* são os sinais que o autor apresenta.

Outra obra considerada de referência por estudiosos do tema é a gramática de Feyjo (1734). Esse autor lista os mesmos sinais de pontuação apontados por Argote (1725), mas complementa com outros: *parágrafo*, *ângulo*, *semicírculo*, e *conjunção* (hífen), usados para a organização da escrita, e *apices*, *asterisco*, *obelisco*, *branchia* e *desunião*. *Apices* e *branchia*, atualmente, compõem os sinais de acentuação na escrita, uma vez que suas funções se assemelham aos do acento agudo e do circunflexo, respectivamente. Feyjo (1734) faz uma consideração importante sobre o *ponto-e-virgula*. Conforme mencionado pelo autor, as regras de uso para esse sinal ainda eram desconhecidas, o que, consequentemente, interferia no seu bom uso.

Também Verney (1746) foi um dos importantes nomes no que se refere à normatização da língua portuguesa. O autor apresentou, em sua obra, propostas de reformulação do dicionário de Bluteau (1712-1728), cuja finalidade era a de “formar omens, que sejam utis, para a Republica, e Religiam” (VERNEY, 1746, p. 1) e, a gramática era considerada, por ele, “a arte de escrever, e falar corretamente” (VERNEY, 1746, p. 5). Verney (1746) tece críticas às mulheres e aos homens de “pouca literatura”, por ensinarem a língua com erros. Tal crítica reflete uma visão de supremacia da modalidade escrita, em relação à língua falada. Alega, ainda, que para ser secretário, àquele período, bastava ter boa caligrafia, enfatizando a necessidade de se ter conhecimentos gramaticais. Verney (1746) critica ainda a obra de Argote (1725) que, segundo ele, não era uma gramática completa, servindo apenas para “facilitar a inteligencia da-lingua Latina” (p. 13). Sobre a pontuação, mais especificamente, Verney (1746) aponta a importância da *vírgula*, dos *dois-pontos* e do *ponto-e-vírgula* para a organização do discurso, porém relata existir uma falta de padronização quanto ao emprego desses sinais. Apesar disso, o autor não critica essa falta de padronização, já que o objetivo primário dos sinais de pontuação é “evitar as confuzoens, e procurar que os outros intendam, tudo quanto eu quero dizer” (VERNEY, 1746, p. 55). Ressalta ainda que, tanto para a pontuação quanto para a ortografia, o aprendizado da sua aplicabilidade emerge do uso.

Voltando as lentes de análise para os gramáticos oitocentistas, podemos citar Barbosa (1822). Adotando procedimento semelhante ao de Feyjo (1734), Barbosa (1822) elege sinais que são empregados no nível da oração, como sinais próprios do que consideramos hoje como sendo da acentuação. Dessa forma, os sinais que compõem a pontuação são *pontos simples*, *interrogação* e *exclamação*, *vírgula*, *dois-pontos*, *ponto-e-vírgula* e *hífen*, este último quando empregado em fim de linha. O autor argumenta que o emprego da pontuação não deve ser supérfluo, isto é, sem rigor. Por exemplo, se as vírgulas são suficientes, não se deve utilizar ponto-e-vírgula. O mesmo deve ocorrer com o uso dos dois-pontos, quando apenas o ponto-e-vírgula for necessário.

Constancio (1831), por sua vez, atribui uma função prosódica aos sinais de pontuação, como pode ser constatado a partir da seguinte definição: “[a pontuação refere-se à] disposição de certos signaes que marcão as pausas que o leitor deve fazer lendo, e o tom e inflexão da voz” (p. 305). Assim, deixa clara a estreita relação entre escrita e oralidade. Da mesma maneira como fazem outros gramáticos supracitados, o autor engloba na pontuação os sinais que remetem à organização da sentença e os que são utilizados como acentuação. Os sinais de pontuação listados por ele são *vírgula*, *ponto-e-vírgula*, *risca de união* (hífen), *ponto-final*, *ponto de interrogação*, *ponto de exclamação* e *dois-pontos*. Constancio, ainda, (1831) critica alguns empregos dos sinais elencados. Em resumo, o autor se opõe ao uso excessivo dos

sinais *vírgula*, *ponto-e-vírgula* e *dois-pontos*, que acabam por prolongar, desnecessariamente, a extensão das orações.

Moura (1850), por seu turno, ainda que englobe os sinais de acentuação e de pontuação em um mesmo grupo, deixa bastante claras as funções de um e de outro. Conforme o autor afirma, *letras, risca de união, apóstrofo, trema e acento* “servem para representar as palavras” (MOURA, 1850, p. 176), enquanto os sinais *vírgula*, *ponto-e-vírgula*, *dois-pontos*, *ponto-final simples*, *ponto de interrogação*, *ponto de exclamação* e *parênteses* “servem para mostrar a distincção e nexa das orações” (MOURA, 1850, p. 176). Com essa subcategorização, Moura (1850) distingue os sinais cuja função se restringe ao emprego no nível da palavra, ou seja, do léxico, daqueles cuja função se aplica ao nível da sentença, ou nível sintático. Corroborando o que é defendido por Barbosa (1822) e por Constancio (1830), uma vez que critica o uso desnecessário de *dois-pontos*, de *ponto-e-vírgula* e de *vírgula*. Moura (1850) alega existir uma hierarquia de uso para esses sinais, do mais forte para o mais fraco, indo do *dois-pontos*, passando pelo *ponto-e-vírgula* e, por último, a *vírgula*: “dividir com pontuação mais forte as partes do discurso, que tiverem relação mais remota; e dividir com pontuação mais fraca as que tiverem relação mais próxima” (MOURA, 1850, p. 180-181).

Da mesma forma que Constancio (1831), Silva (1890) estabelece uma correlação entre escrita e fala, ao afirmar que “a ortografia ensina as regras de escrever bem, isto é, de representar aos olhos os sons com letras distintas, e cada uma para seu som próprio, e que não sirva juntamente de sinal de dois sons” (SILVA, 1890, p. 32). Esta correlação também é percebida quando o autor explica que a pontuação são “os tons da voz, com que se proferem as sentenças: notão se com (!) as sentenças admirativas [...] Para as interrogativas temos (?)” (SILVA, 1890, p. 33).

Por último, outro gramático que nos orientou na sistematização dos usos dos sinais de pontuação foi Ribeiro (1950). É importante ressaltar que, embora sua obra esteja datada da primeira metade do século XX, a primeira edição é de 1890, o que nos fez incluí-lo na seletiva. Diferentemente dos demais autores, Ribeiro (1950) considera aspectos sintáticos, semânticos e prosódicos ao falar da pontuação, uma vez que, segundo ele, os sinais de pontuação servem para demarcar as pausas, para distinguir os sentidos de um determinado enunciado e para estabelecer a subordinação em um discurso, com suas respectivas dependências e relações. Em resumo, o autor atribui à pontuação as seguintes funções “1º a necessidade physiologica de respirar; 2º a distincção dos sentidos parciaes; 3º a distincção dos sentidos totaes; 4º a ligação de uns sentidos aos outros, sua dependencia reciproca, sua coordenação e subordinação (RIBEIRO, 1950, p. 534).”

A partir desse breve arrazoadado sobre como lidam os autores consultados com o que é definido por pontuação, estamos em condições de aprofundar mais o que cada um deles define para usos desses sinais. Sendo assim, na próxima seção, discutiremos detalhadamente as funções atribuídas a cada um dos sinais que compõem o sistema de pontuação.

4 | Emprego normativo da pontuação nos séculos XVIII e XIX

Tendo em vista o objetivo deste capítulo, qual seja, sistematizar as normas de emprego dos sinais de pontuação nos períodos setecentista e oitocentista, reunimos cada um dos usos apontados pelos autores citados na seção anterior. Começemos, pois, pela vírgula. No quadro 2, a seguir, estão listadas as normas para uso deste sinal:

Quadro 2 - Regras de emprego para o sinal *vírgula*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regra	Autor(es)
Usada depois de verbo e de caso, para separar partes da oração que possuem sentido imperfeito.	Argote (1725) Feyjo (1734)
Usada antes do pronome <i>que</i> ou de outros pronomes relativos.	Argote (1725) Feyjo (1734) Barbosa (1822)
Usada antes de conjunções copulativas (aditivas), de conjunções disjuntivas (alternância) ou de outras conjunções, no geral.	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Constancio (1831) Silva (1890)
Não deve ser usada antes de conjunções sinônimas, porém deve separar proposições sinônimas.	Verney (1746)
É desnecessário seu uso antes da conjunção <i>e</i> , quando esta conjunção liga nomes, em uma enumeração. Evita-se, também, o uso para separar sujeitos, verbos ou atributos, quando há pouco ou nenhum complemento.	Constancio (1831) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usada somente antes das conjunções <i>e</i> , <i>nem</i> e <i>ou</i> , quando ligarem orações extensas ou quando se quer enfatizar, na separação de conjunções opositivas ou conclusivas, quando pospostas.	Ribeiro (1950)
Usada depois de nominativos absolutos ²² .	Argote (1725)

22 *Nominativos absolutos*, conforme Bechara (1963), são construções em que há o "emprego de um participio em nominativo com função de ablativo absoluto, portanto com o valor de uma oração autônoma." (p. 11)

Usada para separar nomes, verbos, adjetivos nas enumerações.	Argote (1725) Feyjo (1734) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usada para distinguir o discurso e evitar equívocos; para separar proposições com o mesmo sujeito ou proposições em que a segunda é objeto da primeira.	Verney (1746) Moura (1850)
Usada para separar apostos.	Verney (1746) Barbosa (1822) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usada para separar vocativos, interjeições e exclamações.	Barbosa (1822) Moura (1850)
Usada para separar orações elípticas.	Barbosa (1822)
Usada para separar “orações encravadas” ²³ ou orações intercaladas.	Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usada para separar sujeitos, atributos, verbos de proposição composta, partes da oração que não se modificam, concordam ou regem, isto é, não deve separar orações ligadas por concordância ou por regência.	Barbosa (1822) Moura (1850)
Usada para separar frases que estão transpostas da sua ordem natural ou para separar palavras ambíguas, quando se referem a objetos distintos.	Barbosa (1822)
Usada para separar frases que estejam ligadas por palavras subentendidas ou por frases que sejam incidentes.	Constancio (1831)
Usada para separar orações incidentes ampliativas ²⁴ , não devendo ser empregada para separar orações determinativas ou restritivas daquilo que determinam ou restringem. Emprega-se ainda na separação de sujeito e verbo, quando o sujeito for composto por muitos núcleos, com exceção dos casos em que o último elemento for os vocábulos “todo”, “tudo” ou “nada”.	Ribeiro (1950)

Fonte: Coelho (2018, p. 45-46).

Dentre os sinais de pontuação, a vírgula é a que mais agregou funções no decorrer dos anos. O que verificamos é a manutenção de algumas normas; por exemplo, a separação de itens em uma enumeração e de apostos, regras presentes em autores dos dois séculos analisados. Há de se ressaltar, ainda, que Véra (1631) já apontava o emprego da vírgula na separação de substantivos e de adjetivos em enumerações, mostrando ser essa uma norma bastante consolidada. Por outro lado, percebem-se regras muito arcaicas, como a citada por Argote (1725) e por Feyjo (1734), que indicam seu uso na separação de verbo e de caso, ou seja,

²³ *Orações encravadas* são “orações subordinadas, quando se collocam dentro das orações subordinantes” (MOURA, 1850, p. 179).

²⁴ *Orações incidentes ampliativas* correspondem ao que, atualmente, chamamos de *oração subordinada adjetiva*.

verbo e objeto - algo não mais permitido pela norma contemporânea. Tal regra é indicada, inclusive, por Véra (1631), mostrando ser, portanto, uma prescrição mais antiga e com possível declínio em seu uso. Ao contrário disso, vê-se a atribuição a empregos mais atuais, como, por exemplo, na separação de interjeições, de vocativos e de exclamações (BARBOSA, 1822; MOURA, 1850) e de orações elípticas (BARBOSA, 1822). Dessa forma, notam-se pontos de convergência e de divergência no emprego dos sinais de pontuação.

Como ponto de convergência, podemos citar a regra que diz que a vírgula é “usada antes de conjunções copulativas (aditivas), de conjunções disjuntivas (alternância) ou de outras conjunções, no geral”, apontada por todos os autores consultados. Entretanto, Barbosa (1822), Moura (1850) e Ribeiro (1950) alertam para o fato de não se empregá-la em orações curtas, destacando-se, assim, um ponto de divergência entre os demais autores e apresentando uma regra mais atualizada, quando comparada a autores do setecentos.

No quadro 3, abaixo, apresentamos as regras para o uso de outro sinal de pontuação, o ponto-e-vírgula:

Quadro 3 - Regras de emprego para o sinal *ponto-e-vírgula*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regra	Autor(es)
Usado quando a oração não possui sentido completamente perfeito.	Argote (1725) Verney (1746)
Usado antes de conectores <i>mas, porém, porque, ainda que, posto que</i> e outros de semelhante uso, quando a oração não possui sentido perfeito. Isto é, usado para separar orações que possuem ideias opostas.	Feyjo (1734) Ribeiro (1950)
Usado para separar verbos de significação contrária.	Feyjo (1734)
Usado para evitar uso excessivo de vírgulas, em períodos longos.	Verney (1746) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usado depois de proposições que constem os conectores <i>como, qual, quando, se, etc.</i> ; usado para enumerar muitas orações.	Verney (1746)
Usado para separar orações totais, mas que sejam dependentes e compostas por orações parciais.	Barbosa (1822)
Usado para separar orações que sejam dependentes.	Constancio (1831) Silva (1890)
Usado na separação das orações principais das coordenadas, quando são extensas; na separação de orações, quando possuem sentidos “diferentes”. (RIBEIRO, 1950, p. 538)	Ribeiro (1950)

Fonte: Coelho (2018, p. 47-48).

Em resumo, o que podemos observar nas normas listadas no quadro 2 é que o *ponto-e-vírgula* acumula, basicamente, duas funções: (i) separar orações extensas, com a finalidade de evitar o uso excessivo de vírgulas; e (ii) separar orações em que se verifica a composição de ideias opostas. Apesar disso, há alguns pontos que merecem atenção. O primeiro deles reside no fato de Barbosa (1822) e de Ribeiro (1950) apresentarem uma definição mais substancial do que os demais autores, ao conceituarem o emprego do ponto-e-vírgula, especializando, dessa maneira, quando se deve usá-lo. Já Verney (1746) atribui, também a esse sinal, a utilização em orações que apresentam outros tipos de conectores, tais como *se*, *quando*, *qual*, *como*, etc., bem como sua utilização em enumerações. Os exemplos (1) e (2) a seguir, extraídos do autor, ilustram tais usos, respectivamente:

(1) “Aindaque eu nam tenha, todo o dinheiro necesario, para a compra; farei o possível, polo alcançar: para concluir de uma vez, este negocio.” (VERNEY, 1746, p. 53)

(2) “Destruio cazas, e templos; o sagrado, e profano; o seu, e o alheio, etc.” (VERNEY, 1746, p. 54)

Na sentença (1), segundo Verney (1746), o trecho “Aindaque eu nam tenha, todo o dinheiro necesario, para a compra” possui algum sentido, o que justificaria o emprego do ponto-e-vírgula. Enfatiza que o uso de “aindaque” faz com que o sentido seja “imperfeito” e, por esse motivo, o ponto-e-vírgula deveria ser empregado. Nota-se que, na contemporaneidade, tal uso soaria anacrônico, já que as vírgulas no trecho mencionado são desnecessárias e, no lugar do ponto-e-vírgula, bastaria a utilização de vírgula. Já em (2) verifica-se não só a enumeração de itens, como também a composição de elementos que remetem a ideias opostas. Conforme mencionado pelo autor, “adverte-se porem, que os periodos, os quais, sendo longos, podem receber ponto-e-vírgula; em cazo que sejam curtos, bastam que tenham virgula” (VERNEY, 1746, p. 54). Ao que parece, a sobreposição de regras reforça o emprego de ponto-e-vírgula: mesmo que sejam sentenças curtas, como se trata de uma enumeração, composta por elementos cuja significação representa uma oposição de sentidos, o uso desse sinal torna-se necessário.

No quadro 4, a seguir, estão listadas as normas para o uso dos dois-pontos.

Quadro 4 - Regras de emprego para o sinal *dois-pontos*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regra	Autor(es)
Usados em orações extensas, quando o sentido é quase perfeito.	Argote (1725) Verney (1746)

Usados no fim de uma oração, que possua sentido perfeito e que independa da oração seguinte.	Feyjo (1734) Constancio (1831)
Usados para separar orações com sentido perfeito, mas que tenham dependência entre si. Teria, assim, função semelhante à do ponto-e-vírgula.	Silva (1890)
Usados para introduzir citações de outros autores.	Feyjo (1734) Ribeiro (1950)
Usados para introduzir uma explicação.	Feyjo (1734) Verney (1746) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usados na separação de duas orações principais, mostrando que há uma oração principal e que há outras subordinadas a esta.	Barbosa (1822)
Usados antes das conjunções <i>assim como</i> , <i>assim também</i> e para enunciar um discurso direto.	Barbosa (1822)
Usados para se referir a um discurso direto; e para enunciar uma enumeração.	Ribeiro (1950)

Fonte: Coelho (2018, p. 49).

Diferentemente do que se observa na sistematização de regras de vírgula e de ponto-e-vírgula, o sinal dois-pontos agrega uma maior diversificação no seu uso. A princípio, vemos Argote (1725) e Verney (1746) associarem seu uso a uma oração extensa, mas que tenha um sentido *quase perfeito*. Por outro lado, Feyjo (1734) e Constancio (1831) admitem um uso em sentenças com sentido *perfeito* e que sejam *independentes* em relação às demais. Já Silva (1890) defende que os dois-pontos devem ser empregados quando a sentença possuir sentido *perfeito*, mas que seja *dependente* em relação às outras sentenças.

A regra que apresenta maior consenso entre os autores é o uso desse sinal para introduzir uma explicação, sendo citada por quatro dos autores consultados: Feyjo (1734), Verney (1746), Moura (1850) e Ribeiro (1950). Porém, destes, somente Feyjo (1734) e Ribeiro (1950) indicam seu uso para introduzir uma citação, como exemplificado em (3) abaixo:

(3) “Dizia Horacio: Nenhuma cousa he de todo perfeita.” (FEYJO, 1734, p. 126)

Em (3), verificamos não só o uso para indicar uma citação, como também é possível perceber uma relação de dependência entre as partes que compõem essa oração. Além disso, o exemplo apresentado por Feyjo (1734) ilustra o emprego dos dois-pontos para demarcar a introdução a um discurso direto, algo que, apesar de não ser explicitado pelo autor, pode indicar que, pelo menos no início do século XVIII, era um emprego que já ocorria. Esta

função ainda é utilizada na contemporaneidade e foi descrita por Barbosa (1822) e por Ribeiro (1950).

Outro uso que diverge dos demais é o de introduzir uma enumeração, conforme menciona Ribeiro (1950), demonstrando ser essa, *a priori*, uma regra mais atual. O exemplo (4), retirado de Ribeiro (1950), nos mostra como se dá esse emprego:

(4) “Tres coisa, dizia Socrates, que queria seus discípulos tivessem: prudencia no animo, vergonha no rosto, silencio na lingua” (RIBEIRO, 1950, p. 539).

Nesse exemplo, é possível perceber uma sobreposição de regras, uma vez que os *dois-pontos* não somente introduzem uma enumeração, mas também uma explicação. O exemplo (4) teria, ainda, um uso aproximado do que se tem em (3), ao introduzir um discurso direto. Contudo, o fato de esta sentença não estar inserida em um determinado contexto nos impossibilita confirmar essa interpretação.

As regras descritas para esse sinal servem, portanto, para demonstrar o quão divergente são as orientações quanto a seu uso entre os gramáticos, comportamento diferente do que se verifica, por exemplo, no emprego do ponto-e-vírgula, como visto no quadro 2, e como que se percebe para o uso do ponto-final, conforme se apresenta no quadro 5, a seguir:

Quadro 5 - Regras de emprego para o *ponto-final*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regra	Autor(es)
Usado quando a oração tem sentido perfeito e não depende da oração seguinte.	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Silva (1890) Ribeiro (1950)
Exerce função de ponto abreviativo.	Ribeiro (1950)

Fonte: Coelho (2018, p. 50).

A partir do quadro 4, em que são apresentadas as regras para o uso do *ponto-final*, percebermos, claramente, o grande consenso existente entre os gramáticos consultados. Para todos eles, o uso do ponto-final restringe-se ao fim de uma sentença, quando esta já tiver sentido

completo e não depender de outras orações. Apenas Ribeiro (1950) sinaliza o uso do ponto com função de demarcar uma abreviatura.

A explicação para isso pode residir no fato de que, assim como advertido por Acioli (1994), o ponto-final é um sinal mais antigo nas línguas e com uso bastante definido, não permitindo agregar outras funções que não fossem essa. Tal constatação encontra respaldo quando o comparamos aos sinais já mencionados - *vírgula*, *ponto-e-vírgula* e *dois-pontos* -, que, muito provavelmente por serem sinais intermediários dentro da oração, são utilizados em contextos sintáticos mais diversificados.

No quadro 6, a seguir, estão compilados os usos para o hífen (ou risca-de-união).

Quadro 6 - Regras de emprego para o sinal *risca de união* ou *hífen*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regra	Autor(es)
Usado para unir o pronome se ao verbo, mesmo que tenha o advérbio de negação não entre eles; usado para distinguir as preposições <i>por</i> , <i>no</i> , <i>da</i> , <i>do</i> do verbo <i>pôr</i> e dos nomes <i>nó</i> , <i>dá</i> e <i>dó</i> ; usado para indicar a divisão de palavras no final da linha, somente quando a palavra já possuir hífen.	Verney (1746)
Usado para unir verbos e pronomes enclíticos.	Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usado para indicar a divisão de palavras no final da linha.	Feyjo (1734) Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usado para ligar palavras compostas.	Feyjo (1734) Constancio (1831) Ribeiro (1950)
Usado para dividir as palavras.	Silva (1890)

Fonte: Adaptado de Coelho (2018, p. 51).

Diferentemente dos demais sinais supracitados, o hífen é empregado no nível da palavra. Esse sinal possui, por exemplo, um caráter distintivo, assim como assinalado por Verney (1746), uma vez que diferencia palavras lexicais *pôr*, *nó*, *dá* e *dó* dos dêiticos *por*, *no*, *da* e *do*, respectivamente. Sob outra linha de raciocínio, Barbosa (1822), Constancio (1831), Moura

(1850) e Ribeiro (1950) também sinalizam para o uso de hífen para ligar os pronomes (que são dêiticos) aos verbos. Os exemplos “*louvo-me, louvo-te, louvo-o, louvamo-nos, louvã-o-se, louvã-o-no*” (CONSTANCIO, 1831, p. 93, itálicos do autor) ilustram tal uso; assim, segundo Constancio (1831), “costumamos ajuntar imediatamente para se pronunciar tudo seguido” (p. 93). Além disso, o autor reconhece o uso de hífen em casos que chamamos, atualmente, de mesóclise, como nos exemplos “*louvar-me-hei, louvar-te-has, louvar-se-ha, louvar-nos-emos, louvar-vos-heis, louval-os-hão, louval-o-hia, louval-as-hias*” (CONSTANCIO, 1831, p. 93-94, itálicos do autor). Vê-se, nesses exemplos, uma possível preocupação com a fluidez na pronúncia, haja vista a substituição da desinência -r por -l nas palavras “*louval-os-hão, louval-o-hia, louval-as-hias*”.

Já Feyjo (1734), Constancio (1831) e Ribeiro (1950) mencionam a ligação entre palavras compostas para uma das funções de hífen. A esse respeito, Feyjo (1734) atribui a esse sinal o nome *conjunção*, que é representado pela letra v e hífen na união de palavras para formar substantivos compostos (-v-). O autor cita como exemplos as palavras “*passa-v-tempo, guarda-v-porta*” (FEYJO, 1734, p. 130, itálicos do autor) e explica que, por uma questão de facilitação da escrita, passou a ser utilizado apenas o hífen: “*passa-tempo, guarda-porta*” (FEYJO, 1734, p. 130, itálicos do autor).

Silva (1890), em sua oitava edição do “Diccionario da Lingua Portuguesa”, restringe o emprego de hífen apenas à “divisão de palavras”, apresentando os exemplos “ás-pero, pro-con-sul²⁵, sem-sabor” (p. 33). Em nota, o autor rebate as colocações de Duarte Nunes no que se refere à divisão da palavra “áspero”, que, segundo defende, não se deva dividir em “a-spero”, tal como se observa na escrita latina, pois isso não se aplicaria ao português. Segundo Silva (1890), é comum, no português, que a consoante seja sempre acompanhada de vogal, como na palavra *es-creve*, que, se fosse seguir “o modo latino”, dividir-se-ia *e-screve*. Já para as demais palavras, “pro-consul” e “sem-sabor”, ainda que não estejam explicitadas as regras que regem essa divisão, tratam-se de prefixos associados a palavras, o que explicaria o uso de hífen.

Por último, temos os autores Feyjo (1734), Barbosa (1822), Constancio (1831), Moura (1850) e Ribeiro (1950), que tratam do emprego de hífen na divisão de palavras, quando estas se encontram no fim de uma linha. Por uma questão de espaço, essas palavras precisam ser divididas em uma determinada sílaba e o restante dessa palavra deve ser escrita

25 É importante ressaltar que a palavra “pro-con-sul” é escrita ao final da linha (“pro-con” em uma linha, e “sul” na linha abaixo, o que nos leva a crer que o autor queira se remeter à divisão apenas do prefixo *pro-* associada à palavra *cônsul*).

na linha abaixo. É importante compreendermos, principalmente, as normas que se referem à divisão de sílabas em fim de linha, porque elas se relacionam à organização estrutural da sentença, indicando que esta não estaria completa, comportamento similar ao que verificamos em outros sinais de pontuação, tais como a *vírgula*, o *ponto-e-vírgula* e os *dois-pontos*.

Nesse sentido, podemos citar Feyjo (1734), que elenca cinco regras para a divisão de palavras nesses casos: (i) separação entre consoantes dobradas, como “*ser-rar*”; (ii) separação entre consoantes distintas, por exemplo, “*Fran-cisco*”, com exceção para letras mudas ou “s”, como nos exemplos “*a-bdomen*” e “*na-scer*”; (iii) em palavras com letra muda e líquida, sendo que ambas são escritas junto da vogal subsequente, como em “*tene-bra*” e “*a-brir*”; (iv) em palavras com apenas uma consoante, sendo que esta deve ser escrita junto da vogal com que é pronunciada em conjunto, por exemplo, “*a-mor*”, “*lou-vor*”; o mesmo se observa para os encontros “th”, “lh” e “nh”, tais como “*A-thenas*”, “*me-lhor*” e “*mi-nha*”; e (v) em palavras formadas por preposição, que devem ser divididas logo após esta, como em “*ante-fero*” e “*com-pôr*”. É importante observar que a última regra mencionada por Feyjo (1734) se alinha ao que nos é apresentado por Silva (1890), indicando ser este um uso mais antigo na língua portuguesa.

No quadro 7, abaixo, dispomos as regras referentes aos usos do *ponto de interrogação* e do *ponto de exclamação*:

Quadro 7 - Regras de emprego para os sinais *ponto de interrogação* e *ponto de exclamação*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Sinal de pontuação	Regras	Autor(es)
Ponto de interrogação	<i>Usado no final de sentenças interrogativas.</i>	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Silva (1890) Ribeiro (1950)
	<i>Pode ser usado juntamente com o ponto de exclamação.</i>	Verney (1746)
	<i>Em orações mais longas, é usado no início da oração e no final do primeiro período ou não aparecem.</i>	Verney (1746) Barbosa (1822)

Ponto de exclamação	<i>Usado no final de uma sentença, cujo sentido exprime admiração.</i>	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Moura (1850) Silva (1890)
	<i>Assim como ocorre com a interrogação, o sinal de exclamação também era utilizado no início da frase, quando essas são longas.</i>	Barbosa (1822)
	<i>Usado no fim de palavra, frase ou expressão que exprime admiração, surpresa, medo, compaixão, terror, cólera, bem como outras reações relacionadas a sentimentos. Pode ter uso duplicado ou junto ao ponto de interrogação.</i>	Ribeiro (1950)

Fonte: Coelho (2018, p. 52-53).

Assim como observado para o *ponto-final*, o *ponto de interrogação* e o *ponto de exclamação* também possuem usos mais restritos, se comparados à *vírgula*, aos *dois-pontos* e ao *ponto-e-vírgula*. Basicamente, o ponto de interrogação e o ponto de exclamação são empregados, respectivamente, ao final de perguntas ou de sentenças que exprimem admiração. Cabe ressaltar que Verney (1746) e Ribeiro (1950) apontam para o uso associado desses sinais. Ribeiro (1950) alerta, ainda, para o uso duplicado do ponto de exclamação e atribui a esse sinal outros contextos de uso, todos relacionados à noção de sentimentos, como em sentenças que exprimem terror, surpresa, cólera, etc. Outra observação feita por Verney (1746) e por Barbosa (1822) é o uso de interrogação no início e no fim da sentença, sendo que Barbosa (1822) inclui, ainda, o sinal de exclamação nessa descrição. No exemplo (5), retirado de Barbosa (1822), é ilustrado o emprego de interrogação no início e no final da frase, aos moldes do que se adota ainda na língua espanhola:

(5) ¿Dize-me, que heide fazer? (BARBOSA, 1822, p. 86)

O autor aconselha o uso tanto de interrogação, quanto de exclamação no início de sentenças longas, a fim de se manter a atenção do leitor, no sentido de que ele já possa prever a entonação que se deve adotar.

Passemos, agora, ao quadro 8, em que se dispõem as regras para o uso de parênteses:

Quadro 8 - Regras de emprego para o sinal *parênteses*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regra	Autor(es)
Usados no interior de uma oração, para inserir outra oração, a fim de explicá-la, de esclarecer o discurso.	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Silva (1890) Ribeiro (1950)
Usados para incluir o nome de um autor, em alguma sentença.	Feyjo (1734)
Usados com função semelhante à vírgula.	Verney (1746)

Fonte: Coelho (2018, p. 53).

Também o sinal *parênteses*, da mesma maneira que ocorre com os sinais *ponto-final*, *ponto de interrogação* e *ponto de exclamação*, apresenta grande consenso entre os autores consultados e possui um uso mais restritivo, embora seja um sinal menos produtor no século XVIII. Esse sinal é empregado quando se deseja inserir/acrescentar alguma informação à sentença, com vistas a complementar ou a esclarecer o que foi dito. Contudo, há de se ressaltar que Feyjo (1734) e Verney (1746) sinalizam para outros usos do *parênteses*, como a inclusão de nome de autores, além do uso semelhante ao de vírgulas, exemplificados em (6), em (7) e em (7A), respectivamente.

(6) *“Bemaventurada ferá a Republica, (como dizia Plataõ) na qual ou os Reys philofphem, ou os Philofophos reynem.”* (FEYJO, 1734, p. 128, itálicos do autor)

(7) *“O Amor, (como achamos e/crito na Sagrada e/critura) é tam forte como a morte”. (VERNEY, 1746, p. 49, itálicos do autor)*

(7A) *“O Amor, como ja di/e, é uma grande paixam”* (VERNEY, 1746, p. 49, itálicos do autor)

Em (6), fica claro o emprego de *parênteses* para inserir o nome de autores, uma vez que Feyjo (1734) o faz para atribuir tal pensamento a Platão. Já no comparativo entre (7) e (7A), Verney (1746) quer explicitar o uso desnecessário do *parênteses*, quando o conteúdo inserido nele for relativamente curto.

Por último, no quadro 9, estão condensadas as regras para os demais sinais de pontuação. Nossa escolha por compilá-los num único quadro reside no fato de os sinais *obelisco*, se-

micirculo, ângulo, parágrafo, duplo travessão, travessão, reticências e aspas serem mencionados apenas por Feyjo (1734), por Verney (1746) e por Ribeiro (1950) e apresentarem, por isso, poucas normas de emprego.

Quadro 9 - Regras para os sinais *asterisco, obelisco, semicirculo, ângulo, parágrafo, duplo travessão, travessão, reticências e aspas*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Sinal de pontuação	Regras	Autor(es)
Asterisco	Usado para indicar ausência ou ponderação de alguma palavra.	Feyjo (1734)
Obelisco e semicirculo	Usados para indicar citações de outros autores, à semelhança das aspas.	Feyjo (1734)
Ângulo	Usado para inserir uma palavra na oração, quando o autor, por motivo de esquecimento, deixa de escrevê-la.	Feyjo (1734)
Parágrafo	Usado em apostilas de Filosofia, Direito ou Teologia, na divisão dos “tratados”. Também é chamado de “artículo” ou “aphorismo” e o seu símbolo § significa <i>Signum Sectionis</i> .	Feyjo (1734)
	Usado para separar o período, “o qual se começa, quando matéria que se trata, se acabou; e se passa a outra matéria” (p. 53). É uma forma de organização do discurso, “para evitar a confusão” (p. 53).	Verney (1746)
Duplo travessão	Usado para indicar a divisão de palavras no final da linha, quando nesta não se utiliza hífen, como é o caso das uniões de pronome-verbo e de palavras compostas.	Verney (1746)
Travessão	Usado para indicar a alternância das falas em um diálogo e, também, para dar ênfase a alguma informação, quando a vírgula ou os parênteses não bastam.	Ribeiro (1950)
Reticências	Usadas para interromper um sentido.	Ribeiro (1950)
Aspas	Usadas para indicar uma citação.	Ribeiro (1950)

Fonte: Adaptado de Coelho (2018, p. 54).

À primeira vista, o que podemos perceber dos sinais listados nesse quadro é que Feyjo (1734), provavelmente, tenha se pautado em Véra (1631) no estabelecimento de normas para os sinais *asterisco, ângulo, semicirculo, obelisco e parágrafo* (cf. quadro 1). Cabe ressaltar que tais sinais, mencionados por Véra (1631) e, posteriormente, por Feyjo (1734), funcionavam como auxiliares na escrita, uma vez que a grande maioria dos textos que circulavam nesses séculos eram manuscritos ou, quando impressos, a pontuação ocorria somente depois que o texto estivesse pronto (ROCHA, 1998), devido à técnica de impressão tipográfica, adotada naquela época.

Já Verney (1746) apresenta uma norma de emprego mais ampliada para o *parágrafo*, por atribuir a esse sinal a função de organizar as partes do discurso. Porém, diferentemente de Feyjo (1734), Verney (1746) não indica a existência de um sinal específico para a demarcação do parágrafo (por meio do sinal §); infere-se, pois, que o autor refere-se ao adentramento da linha, assim como ocorrem nos textos atuais. Vide o excerto abaixo:

Muitas vezes fe-comefa paragrafo, quando o difcurfo tem fido comprido, e, por-nam-fazer confuzam, é necefario variarlo. o que fucedo, quando fobre a mefma coiza, alego muitas razoes, è cada uma ocupa uma meia pagina. Em tal cazo, para evitar a confuzam, e dar mais gofto, e repouzo a quem le; é jufto comefar paragrafo. O que porem fe-deve regular, pola prudencia de quem efcreve: pois tam enfadonho é, comefar paragrafo, defpois de tres folhas, como defpois de trez ou quatro regras. (VERNEY, 1746, p. 53)

Além disso, Verney (1746) foi o único autor a mencionar o uso de duplo travessão. Segundo este autor, o duplo travessão, assim como o hífen, é empregado na divisão de palavras, ao final da linha. A diferença, contudo, seria que, para as palavras que originalmente usam o hífen, este se mantém ao fim da linha; já para as palavras que não possuem o hífen, deve-se empregar o duplo travessão, de modo a deixar sinalizado essa característica. Assim, conforme exemplifica o autor (1746, p. 37), “faz-me” manteria o hífen e “fazia” utilizar-se-ia o duplo travessão (“fa=zia”).

Por último, temos os sinais *travessão*, *reticências* e *aspas* definidos apenas por Ribeiro (1950), o que nos leva a crer que tais sinais são modernos, em comparação aos outros sinais listados nesta seção. Esses sinais, bem como suas normas de emprego, são ainda bastante usuais na escrita contemporânea, conferindo, dessa maneira, uma característica de modernidade, tal como argumentamos. É importante observar, ainda, que o uso de travessão é bastante distinto da norma apresentada por Verney (1746), sendo que o travessão, assim como afirma Ribeiro (1950), deve ser utilizado para sinalizar a alternância de falas em um diálogo ou para enfatizar alguma informação, uso semelhante ao de parênteses ou de vírgulas.

Considerações finais

Buscamos, neste capítulo, apresentar e discutir as normas de emprego para os sinais que compõem o sistema de pontuação, adotados no século XVIII. Traçamos, também, o percurso histórico pelo qual passaram os sinais de pontuação, com vistas à melhor compre-

ensão das normas que regiam seu emprego. O que verificamos, pois, assim como defendido por Rocha (1997; 1998), é a existência de uma flutuação quanto à normatização desses sinais. Isso porque, conforme detalhamos na seção anterior, há pontos em comum, mas também bastante divergência entre os gramáticos e dicionaristas consultados, em relação às normas setecentistas/oitocentistas. Outra característica que se relaciona a isso é a mistura de critérios na composição das normas, que ora segue parâmetros sintáticos, ora semânticos, ora prosódicos. Tal caráter nos revela, dessa forma, que o sistema de pontuação ainda não estava suficientemente amadurecido, mas que estava em vias de melhor se consolidar, haja vista o consenso encontrado entre os autores para alguns desses sinais, como, por exemplo, *ponto-final*, *ponto de interrogação*, *ponto de exclamação* e *parênteses*. Além disso, percebemos forte influência da norma seiscentista entre alguns dos autores listados, como Feyjo (1734), Barbosa (1822), Constancio (1831) e Moura (1850), tendo em vista a similaridade com a obra de Véra (1631).

O estudo aqui empreendido nos serviu para melhor compreendermos não só a complexidade relativa à pontuação, citada por Catach (1980) e por Rocha (1997; 1998), mas também para resgatar informações caras para o bom entendimento do histórico dos sinais de pontuação, principalmente quanto à modalidade escrita da língua. É por meio dessa reconstrução de informações que se pode, ainda, compreender questões de ordem social, como a averiguada supremacia da modalidade escrita em detrimento da língua falada, embora a normatização se pautasse, muitas vezes, pela fala, ou mesmo o preconceito contra as pessoas que possuíam menos conhecimento/domínio gramatical.

No capítulo sexto, desta obra, apresentamos uma análise de documentos setecentistas, em que utilizamos, como recurso metodológico, as normas aqui sistematizadas. Convidamos, pois, o leitor a conhecer essa análise, que busca conciliar o maior ou o menor domínio da norma com a história social do escriba.

ANÁLISE DO USO DAS ABREVIATURAS NO SÉCULO XVIII

Vivian Canella Seixas

Considerações iniciais

Tendo em mente que a relação entre educação e cidadão letrado do século XVIII é um fato linguístico (MARQUILHAS, 1996; MAGALHÃES, 2001) e que, para avaliar as escolhas de indivíduos ou de grupos linguísticos, é essencial considerar aspectos externos ao sistema (LABOV, 2008 [1972]), assim como a História Social da Linguagem em conjunto com pressupostos da Sociolinguística Histórica, que revelam nuances do universo em que tais personagens viviam, permitindo a interpretação de fenômenos linguísticos do passado (BURKE e PORTER, 1997; ROMAINE, 2009 [1982]), neste capítulo verificaremos, portanto, como os escreventes comportam-se quanto ao emprego da norma e, também, qual é a possível relação entre as suas escolhas e o seu grau de letramento.

Sob tal perspectiva, a nossa principal intenção é, conforme já evidenciado no capítulo 1, verificar se os recursos braquigráficos constituem ferramenta linguística auxiliar para a caracterização sociolinguística dos escreventes, quando não for possível resgatar tais informações em *corpus* diacrônico.

Partindo, então, da tese central de que as abreviaturas podem evidenciar aspectos sociais do escriba, permitindo, assim, a sua caracterização sociolinguística, a análise aqui empreendida será norteadas pelas seguintes hipóteses:

(i) escrevente com maior nível de escolarização no período setecentista tinha maior domínio da norma de emprego dos recursos braquigráficos e empregava tanto recursos mais gerais quanto regras mais específicas, que demandavam maior conhecimento formal;

(ii) fatores externos, como nível de escolarização, estrato socioeconômico, sexo e localidade, e fatores internos, como classe de palavras, complexidade da regra e número de sílabas do vocábulo abreviado interferiam no emprego das abreviaturas.

Verificaremos, mais especificamente, se:

(i) as abreviaturas empregadas pelos escreventes selecionados para compor o *corpus* obedecem ou não à norma do período – o que nos dará uma amostra do domínio de norma e do nível de conhecimento das regras e, conseqüentemente, do grau de letramento;

(ii) as variáveis externas nível de escolarização, estrato socioeconômico, sexo e localidade e as variáveis internas tipologia de abreviatura, classe de palavras, complexidade da regra e número de sílabas do vocábulo abreviado interferem no emprego das abreviaturas e, em caso afirmativo, qual variável, em nível de significância, exerce maior influência – esses dados podem espelhar a influência que a inserção em determinados grupos sociais exerce no uso dos recursos braquigráficos e como isso se manifesta linguisticamente.

1 | Procedimentos teórico-metodológicos

Adotamos o aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Laboviana (LABOV, 2008 [1972]) para seleção, coleta e análise de dados. Além disso, como investigamos fenômeno linguístico do passado, encontramos respaldo nos pressupostos da Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 2009 [1982]). Consideramos, também, a norma das abreviaturas e os níveis de complexidade das regras (SEIXAS, 2020) e a História Social da Linguagem²⁶ no século XVIII como critérios de análise dos nossos dados²⁷.

1.1. | As variáveis

A variável dependente deste trabalho corresponde ao emprego das abreviaturas, nosso objeto de pesquisa; a variante padrão corresponde à obediência às normas do período, conforme prescrito nas obras normativas setecentistas e oitocentistas resenhadas por Seixas (2020), e a variante não padrão corresponde a todo emprego que não é prescrito nessas obras.

Quanto aos fatores condicionadores, também denominados variáveis independentes, eles

²⁶ Conforme exposto no capítulo 2 – Letramento no século XVIII.

²⁷ Cf. desdobramentos no capítulo 5 – Análise do uso das abreviaturas no século XVIII.

foram divididos em dois grupos: (i) extralinguístico (variável independente externa), relacionado a aspectos externos ao sistema (sociais); (ii) linguístico (variável independente interna), relacionado a aspectos internos ao sistema (estruturais).

Primeiramente, as ocorrências das abreviaturas foram analisadas em função de quatro variáveis externas, as quais estão expostas a seguir, assim como suas respectivas divisões:

Quadro 1 - Variáveis externas

Variável externa	Divisão
Nível de escolarização	Formação em Estudos Maiores (maior grau de instrução)
	Formação em Estudos Menores (menor grau de instrução)
Estrato socioeconômico	Classe socioeconômica mais alta (A)
	Classe socioeconômica mais baixa (B)
Sexo	Masculino
	Feminino
Localidade	Brasil
	Portugal

Fonte: Autoria própria.

O emprego das abreviaturas também foi analisado segundo variáveis internas, a saber: (i) tipologia da abreviatura; (ii) complexidade da regra; (iii) número de sílabas do vocábulo abreviado e (iv) classe de palavras.

1.2 | O corpus

O início da composição do *corpus* deste trabalho deu-se com a escolha do gênero textual: missivas. Mais especificamente, os documentos selecionados são cartas pessoais do século XVIII, que também são denominadas correspondências privadas. A escolha desse gênero certamente não foi arbitrária – sucedeu-se pelo fato de que possui como características a simplicidade, a clareza e se aproxima do vernáculo (TIN, 2005). Outra justificativa é que, ainda que seja um gênero formulaico, o texto epistolar sempre favoreceu o emprego de abreviaturas, além de, nesse período de abolição dos recursos braquigráficos, estarem circunscritos

aos manuscritos familiares, principal meio de comunicação a distância da época e que carregava traços de menor formalidade (RIBEIRO, 1890).

Embasamo-nos, também, no que Barbosa (1999) propõe em relação a esse gênero. O autor, ao tratar da tipologia dos textos produzidos na América Portuguesa na segunda metade do século XVIII, considera as cartas pessoais como textos da administração privada, uma macrocategoria tipológica, da qual fazem parte os textos de caráter particular *strictu sensu*, também denominados por ele de circulação particular. Sob tal perspectiva, os textos que possuem a denominação particular abordam questões de interesse exclusivo dos interlocutores e podem conter assuntos particulares ou sociais e essa característica textual permite, portanto, que o conteúdo seja expresso de modo menos formal e evidencia as práticas comuns e as características individuais de escrita naquela sincronia.

Esses olhares nos deixam clara a relevância que a carta pessoal possui para a investigação linguística histórica; mais do que isso, podemos dizer que ela é multifacetada, independentemente da sincronia em que fora escrita, uma vez que a sua prática envolve variados desígnios. Além de ser um objeto que delimita lugares e pessoas, a carta pessoal é uma legítima representação de momentos particulares na história da cultura e dos sujeitos (CHARTIER, 1990); e é, por isso, fonte de inspiração, criação e elucidação para os estudos linguísticos.

Seixas (2020), ao mencionar o labor com as cartas pessoais setecentistas, reforça que foi possível perceber, além das questões a serem investigadas, que a escrita desse gênero acabou sendo uma atividade um pouco mais democrática naquele período, pois, possuindo o mínimo domínio da pena, essa

era uma forma de expressão que figurava tanto entre os populares quanto entre os elitizados – isso ‘quebrava’, de certa forma, o controle universal que a classe mais abastada tinha em relação a variadas práticas e é um reflexo dos processos de mudança nas dinâmicas sociais daquele período. (p. 128)

Camargo (2000) também trata do gênero epistolar e versa, mais especificamente, sobre os sentidos que ele carrega:

A busca de uma escrita que não é fabricada, no sentido que lhe atribui Certeau (1990), isto é, aquela que é transformada em objeto a ser aprendido e apreendido, e nesse processo vai envolvendo, vai fazendo-se presente determinada condição de sujeito ou de assujeitamento; a busca de uma concepção de escrita inserida numa concepção

de linguagem que é produção, supondo interlocutores; a inserção, a compreensão dessa escrita como prática cultural, no cotidiano, têm dado subsídios para a reflexão dos sentidos da escrita que faz a história e dos tantos sentidos que ficam registrados na escrita, pela escrita, por meio da escrita. (CAMARGO, 2000, p. 19)

Ademais, nas palavras da autora, é possível extrair das cartas “a definição do lugar social de onde se fala, de onde se escreve, junta-se um outro: é o sujeito falando da sua própria ação de escrever e dos tantos elementos que a envolvem, que nela penetram, que a fazem” (CAMARGO, 2000, p. 121), concepção que ilustra a nossa perspectiva sobre o peso dos fatores sociais na escrita e de como a carta pessoal pode ser um retrato daqueles que seguram a pena.

Os aspectos textuais anteriormente expostos conduziram-nos, então, na identificação dos documentos que se enquadravam como cartas pessoais, a qual considerou as três dimensões apontadas por Bakhtin (1997) para a classificação da finalidade de um gênero: “o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional”. Mais especificamente, na seleção, buscamos conteúdo temático de cunho privado, estilo menos formal e documentos com a estrutura composicional de carta (protocolo inicial, corpo do texto e escatocolo).

Assim, no que diz respeito à classificação da macroestrutura da carta, adotamos a perspectiva da análise diplomática acerca dos documentos antigos, uma vez que o nosso recorte temporal é pretérito. Nesse contexto, interessa-nos a definição de Belloto (2002, p. 39), segundo a qual a carta “é um documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso”.

Sobre a sua composição estrutural, consideramos a seguinte classificação para a identificação da posição textual em que se encontravam as abreviaturas (SPINA, 1994; BELLOTO, 2002): (a) o protocolo (ou protocolo inicial) – seção pré-textual, que contém as datas tópica (local) e cronológica, o endereçamento (a quem se dirige) e a saudação; (b) o texto – constitui o corpo do documento e contém o fato registrado, com a exposição e o objetivo da carta; (c) o escatocolo (ou protocolo final) – seção pós-textual, que contém o fecho e a assinatura; pode conter as datas tópica e cronológica, caso não apareçam no protocolo.

As cartas selecionadas são provenientes de duas fontes: (i) *Fundo Barão de Camargos* – arquivo do museu Casa Setecentista do Pilar, anexo III do *Museu da Inconfidência*²⁸;

28 Composto por caixas que contêm documentos que pertenciam ao primeiro Barão de Camargos e aos seus familiares, ascendentes e descendentes. Foram selecionadas 4 cartas de remetentes brasileiros que fazem parte das caixas de Manoel de Oliveira Pinto (1730-1778), de Luiz da Silva Valle (1770-1817) e de Clara Felícia da Roza (1777-1785).

(ii) *Post Scriptum: Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e em Espanha na Época Moderna*²⁹.

Conforme exposto no capítulo 2 desta obra, nas sociedades portuguesa e brasileira do século XVIII havia uma relação direta entre a estratificação social e a função que o indivíduo exercia (MAGALHÃES, 2001; MENDES, 2008), por isso, adotamos a profissão/ocupação e a família (no caso das mulheres que não possuíam profissão/ocupação) como critérios para a caracterização dos escreventes em dois estratos sociais (i) classe socioeconômica mais alta (Classe A) e (ii) classe socioeconômica mais baixa (Classe B). Assim, estabelecemos as demais equivalências ao considerarmos como representantes da classe A os escreventes que possuíam profissão/ocupação que exigia formação em Estudos Maiores (maior nível de escolarização) ou determinado tempo de estudo, tais como advogado, médico, tabelião, padre, freira, dentre outros, ou, caso a profissão/ocupação não seja identificada, como no caso das mulheres, se eram de famílias nobres ou possuidoras de bens. E, como representantes da classe B, estamos considerando aqueles que possuíam profissão/ocupação que não exigia formação em Estudos Maiores ou determinado tempo de estudo, ou seja, que se enquadravam no nível Estudos Menores (menor nível de escolarização), tais como alfaiate, carpinteiro, cozinheiro(a), escravo(a), dentre outros, ou caso a profissão/ocupação não seja identificada, em qual família viviam ou a profissão/ocupação do pai/cônjuge.

Selecionamos 24 missivas, que foram assim organizadas: (a) 3 de mulher de classe socioeconômica A, com formação em Estudo Maior ou de família abastada, da Língua Portuguesa do Brasil (LPB); (b) 3 de mulher de classe socioeconômica A, com formação em Estudo Maior ou de família abastada, do Português Europeu (PE); (c) 3 de mulher de classe socioeconômica B, sem formação em Estudo Maior ou de família não abastada, da LPB; (d) 3 de mulher de classe socioeconômica B, sem formação em Estudo Maior ou de família não abastada, do PE; (e) 3 de homem de classe socioeconômica A, com formação em Estudo Maior ou em área de estudo específica, da LPB; (f) 3 de homem de classe socioeconômica A, com formação em Estudo Maior ou em área de estudo específica, do PE; (g) 3 de homem de classe socioeconômica B e sem formação em Estudo Maior da LPB; (h) 3 de homem de classe socioeconômica B e sem formação em Estudo Maior do PE.

Também determinamos o número de vocábulos como elemento de semelhança quantitativa da amostra para o cotejamento dos fatores extra e intralinguísticos. Para tanto, verificamos a carta que possuía menos vocábulos (113) e, a partir disso, foi considerado o mesmo número

29 Disponível em: <http://ps.clul.ul.pt/pt/index.php?action=home>.

nas demais. Ressaltamos que, como o gênero textual utilizado possui uma estrutura formulaica e que no protocolo e no escatocolo encontram-se um número considerável de abreviaturas, e como foi considerado o número de vocábulos total da carta que serviu como base para determinação desse valor, consideramos nas outras cartas, primeiramente, o número de palavras contidas nessas segmentações e depois a contagem foi feita no início do corpo do texto, até se alcançar o total de 113 vocábulos por carta.

Em seguida, iniciamos a análise dos dados. Como um dos objetivos foi averiguar a (des)obediência à norma, as abreviaturas do *corpus* foram identificadas e inicialmente classificadas em variante padrão e em variante não padrão, conforme as prescrições encontradas/inferidas.

Posteriormente, classificamos e quantificamos as abreviaturas quanto à tipologia, de acordo com a classificação de Costa (2007), como já mencionado.

O próximo passo foi classificar e quantificar as ocorrências de acordo com os níveis de complexidade da regra, para mensurarmos o emprego dos escreventes em relação às regras mais e menos complexas (conforme evidenciado no terceiro capítulo). Esse aspecto foi analisado, uma vez que existem alguns tipos que são simples e não demandam conhecimento especializado; por sua vez, há outros que são mais sofisticados e que demandam conhecimento especializado, quer de domínio discursivo, quer de natureza gramatical. Para tanto, tomamos por base o grau de legibilidade das abreviaturas proposto por Duchowny, Coelho e Coelho (2014), cuja hierarquia envolve o seguinte *continuum*, na respectiva ordem de conhecimento específico demandado: Numérica → Letra sobrescrita → Contração → Suspensão → Sigla simples → Letra reduplicada → Sinal especial.

A próxima etapa foi a codificação dos dados para a utilização do programa de análise estatística Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005). Posteriormente, por meio da análise controlada dos dados, verificamos quais fatores externos e internos, medidos em termos de percentuais e de pesos relativos, favorecem a aplicação da regra (nesse caso, a aplicação da norma padrão, que foi a variável referência) e, conseqüentemente, julgamos a (in)adequação das nossas hipóteses em relação ao emprego dos recursos braquigráficos, conforme será apresentado na seção a seguir.

2 | A análise

Ao iniciarmos, submetemos os dados coletados a uma rodada no pacote estatístico Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005), cuja análise foi baseada no uso de abreviaturas padrão e não padrão, e obtivemos os resultados expostos na Tabela 1:

Tabela 1 - Dados da rodada inicial no programa Goldvarb X

	Padrão	Não Padrão
Ocorrências/Total geral	259/467	208/467
Percentual	55,5%	44,5%
Input inicial	0.602	
Nível de significância	0.040	
Variáveis selecionadas	1º) Tipologia das abreviaturas 2º) Nível de escolarização/estrato socioeconômico 3º) Sexo 4º) Complexidade da regra 5º) Número de sílabas do vocábulo abreviado 6º) Classe de palavras	

Fonte: Seixas (2020, p. 152).

De início, é possível observar que o programa apontou, no melhor nível de análise, que nossos resultados são confiáveis, já que o valor de significância é de 0.040. Além disso, como o valor *input* inicial é de 0.602, isso evidencia que a variante referência, que é representada pelo uso padrão, é relevante para a aplicação da regra e é, então, a que mais favorece o emprego das abreviaturas.

Quanto aos dados gerais, verificamos uma discreta preferência dos escribas pelas formas que respeitam a norma do período, já que, das 467 ocorrências, 259 (55,5%) correspondem a usos padrão e 208 (44,5%), a usos não padrão.

O programa acusou, também, que, das sete variáveis controladas, seis foram selecionadas pelo programa, na seguinte ordem de significância no emprego da variante referência (o uso padrão): 1º) tipologia das abreviaturas; 2º) nível de escolarização/estrato socioeconômico; 3º) sexo; 4º) complexidade da regra; 5º) número de sílabas do vocábulo abreviado e 6º) classe de palavras.

Além da relevância de cada fator, observamos que a localidade foi descartada pelo programa, o que significa que, neste *corpus*, essa variável não é relevante para a aplicação da regra. O que esse resultado quer nos dizer, então? Uma possível justificativa para a exclusão dessa variável é que a instrução formal no Brasil Colônia se baseava na norma europeia (VEIGA, 2007), não existindo, então, diferença normativa com relação ao reino de Portugal.

Visto que os dados apresentados são gerais e necessitamos verificar o emprego da norma e a influência das variáveis no uso de cada escrevente, passaremos a analisar pormenorizada-mente, por ordem de significância selecionada pelo programa, as variáveis significativas para o emprego das abreviaturas.

2.1 | A (des)obediência à norma

Analisamos, a seguir, o emprego da norma em função de cada escrevente, ordenados de acordo com a obediência, uma vez que um dos nossos objetivos é verificar se um escrevente com maior nível de escolarização, pertencente à classe socioeconômica A, tinha domínio da norma de emprego das abreviaturas e utilizava com maior domínio aquelas que eram mais complexas por demandarem maior conhecimento formal e/ou específico.

Tabela 2 - Uso das variantes padrão e não padrão por escrevente

Variante Escrevente	Padrão		Não Padrão		Total	Ocupação/ Função social	Classe social	Sexo
	nº	%	nº	%	nº			
1 PA	21	100	0	0	21	eclesiástico	A	Masculino
2 JC	10	90,9	1	9,1	11	boticário	A	Masculino
3 MIS	16	88,9	2	11,1	18	advogado	A	Masculino
4 DV	16	84,2	3	15,8	19	professor universitário	A	Masculino
5 JOP	30	83,3	6	16,7	36	universitário	A	Masculino
6 MI	9	81,8	2	18,2	11	esposa de negociante	A	Feminino
7 MC	24	72,7	9	27,3	33	freira	A	Feminino
8 J	15	68,2	7	31,8	22	criada	B	Feminino
9 FCP	12	66,7	6	33,4	18	alferes	A	Masculino
10 CFR	11	61,1	7	38,9	18	comerciante e proprietária de imóveis	A	Feminino
11 DR	10	58,8	7	41,1	17	esposa de alfaiate/ carpinteiro	B	Feminino
12 MSV	10	55,6	8	44,4	18	capitão de quadrilha	B	Masculino
13 SR	12	54,5	10	45,5	22	pedreiro	B	Masculino

14	MR	4	50	4	50	8	cozinheiro	B	Masculino
15	IGV	10	45,5	12	54,5	22	costureira	B	Feminino
16	TIG	13	39,3	20	60,6	33	filha de desembargador	A	Feminino
17	TJF	7	36,8	12	63,1	19	escrava	B	Feminino
18	HJ	11	36,7	19	63,3	30	freira	A	Feminino
19	MPP	5	33,3	10	66,6	15	tripulante de nau	B	Masculino
20	TM	5	26,3	14	73,7	19	alfaiate	B	Masculino
21	JT	6	26,1	17	73,9	23	serviçal	B	Masculino
22	TSF	2	15,4	11	84,6	13	lavradora	B	Feminino
23	RM	1	9,1	10	90,9	11	esposa de pescador	B	Feminino
24	CR	0	0	10	100	10	filha de capitão	A	Feminino

Fonte: Seixas (2020, p. 154).

De um ponto de vista genérico, os dados da tabela acima evidenciam a heterogeneidade quanto ao domínio da norma no século XVIII, o que nada mais é do que um reflexo da exclusividade de acesso à educação, salvo exceções, orientada pelo status socioeconômico dos indivíduos (MAGALHÃES, 2001).

Para iniciarmos nossa análise, temos que considerar o contexto sócio-histórico-cultural do século XVIII, bem como devemos ter em mente, também, que, apesar de a história social nos dar respaldo e termos os traços genéricos de cada grupo social, eventuais desvios em relação a esses perfis eram previsíveis (LABOV, 2008 [1972]).

Assim, em tese, os 12 primeiros escreventes deveriam ser da classe mais alta e, desses, os 6 primeiros deveriam ser do sexo masculino, haja vista a condição de privilégio social desses grupos (MAGALHÃES, 2001; VEIGA, 2007; VARTULLI, 2012). Essa expectativa em relação ao grupo mais abastado apresentar maior domínio de norma é, de certa forma, confirmada, uma vez que 75% (9 ocorrências) dos escreventes fazem parte do grupo mais abastado. Isso nos mostra, também, que a exceção à regra se faz presente em nossos dados.

Quando voltamos o olhar para o outro grupo socialmente privilegiado naquele período, o sexo masculino (MAGALHÃES, 2001; VEIGA, 2007; VARTULLI, 2012), teoricamente, os 6 primeiros escribas deveriam ser homens. Os dados, novamente, retratam a teoria quase que perfeitamente, se não fosse pela presença feminina na 6ª posição.

Como eventuais desvios também fazem parte da nossa expectativa, quando se trata de análise sociolinguística, na busca por fatos que justifiquem tal situação, a de uma mulher dominar mais a norma do que outros homens abastados que fizeram parte do *corpus*, ao investigarmos a sua história social, dois fatores podem ter contribuído para que tivesse mais contato com as práticas de letramento na sociedade em que vivia: primeiramente, por estar inserida no grupo social mais abastado e privilegiado, já que era esposa de um negociante ultramarino português, ocupação de alto prestígio e retorno financeiro (PEDREIRA, 1992; FRAGOSO, 2002); a outra razão seria pelo fato de viver em Lisboa, a capital, local em que o saber e as práticas que o envolviam circulavam com mais frequência e antes do que nas colônias (MAGALHÃES, 2001). Certamente, a escrevente que mais dominava a norma, inclusive mais do que outros homens, usufruía dos privilégios sociais a que a classe social mais alta tinha acesso e foi positivamente influenciada pelo ambiente que frequentava.

Esse olhar inicial mostrou que, na prática, havia sim uma correlação entre o perfil social do escriba e o domínio das regras (MAGALHÃES, 2001; FONSECA, 2008; MENDES, 2008), assim como confirmou que o comportamento normativo esperado para cada grupo não era uma máxima, devido aos desvios de perfil existentes naquele modelo social (MAGALHÃES, 2001; VARTULLI, 2012).

E, feito isso, apresentamos, a seguir, a análise das variáveis em função da (des)obediência à norma, ordenada conforme a significância revelada pelo programa de análise estatística Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005).

2.2 | Variável linguística tipologia das abreviaturas

A tipologia das abreviaturas, que está relacionada ao tipo de recurso braquigráfico utilizado pelo escrevente, foi a variável selecionada pelo programa Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005) como a que mais favorece o uso da norma. Vejamos, na Tabela 3, o que os dados do nosso *corpus* têm a nos dizer:

Tabela 3 - Uso das variantes padrão e não padrão em função da tipologia da abreviatura

Variante Tipologia	Padrão		Não Padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
Letra sobrescrita	99	41,9	137	58,1	236	50,5	.40
Sigla simples	84	81,6	19	18,4	103	22,1	.65

Mista	43	48,3	46	51,7	89	19,1	.48
Sinal especial	27	96,4	1	3,6	28	6,0	.86
Contração	3	42,9	4	57,1	7	1,5	.30
Suspensão	2	66,7	1	33,3	3	0,6	.18
Numérica	1	100,0	0	0,0	1	0,2	*NSA
Total	259	55,5	208	44,5	467		

*NSA = não se aplica (somente 1 ocorrência).

Fonte: Seixas (2020, p. 156).

Em linhas gerais, de um total de 467 ocorrências, foram empregados sete tipos de abreviaturas, respectivamente ordenados: 1º) a letra sobrescrita, com 50,5% (236 ocorrências), percentual bem alto se comparado aos demais tipos; 2º) a sigla simples, com 22,1% (103 ocorrências); 3º) a mista, com 19,1% (89 ocorrências); 4º) o sinal especial, com 6,0% (28 ocorrências); 5º) a contração, com 1,5% (7 ocorrências), percentual bem baixo comparando-se com os anteriores; e 6º) a suspensão, com 0,6% (3 ocorrências) e 7º) a numérica, na última posição, com somente 0,2% (1 ocorrência). Observamos, por sua vez, que não foram empregados os tipos sigla reduplicada, sigla composta e nota tironiana.

Além dos dados percentuais, temos os dados sobre o peso relativo de cada tipologia – que são mais refinados e representam com mais fidelidade a significância em relação ao emprego da norma. Vemos, então, que dois tipos de abreviaturas foram apontados pelo programa como favorecedores da aplicação da regra: o sinal especial (PR = 0.86) e a sigla simples (PR = 0.65). Se é fato que o maior contato com a norma e o maior domínio da possibilidade de uso das regras estavam fundamentalmente associados ao maior nível de instrução no período setecentista (SOARES, 1998; MARCUSCHI, 2001; MENDES, 2008), é coerente considerar o sinal especial como o tipo mais complexo e a sigla simples como o tipo mais simples e vincular a maior produtividade no emprego do sinal especial a um maior nível de instrução do escriba.

Ainda, a significância desses dois tipos, nessa ordem de prioridade, é uma informação relevante no momento de o pesquisador decidir entre qual tipo de abreviatura pode auxiliá-lo a caracterizar o escriba. Para averiguarmos tal especulação, vamos cotejar o emprego dos tipos mais e menos complexos nos dois estratos socioeconômicos, com expectativa de obtermos maior produtividade no grupo mais escolarizado/abastado, conforme dados da Tabela 4:

Tabela 4 - Uso do sinal especial e da sigla simples em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico

Tipologia Estrato	Sinal especial		Sigla simples		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Estudos Maiores/Classe A	32	66,7	55	49,6	87	54,7
Estudos Menores/ Classe B	16	33,3	56	50,4	72	45,3
Total	48		111		159	

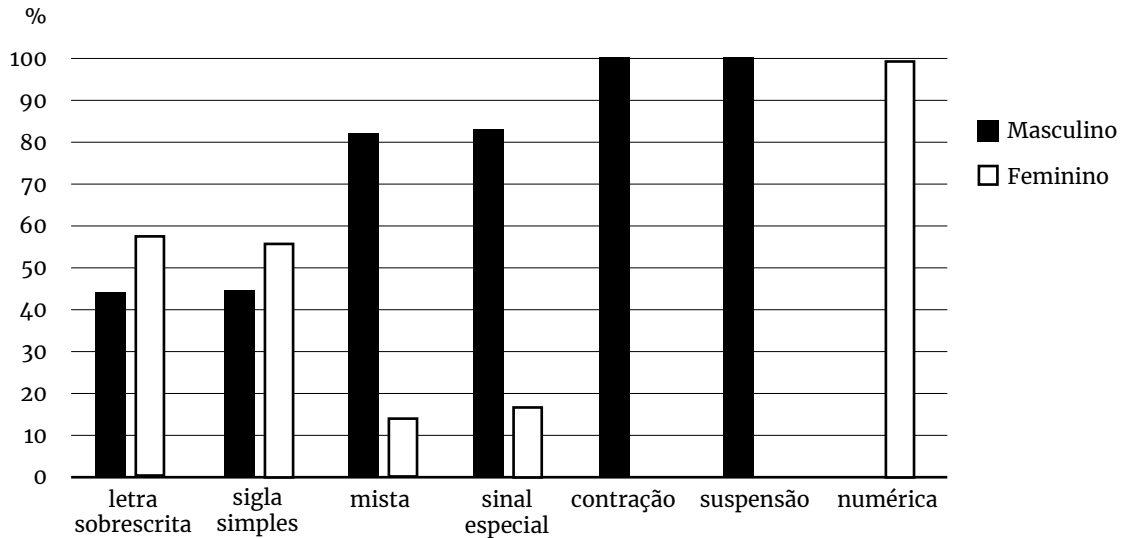
Fonte: Seixas (2020, p. 159).

Conforme a nossa expectativa, o grupo mais escolarizado/abastado utiliza, de um total de 159 ocorrências, mais abreviaturas complexas do que o grupo com menor escolarização e menor poder aquisitivo (54,7 % e 45,3%, respectivamente). Como o uso do sinal especial é relevante, por refletir conhecimento mais especializado (DUCHOWNY, COELHO e COELHO, 2014) e, conseqüentemente, maior nível de instrução, mais uma vez, o grupo da classe A supera o da classe B (66,7% e 33,3%, respectivamente); agora, com um diferencial percentual ainda mais significativo, de 98%.

Com relação à aplicação da sigla simples, o tipo menos complexo, observamos um perfil completamente diferente do anterior, dado que a diferença percentual entre o grupo menos escolarizado/abastado (50,4%) frente à sua contraparte (49,6%) é quase nulo, de apenas 0,8%. Isso não nos permite, portanto, associar o uso de sigla simples a determinado perfil. Em busca de uma explicação para a semelhança de uso nos dois grupos, se questionarmos se os indivíduos daquela época, de modo geral, possuíam percepção metalinguística, é provável que não, tendo em vista que o uso da sigla simples não era baseado em reflexão linguística, mas em conhecimento sobre o significado dos recursos braquigráficos. Por sua vez, o que esses dados parecem sinalizar é que esse tipo demanda menos conhecimento especializado do que o que se exige na utilização de sinais especiais.

Assim como relacionamos a tipologia ao fator nível de escolarização/estrato socioeconômico, é possível associar o sexo do escriba à escolha por determinados tipos e justificar tal preferência segundo seu nível de instrução, tendo em mente a situação de discrepância no acesso à educação (ADÃO, 1997; ALGRANTI, 1993; MAGALHÃES, 2001). Considerando, novamente, a distinção de conhecimentos demandados no uso de cada tipologia (DUCHOWNY, COELHO e COELHO, 2014), e a situação privilegiada do sexo masculino em relação ao acesso às práticas educacionais, a nossa expectativa é a de que os resultados sejam um reflexo do contexto setecentista:

Gráfico 1 - Emprego da tipologia em função do sexo



Fonte: Seixas (2020, p. 161).

De início, observamos que a variedade é um pouco maior no sexo masculino, uma vez que os homens utilizam seis tipos de abreviaturas (letra sobrescrita, sigla simples, mista, sinal especial, contração e suspensão) e as mulheres, cinco (letra sobrescrita, sigla simples, mista, sinal especial e numérica). Ainda, verificamos que as mulheres não usam dois tipos, a contração e a suspensão, e os homens somente um, a numérica. Outra observação diz respeito à discrepância no percentual dos tipos mais usados pelo sexo feminino (letra sobrescrita e sigla simples), que é bem menor se compararmos com o diferencial percentual dos tipos mais usados pelo sexo masculino (mista e sinal especial).

Apesar de a variabilidade não ser muito discrepante, sobretudo no caso daquelas tipologias cuja frequência é mais alta no sexo feminino, a preferência dos sexos por determinados tipos nos autoriza a correlacionar tais escolhas com o nível de escolarização do escriba, já que, naquele período, o sexo masculino tinha maior acesso à educação (ADÃO, 1997; MAGALHÃES, 2001). E, como cada tipo de abreviatura possui um nível de complexidade de conhecimento exigido para o seu uso (DUCHOWNY, COELHO E COELHO, 2014), os resultados corroboram a especulação anterior, retratando, mais uma vez, a conjuntura social daquele período: os homens, que tinham mais acesso à educação, adotavam com mais frequência o sinal especial, e as mulheres, por serem menos escolarizadas, empregavam mais a sigla simples, conforme mostram os dados dispostos na Tabela 5:

Tabela 5 - Uso do sinal especial e da sigla simples em função do sexo

Tipo complexo Sexo	Padrão		Não Padrão		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Masculino	31	64,6	47	42,3	78	49,1
Feminino	17	35,4	64	57,7	81	50,9
Total	48		111		159	

Fonte: Seixas (2020, p. 162).

De um total de 48 abreviaturas de sinal especial, o tipo que demanda o maior nível de conhecimento (DUCHOWNY, COELHO E COELHO, 2014), os homens apresentam emprego de 64,6% (31) e as mulheres, de 35,4% (17) – notamos, aqui, uma considerável distinção na preferência masculina, que apresenta uso 82,4% maior. E quanto ao uso do tipo menos complexo, a sigla simples, o perfil de uso entre os sexos se inverte, já que, das 111 abreviaturas, as mulheres empregaram 57,7% (64) e os homens, 42,3% (47) – observamos, porém, que o diferencial percentual é menor, de 36,4%. Fica clara, então, a preferência do sexo masculino pelo tipo mais complexo e a do sexo feminino pelo tipo menos complexo, o que constitui outra evidência de que o sinal especial é um tipo de abreviatura que demanda maior conhecimento da norma e que, portanto, sua maior presença em um texto tende a indicar que se trata de escriba letrado do sexo masculino. Ou seja, as preferências de cada sexo são significativamente distintas, já que, ao se diminuir a complexidade tipológica, a curva masculina desce e a feminina sobe.

Outro teste que aplicamos avalia a preferência tipológica em cada sexo, em que a predileção aumenta da esquerda para a direita:

Figura 1 - Preferência tipológica em função do sexo do escriba



Fonte: Seixas (2020, p. 163).

É possível perceber, aqui, que a preferência tipológica, de acordo com a complexidade, é inversamente proporcional: à medida que a complexidade aumenta, o sexo masculino utiliza mais e o feminino, menos.

Se formos além dos dados e estabelecermos uma conexão com a história social dos escreventes, a maior frequência de determinados tipos e regras não seria somente uma questão de estilo, mas de grau de letramento. Isso porque, considerando que o *continuum* de legibilidade atrela o tipo de abreviatura ao grau de conhecimento exigido para empregá-lo (DUCHOWNY, COELHO E COELHO, 2014) e que a aplicação das regras é uma amostra do maior ou menor grau de letramento, a maior obediência masculina à norma e a maior frequência de tipos de abreviaturas e de regras mais complexas também nesse grupo reproduz a realidade da sociedade setecentista, a de que o grau de letramento dos homens era maior do que o das mulheres.

Diante do exposto, podemos dizer que os resultados corroboram a nossa hipótese sobre a existência de abreviaturas mais complexas e mais simples, bem como evidenciam que os grupos que possuíam maior nível de escolarização e que pertenciam ao estrato mais alto da sociedade tinham maior domínio das regras mais complexas.

2.3 | Variáveis extralinguísticas nível de escolarização e estrato socioeconômico

Antes de iniciarmos a análise, é importante esclarecermos que a união das variáveis externas nível de escolarização e estrato socioeconômico em uma única subseção deu-se pela íntima relação existente entre esses fatores sociais, dado que um importante critério para a identificação da classe socioeconômica de um indivíduo no século XVIII era o seu nível de escolarização, atribuído conforme o seu ofício. Assim, essa junção evita a repetição dos dados, uma vez que os resultados de cada estrato socioeconômico (Classe A e Classe B) são os mesmos dos dois níveis de escolarização (Estudos Maiores e Estudos Menores).

Nesse panorama, a investigação dessas variáveis justifica-se para averiguarmos se é possível diferenciar um indivíduo com maior grau de letramento de um indivíduo com menor grau de letramento por meio do emprego dos recursos braquigráficos. A respeito disso, a nossa expectativa é a de que o grupo com maior nível de escolarização, representante da classe socioeconômica mais alta, emprega a norma padrão da época com mais fidelidade, enquanto os escreventes do outro grupo, que representa a classe socioeconômica mais baixa, são menos obedientes.

Isto posto, a rodada preliminar nos mostrou que a variável nível de escolarização/estrato

socioeconômico foi o fator externo com maior significância no emprego da norma. Apresentamos, na Tabela 6, o comportamento de cada grupo no que diz respeito à (des)obediência da norma:

Tabela 6 - Uso das variantes padrão e não padrão em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico

Variante Escolarização/Estrato	Padrão		Não Padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
Estudos Maiores/Classe A	172	66,7	86	33,3	258	55,2	.67
Estudos Menores/Classe B	87	41,6	122	58,4	209	44,8	.30
Total	259		208		467		

Fonte: Seixas (2020, p. 163).

Das 467 ocorrências de abreviaturas, 258 ocorrências (55,2%) foram computadas no grupo com maior nível de escolarização/classe socioeconômica A e 209 (44,8%) no grupo com menor nível de escolarização/classe socioeconômica B. Esses dados mostram que, em linhas gerais, as abreviaturas são mais utilizadas pelos mais letrados/abastados.

Ao lançarmos o olhar para a (in)fidelidade à norma, as ocorrências padrão (66,7%) superam com vantagem as ocorrências não padrão (33,3%) no grupo de escreventes mais letrados e mais abastados. Por sua vez, no grupo com menor escolarização, ocorre o inverso, porém com uma diferença menos significativa, com 41,6% de ocorrências padrão e 58,4% de não padrão. Esses dados revelam que os usos estão inversamente polarizados, com preferência pelo emprego da variante padrão na classe mais escolarizada/classe A e da não padrão na menos escolarizada/classe B, confirmando, portanto, a nossa expectativa de que as abreviaturas traduzem o nível de escolarização do escrevente.

Quando analisamos o peso relativo, é o grupo com Estudos Maiores/Classe A o que apresenta maior significância para a aplicação da regra (PR = .67), isto é, que favorece o uso da abreviatura de acordo com a norma. Se relacionarmos esse resultado ao fato de que o maior contato com a norma e o maior domínio da possibilidade de uso das regras estava diretamente ligado ao maior nível de escolarização no XVIII (SOARES, 1998; MARCUSCHI, 2001; MENDES, 2008), é possível considerar, sob essa ótica, que o indivíduo que se encaixa nesse grupo tem maior domínio de norma e, consequentemente, possui maior grau de letramento.

2.4 | Variável extralinguística sexo

A variável sexo foi apontada pelo programa Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005) como o terceiro fator que mais favorece a obediência à norma. Haja vista a privação do acesso à instrução formal sofrida pelo grupo feminino na sociedade setecentista, (ALGRANTI, 1993; ADÃO, 1997; MAGALHÃES, 2001; VARTULLI, 2012), a expectativa é de que o sexo masculino obedeça mais à norma e que empregue mais a tipologia mais complexa. Vejamos, então, o que revelam os dados da Tabela 7:

Tabela 7 - Uso das variantes padrão e não padrão em função do sexo

Sexo \ Variante	Padrão		Não Padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
Masculino	147	64,5	81	35,5	228	48,8	.64
Feminino	112	46,9	127	53,1	239	51,2	.36
Total	259		208		467		

Fonte: Seixas (2020, p. 166).

Observamos, inicialmente que em linhas gerais as ocorrências em ambos os sexos são relativamente similares, com uma diferença percentual de somente 2,4%: 48,8% no sexo masculino e 51,2% no sexo feminino. Em vista disso, não é possível sustentar, somente com base nos dados percentuais, que as abreviaturas são mais frequentes em determinado sexo.

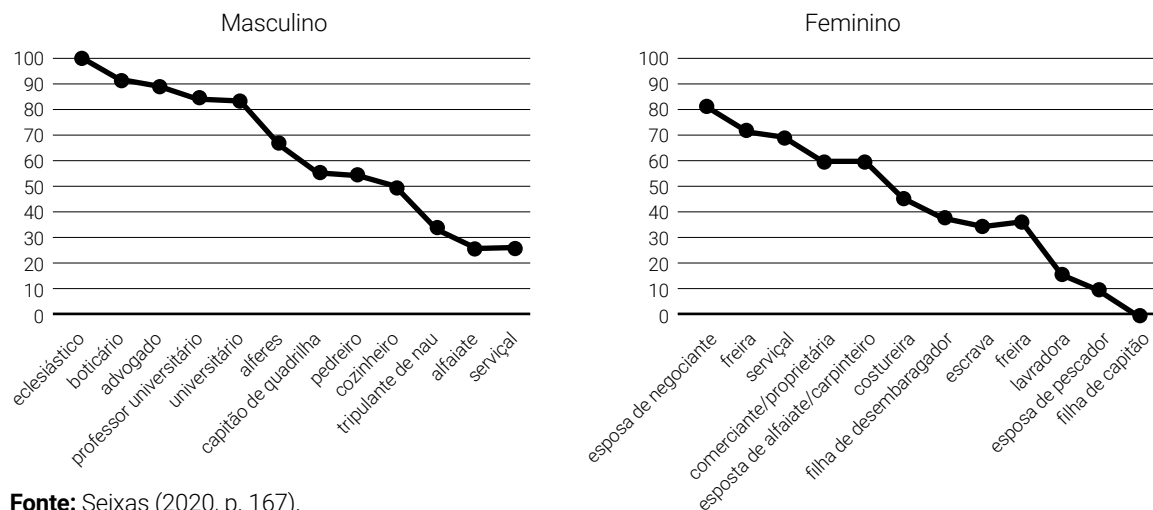
Ao lançarmos o olhar para a fidelidade de cada grupo à norma, obtemos dados mais representativos, que nos mostram que homens têm significativa preferência pelo uso da variante padrão, já que a empregam em 64,5% das ocorrências e as mulheres, 46,9%. Além disso, quando analisamos o uso não canônico, observamos um perfil inversamente idêntico, com a predileção, dessa vez, manifestada pelo sexo feminino: 53,1% delas contra 35,5% deles.

Tratemos, agora, dos pesos relativos, que nos dão um resultado mais apurado. Conforme esperado, o programa selecionou o sexo masculino como favorecedor do uso da norma padrão (PR = .64). A menor familiaridade feminina com o emprego padrão (PR = .36) é, certamente, uma das consequências da marginalidade desse grupo na sociedade setecentista – a conjuntura do papel social e do acesso restrito às práticas educacionais, salvo

exceções, situava as mulheres num grupo excluído e que não tinha um elevado nível de escolarização/letramento, nem mesmo no estrato mais abastado (ALGRANTI, 1993; ADÃO, 1997; MAGALHÃES, 2001; VEIGA, 2007; VARTULLI, 2012).

Essa tendência é semelhantemente observada quando analisamos o domínio de norma dos escreventes do nosso *corpus*:

Gráfico 3 – Domínio de norma em função de cada sexo



Fonte: Seixas (2020, p. 167).

Quando lançamos o olhar para o comportamento de cada sexo, é possível notar que o emprego masculino é mais estável e previsível, isto é, o domínio de norma vai caindo à medida que diminui a classe social e/ou o prestígio do ofício (cf. setorização apresentada no capítulo 2 (MAGALHÃES, 2001; FONSECA, 2008; VARTULI, 2012)). Por sua vez, o sexo feminino apresenta um comportamento de certo modo distinto do sexo masculino, em que o declínio do domínio não necessariamente acompanha a estratificação social – isso fica explícito com o terceiro maior domínio (serviçal) e o último (filha de capitão); e com a escrava figurando entre a filha de um desembargador e uma freira – estas duas últimas são figuras que, teoricamente, teriam maior probabilidade de acesso às práticas educacionais do que a contraparte.

Como o emprego feminino apresenta mais instabilidade, as informações sócio-histórico-culturais podem elucidar o comportamento desse grupo. Definitivamente, a variação e a quebra de expectativa em relação ao que se espera de cada grupo social evidencia a

situação de exclusão das mulheres quanto ao acesso à educação formal e, consequentemente, o contato reduzido com a norma. Quando tinham a oportunidade, era habitual que ocorresse com indivíduos sem formação e que possuíam conhecimentos elementares sobre as práticas de leitura e de escrita (ADÃO, 1997). Somado a isso, também era comum que a circulação de saberes para mulheres ocorresse em locais diversificados, como nas igrejas, nos sermões, nas confissões, nos conventos ou nas instituições de reclusão, e com finalidades distintas, principalmente voltadas para as funções a elas atribuídas. Essa conjuntura limitava o processo de ensino/aprendizagem e, quando acontecia, normalmente era informal e não estava de acordo com o currículo escolar da época. (ALGRANTI, 1993; JULIO E VARTULLI, 2016).

Em contrapartida, ainda que a heterogeneidade esteja presente, das 12 escreventes, 8 (66,7%) delas seguiram o esperado para a classe socioeconômica em que se encaixam, o que nos permite, ainda assim, considerar a tese de que um indivíduo da classe A tem maior domínio da norma – considerando, porém, que é maior a probabilidade de desvio de perfil de uso em escreventes do sexo feminino.

Tudo isso que expusemos confirma, portanto, o que era esperado em relação à maior obediência normativa dos homens, além de apontar, também, para a corroboração de duas hipóteses que suscitamos: (i) a de que um escrevente com maior nível de escolarização tinha maior domínio da norma e (ii) a de que fatores externos interferem no emprego das abreviaturas, nesse caso, o sexo – características que servem, portanto, como pistas para a caracterização sociolinguística de um indivíduo como mais letrado. Pela análise também foi possível identificar que o desvio de perfil é uma tendência do sexo feminino – outro aspecto, então, que merece ser considerado como mais um elemento para a caracterização do escrevente.

2.5 | *Variável linguística complexidade da regra*

A variável interna complexidade da regra demandada para se empregar uma abreviatura também foi selecionada pelo programa Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005) como fator de interferência no uso das abreviaturas. Vejamos o que os dados na Tabela 8 têm a nos dizer:

Tabela 8 - Uso das variantes padrão e não padrão em função da complexidade da regra

Complexidade \ Variante	Padrão		Não Padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
Nível 1	222	47,5	204	43,7	426	91,2	.47
Nível 2	37	7,9	4	0,9	41	8,8	.79
Total	259		208		467		

Fonte: Seixas (2020, p. 168).

Se considerarmos a produtividade segundo o nível de complexidade de emprego da norma de uso das abreviaturas, as que contemplam as regras gerais, de nível 1 (91,2% - 426 ocorrências) (exs. *q* = *que*; *D.* = *Dona*; *vm.oe* = *vossa mercê*), são consideravelmente mais acessíveis em relação às que exigem conhecimento de regras específicas, de nível 2 (8,8% - 41 ocorrências) (exs. *Glž* = *Gonçalves*; *Lx.^a* = *Lisboa*; *SS_{mo}* = *Santíssimo*). Essa vultosa divergência não é surpreendente, haja vista o contexto social setecentista e o extremamente dissonante acesso à educação (MAGALHÃES, 2001; VARTULLI, 2012).

Nossa atenção recai, agora, sobre os dados referentes à regra de nível 2, categoria que se mostrou como a mais significativa (PR = .79). Embora seja menos frequente, é nela que se concentram as informações mais relevantes, relacionadas ao maior ou menor grau de instrução/escolarização, sendo, portanto, pistas viáveis para auxiliar o pesquisador a traçar o perfil social do escrevente.

Assim, como a complexidade da regra foi proposta por Seixas (2020) como ferramenta para refinar a identificação do domínio da norma, bem como a expectativa, conforme exposto na seção sobre história social, de que indivíduo com maior nível de escolarização no século XVIII possuía maior domínio da norma, vamos correlacionar, na Tabela 9 a seguir, tal variável ao nível de escolarização/estrato socioeconômico do escriba:

Tabela 9 - Complexidade da regra em função do nível de escolarização/estrato socioeconômico

Complexidade \ Escolarização/ Estrato	Estudos Maiores/ Classe A		Estudos Menores/ Classe B		Total
	nº	%	nº	%	nº
Nível 1	228	48,8	198	42,4	426
Nível 2	30	6,4	11	2,4	41
Total	258		209		467

Fonte: Seixas (2020, p. 169).

Confirmando nossa expectativa, é expressiva a preferência pelas regras de nível 1 nos dois grupos (48,8% no mais escolarizado/abastado vs. 42,4% no menos escolarizado/abastado) se comparada com a de nível 2 (6,4% e 2,4%, respectivamente). Esse é mais um indício de que as regras que exigiam mais conhecimento formal e/ou específico eram bem menos empregadas e, por isso, menos acessíveis – um retrato compatível com a generalizada inacessibilidade escolar no século XVIII (MAGALHÃES, 2001).

Como buscamos evidências gráficas que reflitam distinção no nível de instrução, o nosso foco é, ainda, nas abreviaturas que se enquadram no nível 2. Apesar do baixo percentual de uso, apenas 8,8% do total, obtivemos uma relevante informação: há um diferencial percentual vertiginoso, de 166%, uma vez que 6,4% das ocorrências partiu das mãos dos escreventes mais escolarizados/abastados e apenas 2,4% do grupo menos privilegiado.

Temos outra evidência, portanto, de que a classe mais privilegiada socioeconomicamente e, conseqüentemente, mais escolarizada no período, emprega mais os recursos braquigráficos mais complexos – o que, do mesmo modo, confirma a nossa expectativa baseada na relação existente entre maior nível de escolarização, maior contato com a norma, maior conhecimento das possibilidades de uso das regras (SOARES 1998; MARCUSCHI 2001; MENDES, 2008) e, conseqüentemente, maior grau de letramento.

No intuito de refinarmos ainda mais a nossa análise, vamos analisar na Tabela 10 a complexidade em função do fator sexo:

Tabela 10 - Complexidade da regra em função do sexo

Complexidade \ Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Nível 1	200	42,8	226	48,4	426	91,2
Nível 2	28	5,9	13	2,7	41	8,8
Total	228		239		467	

Fonte: Seixas (2020, p. 171).

De início, observamos que as regras mais complexas (nível 2) são mais recorrentes no grupo dos homens (5,9% vs. 2,7%); sua contraparte, o nível 1, dá-se quase que semelhantemente, com uma leve preferência feminina (48,4% vs. 42,8%).

Como estamos em busca de pistas que espelham traços de letramento, a nossa atenção se volta, novamente, aos dados do nível 2. Apesar de o percentual de uso ser relativamente baixo (8,8%), é no contraste entre os sexos que obtivemos dados expressivos: 5,9% ocorreu no grupo masculino e 2,7% no feminino – ou seja, um diferencial percentual substancial, de 118,5%. Mais uma vez, o perfil de preferência pela variedade mais complexa (nível 2) está atrelado ao grupo dos homens, como era de se esperar, justamente pela sua situação privilegiada de acesso à instrução.

É notório, diante do exposto, o relevante papel que a variável linguística complexidade da regra tem em relação ao uso das abreviaturas, principalmente as formas que se enquadram no nível 2, por serem indícios de uma mão mais letrada. E, por mais esse motivo, as abreviaturas se consolidam como valiosas fontes para a compreensão do nosso passado.

Em síntese, por meio dessa análise, foi possível averiguar que há uma escala de complexidade de aquisição da escrita, bem como de uso de instrumentos gramaticais e palavras de conteúdo, cuja hierarquização, do mais para o menos complexo, se dá da seguinte forma: conjunção → adjetivo → substantivo. Consequentemente, isso nos leva a considerar que as abreviaturas também fornecem pistas gráficas desse fenômeno linguístico que envolve as classes de palavras.

2.6 | Variável linguística número de sílabas do vocábulo abreviado

Trataremos, agora, da variável número de sílabas do vocábulo que a abreviatura contém, a quinta mais significativa, conforme apontado pelo Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005). Obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 11 - Uso das variantes padrão e não padrão em função do número de sílabas representadas

Variante Nº sílabas	Padrão		Não Padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
1	93	84,5	17	15,5	110	23,6	.86
2	106	50,2	105	49,8	211	45,2	.48
3	46	38,3	74	61,7	120	25,7	.02
4	11	52,4	10	47,6	21	4,5	.03
5	3	60,0	2	40,0	5	1,1	.28
Total	259		208		467		

Fonte: Seixas (2020, p. 172).

No que diz respeito ao total de ocorrências, a abreviatura que representa 2 sílabas do vocábulo abreviado é a mais frequente (45,2% - 211 ocorrências), seguida pelas que representam 3 (25,7% - 120 ocorrências) e 1 sílaba (23,6% - 110 ocorrências), que exibem valores percentuais próximos; por sua vez, com valores percentuais menos expressivos, temos as abreviaturas que representam vocábulos de 4 (4,5% - 21 ocorrências) e de 5 sílabas (1,1% - 5 ocorrências).

Também podemos observar que, além de as abreviaturas que representam 1, 2 e 3 sílabas do vocábulo original serem muito recorrentes em cartas (BLUTEAU, 1728; FEYJO, 1734; SOUZA, 1804; MEGALE e TOLEDO NETO, 2005), os recursos abreviativos que representam 4 ou 5 sílabas, as abreviaturas longas (SEIXAS, 2020), embora apresentem poucas ocorrências, reforçam a tese de que algumas são menos econômicas do que o vocábulo do qual se originam, ocupam o mesmo ou até mais espaço no suporte e exigem tempo igual ou superior ao levado para a escrita dos vocábulos em sua forma extensa (STIENNON, 1973), como em *Capitn.^a* (*Capitania*), *requerim.^{to}* (*requerimento*) e *obrigd.^o* (*obrigado*). Esse resultado é algo a ser levado em consideração, porque contradiz a tese apresentada por muitos autores de que

as abreviaturas eram usadas com o intuito de economia, seja do espaço, do suporte, do tempo seja do esforço do escriba (BLUTEAU, 1728; FEYJO, 1734; SOUZA, 1804; CAPELLI, 1982).

Nosso olhar se dirige, agora, aos dados mais refinados, isto é, os pesos relativos que o número de sílabas da abreviatura possui em relação à aplicação da norma. Diferentemente do que ocorreu nos resultados das demais variáveis, somente um dos critérios elencados foi apontado como significativo: a abreviatura que representa vocábulo monossilábico (PR = .86). Na busca por possíveis explicações para tal resultado, verificamos que as referidas abreviaturas, as de uma sílaba, representam a sigla simples, o segundo tipo que mais demanda instrução, conforme o *continuum* de legibilidade proposto por Duchowny, Coelho e Coelho (2014). Também que, muitas vezes no nosso *corpus*, elas representam um sinal especial, o tipo mais complexo, que possui símbolo que substitui palavra de uma sílaba (*120000* = 12 mil e 5 Réis; *10000* = 1 mil e 40 Réis) ou substitui uma sílaba (*m%* = muitos) – o que é um indício, portanto, da relação delas com o domínio de conhecimento especializado.

Isso posto, o emprego de abreviatura que contém uma sílaba do vocábulo abreviado é, portanto, mais um indício a ser considerado na caracterização sociolinguística do escrevente.

2.7 | Variável linguística classe de palavras

A última variável que analisaremos é a classe de palavras do vocábulo abreviado, apontada pelo programa Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005) como a menos significativa na aplicação da norma. Observemos, então, o comportamento específico de cada classe encontrada no *corpus*:

Tabela 12 - Uso das variantes padrão e não padrão em função da classe de palavra abreviada

Variante Classe	Padrão		Não Padrão		Total		
	nº	%	nº	%	nº	%	PR
Pronome	116	57,4	86	42,6	202	43,3	.39
Substantivo	77	61,1	49	38,9	126	27,0	.68
Advérbio	20	35,7	36	64,3	56	12,0	.44
Preposição	17	48,6	18	51,4	35	7,5	.50
Adjetivo	11	64,7	6	35,5	17	3,6	.78
Verbo	1	9,1	10	90,9	11	2,4	.13

Locução conjuntiva	7	100,0	0	0,0	7	1,5	*NSA
Conjunção	5	83,3	1	16,7	6	1,3	.93
Artigo	4	100,0	0	0,0	4	0,9	*NSA
Numeral	1	33,3	2	66,7	3	0,6	.08
Total	259		208		467		

*NSA = não se aplica (ocorrência categórica)

Fonte: Seixas (2020, p. 174).

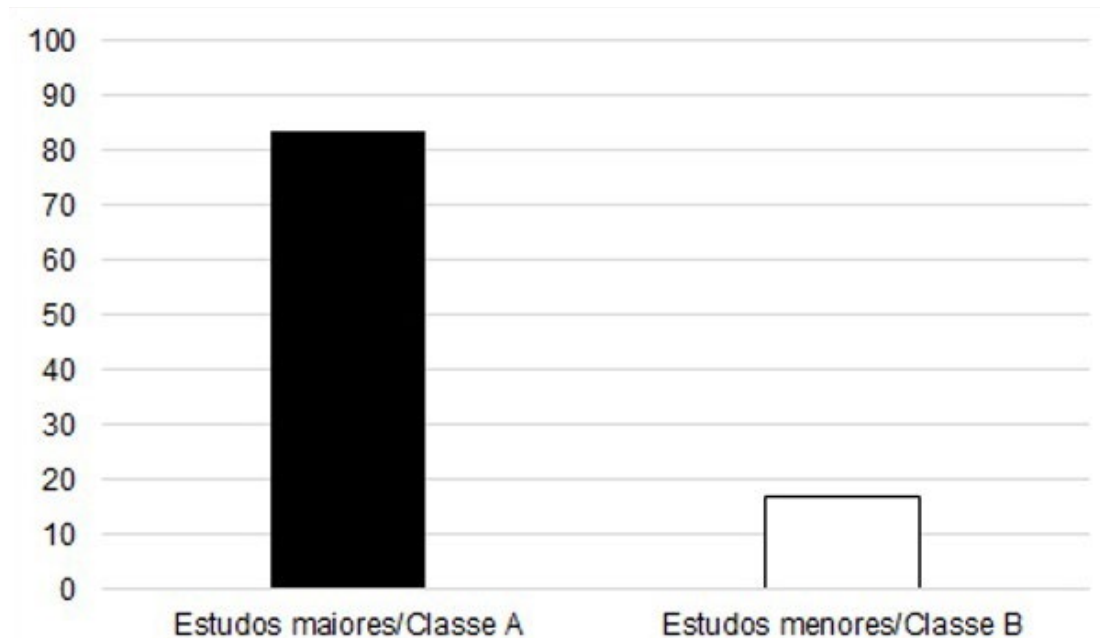
Em linhas gerais, obtivemos a seguinte ordenação quanto ao percentual de uso de cada classe de palavra: 1º) pronome (43,3% - 202 ocorrências); 2º) substantivo (27,0% - 126 ocorrências); 3º) advérbio (12,0% - 56 ocorrências); 4º) preposição (7,5% - 35 ocorrências); 5º) adjetivo (3,6% - 17 ocorrências); 6º) verbo (2,4% - 11 ocorrências); 7º) locução conjuntiva (1,5% - 7 ocorrências); 8º) conjunção (1,3% - 6 ocorrências); 9º) artigo (0,9% - 4 ocorrências) e 10º) numeral (0,6% - 3 ocorrências).

Os dados nos mostram, também, que as classes de palavras mais abreviadas foram pronome e substantivo. Isso, de certo modo, já era esperado, já que o uso do pronome era recorrente no gênero carta no século XVIII e, também, porque já estavam institucionalizados nas listas de abreviaturas encontradas nas gramáticas que investigamos (MELDOLA, 1785; SOUZA, 1804; RIBEIRO, 1890). Ainda, porque os substantivos são palavras de conteúdo, as quais representam a maioria dos vocábulos do léxico, e por serem núcleo de sintagmas nominais, tendem a ser facilmente recuperados no contexto, o que facilita a identificação da abreviatura, preservando-se a recomendada clareza de seu emprego.

Por sua vez, o resultado sobre o peso de cada classe é mais restritivo, pois apontou somente três como relevantes para a aplicação da variante padrão: a conjunção (PR = .93), o adjetivo (PR = .78) e o substantivo (PR = .68).

Diante disso, assim como feito em todas as análises, vamos cruzar os dados em função dos fatores externos. Começamos testando se a conjunção, de fato, reflete maior domínio de norma, o que faremos cotejando o uso desse instrumento gramatical em função do fator nível de escolaridade/estrato socioeconômico:

Gráfico 3 - Uso da conjunção em função do nível de escolaridade/estrato socioeconômico



Fonte: Seixas (2020, p. 175).

Tal como esperado, o grupo mais escolarizado/abastado apresentou domínio consideravelmente maior da conjunção (83,3% - 5 ocorrências) do que o grupo menos escolarizado/abastado (16,7% - 1 ocorrência). Uma das explicações recai sobre o fato de aquela parcela da população, por ser mais privilegiada, ter mais acesso às práticas educacionais no século XVIII e, por consequência, maior domínio formal (ALGRANTI, 1993; MAGALHÃES, 2001; VARTULLI, 2012).

Chamou-nos a atenção, também, que somente escreventes do sexo masculino empregaram esse instrumento gramatical, sendo esta mais uma amostra da hegemonia desse grupo social no que diz respeito ao maior conhecimento de estratégias de escrita formais.

No intuito de termos uma melhor compreensão da relação das classes de palavras com a questão do domínio de norma, retomamos a tese de Marcuschi (2001), segundo a qual uma apropriação profunda da escrita perpassa pela construção de textos mais complexos, os quais, necessariamente, demandam o domínio formal dos elementos coesivos - nisso se encaixa, então, a conjunção, já que é um elemento de coesão. Estar ciente disso é importante, pois nos leva a inferir que a ordem de significância das classes de palavras, indicada pelo programa, está de fato associada à complexidade de conhecimento formal demandado para a utilização de cada uma delas.

Dito isso, outra questão que se mostra necessária para a compreensão dos níveis de complexidade das classes de palavras é que elas podem ser inicialmente alocadas em duas categorias distintas, em função do significado que possuem (WEBER-FOX e NEVILLE, 2001; ROSA, 2003; GRELA, RASHITI e SOARES, 2004):

(i) Palavras relacionais, também denominadas instrumentos gramaticais, as quais apresentam significado gramatical e exercem principalmente funções sintáticas, servindo como elementos de ligação frasal com baixa ou nenhuma carga semântica própria – são os artigos, as conjunções, as interjeições, as preposições e os pronomes;

(ii) Palavras de conteúdo, que apresentam significado lexical e são palavras às quais, em princípio, podem ser acrescentadas novas criações – são os adjetivos e os substantivos.

Tendo isso em mente, especulamos que é possível analisar os elementos descritos acima considerando a complexidade demandada para a sua aquisição ou o seu emprego. Assim, as palavras relacionais, no caso deste trabalho, a conjunção, fazem parte de um conhecimento mais complexo do ponto de vista sintático, visto que a sua aplicação se dá no nível das relações oracionais; por sua vez, as palavras de conteúdo exigem conhecimento menos complexo, por não serem elementos de conexão frasal.

Para sustentar a tese de que os instrumentos gramaticais demandam mais conhecimento especializado e, por isso, espelham maior conhecimento de norma, faremos uma análise mais detalhada de cada classe em busca de mais indícios. Assim, em relação à conjunção, a que evidencia maior domínio de norma conforme o programa Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005), observamos que todas as abreviaturas são dos vocábulos porque (4 ocorrências) e enquanto (2 ocorrências). Destacamos que o emprego da conjunção representa somente 1,3% do *corpus*, o que denota um uso restrito – ou seja, se poucos dominavam, pode ser porque o acesso ao conhecimento demandado para tal emprego também era restrito, assim como o acesso à educação formal (MAGALHÃES, 2001).

Investigamos, também, a função da conjunção, e encontramos em Souza (1804) uma informação útil para a compreensão da significância dessa classe no contexto de uso das abreviaturas:

As Conjunções são palavras que **servem de ajuntar e unir diferentes frases de que se compõe o discurso, ou seja para o resumir, e fazel-o mais corrente**, ou seja, para impedir que se altere a sua unidade pelas palavras que modificão alguns dos objetos de que ele he composto. (SOUZA, 1804, p. 141-142, grifo nosso)

É possível entender, pelas palavras do autor, que a função da conjunção é, basicamente, a de fazer a conexão das orações e, por consequência, a de proporcionar uma efetiva articulação e comunicação textual. Tendo em mente que existe uma hierarquia em relação à construção textual, a qual se dá em níveis, que vão aumentando de acordo com a aquisição e o domínio de diversas habilidades que compõem a tecnologia da escrita (SOARES, 1998; MARCUSCHI, 2001); que a estrutura sintática é complexa, já que para dominá-la é necessário entender o funcionamento dos elementos que a constituem; e que no século XVIII eram poucos os indivíduos que alcançavam níveis de letramento que lhes permitiam escrever textos de acordo com os requisitos normativos (MAGALHÃES, 2001), a definição de Souza (1804) deixa evidente que o emprego de uma conjunção demandava conhecimento formal mais sofisticado.

Ademais, conforme os estudos de aquisição da linguagem (BLOOM, 1973; BARRETT, 1997; PASSOS *et al.*, 2011), a conjunção é adquirida na oralidade mais tardiamente, devido, justamente, à maior complexidade de uso das classes fechadas na produção linguística. Esta é, portanto, outra evidência que nos autoriza a considerar o uso da conjunção como indício de maior conhecimento linguístico e, consequentemente, de maior grau de letramento.

Por conseguinte, ao analisarmos as palavras de conteúdo, Souza (1804, p. 31) é bem sucinto ao apresentar a função dos substantivos, ou nomes, assim denominados: “Chamão se Nomes aquelas palavras comque se nomeão as coizas que existem, ou que se supõem existir, assim como: Pedra, Virtude, Ceo”.

No que diz respeito à classe dos adjetivos, a exposição do autor é a seguinte:

Todo o Adjetivo supõe hum nome no qual subsistia a qualidade que exprime, sem a qual não pode fazer sentido completo; como por exemplo, o Adjetivo Branco só exprime a qualidade de côr branca que alguma coiza pode ter, mas não declara que coiza seja, e supõe hum nome, assim como Cavallo, Carneiro ou outros semelhantes que signifiquem a coiza, da qual ele exprime a qualidade de ter a côr branca [...] **juntos aos nomes lhes augmentão, e extendem a sua significação** [...]. Muitas vezes sucede que uzamos de hum Adjetivo em lugar de um nome, dizendo: Os sábios, os ricos, os grandes, em lugar de dizer: Os homens sábios; os homens ricos; os homens grandes [...]. (SOUZA, 1804, p. 39, grifo nosso)

Como podemos ver, há uma maior complexidade semântica dos adjetivos em relação aos substantivos, já que eles atribuem ou aumentam o sentido de um nome. Diante dessa perspectiva, é possível concluir que o adjetivo possui maior complexidade do que um substantivo, assim como proposto na literatura sobre aquisição da linguagem (BLOOM, 1973; BARRETT, 1997; PASSOS *et al.*, 2011).

3 | As ferramentas metodológicas

Os resultados obtidos nos habilitaram a sistematizar hierarquicamente, com base no peso relativo, a influência que as variáveis analisadas exercem sobre o emprego dos recursos braquigráficos em função da norma do período, o que sintetizamos nos quadros a seguir. No primeiro, podemos ver o peso dos fatores externos, o que chamamos, aqui, de pistas sociais:

Quadro 2 - Ordenação das variáveis extralinguísticas em função do peso relativo

Ordem	Variável extralinguística	Subdivisão
1º	Nível de escolarização/ Estrato socioeconômico	Estudos Maiores/ Classe A (PR = 0.67) > Estudos Menores/Classe B (PR = 0.30)
2º	Sexo	Masculino (PR = 0.64) > Feminino (PR = 0.36)

Fonte: Seixas (2020).

Quanto às variáveis linguísticas, também verificamos que há uma subdivisão quanto à complexidade de conhecimento. Isso nos levou a categorizar as pistas gráficas na seguinte ordenação de complexidade demandada para a sua utilização:

Quadro 3 - Ordenação das variáveis linguísticas em função do peso relativo

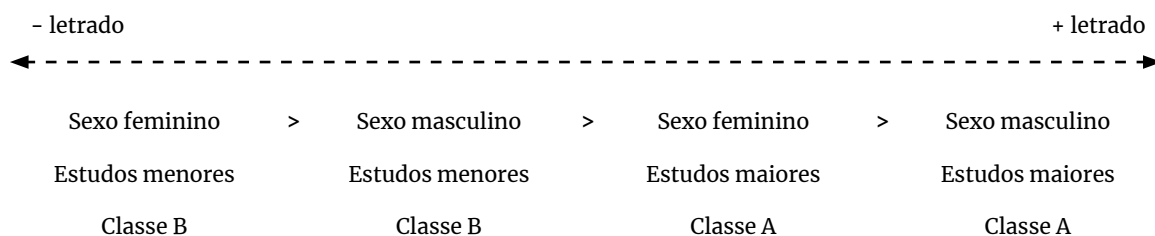
Ordem	Variável extralinguística	Subdivisão
1º	Tipologia	Sinal especial (0.85) > Sigla simples (0.65)
2º	Complexidade da regra	Nível 2 (0.79)
3º	Número de sílabas	Uma sílaba (0.86)
4º	Classe de palavras	Conjunção (0.93) > Adjetivo (0.78) > Substantivo (0.68)

Fonte: Seixas (2020).

Unindo, então, tais critérios, foi possível traduzir o uso deles como ferramentas metodológicas, como pode ser visto nos seguintes *continua*:

a) O primeiro, para a identificação do grau de letramento por meio de informações sociais do escriba:

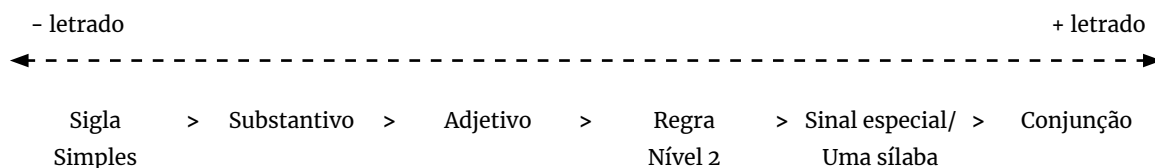
Figura 2 - *Continuum* do letramento em função das pistas sociais



Fonte: Seixas (2020).

b) O segundo, para a identificação do grau de letramento por meio das pistas gráficas extraídas das cartas:

Figura 3 - *Continuum* do letramento em função das pistas gráficas



Fonte: Seixas (2020).

Para aplicá-los, deve-se considerar que, quanto maior for o uso do item à direita, maior será o grau de letramento do escrevente.

Considerações finais

O nosso principal propósito, neste capítulo, foi verificar se os recursos braquigráficos constituem ferramenta linguística auxiliar para a caracterização sociolinguística dos escreventes quando da impossibilidade de se obter tais informações em *corpora*.

Para tanto, analisamos se as abreviaturas adotadas pelos escribas selecionados para compor o *corpus* seguiam ou não a norma do período; se as variáveis externas nível de escolarização, estrato socioeconômico, sexo e localidade, e as variáveis internas tipologia de abreviatura, classe de palavras, complexidade da regra e número de sílabas do vocábulo abreviado interferiam no emprego das abreviaturas; e qual variável, em nível de significância, exercia maior influência.

Verificamos, então, que havia variação no emprego das abreviaturas e que isso pode ser explicado à luz de fatores socioculturais do escriba, uma vez que, em linhas gerais, a norma era dominada com mais precisão por aqueles indivíduos que eram mais abastados e mais escolarizados.

A análise empreendida nos permitiu, ainda, propor duas ferramentas metodológicas, o *continuum* de pistas sociais e o de pistas gráficas, que auxiliam a mensurar, com mais exatidão, o grau de letramento do dono da pena.

Portanto, o caminho que percorremos até aqui nos permite afirmar que as abreviaturas são como um espelho dos personagens que compunham a sociedade setecentista, e o que elas refletem possuem, ainda, muitas nuances a serem desvendadas.

ANÁLISE DO USO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO EM DOCUMENTOS DO SÉCULO XVIII

Shirlene Ferreira Coelho

Considerações iniciais

No capítulo anterior, vimos a análise das abreviaturas em missivas setecentistas, cuja análise pautou-se no emprego ou não das normas para esse uso. Seguindo o mesmo preceito metodológico, no presente capítulo, objetivamos analisar os usos *padrão* e *não padrão* dos sinais de pontuação. Para isso, utilizamos, como *corpus*, quatro documentos do século XVIII:

- (i) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, da cidade de Paracatu, 1765;
- (ii) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, da cidade de Diamantina, 1782;
- (iii) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, da cidade de Diamantina, 1781;
- (iv) Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, também da cidade de Diamantina, 1778.

Acreditávamos que, nos documentos representativos de camadas sociais menos abastadas (compromissos de irmandades), encontraríamos uma maior flutuação no emprego dos sinais de pontuação, distanciando-se, dessa maneira, da norma setecentista. Já para os documentos representativos de camadas sociais mais elevadas (estatuto de ordem terceira), teríamos um maior domínio da norma quanto ao uso dos recursos de pontuação. Nossa

hipótese reside, portanto, na possibilidade de se atestar o grau de letramento/escolaridade do escrevente, a partir da adequação/distanciamento da norma de emprego dos sinais de pontuação. Para que esse estudo fosse possível, realizamos um levantamento das normas encontradas em manuais, gramáticas e dicionários dos séculos XVIII e XIX (cf. capítulo 4).

No capítulo 4 desta obra, descreveu-se o percurso histórico dos sinais de pontuação, sendo que Rocha (1997; 1998) aponta a complexidade relativa a esse sistema, decorrente da flutuação quanto ao emprego desses sinais. Algo, inclusive, constatado pelas normas elencadas a partir de gramáticas e de dicionários dos séculos XVIII e XIX. Tendo isso em vista, é de se presumir a dificuldade em se estabelecer um conceito para o significado de pontuação. De acordo com Catach (1980), a pontuação seria um

conjunto de signos visuais de organização e de apresentação, acompanhando o texto escrito, *interior* ao texto e *comum* ao manuscrito e ao impresso; a pontuação compreende várias classes de signos gráficos discretos e formando um sistema, complementar ou suplementar à informação alfabética. (CATACH, 1980, p. 21, grifos da autora, tradução nossa)³⁰

Catach (1980) alerta, também, para o fato de os sinais de pontuação terem se inserido nas línguas como um “segundo sistema de comunicação” (p. 16, tradução nossa), havendo, portanto, uma “dualidade de funcionamento linguístico e de interação recíproca” (p. 16, tradução nossa). A autora (1980) sinaliza, inclusive, que os usos de sinais de pontuação são impostos por convenções externas à língua, o que gera dificuldade em se empregá-los no texto escrito. Para a autora (1980), a pontuação exerce três funções distintas: (i) organização sintática; (ii) correspondência com a oralidade; e (iii) suplemento semântico.

Também Rocha (1997), visando a formular um possível conceito para pontuação, argumenta que esta é definida, “em geral, a partir das propriedades e funções que este conjunto de signos assume” (s.p.). A autora, pautando-se em Tournier (1980), relata que os sinais de pontuação são constituídos de significante (ou pontuante) e de significado (ou pontuado). Para exemplificar, Rocha (1997) cita a *maiúscula* como sendo um significante, que possui diferentes significados.

30 Catach (1980, p. 21, grifo da autora): “ensemble des signes visuels d’organisation et de présentation accompagnant le texte écrit, *intérieurs* au texte et *communs* au manuscrit et à l’imprimé; la ponctuation comprend plusieurs classes de signes graphiques discrets et formant système, complétant ou suppléant l’information alphabétique”.

Ferreira (2008), por seu turno, argumenta que as gramáticas atuais (ainda) dão pouca atenção aos sinais de pontuação, restringindo-os aos capítulos finais ou apêndice. A autora adverte, pois, que “se os sinais de pontuação são marcas inerentes do e no sentido, não se pode deixar de dar a eles um lugar de destaque nos estudos do texto, já que é no texto que a língua é real” (FERREIRA, 2008, p. 156).

Dadas as conceituações apresentadas por Catach (1980), por Rocha (1997) e por Ferreira (2008), bem como apontada a problemática por trás do tema, fica evidenciada a necessidade de se melhor compreender a forma como o escrevente se utiliza do sistema de pontuação, especialmente no período setecentista, recorte histórico selecionado para a presente pesquisa. A organização deste capítulo se dá, pois, da seguinte maneira: nas próximas três seções, realizaremos um apanhado teórico, que servirá para amparar a análise dos dados computados; em seguida, descreveremos os critérios metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa; feito isso, apresentaremos e discutiremos os resultados obtidos a partir da análise dos dados; após essa etapa, apresentaremos propostas de *continuum*, tanto para ilustrar como se daria a disposição dos escreventes de cada um dos documentos, conforme seu nível de letramento, quanto para demonstrar a gradação de complexidade dos sinais de pontuação identificados em nosso *corpus*; por último, discorreremos sobre as nossas considerações finais.

1 | Dos aspectos rítmicos da pontuação

Há autores, como Chacon (1997), Machado Filho (2002), Fonseca (2005) e Telles e Souza (2017), que associam o uso dos sinais de pontuação a aspectos rítmicos. Nesse sentido, Chacon (1997) aponta uma estreita relação entre a escrita e a oralidade, uma vez que os sinais de pontuação são os responsáveis por demarcarem, no texto escrito, os aspectos rítmicos presentes na fala. Esses sinais teriam, portanto, um caráter prosódico-semântico:

teríamos, pois, na base de recomendações para o emprego de pontuação em estruturas enfatizadas, aparentemente uma alternância percebida como basicamente prosódica, que tradicionalmente é justificada pela necessidade de se quebrar a monotonia supostamente característica da disposição linear de um enunciado em que as palavras não fossem destacadas por meio da pontuação. [...] ao se estabelecer, por meio da pontuação, um contraste prosódico entre estruturas, estabelecer-se-á, ao mesmo tempo,

um contraste de sentido, configurando não o que tradicionalmente se percebe como uma alternância simplesmente prosódica, mas uma alternância prosódico-semântica. (CHACON, 1997, s. p.)

Vê-se, dessa maneira, que a alternância citada por Chacon (1997) não estaria limitada a aspectos prosódicos, abrangendo também aspectos semânticos. Contudo, o autor adverte que, sendo os sinais de pontuação os responsáveis pela demarcação das unidades linguísticas, são os responsáveis, conseqüentemente, por atribuir ritmo próprio à linguagem escrita.

Machado Filho (2002), por sua vez, amplia o que é defendido por Chacon (1997), ao dizer que a oralidade influencia, em certa medida, a escrita. Dessa forma, a pontuação “desempenha, hoje, nas diversas línguas escritas contemporâneas, um papel fundamental no processo da produção textual, assim como elemento facilitador e concatenador do ato da leitura e da interpretação de textos” (MACHADO FILHO, 2002, p. 34). E complementa tal informação, alegando que

é, pois, fundamental se ter em conta que, na sua “lenta conquista”, para além de inicialmente procurar representar [...], na língua escrita, características prosódicas da língua falada ou servir de mero elemento orientador de leitura em voz alta, a pontuação é hoje um elemento linguístico de espectro funcional muito mais amplo do que as gramáticas ou mesmo o senso comum costumam admitir. (MACHADO FILHO, 2002, p. 38)

O autor reconhece, portanto, a existência de “duas forças de ordens antagônicas” (MACHADO FILHO, 2002, p. 39): de um lado, há uma noção lógico-gramatical responsável por reger o emprego da pontuação; de outro, se considerarmos o caráter prosódico da pontuação, assumimos a sua correlação com a língua falada. Embora esses conceitos sejam “complacientemente possíveis de se utilizar como artifício taxionômico de estudo, não são, entretanto, muito facilmente depreendidos em seu uso efetivo” (MACHADO FILHO, 2002, p. 39).

Assim como Machado Filho (2002), Fonseca (2005) estabelece uma correlação entre escrita e oralidade, ao afirmar que o *médium* gráfico corresponde ao *médium* na oralidade. Isso porque, conforme aponta a autora, o emprego equivocado dos sinais de pontuação pode interferir na compreensão do texto escrito “causando deformações sintáticas e modificação na formação, no ritmo e na musicalidade da frase” (FONSECA, 2005, p. 172). Dessa maneira, torna-se difícil definir o que seria a pontuação, pois, segundo Fonseca (2005), existe uma incerteza se seria a fonologia ou a gramática a responsável por esta definição. Para defender

tal observação, a autora aponta a mistura de critérios adotados pelos autores de manuais escolares, para tratar desse assunto. O que Fonseca (2005) percebeu ao analisar esses manuais foi que, por vezes, a pontuação possui uma função retórica no estabelecimento de pausa ou ênfase, porém, em outros momentos, são atribuídas funções sintáticas aos sinais de pontuação, com a normatização de regras preestabelecidas.

Em consonância ao que é defendido por Chacon (1997), Machado Filho (2002) e Fonseca (2005), Teles e Souza (2017) sinalizam para a relação entre pontuação e aspecto rítmico. Na avaliação destas autoras, “a pontuação representa a tentativa de transpor para a escrita aspectos expressivos próprios da linguagem falada, tais como pausa, entonação, ritmo” (p. 94), sendo que

o uso das marcas pontuacionais nos Livros dos Tombo apresentam-se antes como marcas dos *scriptores*, resultado da sua interpretação do escrito, servindo para assinalar a respiração, o ritmo, a cadência, o tempo, o circunlóquio, o silêncio e, enfim, o estilo jurídico. (TELLES; SOUZA, 2017, p. 124, itálico das autoras)

Fica clara, pois, a estreita relação entre escrita e oralidade, no que se refere ao uso dos sinais de pontuação. Mais uma vez, é enfatizada a complexidade que envolve esse tema, tendo em vista a dificuldade de dissociação entre tais modalidades da língua para se definir o que seria a pontuação.

2 | Os estudos linguísticos e a pontuação

Catach (1980) argumenta que o sistema de pontuação é considerado um sistema não alfabético, por não possuir correspondência fonológica, já que não é possível atribuir características articulatórias. Além disso, o sistema de pontuação é “solidamente instalado na maioria das línguas”³¹ (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa), apesar disso não ser reconhecido. Desse modo, os sinais de pontuação foram inseridos posteriormente nas línguas, configurando-se como um “segundo sistema de comunicação” (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa). Tal caracterização do sistema de pontuação, segundo a autora, representa um problema para o linguista, uma vez que esse sistema apresenta uma “dualidade de funcionamento linguístico e de interação recíproca”³² (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa). Conforme defende

31 “solidement installés dans la plupart de langues” (CATACH, 1980, p. 16).

32 “dualité de fonctionnement linguistique et de leur interaction réciproque” (CATACH, 1980, p. 16).

Catach (1980), atrelado à essa problemática, tem-se que o sistema de pontuação é imposto por convenções externas, sendo que “esse aspecto da linguagem é, assim como a ortografia, particularmente codificado, socializado, para não dizer alienado”³³ (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa). Esses aspectos deixam evidente toda a complexidade relativa ao tema. Catach (1980) apresenta, então, três funções para esse sistema:

-*organização sintática*: união ou separação das partes do discurso, em todos os níveis (junção e disjunção, inclusão e exclusão, dependência e independência, distinção e hierarquia nos planos do discurso);

-*correspondência com a oralidade*: indicação da pausa, do ritmo, da melodia da língua, da entonação, e daquilo que, em suma, é chamado de “suprasegmental”. Todos esses fenômenos que, notadamente, não são marcas da escrita. Além disso, eles podem ser chamados de “terceira articulação da linguagem”. Isso explica a pluralidade do efeito do sistema lingüístico, porque, contrariamente à sua definição, ele não é “pontual”, mas um contínuo, portando sobre uma frase ou segmento de frase;

-*suplemento semântico*: esse suplemento pode ser redundante ou não, para se reportar à informação alfabética, complementar ou suplementar às unidades da primeira articulação, morfológicas, lexicais ou sintáticas³⁴. (CATACH, 1980, p. 17, grifos da autora, tradução nossa)

Segundo Catach (1980), os espaços em branco entre as palavras (“signo negativo”), também representariam um signo primitivo do sistema de pontuação. Dessa maneira, o espaço gráfico do texto se dividiria em três níveis, sendo eles o das palavras, o das frases e o do texto em si. Assim, os sinais de pontuação se dividiriam em dois tipos: (i) *separadores*, que são os sinais tradicionais, e (ii) *símbolos*, que possuem a função de complemento semântico. Para exemplificar tais informações, Catach (1980) cita o ponto abreviativo, cuja função é perce-

33 “cet aspect du langage est, tout comme l'orthographe, particulièrement codifié, socialisé, pour ne pas dire aliéné.” (CATACH, 1980, p. 16).

34 “*organisation syntaxique*: union et séparation des parties du discours, à tous les niveaux (jonction et disjonction, inclusion et exclusion, dépendance et indépendance, distinction et hiérarchisation des plans du discours); *correspondance avec l'oral*: indication des pauses, du rythme, de la ligne mélodique, de l'intonation, de ce que l'on appelle en bref le “supragmental”, tous phénomènes qui, notons-le, ne sont pas marqués à l'écrit par ailleurs, et qui peuvent être appelés à juste titre “la troisième articulation du langage”. C'est ce qui explique que la plupart du temps l'effet des signes, contrairement à ce que pourrait laisser croire leur dénomination, n'est pas “ponctuel”, mais continu, portant sur toute une phrase ou un segment de phrase; *supplément sémantique*: ce supplément peut être redondant ou non par rapport à l'information alphabétique, compléter ou suppléer les unités de première articulation, morphématiques, lexicales ou syntaxiques.” (CATACH, 1980, p. 17, itálicos da autora).

bida no nível semântico, já que ele pode “substituir um importante segmento oral abreviado”³⁵(CATACH, 1980, p. 19, tradução nossa). Também as letras maiúsculas ou capitulares são consideradas por Catach (1980) uma forma de organização textual, da mesma maneira que ocorre com os sinais de pontuação.

Rocha (1997), por sua vez, ao referenciar Halliday (1989), cita a existência de três funções para a pontuação: marcação dos limites e fronteiras, marcação da função discursiva e marcação das relações dos enunciados. A autora complementa tais informações, retomando Tournier (1980), alegando existir quatro categorias para os signos de pontuação: (i) no nível da palavra, incluindo-se os espaçamentos em branco, *hífen* e *apóstrofo*; (ii) no nível da frase, composto pelos sinais que marcam o fim da sentença – *pontos de interrogação, final, de exclamação e reticências* – ou suas partes internas – *vírgula, dois-pontos, ponto-e-vírgula, colchetes, parênteses e aspas*; (iii) no nível do texto, representado por pontuação metafrástica, ou seja, delimitação de sequências superiores à frase; (iv) a pontuação especificadora, que serve para assinalar palavras e sequências, conferindo-lhes características próprias.

Rocha (1997) salienta, ainda, a pouca existência de trabalhos de cunho diacrônico, teórico e/ou descritivo, sendo que muitos dos estudos existentes restringem-se a características normativas, sem considerar a complexidade do tema: “há um debate secular e inconcluso sobre se (ou em qual extensão) a pontuação é de fato determinada pela gramática, ou pela fonologia” (ROCHA, 1997, s. p.). Isso é devido, segundo a autora, ao caráter prosódico da pontuação. Além disso, a autora aponta para outra característica do sistema de pontuação, que se refere ao fato de os seus sinais “funcionarem sobre um eixo sintagmático e um paradigmático” (ROCHA, 1997, s. p.). Entretanto, de acordo com Rocha (1997), o eixo sintagmático “não se apresenta como um sistema de combinações entre os signos de pontuação para formarem unidades de nível superior, mas assume uma função *delimitadora* em níveis gradativos” (ROCHA, 1997, s. p. *itálico da autora*); enquanto que o eixo paradigmático representa a “possibilidade de o usuário poder selecionar um entre vários signos coexistentes” (ROCHA, 1997, s. p.), para se alcançarem diferentes efeitos de sentido.

Oliveira e Assumpção (2003) e Ferreira (2008) ampliam as noções sobre o que é pontuação, ao atribuírem a esse sistema um valor discursivo. Para Oliveira e Assumpção (2003), “a pontuação indica, principalmente, as intenções e os objetivos discursivos do produtor do texto” (p. 85). Do mesmo modo, Ferreira (2008) argumenta que “os sinais de pontuação são marcas constitutivas de sentido” (p. 159), que “embora a diversidade da pontuação

35 “substituer à n’importe quel segment oral abrégé” (CATACH, 1980, p. 19).

produza sentidos distintos, quando há a ausência dela, ou se muda o sentido, ou se causa estranhamento ao leitor” (p. 154). Para elucidar sua argumentação, Ferreira (2008) inclui “o itálico, o negrito, as letras maiúsculas e minúsculas e alínea”, uma vez que esses “sinais de pontuação estão ancorados nas intenções do produtor do texto” (p. 155-156). Assim, os sinais de pontuação não estariam subordinados apenas aos aspectos gramaticais, como também às intenções “que o autor pretende promover no seu interlocutor do que somente às funções gramaticais” (FERREIRA, 2008, p. 163).

3 | Estudos sobre pontuação: o viés diacrônico

Rosa (1995), em estudo de documentos impressos portugueses dos séculos XV e XVI, identificou a presença de dois sinais distintos, utilizados com maior frequência: *cólon* (cujo desenho se assemelha ao *ponto-final*) e *coma* (sinal parecido com o atual *dois-pontos*). A autora percebeu uma diferença no emprego desses sinais, a depender do contexto em que se realizam: quando os textos eram traduzidos do latim para o vernáculo, priorizava-se o uso de coma; por outro lado, quando os textos eram voltados para os falantes não cultos, havia uma adequação do estilo textual adotado, com preferência pelo uso de *cólon*. Foi constatado por Rosa (1995) que, “do século XV para o XVI, os dados apontam para um paulatino esvaziamento de pontuação no interior do período, a par com a maior frequência na demarcação de seus limites” (p. 26), com uma redução de emprego de sentenças dependentes e consequente aumento das independentes. Houve, também, o surgimento de maiúscula seguida de *cólon*, ou seja, de uma “*sentença ortográfica*” (ROSA, 1995, p. 27, itálicos da autora), que, embora a autora não deixe claro, remete-nos à configuração das abreviaturas.

Já em análise dos manuais desse período histórico, Rosa (1995) constatou que “os sinais de pontuação não seriam intercambiáveis, mas indicadores de diferentes graus de coesão num contínuo” (p. 22), sendo que haveria “um contínuo que ia do maior ao menor grau de coesão entre elementos do texto” (ROSA, 1995, p. 23). Ficam evidentes, dessa maneira, uma relação entre as partes que compõem um enunciado.

Machado Filho (2002), por sua vez, identificou o uso de ponto simples em todos os documentos portugueses medievais dos séculos XV e XVI analisados por ele, com, inclusive, maior variabilidade de uso. De acordo com esse autor, tal resultado “referenda o ponto como um dos sinais mais presentes e mais funcionais na história da pontuação ocidental, desde que foi primeiramente utilizado com tal finalidade” (MACHADO FILHO, 2002, p. 77). Além disso, o autor verificou um uso “bastante irregular” do ponto seguido de maiúscula,

sendo que seu emprego transitava “entre uma utilização lógico-gramatical e um emprego provavelmente apoiado em características da língua falada” (MACHADO FILHO, 2002, p. 113). Esse caráter foi observado, ainda, entre os usos de outros sinais de pontuação, bem como se verificou a ocorrência de contextos que favoreciam os usos de determinados sinais de pontuação. A exemplo, Machado Filho (2002) computou 35% dos casos em que o conectivo “e” era precedido por algum sinal de pontuação.

Também Fonseca (2005) dedicou-se a estudar a pontuação sob uma perspectiva histórica. Em análise de documentos paraibanos setecentistas e oitocentistas, a autora constatou que “a pontuação baseava-se tanto pela orientação pausal quanto pela gramatical” (FONSECA, 2005, p. 174), característica que se modifica no século XIX, devido ao maior conhecimento dos editores acerca da pontuação. Em uma carta escrita em 1821, cujo autor é um lavrador de algodão, Fonseca (2005) verificou a existência de “flutuação na grafia, falta de concordância entre o verbo e o sujeito e a pontuação é insuficiente em alguns trechos” (p. 179), sugerindo, pois, que esse lavrador, apesar de se expressar na oralidade, possui pouco domínio quanto à modalidade escrita da língua. Isso foi observado, também, no uso arbitrário de apóstrofo, em que a flutuação de emprego desse sinal evoca a hipótese de que “produtores [são] pouco conscientes da norma” (p.180) e assim levam em consideração a oralidade no momento de produção do texto escrito. As análises empreendidas por Fonseca (2005) se alinham à hipótese defendida neste capítulo: os grupos sociais representativos de classes sociais mais altas, por terem melhores condições econômicas para a sua formação educacional, dominariam a norma padrão do setecentos, enquanto que os grupos menos abastados, por terem acesso limitado ou por não terem acesso algum à educação formal, encontrariam maiores dificuldades em aplicar a pontuação, conforme preconizava a norma.

Outro estudo voltado para a análise de pontuação em documentos oitocentistas é o de Negro (2012). Segundo esta autora, os sinais de pontuação são “sinais gráficos que determinam o grau de coesão entre as unidades do texto” (p. 129). No *corpus* analisado por ela, foram encontrados *ponto*, *vírgula*, *ponto-e-vírgula*, *hífen*, *aspas*, *traços duplos* e *dois-pontos*. A autora alerta, assim como estamos propondo neste trabalho, para um distanciamento entre norma e uso. Como exemplo, Negro (2012) cita o emprego de *dois-pontos* no seu *corpus*, no qual foi observada apenas uma ocorrência, para enunciar uma explicação. No comparativo entre as normas de Moraes Silva (1806) e de Ribeiro (1881), Negro (2012) verificou que aquele associa o uso de *dois-pontos* a um emprego semelhante ao *ponto-e-vírgula*, enquanto Ribeiro (1881) prevê o uso de *dois-pontos* para introduzir uma explicação ou uma reflexão. Em comparação aos nossos achados (cf. capítulo 4), constatamos

que Feyjo (1734) e que Verney (1746) já elucidavam este emprego, embora isso não tenha sido considerado por Moraes Silva (1806). A divergência encontrada entre esses autores enfatiza, portanto, a relevância de nosso estudo, cuja finalidade se pauta em compreender o que preconizava a norma setecentista para, consequentemente, averiguar o uso, ou não, da norma padrão em documentos mineiros do século XVIII.

Por último, retomamos o estudo de Telles e Souza (2017), que também identificaram divergências entre uso e norma dos sinais de pontuação em documentos dos séculos XVIII, XIX e XX. Conforme sinalizam as autoras, a pontuação presente em seu *corpus* não se guia pela norma gramatical, mas pelo estilo de seus *scriptores*. Os sinais de pontuação serviriam, pois, “para por [sic] em relevo as qualidades estéticas e os elementos que despertam interesse no texto jurídico” (TELLES; SOUZA, 2017, p. 124), refletindo “o *modus scribendi* dos traslados” (TELLES; SOUZA, 2017, p. 124, *itálico das autoras*).

O panorama apresentado nos deixa clara toda a complexidade que envolve o estudo dos sinais de pontuação, principalmente no que se refere à sua definição. Apesar de sua existência nas línguas, por muitos séculos, sua variabilidade e usos na língua escrita são recentes. O caráter dicotômico da pontuação, guiado tanto pela gramática quanto pela oralidade, podem ter referência ao seu percurso histórico: se, a princípio, seu emprego servia para demarcar tempo de pausa na oralidade, com o processo evolutivo do texto, indo da oralidade para a escrita, e com a ampla produção desta nova modalidade, fez-se necessário o estabelecimento de normas, a fim de se padronizar o uso dos mais variados tipos de sinais de pontuação. Para além disso, o caráter discursivo observado no emprego desses sinais, em decorrência dos estilos/intenções comunicativas do escrevente, aponta para as diferentes nuances que o emprego desses sinais sugere. Desse modo, há de se considerar que o entendimento da pontuação deve-se basear em aspectos não só sintáticos, mas também semânticos e pragmáticos, como sinalizam os autores supracitados.

4 | Pressupostos teórico-metodológicos

Para a presente pesquisa, cujo objetivo é analisar os usos dos sinais de pontuação quanto à aplicação, ou não, das normas gramaticais setecentistas, foi necessário seguir alguns critérios, para o seu bom desenvolvimento. Em primeiro lugar, recorreremos aos preceitos sociolinguísticos labovianos, que consideram fatores internos e externos à língua na análise do conjunto de variáveis. Labov (2008 [1972]) defende que avaliar uma mudança linguística apenas pelo fator interno não é suficiente para se entender as motivações relativas a ela.

É preciso, além disso, compreender as motivações extralinguísticas relativas ao processo de mudança. Dessa forma, consideramos, também, o fator *grupo socioeconômico*, para entender como se dão as escolhas do escrevente/copista do *corpus* analisado, uma vez que a utilização da norma padrão setecentista quanto ao emprego da pontuação pode ter relação direta com esse fator. Estabelecemos como representante das classes não elitizadas as Irmandades de Nossa Senhora do Amparo, tanto da cidade de Diamantina quanto da cidade de Paracatu, e a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Já a Ordem Terceira de São Francisco é a representante da elite cultural da época. É preciso ressaltar, ainda, que para se evitarem divergências entre o quantitativo de palavras de cada grupo socioeconômico, foi necessário fazer um recorte no EOTSF. Já os livros de compromisso das irmandades, somados, totalizam 15700 palavras. A seguir, apresentamos o quadro 1 com a descrição do *corpus* a ser analisado:

Quadro 1 - Composição do *corpus*

Documento	Sigla	Ano	Cidade	Etnia	Nº de palavras
Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo	CINSAP	1765	Paracatu	Pardos	4612
Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco	EOTSF	1778	Diamantina	Branços	15681
Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês	CINSM	1781	Diamantina	Negros	5815
Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo	CINSAD	1782	Diamantina	Pardos	5273

Fonte: Coelho (2018, p. 90).

O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, da cidade de Paracatu, foi editado por Coelho (2018), durante a fase de redação de seu estudo. Já os demais documentos, Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco e livros de compromisso das irmandades de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora das Mercês, pertencentes à cidade de Diamantina, foram editados pelas professoras Aléxia Telles Duchowny e Sueli Maria Coelho (2013). Todos esses documentos, listados no quadro 1 acima, foram escritos na se-

gunda metade do século XVIII e pertencem às cidades mineiras – Paracatu e Diamantina –, ambas com atividades econômicas fortes relativas à extração de ouro, em Paracatu, e pedras preciosas, em Diamantina. Paracatu, de acordo com Ulhôa Pimentel [20-?], era a região aurífera de maior importância de Minas, sendo elevada ao *status* de vila em 1798, por um alvará de D. Maria. No século XIX, com a decadência econômica experimentada em decorrência da queda das atividades de extração de ouro, a Vila de Paracatu teve na agropecuária uma nova forma de atividade econômica. Observava-se, também, assim como cita Salles (2007), um caráter paternalista na região, não ocorrendo disputa entre classes. Em Diamantina, por outro lado, verificava-se um grande contato da elite com o mundo letrado, conforme cita Saint-Hillary (1978): “encontrei nesta localidade mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo vivo de se instruir” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 33, citado por FURTADO, 1996, p. 54). Em estudo realizado por Furtado (1996), em 21,2% dos inventários de cidadãos de Diamantina consta a posse de livros, sendo todos os inventários de portugueses brancos e, desses, três pertenciam a padres, o que nos leva a acreditar que a parcela com maior grau de letramento era formada por pessoas da elite, brancos e pessoas do clero. Além disso, Furtado (1996) observou um grande aumento populacional nesta cidade, passando de apenas 9 mil habitantes, em 1738, para quase 60 mil habitantes, em 1776. Desse total,

23% eram brancos, 26% eram pardos e 51% eram negros. Sendo a maioria esmagadora da população composta de homens de cor e mestiços, isto requeria uma vigilância constante por parte das autoridades coloniais, já que tal concentração e composição populacional só poderiam resultar em tensões, o que também ocorria no resto da capitania. (FURTADO, 1996, p. 46)

Outra característica importante do período é a forte influência da Igreja Católica no cotidiano da população, resultado do processo de colonização portuguesa. Era comum a organização social em associações religiosas, entre irmandades e ordens terceiras, divididas, em sua grande maioria, de acordo com o estrato social ao qual seus agremiados pertenciam. Conforme ressalta Salles (2007), as irmandades, tais como as de N. Sr.^a das Mercês e de N. Sr.^a do Amparo, eram compostas por “mulatos e crioulos, ou mesmo pretos forros” (p. 87). Já as ordens terceiras, como as de S. Francisco de Assis, “pertenciam aos comerciantes ricos e altos dignatários” (SALLES, 2007, p. 87). A sistematização apresentada por Salles (2007) reforça a existência de uma divisão por classes socioeconômicas no Período Colonial. Segundo o autor, as irmandades exerciam papéis sociais que iam além da

manutenção da fé entre os seus membros; elas funcionavam como forma de inserção do escravo na sociedade, proporcionando às classes socioeconômicas mais baixas reconhecimento e inserção social. Também a extração de metais e pedras preciosas favoreceu o aparecimento de irmandades, uma vez que, de acordo com Salles (2007), a diversificação das camadas sociais, com a existência de um grupo socioeconômico intermediário, em decorrência do aumento no número de comerciantes na região, fez com que surgissem associações de pardos.

Assim como Salles (2007), Boschi (2007) sinaliza para uma estratificação social das organizações religiosas no Período Colonial. Sobre as ordens terceiras, o autor (2007) argumenta que sua função principal era a “perfeição da vida cristã de seus membros” (p. 62), mas havia maior rigor no ingresso de novos membros nessas agremiações. Segundo Boschi (2007),

integrar tais quadros significava adquirir ou reforçar o *status* social do agremiado. Ou seja, via de regra, as ordens terceiras se caracterizavam por ser associações compostas pelas camadas mais elevadas da sociedade da Capitania. (BOSCHI, 2007, p. 62)

Não é possível se precisar o nível de escolarização dos escreventes dos documentos que compõem o nosso *corpus*, uma vez que possuímos poucas informações pessoais desses indivíduos. Contudo, há alguns fatos que podem nos mostrar o perfil desses personagens. O que podemos garantir, a princípio, é que os copistas de todas as irmandades e da ordem terceira, utilizadas em nossa pesquisa, são pessoas alfabetizadas, ainda que o ensino seja voltado às elites do período. Conforme Villalta (2007) salienta, o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, localizado na região onde hoje se encontra a cidade de Mariana, teve importante papel na educação, no Período Colonial. Segundo o autor (2007), sua criação se deu pela finalidade de garantir estudo tanto para clérigos, quanto para os filhos dos membros da elite da capitania de Minas. Porém, o autor (2007) argumenta que os escravos também tinham algum acesso à escolarização, ainda que de forma periférica. Em suas palavras:

a ordem social colonial e escravista, assim, reproduzia-se, com suas contradições, no interior do Seminário de Mariana: enquanto os homens livres submetiam-se a um processo escolar formal, os escravos, cuja força de trabalho permitia aos primeiros prosseguir nos estudos, resumiam-se, em grande parte, a ter acesso à doutrina. Homens livres e escravos, professores e alunos, porém, podiam apropriar-se inventivamente das

instruções distintas que recebiam e/ou davam, tomando como ponto de partida para a negação da ordem, fosse ela política, fosse ela religiosa, fosse ela socioeconômica. (VILLALTA, 2007, p. 266)

Verifica-se, assim, a possibilidade de que os copistas das irmandades representantes de classes menos abastadas, componentes do *corpus*, tivessem acesso à educação, ainda que isso ocorresse à margem do ensino institucionalizado. Tal assertiva encontra respaldo na descrição presente no CINSM, em que se afirma que o escrivão e o juiz devem, obrigatoriamente, ser homens crioulos, o que nos induz a crer que esses membros tinham algum domínio das práticas de leitura e de escrita, como consta no excerto abaixo:

Primeiramente se devead-virtir que para obom governo de qual quer Irmandade deve haver huma total obediencia aosmayores, e para esta haver deve tambem eleger-se nesta Irmandade Juiz, Tizoureiro, Procuradores, e todos os mais officios, que se-
jão percizos para aumento dadita Irmandade, e mayor zelo e honra de Deos, e melhor governo edispozuição da mesma Irmandade, elegendo-se todos os annos hum Juiz, e hum Escrivão amboz Crioulos, eoTezoureiro homembranco, e abonado, havendo mais dois Procuradores, e hum Zelador, e tambem duas Juizas, eduas Procuradoras, Como doze Mordomos, e outras tantas Mordomas. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fól. 10v, grifo nosso)

Tendo em vista os conceitos de *alfabetização* e de *escolarização*, bem como as informações supracitadas, optou-se por avaliar os níveis de *letramento* dos escreventes dos documentos analisados (ver mais detalhes no capítulo 2). Ainda que este termo seja anacrônico, ele não está diretamente ligado às noções de escolaridade, assim como avaliam Soares (2009 [1998]) e Marcuschi (2001), podendo o indivíduo ter adquirido conhecimentos externos ao meio instrucional, refletindo as práticas sociais.

A partir das concepções socioeconômicas levantadas, para se entender o perfil dos escreventes de nosso *corpus*, foi necessário, em um segundo momento, realizar um levantamento de normas sobre o emprego dos sinais de pontuação em manuais, gramáticas e dicionários dos séculos XVIII e XIX. Ao elencarmos as normas setecentistas e oitocentistas, verificamos uma maior variabilidade de regras para o uso da *vírgula*, seguido do *ponto-*

-e-vírgula e de dois-pontos. A vírgula, porém, agregou mais funcionalidades que os demais sinais de pontuação, devido ao seu percurso histórico, uma vez que se trata de um sinal antigo (cf. ACIOLI, 1994). O fato de este, assim como os sinais *ponto-e-vírgula* e *dois-pontos*, ser um sinal intermediário também pode explicar sua maior ocorrência de normas de emprego. Por outro lado, o *ponto-final* seria um sinal que apresenta maior consenso entre os autores analisados, pelo fato de ter um uso bastante consolidado.

Fazer o levantamento das normas é, portanto, um importante passo nos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa, pois é a partir do conhecimento da aplicabilidade dos diferentes sinais de pontuação que se pode definir se o escrevente do *corpus* analisado tinha familiaridade, ou não, acerca de tais normas. As normas sistematizadas (cf. capítulo 4) serviram para nos auxiliar na averiguação dos usos da pontuação nos documentos, determinando, desse modo, se eles refletem a norma da época, ou não. Em seguida, os dados foram coletados manualmente, devido ao fato de, assim, podermos analisar o contexto de emprego de cada um dos sinais, avaliando se pertencem à variante *padrão* ou à variante *não padrão* setecentista. Por último, tendo em vista o caráter quanti-qualitativo da pesquisa, os dados absolutos foram dispostos em gráficos, com exceção do gráfico 8, em que foi utilizada uma regra de três simples, para o cálculo percentual.

5 | Apresentação dos dados e discussão dos resultados

Antes de iniciarmos a discussão dos resultados obtidos, é preciso retomar o objetivo: averiguar a possibilidade de se diferenciar um cidadão considerado letrado de um não letrado, a partir do emprego dos sinais de pontuação. A hipótese aventada, segundo a qual o grupo socioeconômico mais abastado era, também, possuidor de maior nível de escolaridade e de letramento, enquanto que os grupos socioeconômicos menos abastados possuiriam um menor nível de letramento/escolaridade, encontra respaldo quando analisamos a identificação dos sinais de pontuação encontrados em cada um dos documentos, como pode ser visto no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Tipologia dos sinais de pontuação encontrados em documentos mineiros setecentistas

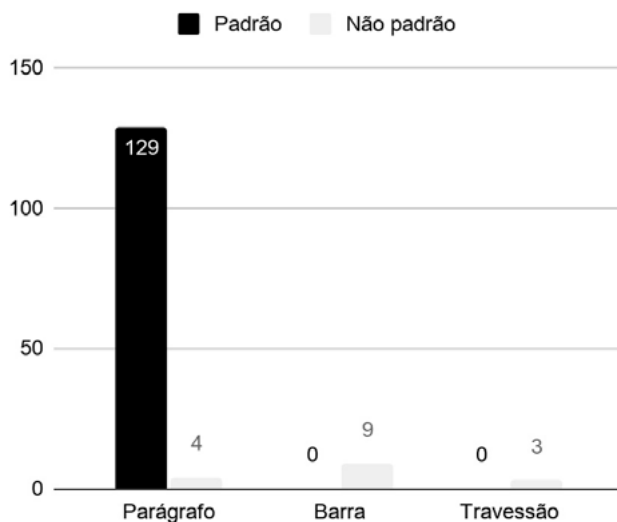
Sinais de Pontuação \ Documentos	EOTSF	CINSM	CINSAD	CINSAP
Vírgula	X	X	X	X
Ponto-final	X	X	X	X

Ponto-e-vírgula	X	X	X	X
Dois-pontos	X	X	X	X
Hífen	X	X	X	X
Duplo travessão	X	X	X	X
Travessão	X			
Parágrafo	X			
Barra	X			

Fonte: Coelho (2018, p. 95-96).

No quadro 2, verificamos uma maior variabilidade de tipos de sinais de pontuação no documento EOTSF, com a presença dos sinais *travessão*, *parágrafo* e *barra*, em detrimento dos demais documentos, todos de irmandades e representantes das classes mais baixas socioeconomicamente. Isso já pode ser um indicativo de que o escrevente da ordem terceira possa ter maiores conhecimentos gramaticais do período, inclusive de acrescentar sinais além dos tipos usuais, comuns a todos os documentos. Entretanto, há de se avaliar o emprego desses sinais quanto ao uso *padrão* ou *não padrão* sete/oitocentista. No gráfico 1, a seguir, estão dispostos os resultados para esses três sinais encontrados somente no EOTSF:

Gráfico 1 - Ocorrências padrão vs não padrão de parágrafo, barra e travessão no EOTSF



Fonte: Adaptado de Coelho (2018, p. 97).

O sinal de pontuação *parágrafo* foi o que mais apresentou ocorrências, com um total de 133 ocorrências, sendo 129 dessas dentro do que se preconizava a norma setecentista. Feyjo (1734), apesar de não atribuir regras quanto ao seu uso, informa que esse sinal é encontrado “nas postillas, e livros de Direito, de Philosophia e Theologia, quando de hum tractado se passa para outro diverso” (p. 108). Já para Verney (1746) esse sinal serve para a organização do texto, algo que é visto claramente por todo o documento. O seu emprego no EOTSF pode estar atrelado ao fato de este documento possuir um caráter legislativo, ao estabelecer as normas para os membros que pertencem à ordem terceira. Também, a boa aplicação do sinal revela que o escrevente domina, em certa medida, as normas gramaticais para esse uso, como exemplifica o trecho (1) abaixo:

(1)

§ 8.º

<Profição> NaProfissam dará cada lrmam deesmolla, tendo athé trinta annos deldade 5 [1]/2 Oitavas deouro, ehumma *Libra* deCera, edahi para sima oquearbitrar aMeza; edequarenta annos 7/8s ehumma *libra* de Cera.

§ 9.º

<Agregar> Vindo algumma pessoa deoutra terra aonde sejalrmam 3.º epertenda agregarce aestaordem, apresentará assua Patente assignada pello Reverendo Padre Commissario, elrmamMenistro esobscrita pello lrmamSecretario daordem, onde otiver sido; efazendoselhe emformacçam secreta, devida, ecostummes, achandose bôa, poderá ser agregado, dando deemtrada quatro *Libras* decera, eemdinheiro omesmo quepagam osquedenovo entraõ. (DUCHOWNY, COELHO, 2013, EOTSF, fol. 6v)

Por outro lado, para os sinais *barra* e *travessão* foram encontrados somente variáveis não padrão. Nenhum dos manuais e gramáticas consultados explicitam a existência e, conseqüentemente, regras para o uso de *barras*, o que nos fez considerar tais dados como formas *não padrão*. Porém, a função exercida por este sinal, no documento analisado, aproxima-se do uso de parênteses, como ilustra o excerto (2):

(2)

[...] Nem bastará quehuma

só pessoa deponha dealguns destes delittos, nem ainda du-

as, só seforem muito veridicas, eseconformarem emtodas

as circunstancias docazo, porquemuitas vezes athé das-

acçoens Santas / **emque entra acorreçam fraterna** / se-

costuma aproveitar, o Odio, eamalevolencia. (DUCHOWNY, COELHO, 2013, EOTSF, fol. 21r)

O trecho demarcado pelas *barras*, no interior da oração principal, foi utilizado para acrescentar uma explicação a ela, emprego considerado inovador para o período, uma vez que esse tipo de estrutura é mais complexa. Além disso, o emprego das *barras* poderia ser compreendido como sendo um equívoco do escriba, já que, em seu lugar, deveriam constar *travessões*. Também identificamos um uso equivocado para o *travessão*, que foi empregado no lugar do *duplo travessão* em uma das ocorrências e está ausente em outras duas, considerados, assim, usos *não padrão*. Os exemplos (3) e (4) demonstram quais são esses contextos:

(3)

[...] e disto sefará termo paraconstar **a** —

todo o tempo. (DUCHOWNY, COELHO, 2013, EOTSF, fol. 10r)

(4)

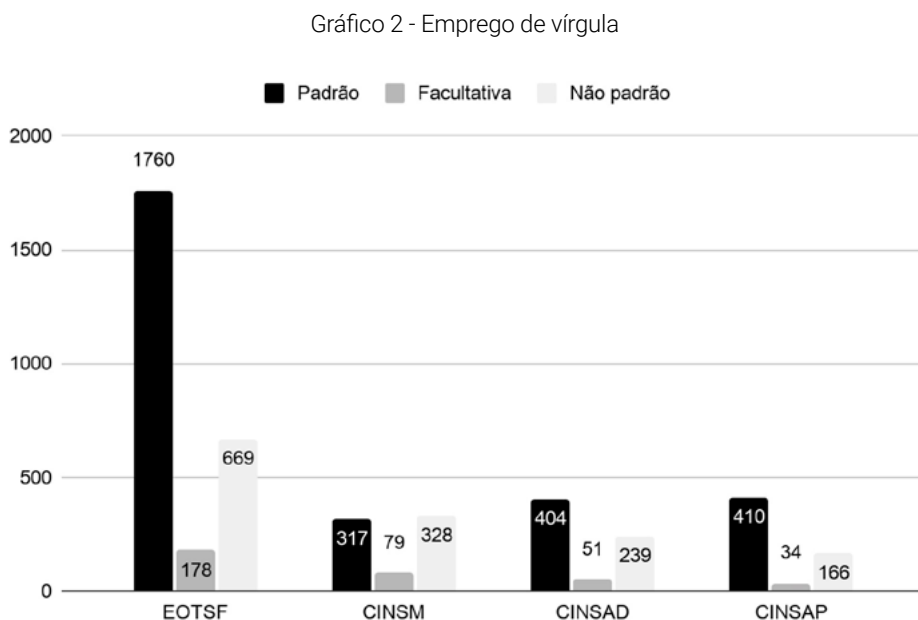
C oncluida a função dos escrutínios dirá o Reverendo

Commissário = **votem [V]ossas Senhorias para Definidor nolrmão Fulano**, esta ELeição será já por feijões pretos, ebrancos (DUCHOWNY, COELHO, 2013, EOTSF, fol. 23v)

Àquele período, era comum a escrita de artigos, de pronomes e de preposições junto a palavras lexicais; por esse motivo, o copista tende a demarcar a sua separação ao final da linha. Contudo, como se pregava na norma, isso deveria ser sinalizado com o uso do *duplo travessão*, fazendo que a ocorrência (3) seja divergente da *padrão*. Em (4), seu uso era necessário após a palavra “Fulano”, para demarcar o fim do discurso direto. Portanto, esse uso também é configurado como um desvio da norma. É importante ressaltar, ainda, o uso

equivocado do *duplo travessão* no trecho em negrito, uma vez que esse sinal foi empregado para marcar o início do discurso direto, desviando-se, pois, do que preconiza Verney (1746). No lugar dele deveria constar o sinal *travessão*, nos moldes do que se verifica em Ribeiro (1950).

Após as explicações feitas para os sinais de pontuação encontrados somente no documento representante do grupo mais escolarizado, passaremos à análise dos sinais de uso comum em todos os documentos. No gráfico 2, a seguir, estão quantificadas as ocorrências *padrão*, *não padrão* e *facultativa* para o uso de *vírgulas*.



Fonte: Coelho (2018, p. 108).

A *vírgula*, por ser um sinal de uso intermediário na sentença, foi a que mais agregou funções ao longo dos séculos, o que pode justificar sua grande recorrência. Devido a isso, ao analisarmos as ocorrências de *vírgula*, no gráfico 2 acima, o que mais se destaca é a grande quantidade de dados, em especial para as formas *padrão* e *facultativa*³⁶ no EOTSF,

³⁶ Para efeitos de análise, a norma *facultativa* refere-se ao emprego de *vírgula* quando esta é opcional. Sendo assim, será tratada como uma forma mais aproximada da norma *padrão*.

que totalizam 1938 ocorrências, em detrimento das 669 ocorrências da forma *não padrão*. Esse fator já poderia caracterizar o escrevente desse estatuto como um indivíduo que possui maior domínio da norma. Entretanto, ao verificarmos apenas a variação *padrão* X *não padrão*, em todos os documentos, verificamos uma maior quantidade de ocorrências da variante *padrão* em todos os documentos (404 e 410 ocorrências para CINSAD e CINSAP, respectivamente), com exceção para o CINSM, cujos valores são maiores para a forma *não padrão* (328 ocorrências), ainda que os valores sejam bastante aproximados. No que se refere à hipótese inicial da pesquisa, isso seria um indicativo de que, pelo menos em se comparando o escrevente da ordem terceira com o escrevente do compromisso de N. Sr.^a das Mercês, ambos teriam níveis de letramento mais distantes, sendo que o primeiro possui um maior letramento em relação a este último. É importante frisar, ainda, que a maior quantidade de ocorrências de *vírgula*, em detrimento dos outros sinais de pontuação, como será visto a seguir, pode ainda residir no fato de que ela é mais antiga na língua escrita, conforme argumenta Acioli (1994) e Rocha (1997), impactando, dessa maneira, nos resultados obtidos. Tal característica explica o seu alto grau de aplicabilidade nos documentos, além de ser um possível fator para que escreventes que não integrem as camadas sociais mais letradas tenham maiores facilidades em empregá-la no documento, por exemplo, os escreventes das irmandades de N. Sr.^a do Amparo, tanto de Diamantina quanto de Paracatu. No excerto (5), retirado do EOTSF, é exemplificado o emprego de *vírgulas* quanto às normas *padrão*, *não padrão* e *facultativa*:

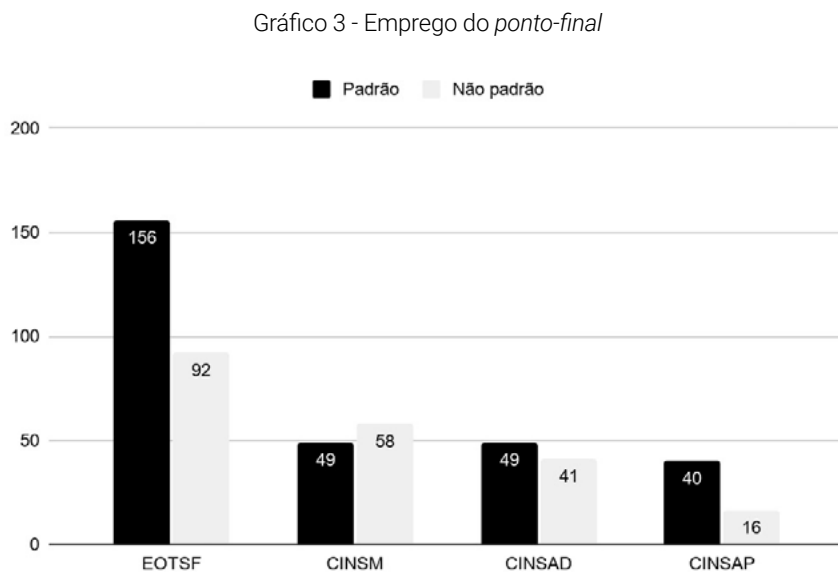
(5)

Para que anossa Eleiçam sefassa com o mayoracerto edecencia, **egravidade**, **possivel**, **segundo opio**, **elouvavel** Costume (DUCHOWNY, COELHO, 2013, EOTSF, fol. 21v)

Em (5) são verificadas cinco ocorrências de *vírgulas*, sendo três *padrões*, uma *facultativa* e uma *não padrão*. O trecho sublinhado, entre a palavra “certo” e a conjunção “e”, foi considerado um uso *facultativo*, uma vez que, embora seja norma para alguns autores consultados que a *vírgula* deve ser empregada antes de conjunções aditivas, Constanção (1831), Moura (1850) e Ribeiro (1950) argumentam que este uso é desnecessário. Já na segunda linha, os usos de *vírgula* se enquadram na norma *padrão*, por se tratar de uma enumeração, conforme orientam Argote (1725), Feyjo (1734), Moura (1850) e Ribeiro (1950), com exceção para a *vírgula* que se encontra entre “gravidade” e “possível”

que, segundo Barbosa (1822) e Moura (1850) advertem, só pode ser usada para separar termos que não concordam entre si.

No gráfico 3, a seguir, estabelecemos um comparativo para o uso de *ponto-final*, outro sinal mais antigo na modalidade escrita da língua (ACIOLI, 1994; ROCHA, 1997):



Fonte: Coelho (2018, p. 110).

Em todos os documentos analisados, o *ponto-final* ocupa a terceira posição no cômputo geral dos dados, além de, também, ser bastante recorrente. Ainda que tanto a *vírgula* quanto o *ponto-final* sejam sinais mais antigos na escrita, este não assumiu muitas funções, diferentemente da *vírgula*, sendo usado somente ao fim de uma sentença, quando não apresenta dependência de sentido entre esta e outras sentenças, assim como orientam Argote (1725), Feyjo (1734), Verney (1746), Barbosa (1822), Constancio (1831), Moura (1850), Silva (1890) e Ribeiro (1950). O uso mais consolidado para este sinal de pontuação pode favorecer o maior uso da norma padrão, observado em todos os documentos, com exceção do CINSM. Neste compromisso, as ocorrências *não padrão* (58) são superiores às *padrão* (49), o que vai ao encontro da hipótese aventada neste estudo. Também, os números similares no CINSAD, com 49 ocorrências *padrão* e 41 *não padrão*, reforçam a ideia de que o emprego dos sinais de pontuação possa ser um indicativo do

nível de letramento do escrevente. Os exemplos (06), (07) e (08) ilustram o emprego *padrão* vs. *não padrão* do ponto-final:

(06)

§ 11.

Seemalgum actopublico daOrdem, namsendo, em osdaMeza, aparecer algumIrmam 3.º defora, queportal seja conhecido, poderá emcorporarce com anossa **Ordem**. (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 7r)

(07)

Introduzio-se nesta Ordem aexemplo detodas as Religioens, opio edevoto costumme desedarem noprimmeiro delaneiro escriinhos dos Santos atodos osnossos Iрмаons, eassim queremos que secontenue inviolavelmente, oque sefará naforma **seguinte**. (DUCHOWNY, COELHO, 2013, fol. 12r)

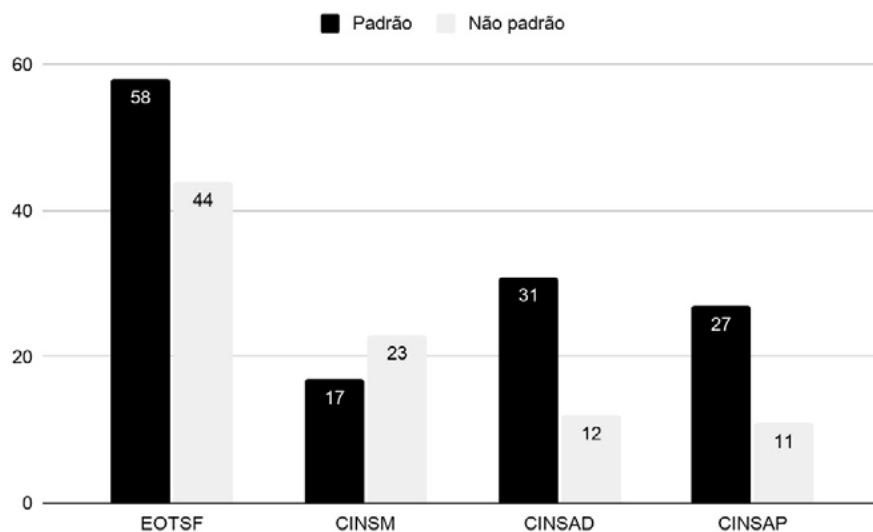
(08)

O Juiz dara de esmolla em cada hum anno depois de acabar o Cargo, a quantia de doze oitavas de oiro, eaJuiza dará outra tanta esmolla, eoEscrivão dará Seis oitavas assim tambem o Tezoureiro, ficando porem izentos dedar esmollas, [o]u jóias nos annos que servirem, tanto os Procuradores, como os Zeladores, attendendo-se com estes o grande trabalho que **tem**. Os Menzarios cadahum dará de esmolla tresoitavas de oiro eo Irmão quesequi zer remir dará dezaseis oitavas de **oiro** (DUCHOWNY; COELHO, 2013, CINSM, fol. 19r)

No exemplo (06), o emprego do *ponto-final* está adequado ao que foi definido pelos gramáticos consultados, configurando-se, assim, um uso *padrão*. Já em (07) o uso desse sinal apresenta-se de forma equivocada. Neste caso, o *ponto-final* reflete um uso *não padrão*, dada a relação de dependência com a oração seguinte, bem com a introdução a uma explicação, função exercida, em tese, pelo sinal *dois-pontos*, como estabelecido em Feyjo (1734), em Verney (1746), em Moura (1850) e em Ribeiro (1950). Há de se ressaltar, contudo, que o escrevente da EOTSF pode ter repetido o padrão adotado nos demais parágrafos que compõem o estatuto. Isso porque, ao final deles, foi empregado o *ponto-final*, confor-

me se preconiza a norma; o uso atípico no exemplo (07) pode exibir a estilística utilizada no restante do documento. Em relação ao exemplo (08), tanto o seu emprego no interior quanto a sua ausência ao final do excerto configuram usos *não padrão*. Para o primeiro caso, apesar de, na atualidade, tal uso não ser entendido como um desvio da norma, a relação de dependência entre as sentenças revela seu uso inadequado, sendo necessário, pois, o uso de *ponto-e-vírgula*. Verney (1746) alerta para o fato de que este sinal seria moderno àquele período, o que também pode determinar a não escolha do *ponto-e-vírgula* pelo copista da irmandade. Por outro lado, sua ausência pode indicar que o escriba, provavelmente, desconheça a necessidade em se empregar este sinal de pontuação, reforçando, dessa maneira, o pouco domínio da norma setecentista pelo escriba dessa irmandade. No gráfico 4, a seguir, são apresentados os resultados para o uso do sinal *ponto-e-vírgula*:

Gráfico 4 - Emprego do *ponto-e-vírgula*



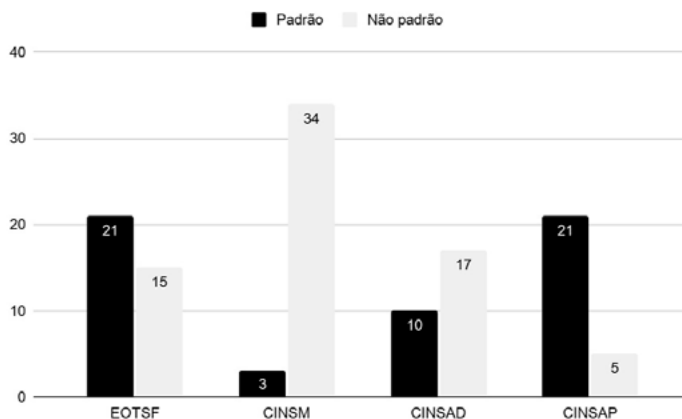
Fonte: Coelho (2018, p. 113).

Feyjo (1734) adverte para a dificuldade de emprego do *ponto-e-vírgula*, possivelmente, pelo fato de, como já mencionado, este ser um sinal considerado moderno (VERNEY, 1746) e, conseqüentemente, desconhecido por parte dos escreventes setecentistas. Assim como a *vírgula* e os *dois-pontos* (que será analisado a seguir), o *ponto-e-vírgula* é responsável pela organização sintática das orações, havendo, como alguns autores afirmam (MOURA,

1850), uma gradação de uso para esses sinais, sendo a *vírgula* subordinada ao *ponto-e-vírgula*, e este subordinado aos *dois-pontos*. Apesar dessa dificuldade, o que se observa no gráfico 4 é uma maior adequação da norma para emprego do sinal *ponto-e-vírgula* em todos os documentos analisados, com exceção do CINSM. Tal resultado confirma parcialmente a nossa hipótese inicial. Isso porque somente em um dos documentos representativos do grupo não escolarizado identificamos um maior quantitativo de usos *não padrão* para o *ponto-e-vírgula*. Outra característica relevante que podemos inferir a partir desses resultados é que, embora haja um maior domínio da norma pelo escrevente do EOTSF (58 ocorrências, com um percentual de 56,86%), representativo do grupo escolarizado, os documentos do CINSAD e do CINSAP, representantes do grupo não escolarizado, apresentaram um maior percentual de adequação à norma, com 72,09% e 71,05%, respectivamente. Acreditamos, pois, que tais escreventes possam ter um maior nível de letramento, quando os comparamos ao escrevente do CINSM.

Tendo em vista que, assim como o *ponto-e-vírgula*, os *dois-pontos* é um sinal intermediário à *vírgula* e ao *ponto-final*, e de difícil utilização, apresentamos os resultados para esse sinal no gráfico 5, na tentativa de melhor caracterizarmos e compreendermos o perfil dos escreventes que compõem o nosso *corpus*.

Gráfico 5 - Emprego de *dois-pontos*



Fonte: Coelho (2018, p. 113).

Diferentemente do comportamento registrado para os usos de *ponto-e-vírgula*, o sinal *dois-pontos* nos indica que os escreventes tiveram maiores dificuldades em empregá-lo. No-

vamente, nossa hipótese inicial se confirma parcialmente, já que o EOTSF teve um maior quantitativo de ocorrências *padrão*, enquanto que os CINSM e CINSAD tiveram maiores quantitativos de ocorrências de *não padrão*. Porém, nos salta à vista a maior adequação da norma pelo CINSAP, característica contrária à nossa hipótese, principalmente pelo fato de se sobressair aos resultados do grupo escolarizado. Apesar de ambos demonstrarem maiores ocorrências da norma padrão, o valor percentual de cada um deles nos indica que, a princípio, o escrevente do CINSAP detinha maiores conhecimentos quanto à norma para emprego de *dois-pontos*, atingindo um percentual de 80,77% de ocorrências *padrão*. Por outro lado, no EOTSF, verificamos apenas um percentil de 58,33%. Desse modo, é possível que outros fatores externos, como a região geográfica em que se encontra o escriba, estejam interferindo em nossos resultados. Contudo, essa observação precisa ser relativizada, uma vez que seria necessário avaliar se esse comportamento se repete em outros documentos cujos escreventes pertencem à cidade de Paracatu. No exemplo (09), abaixo, ilustramos as ocorrências de *ponto-e-vírgula* e de *dois-pontos*:

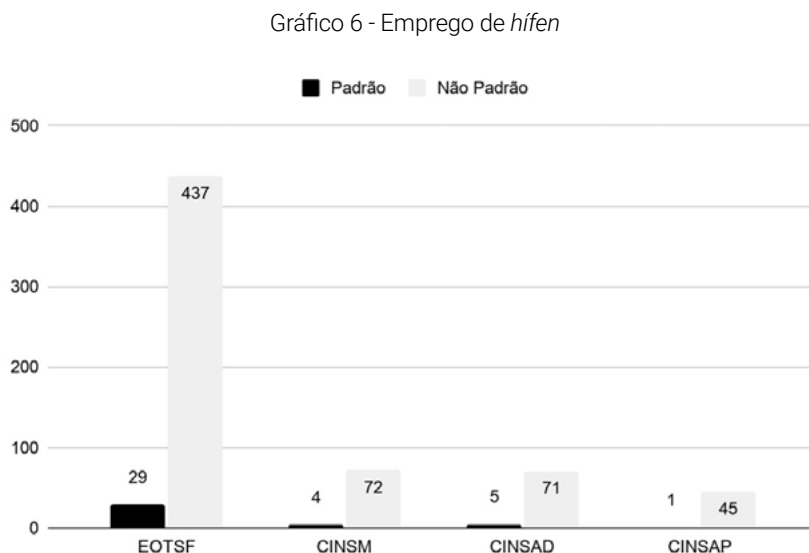
(09)

Como ao tempo q'eregi-
mos esta nossa lrm.^{de} assignou cada hum dos lrmãos, que nella
servem seu termo de entrada, em o livro, q' para este effeito es-
tava **[depirado]**; queremos que este livro se conserve, e tenham virgor
os termos das entradas do lirmaons, que nelle **assignarão**; pois
não hé justo, que os nossos lrmãos vivos, auzente, e defuntos, q'.
com tanto zêlo tem concorrido para o augmento desta nossa lr=
mandade, deixam de participar dos Suffragios, e officios divinos
da **mesma**: e no dicto livro se irá continuando a Lavrar os ter=
mos dos lirmaons, que novamente entrarem. (CINSAP, 1765, fol. 4v.)

Ambos os sinais, *ponto-e-vírgula* e *dois-pontos*, empregados no excerto (09), atendem ao que se prescreve na norma setecentista. Por se tratarem de sinais intermediários à *vírgula* e ao *ponto-final* (SILVA, 1980), tais ocorrências são utilizadas na organização sintática do excerto selecionado, sendo verificadas uma maior (*ponto-e-vírgula*) ou menor (*dois-pontos*) dependência entre as sentenças que as constituem. Além disso, o sinal *ponto-e-vírgula*, presente na linha 5, é empregado antes da conjunção *pois*, assim como recomendam Feyjo (1746) e Ribeiro (1950), reforçando, dessa forma, a sua adequação à norma prevista para aquele

período. Já o sinal *dois-pontos* caracteriza-se não só pelo seu emprego em nível menor de dependência entre os trechos que o segmentam, observando-se, assim, um “sentido quase perfeito”, como também introduz uma explicação (cf. FEYJO, 1734; VERNEY, 1746; MOURA, 1850; RIBEIRO, 1950), uma síntese de todo o conteúdo mencionado anteriormente.

É importante ressaltar, ainda, que, assim como já mencionado, o documento de Paracatu parece se ater mais à norma para os sinais de pontuação, quando o comparamos à escrita presente nos demais documentos do grupo não escolarizado. O excerto (09) é um exemplo claro disso, tendo em vista que todos os sinais empregados seguem o que é prescrito pelos autores consultados; a exceção, contudo, é para o uso de *hífen* (linhas 1 e 3), em que avaliamos como um uso *não padrão*. Antes de aprofundarmos essa discussão, apresentamos abaixo o gráfico 6, referente aos dados desse sinal para todos os documentos que compõem nosso *corpus*:

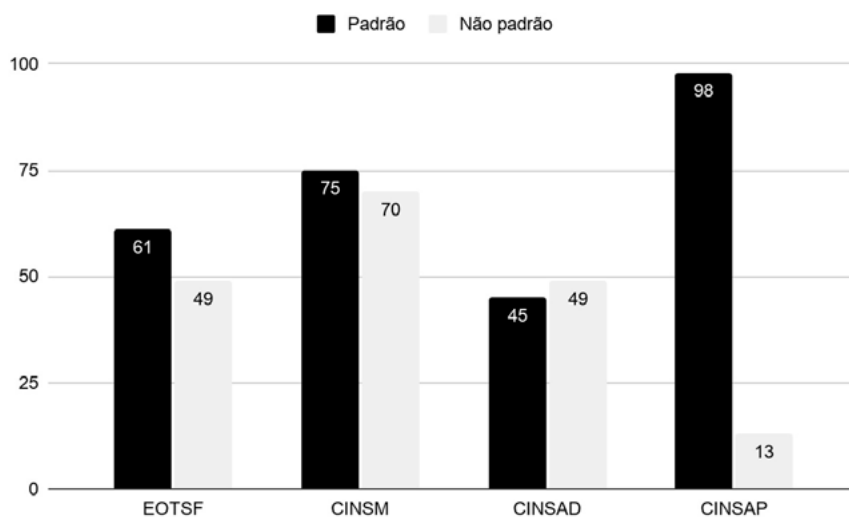


Fonte: Coelho (2018, p. 115).

Os dados computados para o uso de *hífen* nos revelam um fato interessante: em todos os documentos, inclusive do grupo escolarizado, há uma maior recorrência de usos *não padrão*. Como visto no exemplo (09), o uso desse sinal se aproxima de seu emprego atual. Uma explicação possível para isso reside no que é defendido por Labov (2008 [1972]), refletindo, pois, uma mudança vinda de cima: o grupo escolarizado, por compor a elite cul-

tural da época, pode ter se atentado para a pouca necessidade de uso do *duplo travessão*, preferindo, assim, o uso de *hífen*; já os escreventes do grupo não escolarizado, por sua vez, podem ter se pautado nas escolhas dos escreventes do grupo escolarizado, optando também pelo uso do *hífen* em suas escritas. Cabe ressaltar que o único autor consultado por nós que menciona distinção quanto ao uso de *hífen* e de *duplo travessão* é Verney (1746), conforme exposto no capítulo 4 desta obra, o que pode favorecer a escolha por aquele para sinalizar a separação de sílabas em fim de linha. Isso porque os escreventes de nosso *corpus* podem não ter acesso a essa obra, o que também poderia justificar a não aplicação da norma para o *hífen* inclusive para os escreventes escolarizados. Além disso, Véra (1631), no século anterior, já atribuía ao *hífen* (ou “divisão”) a separação de sílabas em final de linha. Para entender melhor esses resultados, vejamos os dados obtidos para uso do *duplo travessão*:

Gráfico 7 - Emprego de *duplo travessão*



Fonte: Coelho (2018, p. 116).

O *duplo travessão* soma um maior quantitativo de ocorrências *padrão*, inclusive nos documentos do grupo não escolarizado, com exceção do CINSAD, comportamento diverso do que foi apresentado para o uso de *hífen*. Apesar disso, quando comparamos esses resultados aos do gráfico 6, verificamos que os dados deste sinal são bastante superiores aos do *duplo travessão*, sendo que no EOTSF totalizam 437 ocorrências, em detrimento das 61

ocorrências *padrão* de *duplo travessão*. Tal característica nos sinaliza que, embora o escriba do grupo escolarizado conheça a norma para o *duplo travessão*, acaba por adotar o uso de *hífen*, muito provavelmente por reconhecer que o uso de um ou outro não impediria a boa compreensão do texto em si.

Outro aspecto relevante que nos salta à vista é o maior quantitativo de ocorrências *padrão* do *duplo travessão* no documento de Paracatu, sobressaindo-se, inclusive, ao grupo escolarizado. Assim como observamos para outros sinais, tais como o *ponto-e-vírgula* e os *dois-pontos*, a maior adequação à norma padrão nos faz inferir não somente um maior conservadorismo presente neste documento, em relação ao uso do *duplo travessão*, como também que os escreventes de Paracatu teriam maior acesso à escolarização, fato que, conforme já observado, só poderia se confirmar a partir da análise de outros documentos dessa mesma região, com representantes do mesmo grupo socioeconômico. Também, uma análise do processo de variação e mudança em tempo real, para controlar a idade do escriba, seria necessária, no sentido de avaliar se a variável entre os sinais *hífen* e *duplo travessão* estaria interferindo nos resultados. Contudo, por fugir do escopo da análise aqui empreendida, o aprofundamento de tais hipóteses fica protelado para estudos futuros. Abaixo, nos exemplos (10) e (11), ilustramos os usos de *hífen* e de *duplo travessão*:

(10)

Quatro dias antes **da**

nossafesta se junctará oJuiz, Officiaes, elrmãos deMeza, querendo
servirem aquelle anno, para fazerem nova elleição dos Off.^{es},
elrmãos, q.' há de servir o anno succetivo, a qual elleição faraõ
nomeando o Juiz, q.' servir [tuz] Irmãos dos mais habeis em **ca=**
pacidade: procedimento, eabasteam.^{to} debens, nos quaes iraõ os
Irmãos da Meza Lançando seus votos, e o quemais os tiver
esse será oJuiz, q.' ha de servir nalrmandade, e o mesmo **se=**
praticará com aelleição daJuiza, Escrivão, Thezour.^o, eProcura=
dor, e para Irmãos deMeza ellegerão doze, e outros tantos Ir=
mãos, e posta a elleição emlimpo. Eassignadapelo Juizda**lr=**
mand.^e, q.' srá oPresidente em Meza. A publicará oPregador
noSe [ilegível] [ilegível] havendo será publicada a [elleição] **da=**
[inint.] (CINSAP, 1765, fol. 9v)

(11)

[...] Ahi tambem

seleram alguns assentos, quedenovo seacressentam aos Esta-
tutos, seforemfeitos eregullados pellaforma queneste sedá:

nofim detudo seporam de Joelhos todos, efaram confissam

para Receberem a absolviçam, eultimamente sedirá oP. Salmo

Deprofundis = **comResponço, eoraçam = Deus veniae largi-**

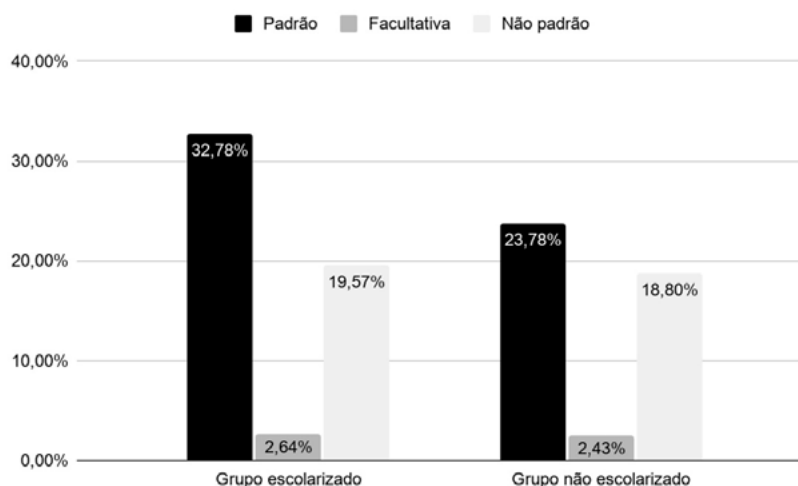
tor, = pellos nossos Irmaons defuntos, eassim sedará fim **des-**

te acto. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fol. 21 r-21v)

No excerto (10), foram identificadas duas ocorrências *não padrão* e uma *padrão* para o uso de *hífen*, sendo que, para a primeira variável, a sua ausência na primeira linha e o uso equivocado na penúltima (em seu lugar, deveria ser empregado o *duplo travessão*) fogem ao que é defendido por Verney (1746), enquanto que na oitava linha verifica-se o atendimento à norma prevista pelo autor. Neste dado, o *hífen* foi utilizado para separar o pronome *se* que acompanha o verbo *praticará*, conforme orientações dadas em Verney (1746). Por outro lado, as quatro ocorrências de *duplo travessão* são consideradas *padrão*, uma vez que foram utilizadas no interior de palavras, isto é, palavras que inicialmente não possuem *hífen*. Já no excerto (11), todas as ocorrências de *hífen* e de *duplo travessão* representam a variedade *não padrão* da norma para esses sinais. O emprego de *hífen*, apesar de se distanciar do que é definido por Verney (1746), evidencia usos em contextos semelhantes aos demais documentos e alinha-se à norma contemporânea. Contudo, o que nos chama a atenção é o emprego do *duplo travessão* neste excerto, retirado do EOTSF e, portanto, representante do grupo escolarizado: no primeiro trecho redigido entre *duplos travessões*, “comResponço, eoraçam”, este sinal serve para delimitar a inserção feita, cuja finalidade é a de especificar a maneira como se deve dizer a oração, enquanto que o segundo trecho, também entre *duplos travessões*, “Deus veniae largitor”, representa os dizeres a serem recitados durante a oração. Trata-se de empregos mais complexos do que os previstos por Verney (1746), demonstrando maior habilidade linguística do escriba da ordem terceira. Tais usos visam a destacar os trechos mencionados, emprego semelhante ao que utilizamos atualmente com os parênteses ou os *travessões*. Isso nos evidencia a importância de se analisarem ambas as variedades, *padrão* e *não padrão*, dentro do seu contexto de ocorrência, uma vez que o desvio da norma nos revela a complexidade com a qual estamos lidando, não sendo suficiente, pois, apenas quantificar os dados.

Após o levantamento e a análise detalhada dos sinais de pontuação, apresentamos, no gráfico 8 a seguir, uma média percentual das ocorrências *padrão*, *facultativa* e *não padrão* dos sinais de pontuação para os grupos escolarizado e não escolarizado. Esse é um passo importante para avaliarmos como se deu a distribuição desses resultados e, dessa maneira, avaliarmos a adequação de nossa hipótese inicial.

Gráfico 8 - Ocorrências *padrão*, *facultativa* e *não padrão* grupo escolarizado vs. grupo não escolarizado



Fonte: Coelho (2018, p. 107).

À primeira vista, é notável que, tanto para o grupo escolarizado, quanto para o não escolarizado, as ocorrências das variáveis das normas *facultativa* e *não padrão* são bastante similares. Dois fatores podem ter atuado em tais resultados: um deles é o fato de que os escreventes das irmandades atingiram números superiores de ocorrências de norma padrão para alguns sinais; o segundo é que especialmente o escriba do CINSAP reproduziu o emprego da norma padrão para muitos dos sinais listados, tendo destaque o uso do *duplo-travessão*. Tal característica nos leva a crer que havia um maior conservadorismo na escrita desse documento ou que o fator geográfico possa ter interferido em nossos resultados, aspectos já mencionados na análise de alguns dos sinais de pontuação. De qualquer modo, o que se pode afirmar é que todos os escreventes, independentemente do grupo socioeconômico ao qual pertencem, possuem algum nível de instrução e de letramento. Contudo, ao compararmos os resultados percentuais das ocorrências *padrão* entre os grupos, percebemos uma vantagem do representante do grupo escolarizado em detrimento

do grupo não escolarizado. Isso atesta nossa hipótese inicial de que o escrevente do EOT-SF possuiria um maior nível de escolaridade e de letramento. Inclusive, quando identificamos alguns exemplos de desvios das normas, fica clara a existência de outras explicações para que ocorressem, que vão além do mero desconhecimento da norma. Tendo em vista os resultados obtidos, bem como a análise empreendida, na próxima seção, apresentamos uma proposta de *continuum* de complexidade para o uso dos sinais de pontuação, que pode servir como subsídio para novas pesquisas.

6 | Estabelecendo um *continuum*

No início deste capítulo, mencionamos que Machado Filho (2002), em seu estudo, constatou que o *ponto simples*, ou *ponto-final*, tinha ocorrido em todos os documentos analisados e em maior variabilidade de uso. Embora esse sinal também tenha ocorrido em todos os documentos que compõem o nosso *corpus*, a *vírgula* foi o sinal que apresentou maior variabilidade de uso, diferentemente dos resultados de Machado Filho (2002). Uma possível explicação para isso é que o *ponto-final* passou a ter uma norma mais restrita, enquanto que a *vírgula* assumiu diferentes funções, para atender a contextos de uso diversos, por ser este sinal de uso intermediário.

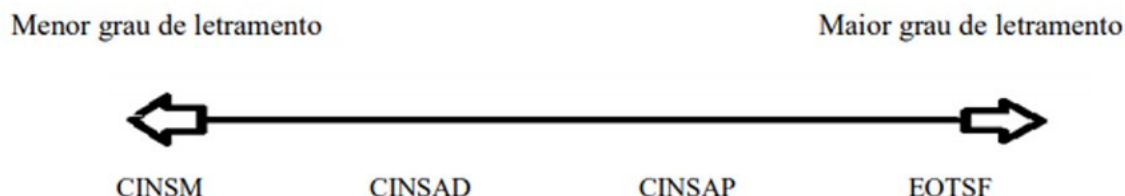
No comparativo ao estudo de Negro (2012), também verificamos que, em nosso *corpus*, há um distanciamento entre norma e uso, sobretudo nos documentos das irmandades, com exceção para o CINSAP, cuja escrita se mostrou mais conservadora que nos demais livros de compromissos. Por outro lado, identificamos uma maior variabilidade de usos e de tipos de sinais, sendo estes a *barra*, o *travessão* e o *parágrafo*, encontrados exclusivamente no EOTSF, além dos já mencionados por Negro (2012): *vírgula*, *ponto-e-vírgula*, *dois-pontos*, *ponto-final*, *duplo travessão* e *hífen*, sinais coletados em todos os documentos que compõem nosso *corpus*.

Também, a flutuação e o consequente distanciamento da norma, identificados nos documentos de grupos sociais mais populares, sinalizam para o que é defendido por Fonseca (2005). Como mencionado no início deste capítulo, para a referida autora, tal flutuação seria explicada pelo fato de haver “produtores pouco conscientes da norma” (p. 180). Apesar disso, os resultados obtidos em nosso estudo não nos permitem fazer generalizações dessa natureza, uma vez que os empregos dos sinais de pontuação identificados não são constantes em todos os documentos: no CINSM, computamos um maior quantitativo de ocorrências *não padrão* para quase todos os sinais de pontuação. Em seguida temos o CINSAD, ainda que neste documento haja uma ligeira diferença em relação aos usos *padrão*, se comparados ao CINSM, principalmente quanto ao uso do *duplo travessão*; em

sentido oposto, temos no CINSAP uma maior adequação à norma para a maior parte dos sinais de pontuação, sendo o *hífen* o único sinal que apresentou maior quantidade de ocorrências *não padrão*. Nesse sentido, acreditamos que o escrevente do CINSAP tenha o mesmo acesso à escolarização que o escrevente do EOTSF, documento em que identificamos não só uma maior adequação da norma, como também maior variabilidade de tipos de sinais de pontuação. Isso seria um indicativo de que o copista do CINSAP teria uma maior habilidade quanto à norma gramatical do período histórico analisado.

Tendo em vista que o critério escolarizado/não escolarizado não seja suficiente para se caracterizar o perfil dos escreventes dos documentos analisados, recorreremos às noções de letramento, estabelecidos por Marcuschi (2001) e por Soares (2003; 2009 [1998]) (cf. capítulo 2 desta obra). Portanto, podemos inferir, a partir de nossa análise, que o escrevente do EOTSF teria um maior nível de letramento. Já no extremo oposto, temos o escrevente do CINSM, com um menor nível de letramento. Em posição intermediária, teríamos o CINSAP e o CINSAD. Fica, pois, estabelecido o seguinte *continuum* para esses documentos:

Figura 1 - *Continuum* de grau de letramento dos escreventes mineiros setecentistas



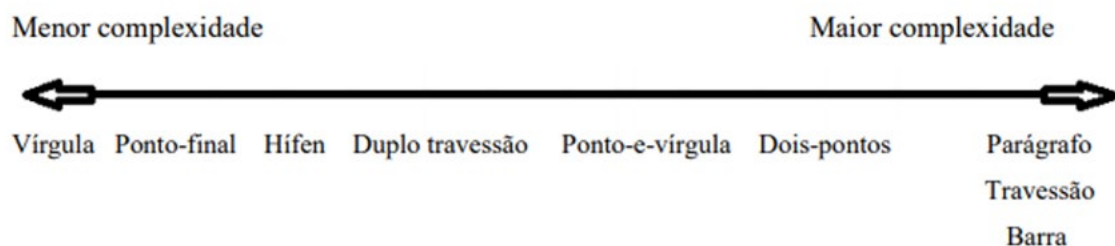
Fonte: Coelho (2018, p. 121).

A partir do estabelecimento do *continuum* proposto, podemos atestar a confirmação da nossa hipótese inicial. O escrevente do EOTSF seria um cidadão letrado, com acesso à escolarização e maior nível de letramento. Além disso, o escrevente do CINSAP pode ser considerado letrado e, possivelmente, teve acesso à escolarização, embora apresente menor nível de letramento, devido ao maior conservadorismo presente neste documento em relação ao uso do *duplo travessão*. Já o escrevente do CINSAD, embora possa ser considerado letrado e que provavelmente teve acesso à escolarização, a maior quantidade de ocorrências *não padrão* para boa parte dos sinais de pontuação revela que este escrevente tenha menor grau de letramento, quando comparado aos escreventes dos documentos supracitados. Por último, temos o escrevente do CINSM que, apesar de possuir algum acesso

à escolarização e também ser considerado dotado de algum nível de letramento, dada a existência de variantes *padrão* equivalentes ou superiores à *não padrão*, a maior ocorrência desta para a grande maioria dos sinais de pontuação nos permite dizer que este escrevente tenha um menor nível de letramento do que os demais escribas.

As nuances observadas para os diferentes usos dos sinais de pontuação, bem como a variabilidade dos tipos encontrados nos permitem estabelecer um *continuum* também para esses sinais, para indicar o nível de complexidade de uso para cada um deles, conforme vemos a seguir:

Figura 2 - *Continuum* de complexidade para uso dos sinais de pontuação



Fonte: Coelho (2018, p. 122).

Os sinais de pontuação *parágrafo*, *travessão* e *barra*, por terem sido encontrados somente no documento redigido por escribas de maior nível de letramento, ocupam o extremo de maior complexidade do uso dos sinais de pontuação. Em seguida, o sinal *dois-pontos* ocupa uma posição próxima a este extremo não só pela dificuldade em se sistematizar o seu emprego (cf. capítulo 4), como também por ter um maior quantitativo de ocorrências *não padrão* nos documentos do grupo considerado não escolarizado. Ainda em posições intermediárias, temos os sinais *ponto-e-vírgula*, *duplo travessão*, *hífen* e *ponto-final*, cada qual ocupando uma posição escalonada, a depender do nível de complexidade de emprego desses sinais e da maior ou da menor adequação à norma setecentista pelos escreventes. No extremo oposto, acusando menor nível de complexidade, temos a *vírgula*, que, apesar de ter acumulado variadas funções, possui um maior quantitativo de ocorrências *padrão*, inclusive nos documentos do grupo não escolarizado.

O *continuum* aqui estabelecido serve, portanto, para auxiliar pesquisadores que queiram determinar o nível de escolaridade/letramento em documentos cujas informações sobre o perfil do escriba sejam insuficientes para isso.

Considerações finais

O objetivo central do presente capítulo foi o de analisar o emprego dos sinais de pontuação em documentos religiosos mineiros setecentistas, observando a adequação, ou não, das normas gramaticais da época pelos escribas desses documentos. O intuito disso era o de averiguar a hipótese de que escreventes de grupos socioeconômicos mais abastados tenderiam a reproduzir mais fielmente a norma padrão; e, em viés oposto, os escreventes de grupos socioeconômicos menos abastados se distanciariam dessa norma. O levantamento e a análise dos dados apontam para uma adequação dessa hipótese, já que no EOTSF foi observada uma maior aplicação da norma padrão, em detrimento do que se verificou nos livros de compromissos das irmandades. Isso atesta que a análise de emprego dos sinais de pontuação pode servir como instrumento auxiliar para a verificação do perfil do escriba em relação ao seu nível de letramento, quando o pesquisador não dispõe de informações suficientes sobre esse escriba.

Desse modo, os principais resultados direcionam para o fato de que o escrevente do EOTSF, representante do grupo socioeconômico mais abastado e escolarizado, possui um maior nível de letramento. Isso porque, além do maior quantitativo de ocorrências padrão para a maior parte dos sinais de pontuação, inferimos que esse escrevente possui maior consciência linguística, como verificamos, por exemplo, quanto ao emprego de *hífen*. Em posição oposta, temos o escrevente do CINSM, representante do grupo socioeconômico menos abastado e não escolarizado, que possui um menor nível de letramento, com os escreventes dos demais compromissos do grupo não escolarizado, ocupando uma posição intermediária no *continuum* de nível de letramento. Apesar disso, vimos que o escrevente do CINSAP se mostrou mais conservador, utilizando-se, em maior quantidade que os demais membros do grupo não escolarizado, da norma padrão para os sinais de pontuação, aproximando-se, pois, do que temos para o EOTSF.

Embora a hipótese e o objetivo aqui traçados tenham atingido o que se esperava, há de se ressaltar que somente uma pesquisa embasada no cômputo de ocorrências é insuficiente. O ideal é que se recorra, também, a uma pesquisa de caráter qualitativo, pois é no contexto de emprego dos sinais de pontuação que se pode avaliar em que medida a hipótese aventada se confirma. A partir da análise dos resultados, portanto, foi possível estabelecer uma gradação de níveis de complexidade para os usos dos sinais de pontuação identificados em nosso *corpus* (cf. na seção anterior), que vai do sinal que apresenta menor complexidade (a *vírgula*, por ter uso mais recorrente e pela maior aplicabilidade de emprego padrão em todos os documentos) até os que apresentam maior complexidade (sendo eles os sinais

parágrafo, *travessão* e *barra*, que foram identificados apenas no documento representante do grupo escolarizado, EOTSF). O *continuum* estabelecido para os níveis de complexidade de uso dos sinais de pontuação pode figurar, pois, uma ferramenta para aferir os graus de letramento do escrevente.

Em resumo, buscamos evidenciar a relevância de se utilizarem diferentes recursos metodológicos, para suprir deficiências que impediriam o uso de documentos antigos como *corpus* para pesquisa sociolinguística, tais como o fato de não se dispor de informações suficientes sobre o perfil do escrevente. Os sinais de pontuação servem, portanto, como um importante recurso metodológico para tal caracterização, ainda que por via indireta.

O PAPEL DA NORMA-PADRÃO NA CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA INDIRETA DE ESCRIBAS DE SINCRONIAS PRETÉRITAS

Sueli Maria Coelho
Shirlene Ferreira Coelho
Vivian Canella Seixas

[...] o padrão tem sua importância e utilidade como força centrípeta no interior do vasto universo centrífugo que caracteriza as línguas [...]
(FARACO, 2008, p. 80)

Considerações iniciais

A norma-padrão, aqui entendida numa perspectiva muito

próxima da norma culta/comum/*standard*, ou seja, da variedade praticada à época pela aristocracia ou, mais propriamente (considerando que a questão da norma-padrão foi, antes de tudo, um trabalho dos homens letrados), da variedade praticada pelos 'barões doutos' – na feliz expressão do erudito português do século XVI, João de Barros (FARACO, 2008, p. 76),

sempre foi motivo de grandes controvérsias no campo dos estudos linguísticos. Sua legitimidade, não raro, é posta em xeque, quer como objeto de ensino, quer como abstração que

se presta a idealizar uma uniformização linguística. Sobre ela pesa, ainda, severas críticas quanto a constituir-se instrumento potencializador do preconceito linguístico, na medida em que hierarquiza as diversas variedades de uma língua.

Nesse contexto histórico, as gramáticas e dicionários não foram entendidos apenas como instrumentos descritivos (isto é, de registro da norma culta/comum/*standard*), mas como instrumentos padronizadores, ou seja, como instrumentos de fixação de um padrão a ser tomado como regulador (normatizador) do comportamento dos falantes, visando a alcançar uma 'língua' para o Estado Centralizado. (FARACO, 2008, p. 76)

A despeito de semelhantes limitações, não podemos ignorar, contudo, que, graças à sua força centrípeta, apesar da vasta extensão territorial brasileira, preservamos uma unidade linguística que permite a interação entre quaisquer falantes do português, independentemente da região em que habitam³⁷. Ademais, cabendo aos compêndios gramaticais a tarefa de “registrar o mínimo de noções, não arbitrariamente deduzidas na cabeça dos gramáticos e pretensos gramáticos, mas, ao contrário, rigorosamente justificados pelos fatos da língua” (SERAFIM DA SILVA NETO *in* ROCHA LIMA, 1999 [1972], p. xviii) em uma determinada sincronia, as gramáticas normativas constituem, assim, o retrato da língua de um dado período, ainda que apenas daquela variedade linguística praticada pelos cidadãos mais abastados e mais eruditos de uma dada época.

É, pois, nesse aspecto que a norma-padrão, aqui representada por gramáticas e por dicionários do período setecentista, nos interessa particularmente nos domínios deste estudo. Curiosamente, é sua questionada essência prescritiva e hierarquizante que nos servirá de arsenal metodológico subsidiário para caracterizar sociolinguisticamente o escriba do século XVIII, quando as fontes não nos permitirem reunir informações relativas, sobretudo, a seu grau de letramento. Assumindo, então, com Faraco (2008, p. 76), que “as gramáticas e dicionários [...] passaram a ser aceitos como instrumentos de medida do comportamento”, nossa proposta é adotá-los como ferramenta auxiliar para inferir o comportamento linguístico do falante/escriba do período setecentista, mais especificamente no que diz respeito ao seu grau de letramento. Nessa perspectiva metodológica, o estágio de letramento da mão por

37 A força centrípeta da norma-padrão pode ainda ser atestada, quando se comparam a língua portuguesa falada na América com aquela falada na Europa. É exatamente o fato de nossos manuais normativos reproduzirem a norma europeia que assegura uma relativa unidade entre a língua falada nas duas nações, ainda que seus falantes estejam geograficamente muito distantes.

trás da pena será determinado pelo modo como o manuscrito se conforma (ou não) à norma-padrão do período. Estamos, pois, partindo do pressuposto de que o uso que o escriba setecentista faz dos recursos linguísticos – entre os quais elegemos como objeto de análise nesta obra as abreviaturas e os sinais de pontuação – denota seu (des)conhecimento da norma do período e, conseqüentemente, seu maior ou menor grau de letramento, aqui concebido nos termos de Soares (2003) (Cf. capítulo 2 desta obra). Tendo em conta que a língua é um fato social, torna-se possível, ainda, ampliar um pouco mais a fotografia sociolinguística do falante/escriba de sincronias pretéritas, combinando-se as pistas linguísticas evidenciadas pela norma-padrão com sua história social e alcançando, assim, dados relativos tanto à sua classe social quanto à sua profissão/ocupação ou mesmo ao seu sexo, em se tratando de texto de autoria não identificada ou cujo nome possa ser masculino ou feminino.

Dessa feita, nosso objetivo maior nos limites deste texto é advogar em favor da relevância que a norma-padrão pode ter enquanto ferramenta auxiliar no estabelecimento do perfil sociolinguístico de falantes de sincronias pretéritas. Inúmeras são as vezes nas quais um(a) pesquisador(a) que recorre à metodologia sociolinguística para pesquisa diacrônica se depara com o imbróglio de condicionar sua amostra linguística à (in)existência de dados sociolinguísticos do falante/escriba³⁸, embaraço que pode ser minimizado recorrendo-se às pistas linguísticas do texto escrito. Desse objetivo principal decorrem outros de natureza secundária, quais sejam, discutir acerca de recursos e de fontes disponíveis para fixar a norma-padrão de um dado período, bem como propor uma articulação entre os recursos linguísticos e a história social do escriba como instrumento metodológico capaz de ampliar o escopo do perfil sociolinguístico do informante pretérito e assegurar maior assertividade na sua caracterização indireta. Iniciemos, pois, a tarefa a que nos propusemos pela análise do papel da norma-padrão como elemento coadjuvante da metodologia sociolinguística.

1 | Norma-padrão: de vilã a aliada das pesquisas sociolinguísticas

Se, por um lado, a essência uniformizadora e hierarquizante do estabelecimento de uma norma-padrão se contrapõe aos pressupostos sociolinguísticos, segundo os quais a diversidade é inerente às línguas, por outro, tais fundamentos podem converter-se em aliados metodológicos importantes para auxiliar na caracterização sociolinguística indireta do escriba de sincronias pretéritas. Sabe-se que foi somente a partir da década de sessenta do século XX, com os

38 Para uma discussão mais aprofundada acerca da dificuldade que a caracterização sociolinguística do escriba impõe ao pesquisador de sincronias pretéritas, consultar o capítulo primeiro desta obra.

trabalhos pioneiros de Labov, que se passou a mensurar o peso que variáveis extralinguísticas, tais como sexo/gênero, idade, grau de escolaridade/letramento, classe social, profissão e local de residência na comunidade, assumem nos processos de variação e mudança linguística. Foi, portanto, a partir dessa época que se passou a cuidar com muito zelo da caracterização sociolinguística do falante, registrando-se o maior número possível de informações a esse respeito. Ocorre, contudo, que, embora as variáveis linguísticas e extralinguísticas sempre estivessem imbricadas, nem sempre temos acesso a registros sociolinguísticos de falantes de sincronias pretéritas, o que dificulta – quando não inviabiliza – o uso de amostras de língua que, se analisadas numa perspectiva sociolinguística, muito poderiam nos auxiliar na compreensão de fenômenos linguísticos tanto do passado, quanto do presente. Considerando-se que, conforme registra Faraco (2008), a norma-padrão é a variedade linguística praticada por cidadãos letrados de uma dada época, ela pode, portanto, ser tomada como parâmetro para ajudar a estabelecer o grau de letramento do falante/escritor e, nesse cenário de caracterização indireta, as gramáticas normativas constituem um manancial precioso para estabelecê-la.

Isso porque, nas palavras de Rocha Lima (1973), a gramática normativa “é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o ‘uso idiomático’, dele induzindo, por classificação e sistematização, as *normas* que, em determinada época, representam o ideal de expressão correta” (p. 5-6). Esses dizeres de Rocha Lima (*op. cit.*) contemplam pontos importantes para nossa proposta, que merecem algum comentário adicional. O primeiro deles diz respeito ao fato de a gramática normativa constituir uma disciplina essencialmente didática, o que nos faz pressupor que o domínio das *normas* ali sistematizadas resulta de instrução formal ou, ao menos, de erudição autodidata. Outro aspecto digno de menção refere-se à sua natureza sincrônica, realçada nestes dizeres de Chaves de Melo (1968): “a gramática só se preocupa em ordenar, em classificar os fatos que convivem numa língua num determinado momento, numa determinada fase, num determinado instante da história dessa língua” (p. 8). Não fortuitamente, portanto, a maioria de nossos compêndios normativos trazem no título o adjetivo *contemporâneo*: gramática contemporânea da língua portuguesa. Isso nos alerta para uma importante questão de ordem metodológica: a norma-padrão do período analisado deve necessariamente ser estabelecida a partir da consulta a manuais desse período específico e, portanto, as obras a serem consultadas deverão ter sido publicadas no mesmo período em que a amostra linguística analisada foi produzida. Tal restrição temporal se aplica tanto às gramáticas quanto aos dicionários, pois não podemos perder de vista que o léxico é o estrato linguístico mais suscetível a novas incorporações.

Ao estabelecer o conceito de *correção* no qual se pautam as gramáticas normativas para estabelecer a norma-padrão, Rocha Lima (1973) referencia e cita textualmente dois gramáti-

cos castelhanos, quais sejam, Amado Alonso e Pedro Henríquez Ureña (1943): “son formas *correctas* de decir aquellas aceptadas y **usadas por los grupos más cultos de la sociedade**. *Corrección* quiere decir aqui prestigio social de cultura” (p. 16 *apud* ROCHA LIMA, 1973, p. 6, negrito nosso). E Bechara (1999) acrescenta: “a gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo **o uso e a autoridade dos** escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas **esclarecidos**” (p. 52, negrito nosso). Tais ponderações qualificam de modo axiomático aquele(a) que emprega com propriedade a norma-padrão sistematizada nos compêndios normativos e nos dicionários como um(a) cidadã(o) culto(a), o que, portanto, legitima seu uso para inferir com relativa segurança o grau de letramento do escriba, conforme estamos propondo. Importante, contudo, sublinhar que, para alcançar a assertividade necessária a partir desse tipo de inferência, é imprescindível ter em mente que existem níveis de complexidade entre as diversas regras referendadas pela norma-padrão³⁹ e que, portanto, existem recursos linguísticos mais apropriados que outros para decidir sobre o estágio de letramento do escriba. Assim, do mesmo modo que o letramento pode ser concebido num *continuum* de maior ou menor apropriação do código escrito, também os recursos linguísticos selecionados para orientar seu estabelecimento devem ser hierarquizados, de modo a assessorar o(a) pesquisador(a) a reunir o maior número possível de informações que o habilitem a reconstituir, de modo seguro, a ficha sociolinguística do informante pretérito. Desse modo, tão importante quanto se atentar para a fidelidade à norma do período é estabelecer uma hierarquia de complexidade no seu uso, de modo a construir um *continuum* que permita a(o) pesquisador(a) classificar o falante/escriba como mais ou menos letrado, bem como deliberar acerca de eventuais contextos duvidosos com base no uso daqueles recursos linguísticos que, de fato, atestem maior domínio de uso da norma. Assim, diante da necessidade de se decidir, por exemplo, acerca do maior ou do menor grau de letramento de um falante/escriba que emprega com propriedade o ponto e vírgula e de outro cuja habilidade de pontuação se restringe ao ponto final, certamente o primeiro é mais letrado, já que, além de dominar normas mais complexas de uso dos sinais de pontuação, é capaz de variar no emprego desse recurso, empregando tanto recursos mais simples quanto mais elaborados. Logo, para além do emprego correto de recursos linguísticos cuja norma de uso é mais complexa, a variabilidade de emprego de tais recursos, isto é, a atestação de um repertório mais ampliado, é outro indício que deve ser considerado pelo(a) pesquisador(a) na reconstrução do grau de letramento/escolaridade do informante de sincronias pretéritas e que intervém positivamente em favor de seu maior grau de letramento/escolaridade.

39 Para informações mais detalhadas acerca da complexidade das regras, conferir os capítulos 3, 4, 5 e 6 desta obra.

Elucidada a tese de que a norma-padrão prescrita nas gramáticas e nos dicionários do período delimitado para estudo pode ser tomada como instrumento para determinar o grau de letramento/escolaridade do falante/escritor de sincronias pretéritas, contribuindo, assim, para que manuscritos raros possam constituir mostras linguísticas para estudos de cunho sociolinguístico, cumpre, neste espaço, dar algum direcionamento acerca de possíveis fontes de acesso a tais obras, tema que constitui o escopo da próxima seção.

2 | Fontes da norma-padrão de sincronias pretéritas

Conhecidas por muitos, as bibliotecas são os espaços que reúnem diferentes obras, das mais antigas às mais recentes. Elas cumprem papel importante na nossa sociedade não apenas como forma de salvaguardar tais obras, mas também de democratizar o acesso à informação. O fato é que edições de séculos anteriores sofrem diversas ações do tempo, biológicas, do homem, o que, muitas vezes, pode impossibilitar o seu manuseio pelos usuários. Além disso, muitas dessas obras são raras, com limitação de exemplares, o que também dificulta o acesso. Com o advento das tecnologias digitais e da Internet, contudo, a acessibilidade a essa literatura tornou-se mais fácil, bem como houve um esforço para preservá-las, valendo-se, para tanto, das bibliotecas digitais.

Desse modo, se há alguns anos era necessário nos deslocarmos para os espaços físicos onde se encontram as obras raras, hoje já é possível acessá-las com poucos cliques. Isso porque, assim como mencionado por Nardino e Caregnato (2005), a rede mundial de computadores – a Internet – se expandiu a partir dos anos 90, propiciando, entre outros, o surgimento das bibliotecas virtuais e digitais. Desse modo, é possível acessá-las “24h, de qualquer ponto do planeta onde haja uma conexão disponível” (NARDINO; CAREGNATO, 2005, p. 393). Nesse contexto, as autoras advertem para a importância da digitalização das obras raras e sua consequente disponibilização nas bibliotecas digitais:

Com o uso da tecnologia, através do processo de digitalização, o livro ganha novas formas de acesso, sem deixar de ser o livro. Com as vantagens oferecidas pela biblioteca digital, a obra rara pode alçar voo [sic] da sala fechada e lançar-se no espaço virtual. A biblioteca digital de obras raras busca esses livros do passado, dando a eles maiores perspectivas de utilização no futuro. (NARDINO; CAREGNATO, 2005, p. 383)

Ainda segundo as autoras, a digitalização das obras não atende apenas às questões de preservação, mas também proporciona a ampliação do acesso a elas. Cabe ressaltar que,

para Nardino e Caregnato (2005), o acervo de obras raras não é composto unicamente por edições históricas, apesar de ser esse o critério primário na seleção dos arquivos raros, incluindo também outras publicações que possuam características especiais. Em complementação, podemos citar Rodrigues (2006), que define as obras raras como sendo livros muito antigos ou edições manuscritas ou pertencentes “a uma personalidade de reconhecida projeção e influência no país e mesmo fora dele [...] ou reconhecidamente importantes para determinada área do conhecimento” (s.p.). Tendo em vista os objetivos traçados para nossa proposta metodológica, focaremos no que dizem os autores a respeito das edições antigas. Retomando Nardino e Caregnato (2005), podemos dizer que o critério para a identificação das obras históricas são os “manuscritos anteriores à produção tipográfica” e as “obras publicadas do século XV até o ano de 1801, período que compreende o início da tipografia artesanal até a produção industrial do livro”, bem como as “obras produzidas na fase inicial da imprensa em qualquer lugar” (PINHEIRO, 1989, citado por NARDINO; CAREGNATO, 2005, p. 383-384). As autoras acrescentam que, em se tratando especificamente do Brasil, são consideradas também as obras publicadas no século XIX, período em que se criou a imprensa Régia.

Outro estudioso que também retrata a importância da criação das bibliotecas digitais é Sayão (2009). De acordo com este autor, não podemos desvincular a ideia que temos da biblioteca tradicional do que se entende por biblioteca digital, dados os objetivos que ambas compartilham de organizar os materiais que possuem e de disponibilizar seu acesso ao grande público. Sayão (2009) adverte, contudo, que, embora uma biblioteca digital esteja vinculada a uma tradicional, há distinções claras entre elas, tais como o manuseio do material físico possível somente nas bibliotecas tradicionais e a dependência de Internet, de programas de computadores e de máquinas que possibilitem a leitura do material digitalizado. Nas palavras do autor,

a informação digital não é antagônica à informação impressa, porém, no patamar atual, também não é a sua cópia. O seu surgimento muda muita coisa. A passagem inicial do impresso para o digital teve como ênfase a *conversão retrospectiva direta de conteúdos impressos para formatos digitais, por exemplo, a conversão de documentos raros, frágeis ou muito consultados. A versão digitalizada dos estoques informacionais da biblioteca tradicional proporcionou a possibilidade inédita do acesso independente de distância e de tempo, o compartilhamento por mais de um usuário de uma mesma obra a um custo muito baixo e, é claro, o acesso instantâneo e fácil a uma versão digital do texto completo.* (SAYÃO, 2009, p. 13, itálicos nossos)

Pensando especificamente nas obras de sincronias pretéritas, fica evidenciada, na fala do autor, a importância das bibliotecas digitais para a preservação do registro antigo e para o acesso universal a ele. A limitação restrita ao espaço físico da biblioteca e a dificuldade de manuseio das obras históricas, principalmente pelo estado de conservação em que elas se encontram, ganham novas perspectivas, quando pensamos na biblioteca digital. As funcionalidades disponíveis nesse tipo de acervo vão muito além das possibilidades das bibliotecas tradicionais, assim como ressalta Sayão (2009). Isso se deve, em grande parte, à dinâmica que as bibliotecas digitais apresentam, constituídas

de informações eletrônicas, com níveis diferenciados de granularidade, e serviços que possibilitam inúmeras configurações nas suas formas de disseminação e uma gama extraordinária de usos e reúsos [sic] para os seus estoques informacionais e para as representações correspondentes. (SAYÃO, 2009, p. 14)

Na mesma linha defendida por Nardino e Caregnato (2005) e por Sayão (2009), Greenhalgh (2011) enfatiza a importância das bibliotecas digitais. Segundo este autor, o acesso “limitado e burocrático” às obras raras cria um paradigma dentro das bibliotecas, tendo em vista as suas funções de disseminação dos conhecimentos ali presentes e a necessidade de se preservarem tais obras. Por outro lado, se o foco é a utilização do texto, a digitalização dessas obras garante tanto essa demanda, como seu arquivamento ideal, para fins de sua adequada preservação. Desse modo, os arquivos digitais funcionam com uma “cópia de segurança”, uma vez que essas obras podem ser únicas. Em menção ao estudo de Nardino e Caregnato (2005), Greenhalgh (2011) defende que a versão digital dos documentos serve como complementar ao livro impresso, funcionando, pois, como um “novo suporte” desse material.

Também as ideias de Fernandes e Paletta (2015) se alinham ao que foi aludido em relação às bibliotecas digitais. Para os autores, tanto a informação digital quanto a impressa compartilham do mesmo “objetivo de gerar conhecimento aos indivíduos, grupos e sociedades” (p. 12); porém advertem para o surgimento de “características específicas” para a informação digital, no que se refere à “produção, organização, administração, distribuição, acesso e preservação, bem como quanto aos suportes de armazenamento” (FERNANDES; PALETTA, 2015, p. 12). É preciso, pois, que haja a preservação dos materiais digitalizados, uma vez que, assim como argumentam os autores, a obsolescência de programas e de suportes podem ser diferentes daqueles utilizados no momento da digitalização. Apesar desse contraponto,

as bibliotecas digitais de livros raros podem, assim, evidenciar o patrimônio histórico, cultural e artístico salvaguardado em acervos restritos, como as especiais de museus, mosteiros ou institutos de pesquisa centenários. (p. 15)

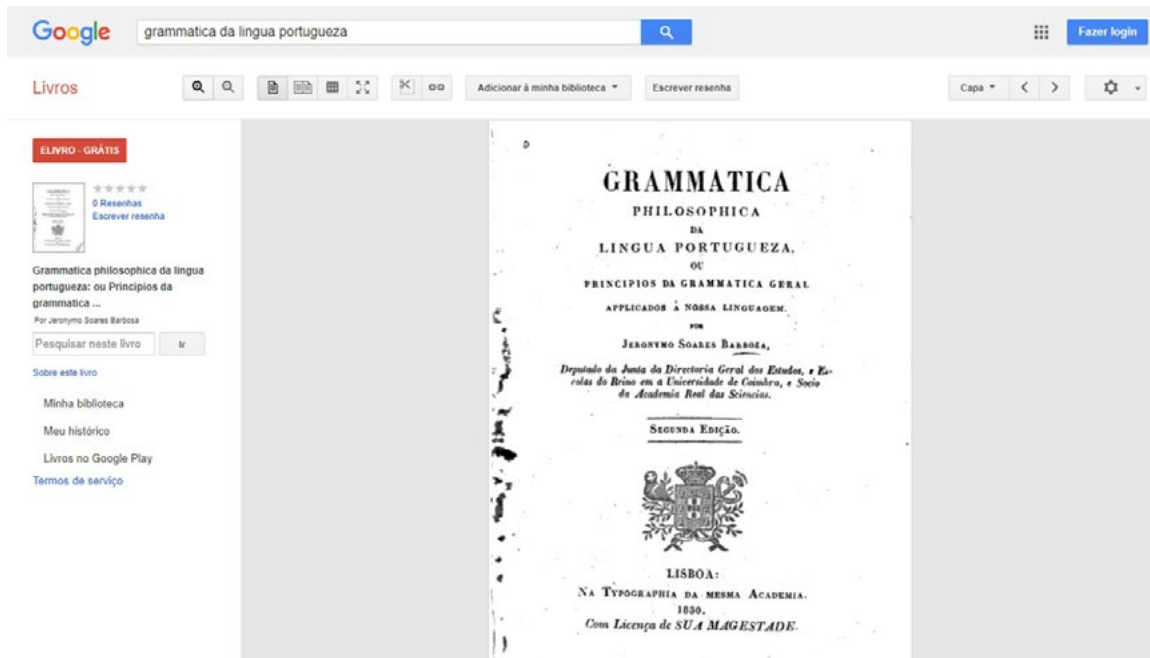
Feitas algumas considerações acerca da importante e desejável correlação entre obras raras e bibliotecas digitais, trataremos mais detalhadamente, na próxima subseção, de alguns acervos digitais por meio dos quais podemos ter acesso a gramáticas e a dicionários históricos.

2.1 | Alguns acervos digitais para acesso a obras históricas

Talvez o *site* mais conhecido para fins de acesso a livros seja o *Google Books* (*books.google.com*). Sua criação surgiu, em 1996, da ideia da existência de uma plataforma que fosse específica para a Pesquisa de Livros. Nesse sentido, foram estabelecidas parcerias com universidades de diferentes países, para que os livros em domínio público fossem digitalizados e acessíveis a todo o público da *web* (GOOGLE, 2011). Sua página inicial é bastante semelhante à tradicional e dispõe de recursos similares a ela.

Feita, pois, a busca pelas palavras-chaves que atendem aos propósitos do pesquisador e, após clicar no *link* do livro desejado, o site direciona para a página em que se encontra a digitalização da obra. Nessa página, há diferentes recursos para acessar informações do livro, como a busca por palavras-chaves, *zoom*, modo tela cheia, etc. Também estão presentes outros *hyperlinks*, tais como “Sobre este livro” (com indicação do conteúdo do livro, citações mais utilizadas e informações bibliográficas), “Minha biblioteca” (onde é possível armazenar os livros de preferência do usuário, quando este estiver conectado a uma conta Google) e “Livros no Google Play” (que direciona para o *site* <https://play.google.com/store/books>, onde é possível realizar a compra de diversos livros). Na figura 1, é possível visualizar essas e outras ferramentas disponíveis na página, ilustrada pela gramática de Jerônimo Soares Barboza (1830):

Figura 1 - Página do Google Books, com a digitalização da gramática de Barboza (1830)



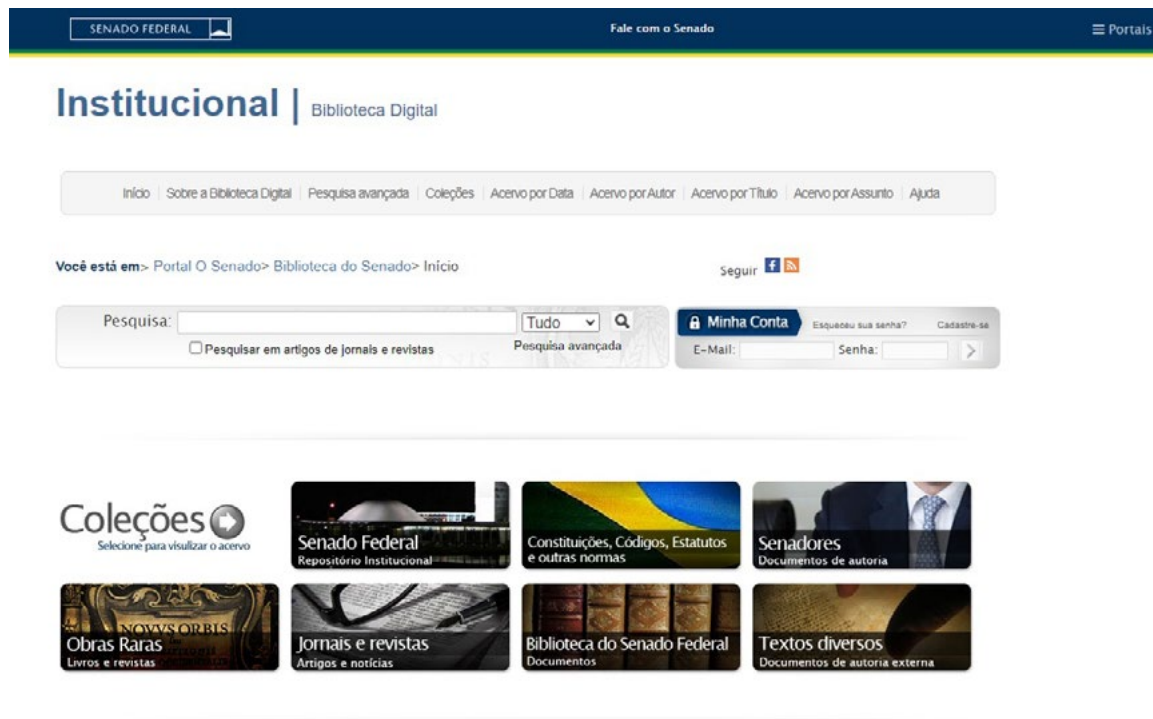
Fonte: Google Books (s.d.).

Outro *site* por meio do qual se podem acessar obras de sincronias pretéritas é a da Biblioteca Digital do Senado Federal (disponível no endereço <https://www2.senado.leg.br>). Todas as obras ali disponibilizadas estão em domínio público ou tiveram os direitos autorais cedidos pelo detentor de tais direitos, sendo possível o seu acesso e download (BDSF, s.d., s.p.).

O acervo digital é variado, dividindo-se entre livros, obras raras, artigos de revista, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação em texto e áudio, entre outros documentos. (BDSF, s.d., s.p., sublinhado nosso)

Na figura 2, a seguir apresentamos a página inicial da biblioteca. Nela, há tanto a possibilidade de se realizar buscas pelas palavras-chaves, quanto de acessar todo o arquivo disponível em cada coleção.

Figura 2 - Página inicial da Biblioteca Digital do Senado Federal



Fonte: BDSF (s.d., s.p.).

Realizada a busca e a seleção da obra desejada, o *site* direciona para a página onde constam os metadados da obra, bem como o *link* para o *download* do arquivo em formato pdf, como ilustrado na figura 3, a seguir, que também apresenta uma obra rara do século XIX:

Figura 3 - Página de acesso à obra de Silva (1890)

The screenshot shows the official website of the Brazilian Senate (Senado Federal) with a focus on its digital library. The header includes the Senate logo and navigation links. The main content area is titled 'Institucional | Biblioteca Digital' and features a search bar with a dropdown menu set to 'Tudo'. Below the search bar, there's a section for 'Você está em' (You are in) showing the breadcrumb trail: Portal O Senado > Biblioteca do Senado > Início > 4. Obras Raras > Livros raros. The main title of the work is 'Dicionário da língua portuguesa' by Silva, Antonio de Moraes, 1755-1824. The page provides detailed information about the edition (8th, revised and improved), publisher (Rio de Janeiro: Emp. Litteraria Fluminense; Adolpho Modesto), and date of publication (1890). It also includes a description of the content, a list of references, and the author's name. A download link for the PDF file '000009812.pdf' is provided, along with the file size (217.6Mb) and format (PDF). The page also mentions that the item is licensed under Creative Commons and lists the collections it belongs to (Livros raros). At the bottom, there are logos for BDJur, ibict, and DSPCE, along with contact information for the Biblioteca Arquivística Luís Viana Filho.

Fonte: BDSF (s.d., s.p.).

Além dos sites mencionados, podemos nos beneficiar ainda do acesso à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (*brasiliiana.usp.br*). A biblioteca conta com um acervo bastante diversificado, incluindo-se obras datadas desde o século XVI. Na figura 4, é possível verificar que

o site não somente permite a busca pelas palavras-chaves, mas também apresenta filtros, para melhor direcionar a pesquisa segundo os interesses específicos do usuário.

Figura 4 - Página de busca da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin Página inicial do Acervo Digital

Buscar no acervo digital

Idioma

Navegar

Data do documento Todos os autores Título Assunto

Coleções

Almanaques	43
Cartas	5
Folhetos	360
Imagens	578
Livros	2240
Manuscritos	10
Mapas	21
Publicações BBM	3
Separatas	5

Conjuntos de Coleções

Objetos Digitalizados e BBM	7
Obras de Referência	55
Periódicos	114

Sugestões de pesquisa

Autor

Biard, Auguste François, 1798-1882	181
Debret, Jean Baptiste, 1768-1848	147
Sisson, Sebastien Auguste, 1824-1898	92
BRASIL	64
Macedo, Joaquim Manuel de, 1820-1882	63
Alencar, José de, 1829-1877	52
Nabuco, Joaquim, 1849-1910	46
Assis, Machado de, 1839-1908	33
Cairú, José da Silva Lisboa, Visconde de	31
Vieira, Antônio, 1608-1697	28

próximo >

Assunto

LITERATURA BRASILEIRA	737
ICONOGRAFIA	558
DESCRIÇÃO E VIAGENS	478
HISTÓRIA DO BRASIL	430
POESIA	343
VIAGENS E EXPLORAÇÕES	211
ROMANCE	210
BIOGRAFIAS	173
IMPRESSÃO RÉGIA	165
PERIÓDICOS	161

próximo >

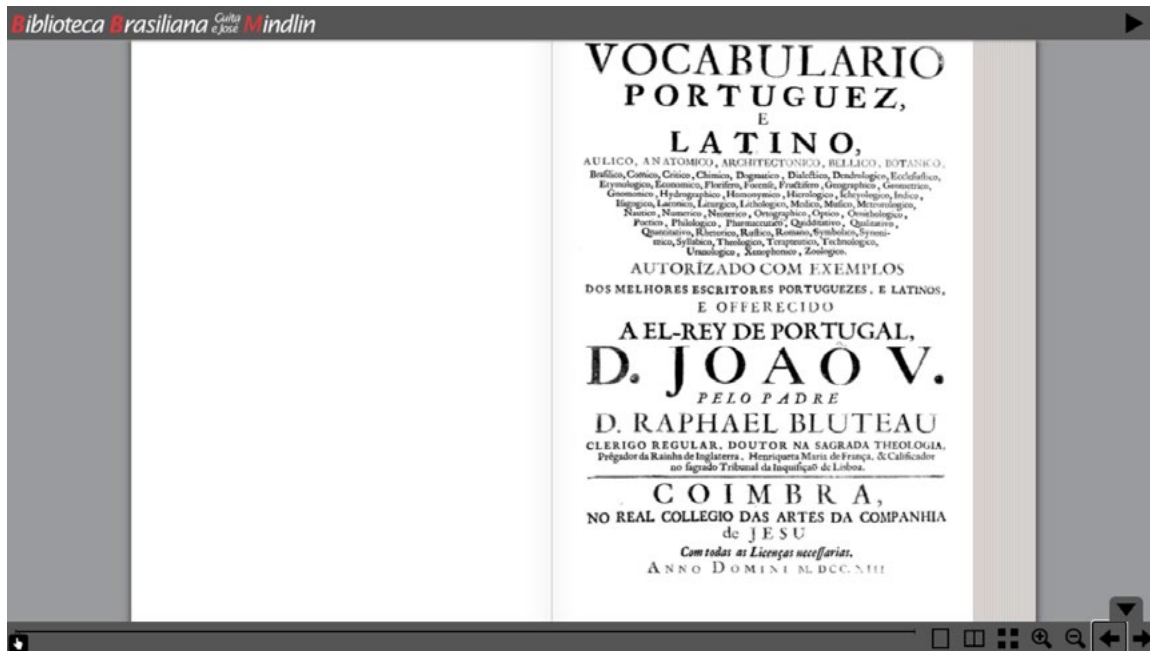
Data de Publicação

2000 - 2018	35
1900 - 1999	557
1800 - 1899	2143
1700 - 1799	157
1600 - 1699	90
1521 - 1599	10

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (s.d., s.p.).

Selecionada a obra desejada, o consulente é direcionado para a página onde se encontram os metadados e o acesso à obra. É permitido ao usuário não somente visualizá-la, mas também realizar o *download* do arquivo. Caso o pesquisador opte por apenas visualizar o material, ele é direcionado para uma nova página, que permite a leitura do texto e disponibiliza diferentes recursos de navegação pela obra. A figura 5, a seguir, reproduz o acesso a uma das principais obras de referência lexicográfica da Língua Portuguesa.

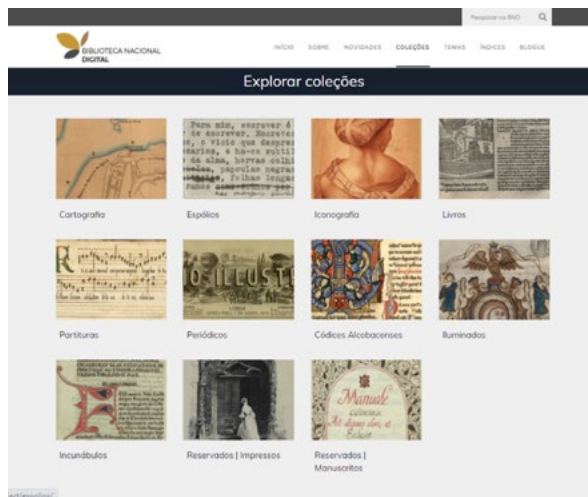
Figura 5 - Página de visualização da obra de Bluteau (1713)



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (s.d., s.p.).

Nossa última indicação de fonte para pesquisas bibliográficas é a da Biblioteca Nacional Digital (*purl.pt*), de Portugal. Assim como a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, a Biblioteca Nacional Digital dispõe de um acervo bastante rico, com diversas obras de séculos passados, cujas datas se iniciam no século XI (ver coleção *Livros*). Na figura 6, apresentamos as coleções que podem ser encontradas no *site* da referida biblioteca.

Figura 6 - Coleções disponibilizadas na Biblioteca Nacional Digital



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (s.d., s.p.).

Ao pesquisar e selecionar a obra desejada, o consulente é redirecionado a outra página, na qual constam os metadados e os *links* que permitem fazer o *download* da obra. Também nesse *site* é possível visualizar o arquivo, sem a necessidade de baixá-lo no dispositivo do usuário. Na página de visualização estão disponíveis diferentes recursos de navegação pela obra, como ilustrado na figura 7, a seguir:

Figura 7 - Página de visualização da obra de Barbosa (1822)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (s.d., s.p.).

Intencionamos, nesta seção, enfatizar o papel das bibliotecas digitais no processo de universalização do conteúdo informacional que disponibilizam e na manutenção e na acessibilidade a materiais que, por vezes, possuem uso restrito, dada a sua fragilidade ou o pouco número de exemplares disponíveis. Graças ao desenvolvimento tecnológico e à ampliação de acesso à Internet, hoje é possível consultar obras raras, sem a necessidade de nos deslocarmos até às bibliotecas tradicionais, onde se encontram tais obras. A partir desse contexto, listamos alguns dos *sites* de bibliotecas digitais que permitem o acesso a essas obras, tão caras para a pesquisa histórica, sobretudo no tocante à nossa proposta metodológica de caracterização indireta do escriba pretérito. Se, conforme defendido na seção anterior, a norma pode subsidiar a identificação do grau de letramento de um escrevente, a articulação com a história social pode levar a outras variáveis, conforme será desenvolvido na sequência.

3 | A reconstituição do perfil sociolinguístico do escriba: entrelace entre pistas gráficas e história social

Ela está lá, mesmo que a sua presença não seja tão evidente: estamos falando da norma, tanto a das abreviaturas quanto a da pontuação, que foram objeto de análise nesta obra. Atestar a existência da norma e sistematizá-la nos permitiu tirá-la de uma posição talvez de coadjuvante na literatura linguística e elevá-la a um lugar de destaque quando se trata da identificação do perfil sociocultural de um indivíduo de período pretérito. O seu alçamento se dá, principalmente, porque, conforme estamos propondo, ela constitui uma importante ferramenta metodológica para a reconstituição do perfil sociolinguístico do escriba.

Nesse contexto, além da identificação do grau de letramento do escriba, medido pelo maior ou menor domínio da norma das abreviaturas ou da pontuação, uma subsequente benesse dessa ferramenta é o fato de termos verificado, cientificamente, a intrínseca relação que ela possui com a história social – mais do que isso, podemos dizer que elas praticamente “andam de mão dadas” e nos permitem desvendar, adicionalmente, fatores sociais, ou pistas sociais, assim como denominamos, que faziam parte do ambiente daquele que empunhava a pena.

E como podemos entender o entrelaçamento entre o que era grafado e as características do universo social do escriba? Primeiramente, pensando nos preceitos básicos para esse tipo de investigação, isto é, a relação entre a pesquisa linguístico-histórica e a pesquisa historiográfica, a qual, nas palavras de Barbosa (2008),

é tão óbvia que nos instiga a revisita-la reiteradamente, pois, muitas vezes, é no espaço do óbvio que se constrói a ciência. É óbvio, por exemplo, que só há história de uma língua se houver textos [...]. Os mesmos escritos que se configuram a base para estudos histórico-sociais. (BARBOSA, 2008, p. 181)

Outra nuance que deve estar sob a atenção de quem investiga fontes históricas são as pistas gráficas: indícios textuais que podem ser genericamente entendidos como variantes grafadas na superfície do suporte e que nos fornecem evidências das escolhas e das predileções do escrevente quando se dispõe de variadas opções para se dizer a mesma coisa no ato da composição do seu texto.

Sob essa perspectiva, ao nos aprofundarmos no universo das escolhas textuais que o escriba faz, é fato que elas não são simplesmente aleatórias; elas são, segundo Koch (1997, p. 25), “uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, socio-cultural e interacional”. É, pois, nesse espaço de construção de sentidos, compartilhados por uma comunidade linguística, que as pistas gráficas fornecidas nos permitem reconstruir as características que compõem o indivíduo que estava por trás do texto (GERALDI, 1991).

Além disso, outra dimensão necessária para compreender esse entrelace é retomar o papel da História Social da Linguagem e verificar como ela contribui para os estudos de Linguística Histórica e de Sociolinguística. Se pensarmos que, para Labov (1972), somente os fatores internos à língua, estruturais e cognitivos, são insuficientes para o entendimento do processo de mudança linguística, e que existe claramente uma correlação entre as escolhas de determinadas variantes pelo falante/escrevente e o ambiente social no qual o indivíduo está inserido, não é possível dissociar, então, as relações entre língua e identidade e, também, entre língua e poder, já que, no contexto da sociedade setecentista, ao domínio da escrita se atribuía um valor de supremacia e de *status*, em que níveis de inserção social eram gradativamente categorizados conforme os diferentes níveis de alfabetização (MAGALHÃES, 2001).

Quanto ao fazer da história social, seu embasamento recai nos pressupostos de Burke (1995), que propunha a relevância de se estudar, além da dimensão estrutural, foco dos linguistas até o século XIX, a “dimensão social completa”, isto é, a “história de seu uso” (p. 11). Nesse sentido, para o autor, um estudo da linguagem mais representativo deve se dar pela análise da linguagem como instituição social, que faz parte do contexto e da cultura de determinada sociedade, utilizando-se dos hábitos linguísticos para compreender melhor as fontes históricas, sejam elas orais sejam escritas.

Somada a isso, o autor ressalta a relação interdisciplinar que essa área possui com os estudos sociolinguísticos, ao afirmar que tal abordagem é “uma tentativa de acrescentar uma dimensão social à história da linguagem e uma dimensão histórica à obra de sociolinguistas e etnógrafos da fala” (BURKE, 1995, p. 17).

Por isso, embasar a investigação linguística de uma discussão sócio-histórica, como exposto por Pereira, Oliveira e Ribeiro (2013),

impõe a diluição de fronteiras entre as áreas de conhecimento. Com efeito, a língua, como objeto transistêmico, está alicerçada numa plataforma histórica e social e, por isso, não pode ficar circunscrita a um único matiz interpretativo. Ou seja, é preciso transitar entre as diferentes disciplinas, adensar o diálogo, para compor, com base nessa paleta de conhecimentos, um determinado quadro linguístico. Inscrita na área da História Social da Língua, a proposta de análise que pretendemos desenvolver requer uma concepção teórica que supere as oposições entre a noção de estrutura internalizada nos indivíduos e o enquadramento da língua como produto social. (PEREIRA; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2013, p. 40-41)

Nesse sentido, a prática da abordagem que reúne Sociolinguística, Linguística Histórica e História Social da Linguagem recai no tratamento de fenômenos linguísticos, temporal e espacialmente delimitados, e na consideração de que eles devem ser permanentemente correlacionados com fatos históricos, ou seja, com as pistas sociais que os condicionaram. Assim, por meio do resgate dos dados e da interpretação das informações históricas é que os fazeres linguístico e histórico se entrelaçam e revelam ainda mais possibilidades de análise e, conseqüentemente, de respostas para o linguista.

3.1 | Pistas gráficas e pistas sociais: duas faces de uma mesma moeda

Considerando, então, a indissociabilidade entre fatos linguísticos e práticas sociais (LABOV, 1972; MARCUSCHI, 2001), se a relação de evidências textuais para a construção de sentidos conforme o universo do escrevente ainda se faz presente hoje em dia, ela faz mais sentido no período setecentista, já que, para estar no papel de escritor, mais ou menos hábil, alguns pré-requisitos certamente lhe teriam permitido chegar ao ato da escrita e a realizá-lo a seu modo. Isso, sem dúvida, é um retrato das intensas relações entre as práticas de escrita e as condições sociais do escriba, conforme discutido nos capítulos 2, 5 e 6 desta obra.

Sob esse viés, podemos assim dizer, de forma alegórica, que as pistas gráficas e as pistas sociais, desvendadas com o auxílio do olhar da história social, são como duas faces de uma mesma moeda: o escrevente. Elas são partes individuais, porém, conectadas ao mesmo corpo, que inexistiria sem a presença de uma delas.

Mas quais seriam, então, os constituintes de cada lado da moeda que se entrelaçam e constituem o indivíduo de um período pretérito? Um dos lados, representados pelas pistas gráficas, são, como já mencionamos, as incontáveis realizações linguísticas que incorrem em variação e que são observadas na superfície textual – tais fenômenos são exemplificados aqui como o emprego das abreviaturas e o da pontuação. O outro lado, o das pistas sociais, é representado pelos variados fatores externos que fazem parte da composição social das comunidades linguísticas e/ou do indivíduo, tais como o sexo, o nível de escolaridade, a classe social, o local em que o vivia(m) e as relações sociais que tinha(m).

De que forma(s), então, a norma, como uma pista linguística, pode revelar outras características do escriba à luz da história social? Uma delas é utilizar o domínio que um indivíduo tem sobre as regras para inferir o seu nível de escolaridade, bem como a sua classe social. Isso porque esses dois critérios formavam uma influente combinação adotada na estruturação da sociedade setecentista, havendo uma ligação direta entre os níveis de alfabetização e as dimensões social, laboral e econômica (MAGALHÃES, 2001; JULIO E VARTULI, 2016).

Iniciemos pela correlação entre domínio de norma e escolaridade. Uma das explicações para a adoção do critério normativo é a de que as práticas de leitura e de escrita no referido período eram relativamente escassas, já que ler e escrever não eram atividades nem simultâneas nem privadas para grande parte da sociedade do setecentos, sendo um privilégio característico da minoria abastada, salvo exceções (MAGALHÃES, 2001; OLINDA, 2003; JULIO E VARTULI, 2016).

Soma-se a isso o fato de que avançar nos estudos, isto é, ultrapassar as Cadeiras de Primeiras Letras (aulas de ler, escrever e contar) – o nível formal mais baixo – fazer as Cadeiras de Humanidades (Latim, Grego, Retórica e Filosofia) e chegar ao nível de Estudos Maiores, restritos à universidade, ou possuir conhecimentos de áreas específicas, não era algo popular nem mesmo dentro da elite (SILVA, 2004). Essa é uma justificativa sócio-histórica para a análise de que um bom conhecimento das regras da escrita é indício de que o indivíduo era integrante de grupo socioeconômico ainda mais restrito.

E, além do tempo que era necessário se dedicar para a aquisição da educação, era ainda mais importante possuir condições financeiras para financiar tal jornada, visto que, na maioria das vezes, era necessário que o aprendiz fosse para outras cidades para encontrar instituições

que oferecessem educação formal. Se não fosse esse o caso, ainda assim era necessário ter condições para custear preceptores (MAGALHÃES, 2001).

Além disso, também devemos levar em consideração que a função social do indivíduo, ou o seu ofício, era a marca mais diretamente relacionada ao nível de escolaridade, atuando de forma decisiva no seu posicionamento social. Assim, a atividade profissional cravava, em grande parte das vezes, o seu destino escolar e a sua classe social (FERNANDES, 1994; MAGALHÃES, 2001). Portanto, em linhas gerais, estar numa posição social mais alta ou mais baixa dependia, além da linhagem da família, do nível de escolarização exigido pelo ofício do escriba (FARIA, 1998).

Mas o que fora exposto anteriormente não se aplica à situação do sexo feminino quanto ao acesso às práticas de educação – um grupo que, na verdade, era ainda mais defasado em relação a esse quesito, sendo a exclusão uma regra. Isso porque, mesmo com a formalização do ensino e a criação de instituições educacionais após a Reforma Pombalina no século XVIII, as mulheres não podiam frequentar esses espaços, restando a esse grupo ter acesso à educação, caso isso acontecesse, em instituições religiosas ou por meio de iniciativas particulares, quando fossem de famílias abastadas (ALGRANTI, 1993; JULIO E VARTULI, 2016). Isso quer dizer que ser mulher no século XVIII era estar quase que necessariamente fadada a uma posição intelectual inferior, independentemente do posicionamento social. Por sorte, algumas famílias desviavam desse costume social e proporcionavam às mulheres o acesso aos estudos por meio de preceptores ou de familiares (ADÃO, 1997; MAGALHÃES, 2001). Poucas eram aquelas que devido a situações peculiares, acabavam tendo contato com outras práticas de leitura e de escrita (CHEQUER, 2008).

Tendo tudo isso em mente, é possível utilizar o domínio de norma para também termos indícios do sexo do escrevente – como a situação de limitação da escolarização formal colocava as mulheres numa posição de letramento inferior, a desobediência à norma era algo mais corriqueiro e, portanto, mais marcante no grupo feminino.

Assim, a conjugação dos pressupostos previamente mencionados nos leva a entender como uma face da moeda pode auxiliar a desvendar a outra e, por consequência, a identificar onde recaíam os laços entre língua e sociedade – materialmente invisíveis, porém legítimos e moldadores dos personagens das sincronias pretéritas.

Considerações finais

Ao enveredar-nos pela escrita setecentista em busca de pistas gráficas, mais especificamente perseguindo registros de (des)obediência à norma padrão do período que nos revelassem

traços sociolinguísticos do escriba pretérito foi, certamente, um árduo, porém gratificante trabalho. Isso porque, conforme os resultados nos mostraram, o traçado que se revela nos manuscritos carrega muito mais do que somente tinta; carrega, de fato, parte da história social daquele que empunha a pena. Assim, o mérito dessa aventura se traduz, principalmente, na possibilidade que seus resultados descortinam para os estudos sociolinguísticos com *corpora* de sincronias pretéritas, muitas vezes tolhidos pela inexistência de registros que permitam caracterizar socialmente o falante.

Nosso trabalho evidenciou que, de fato, a norma padrão pode ser um importante recurso para auxiliar na caracterização indireta do escriba, já que seu maior ou menor domínio estão diretamente relacionados ao grau de letramento/escolaridade daquele que escreve. Na esteira da história social, é possível refinar ainda mais a ficha sociolinguística do falante pretérito, correlacionando grau de escolaridade/letramento com sexo, classe econômica e atividade laboral. Importante destacar que, por se tratar de uma proposta metodológica de caracterização indireta, o ideal é combinar o maior número possível de informações, cotejando recursos gráficos a dados da história social, de modo a garantir a maior assertividade dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Memorias de Litteratura Portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793.

ACIOLI, V. L. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1994.

ADÃO, A. *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação, 1997.

ALBUQUERQUE, S. H. *Compendio de Grammatica Portuguesa*. 12. ed. Rio de Janeiro: A. A. Lopes do Couto, 1854.

ALGRANTI, L. M. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia*. São Paulo: José Olympio, 1993.

ALONSO, A.; UREÑA, P. H. *Gramática Castellana: primer curso*. 3. ed. Buenos Aires, 1943.

ARGOTE, J. C. *Regras da língua portugueza, espelho da língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portugueza*. Lisboa: Officina da Musica, 2. ed., 1725. Disponível em: <http://purl.pt/10/1>. Acesso em: 21 set. 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA (anexo III – Casa Setecentista do Pilar Museum)/IBRAM/Ministério do Turismo – Coleção Barão de Camargos: documentos da família do Barão de Camargos (1730 a 1898) – correspondências privadas, bilhetes e recibos.

AULETE, F. J. C. *Grammatica Nacional*. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-portugueza, 1864.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal: os gêneros do discurso*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, A. G. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

BARBOSA, A. G. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.). *Norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ, 2005.

BARBOSA, A. G. Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII. In: *História social da língua nacional*. Ivana Stolze Lima e Laura do Carmo (orgs.). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 181-214.

BARBOSA, A. G. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação de mãos inábeis em *corpora* histórico-diacrônicos. *Revista da ABRALIN*, v.16, n.2, p. 19-43, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017.

BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da língua portuguesa ou principios de grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822, p. 86-96. Disponível em: <http://purl.pt/128>. Acesso em: 21 set. 2020

BARRETT, M. Desenvolvimento lexical inicial. In: Fletcher, P. & B. MacWhinney (orgs.) *Compêndio da Linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BELLOTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. Projeto Como Fazer, 8. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. São Paulo: USP, s.d. Disponível em: digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1. Acesso em: 15 jan. 2021.

BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO FEDERAL (BDSF). *Sobre a Biblioteca Digital*. Brasília: Biblioteca Digital do Senado Federal, s.d. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/. Acesso em: 14 jan. 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (Portugal). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, s.d. Disponível em: purl.pt. Acesso em: 15 jan. 2021.

BLOOM, L. *One word at a time: The use of single-word utterances before syntax*. The Hague: Mouton, 1973.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BOSCHI, C. C. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In.: RESENDE, M. E. F.; VILLALTA, L. C. *As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 59-76.

BOTO, C. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BRAGA, T. *Grammatica Portugueza Elementar Fundada sobre o Methodo Historico-comparativo*. Porto: Livraria Portugueza e Estrangeira, 1876.

BURKE, P. *A Arte da Conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.

BURKE, P.; PORTER, R. *História Social da Linguagem*. Álvaro Hattnher (trad.). São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CAMARGO, M. R. R. M. *Cartas e Escrita*. 2000. 142 f. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, 2000.

CAPPELLI, A. *The elements of abbreviation in medieval Latin paleography*. Laurence: University of Kansas Libraries, 1982.

CATACH, N.; TOURNIER, C. (org.) *La ponctuation: recherches historiques et actuelles*. Paris: Centre national de la recherche scientifique, 1977.

CATACH, N. La ponctuation. *Langue Française*. Paris: Larousse, v. 45, n. 1, 1980, p. 16-27. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1980_num_45_1_5260. Acesso em: 23 set. 2020.

CHACON, L. A pontuação e a demarcação de aspectos rítmicos da linguagem. *Delta online*, v. 13, n. 1, 1997, p. 01-16. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501997000100001>. Acesso em: 25 set. 2020..

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

CHARTIER, R. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.

CHAVES DE MELO, G. *Gramática fundamental da língua portuguesa*: para os ginásios e colégios, vestibulares, concursos, e para os estudiosos da língua. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

CHEQUER, R. M. P. *Negócios de família, gerência de viúvas*: senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800). 2002. 126 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

COELHO, S. F. *A pontuação nas Minas setecentistas*. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística). Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

CONSTANCIO, F. S. *Grammatica da analytica da língua portugueza*. Rio de Janeiro: Casa de Souza, Laemmert e Cia., 1831, p. 305-308. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Grammatica_analytica_da_li%CC%A5ngua_portugu.html?id=DxQTAAAYAA-J&redir_esc=y. Acesso em: 25 set. 2020.

COSTA, R. *Edição semidiplomática de Memória Histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo*. 2007. 558 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRESSONI, F. E. Hierarquia e ordem: organização do corpo social português quinhentista em dois espaços distintos. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 254-271, dez. 2012.

CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

DIAS, A. E. S. *Grammatica Portugueza Elementar*. Lisboa: A. Ferreira Machado & C.^a, 1894.

DUCHOWNY A. T.; COELHO, S. M.; COELHO, G. H. Sistema de abreviaturas de documentos adamantinos setecentistas. *Revista Letras*, Curitiba, n. 90, p. 233-252, jul./dez. 2014.

DUCHOWNY, A. T.; COELHO, S. M. *Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas*. Belo Horizonte: Viva Voz. 2013.

FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1998.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARIA, S. C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, L. R.; PALETTA, F. C. Livros raros em bibliotecas digitais: preservação e acesso. *Anais..* Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002729644.pdf>. Acesso em: 12 janeiro 2021.

FERNANDES, R. *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras: do pombalismo a 1820*. Porto: Porto Editora, 1994.

FERREIRA, A. R. A. Os “sinais de pontuação” são marcas constitutivas do sentido? *Crátilo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Patos de Minas: UNIPAM. v. 1, 2008, p. 151-164. Disponível em: <http://cratilo.unipam.edu.br/documents/32405/37355/OsSinaisDePontuacaoSaoMarcas.pdf> Acesso em: 25 set. 2020.

FEYJO, J. M. M. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjo*. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1734.

FONSECA, M. C. A. P. A escrita oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX. Recife: Programa de pós-graduação em Letras/UFPE, 2005.

FONSECA, T. N. Iluminismo e Reforma: civilidade, educação moral e práticas culturais dos professores régios. *Revista Brasileira de Educação*. v. 15, n. 44, Rio de Janeiro, maio/agosto de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2020.

FONSECA, T. N. Portugueses em Minas Gerais no século XVIII: cultura escrita e práticas educativas. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. *Revista de Humanidades*. Caicó, UFRN, v. 9, n. 24, set./out. 2008.

FONSECA, T. N. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FURTADO, J. F. *O livro da capa verde*: o regimento de diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração. São Paulo: ANNABLUME, 1996. p. 37-72.

GERALDI, J. W. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOOGLE. *Sobre a pesquisa de livros do Google*. 2011. Disponível em: books.google.com.br/intl/pt-BR/googlebooks/history.html. Acesso em: 14 jan. 2021.

GRELA, B.; RASHITI, L.; SOARES, M. Dative prepositions in children with specific language impairment. *Applied Psycholing.*, v. 25, p. 467-480, 2004.

GREENHALGH, R. D. Digitalização de obras raras: algumas considerações. *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 159-167, <https://doi.org/10.1590/S1413-99362011000300010>, Set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jan. 2021.

HALLIDAY, M. A. K. *Spoken and Written language*. England: Oxford University, 1989.

HARPER, D. *The Online Etymology Dictionary*. Etymonline. 2001. Disponível em: <http://www.etymonline.com>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

JULIO, K. L.; VARTULI, S. M. A. R. Em sua companhia: estratégias femininas no processo educativo dos filhos Vila Rica, Minas Gerais (1770-1830). *Educação em revista*. Belo Horizonte, vol. 32, n. 3, p. 91-117, jul/set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n3/1982-6621-edur-32-03-00091.pdf>. Acesso em 13 jun. 2020.

KATO, M. *No mundo da escrita*: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KELLER, T. A habilidade dos escreventes em manuscritos do Rio Grande do Sul do fim do século XIX. *ReVEL*, vol. 17, n. 32, p. 43- 68, 2019. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 26. set. 2020.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

LABOV, W. The Social Motivation of a Sound Change, *WORD*, v. 19, n.3, p. 273-309, 1963, DOI: 10.1080/00437956.1963.11659799. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00437956.1963.11659799>. Acesso em: 09 mar. 2021.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LIVRO DE COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Paracatu-MG, 1765. Edição fac-similada, pertencente ao arquivo pessoal do historiador Antônio de Oliveira Mello.

MACEDO, J. F. *Compendio de Grammatica Portugueza Colligido e Coordenado Para Uso dos Alumnos D'Instrução Secundaria*. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-portugueza, 1862.

MACHADO FILHO, A. V. L. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: EDUFBA, 2002.

MAGALHÃES, J. P. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MARCOS, J. J. *Fuentes informáticas para Paleografía Latina*. Manual del usuario. 5. ed. Cáceres, Espanha, 2017. Disponível em: http://guindo.pntic.mec.es/jmag0042/manual_paleograf.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

MARCOTULIO, L. L.; LOPES, C. R. S; BASTOS, M. J. M.; OLIVEIRA, T. L. *Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval*. São Paulo: Parábola, 2018.

MARCUSCHI, L. A. A oralidade e letramento. In: MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividade de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-43.

MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In.: SIGNORINI, I. (org.) *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas: Mercado das Letras, 2001. p. 23-50.

MARQUILHAS, R. *Leitura e escrita em Portugal do Século XVII*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa). Lisboa: Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa, 1996.

MARQUILHAS, R. *A Faculdade das Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: IN-CM, (Filologia Portuguesa), 2000.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001 [1991].

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. (orgs.). *Por minha letra e sinal*. Cotia: Ateliê, 2005.

MELDOLA, A. *Nova Grammatica da Língua Portuguesa*, Officina de M. C. Bock. Hamburgo: 1785. 672 p.

MENDES, S. T. P. *Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: leitura e escrita*. 2008. 719 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MORAES SILVA, A. *Epítome da grammatica da língua portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1806.

MORAIS, C. C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. *Revista brasileira de educação*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, 2007, p. 493-504. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000300008>. Acesso em: 22 set. 2020.

MOURA, J. V. G. *Compêndio de grammatica latina e portugueza*. 6. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1850. p. 176-181. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Compendio_de_grammatica_latina_e_portugu.html?id=2dWcNv9jpMUC&redir_esc=y. Acesso em: 24 set. 2020.

NARDINO, A. T. D.; CAREGNATO, S.E. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 381-407, 2005. Disponível em: www.redalyc.org/pdf/4656/465645953010.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

NEGRO, H. O. B. Os diacríticos em manuscritos postais do século XIX. Curitiba: Appris, 2012. Sinais de pontuação, p. 129-133.

OEYRAS, C. *Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1759.

OLINDA, S. R. M. A educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. *Sitientibus*. Feira de Santana, n. 29, p. 153-162, jul./dez., 2003.

OLIVEIRA, B. J. *Nova Grammatica Portugueza compilada de nossos melhores autores*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862.

D'OLIVEIRA, F. *Grammatica da Linguagem Portugueza*. 2.^a edição conforme a de 1536: publicada por diligencias e trabalho do Visconde d'Azevedo e Tito de Noronha. Porto: Imprensa Portugueza, 1871.

OLIVEIRA, K. . Aquisição da escrita em textos de africanos e afro-descendentes no Brasil do século XIX: grafias para sílabas complexas, por exemplo. In: Tânia Lobo; Ilza Ribeiro; Zenaide Carneiro; Norma Almeida. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Volume VI: novos dados, nova análises. Salvador: EDUFBA, v. I, 2006, p. 469-494.

OLIVEIRA, M. A.; ASSUMPÇÃO, S. R. B. Para além da frase: os recursos de pontuação como elementos de natureza textual e sociodirursiva. *Revista Letras*. Curitiba: Editora UFPR. n. 61, especial, 2003, p. 79-96. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v61i0.2882> Acesso em: 26 set. 2020.

PAIVA, M. C. A variável gênero/sexo. In.: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 33-42.

PASSOS, A. P.; COSTA, I. O.; SALGADO, O. F. A.; HADDAD, V. C. N. Adquirindo as primeiras palavras: categorias abertas e fechadas e as primeiras combinações. In: *Linguagem: teoria, análise e aplicações*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Letras, 2011. p. 228-238.

PEREIRA, H. C.; OLIVEIRA, M.; RIBEIRO, P. B. Uma proposta para estudo da história social da língua como objeto transistêmico. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 40-65, 2013 [2011].

RIBEIRO, E. C. *Serões Grammaticaes*. Salvador: Livraria Progresso Editora Aguiar & Souza Ltda, 1890.

RIBEIRO, E. C. *Serões grammaticaes ou Nova grammatica portugueza*. 4. ed. Salvador: Aguiar & Souza LTDA, 1950.

RIBEIRO, J. C. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1860.

RIBEIRO, J. C. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1881.

RIBEIRO, R. J. Apresentação. In: BURKE, P; PORTER, R. (Orgs.). Álvaro Hattnher (trad.). *História Social da Linguagem*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso médio*; prefácio de Serafim da Silva Neto. 16 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*; prefácio de Serafim da Silva Neto. 37 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ROCHA, I. L. V. O Sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. *Delta online*, v. 13, n. 1, p. 83-118, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501997000100005>. Acesso em: 21 set. 2020.

ROCHA, I. L. V. Flutuação no modo de pontuar e estilos de pontuação. *Delta online*, v. 14, n. 1, p. 01-12, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000100001>. Acesso em: 21 set. 2020.

RODRIGUES, M. C.. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, abr. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000100012>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Jan. 2021.

ROMAINE, S. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1982].

ROSA, M. C. Pontuação em impressos renascentistas: o surgimento da sentença ortográfica. *Revista de Estudos Linguísticos*. Belo Horizonte, v. 1, 1995, p. 17-29. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1003/1112>. Acesso em: 25 set. 2020.

ROSA, M. C. Classes de palavras, tipos de significado e questões relacionadas. In: ROSA, M. C. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 91-114.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1978.

SALLES, F. T. *Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SANKOFF, D; TAGLIAMONTE, S. A; SMITH, E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto: Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SANTIAGO, H. da S. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de "mãos candidas" do sertão baiano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, v. 2, 2012. Disponível em: http://www5.uefs.br/cedohs/maosinabeis/pdf/dissertacao/maos_candidasV2.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

SAYÃO, L. F. Afinal, o que é biblioteca digital? *Revista USP*, São Paulo, n. 80, p. 6-17, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i80p6-17>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SEIXAS, V. C. Gramaticalização de senhor: a abreviatura como pista gráfica. In: COELHO, S. M. (Org.). *Gramaticalização e mudança linguística*. Belo Horizonte: LABED/FALE/UFMG, 2018. p. 101-116.

SEIXAS, V. C. *As abreviaturas na escrita setecentista: pistas gráficas como recurso subsidiário de caracterização sociolinguística do escrevente*. 2020. Tese (Doutorado em Linguística). Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

SILVA, A. M. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Empr. Litteraria Fluminense. 8. ed., 1890, p. 32-33. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242523>. Acesso em: 23 set. 2020.

SILVA, D. C. *O processo de escolarização no Termo de Mariana (1772-1835)*. Belo Horizonte, 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SOARES, M. As muitas facetas da alfabetização. *Revista Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 52, p. 19-24, 1985. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1358/1359>. Acesso em: 06 jun. 2020.

SOARES, M. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. *In*: SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 68-125.

SOARES, M. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. *In*: SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 3. ed., 2009 [1998], p. 61-124.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007 [2003]. p. 13- 62.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 5-17, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

SOUZA, M. D. *Gramatica Portuguesa*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804.

SPINA, S. *Introdução à Edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética/Edusp, 1994.

STIENNON, J. *Paléographie du Moyen Âge*. Paris: Armand Colin, 1973.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

TELLES, C. M.; SOUZA, R. B. Marcas pontuacionais nos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. *Revista da Abralin*: Belo Horizonte, v. 16, n.1, jan./fev./mar./abr. 2017, p. 93-127. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51931> Acesso em: 26 set. 2020.

TFOUNI, L.V. A escrita – remédio ou veneno? *In*: AZEVEDO, M. A: MARQUES, M. L. *Alfabetização Hoje*. SP: Cortez, 2001. p. 51-69.

TIN, E. *A arte de escrever cartas*: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

TOURNIER, C. Histoire des idées sur la ponctuation – des débuts de l'imprimerie à nos jours. *Langue Française*. Paris: Larousse, v. 45, n. 1, 1980, p. 28-45.

ULHÔA PIMENTEL, H. *Histórico da Cidade*. Arquivo público municipal de Paracatu - MG, [200-?]. Disponível em: <https://paracatumemoria.wordpress.com/paracatu/nossa-historia/> Acesso em: 26 set. 2020.

VARTULI, S. M. A. R. Senhoras da Colônia: cultura escrita e inserção feminina em Minas Gerais (1784-1822). *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 13, n. 18, 1º sem. 2012.

VEIGA, C. G. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VEIGA, C. G. *História da Educação*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

VENANCIO, R. P. *Cativos do Reino*: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19. São Paulo: Alameda, 2012.

VÉRA, A. F. *Ortographia ou modo para escrever certo na língua portuguesa*. Lisboa: Marthias Rodriguez, 1631. Disponível em: <http://purl.pt/45/1/index.html>. Acesso em: 24 set. 2020.

VERNEY, L. A. *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica e à Igreja*: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal: exposto em varias cartas. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=iYCEXSznTugC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 22 set. 2020.

VILLALTA, L. C. Introdução. In.: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. *As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 249-252.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In.: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística*: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004, p. 51-57.

WEBER-FOX, C.; NEVILLE, H. Sensitive periods differentiate processing of open - and closed - class words: an ERP study of bilinguals. *J. Speech Lang. Hear. Res.*, v. 44, p. 1338-1353, 2001.



Nupevar
NÚCLEO DE PESQUISA EM
VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA



FALE
FACULDADE
DE LETRAS

UF *m* **G**